



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPG/CASA
DOUTORADO ACADÊMICO

A BUSCA DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DA
FÁBRICA DE “BACALHAU” DA AMAZÔNIA

ERONILDO BRAGA BEZERRA

MANAUS – AMAZONAS
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPG/CASA
DOUTORADO ACADÊMICO

ERONILDO BRAGA BEZERRA

A BUSCA DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DA
FÁBRICA DE “BACALHAU” DA AMAZÔNIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPG/CASA como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Orientadora: Professora Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

MANAUS – AMAZONAS

2014

ERONILDO BRAGA BEZERRA

A BUSCA DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DA
FÁBRICA DE “BACALHAU” DA AMAZÔNIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia –
PPG/CASA como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Ciências Ambientais, área de
concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (Orientadora) - Titular
Universidade Federal do Amazonas

Professor Dr. Manoel Masulo - Titular
Universidade Federal do Amazonas

Professora Dra. Albejamere Pereira de Castro - Titular
Universidade Federal do Amazonas

Professor Dr. Neliton Marques da Silva - Titular
Universidade Federal do Amazonas

Professor Dr. Alfredo Homma - Titular
EMBRAPA-CPATU, PARÀ.

A minha querida filha Rafaela, cuja inteligência e simplicidade – que me encanta – é tamanha que às vezes lhe faz paralisar pelo temor de magoar alguém. Ela não sabe, mas em vários momentos que, em conversas informais, submeti opiniões desse trabalho ao seu crivo juvenil e intelectualmente denso, acabei refazendo ou aperfeiçoando aquilo que eu já achava “perfeito”.

DEDICO

A minha querida camarada Vanessa Grazziotin, com quem dividi os melhores momentos de minha vida, seja na alegria das vitórias ou de eventuais derrotas, na luta incessante pela construção da nova sociedade socialista, precursora da utopia comunista, pela qual entregamos a nossa vida.

DEDICO

A minha querida Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – simplesmente TECA – mais que orientadora e incentivadora, uma amiga, cujo brilhantismo profissional faz com que ela partilhe o seu conhecimento sem receio de competição ou disputas menores, segurança que apenas os grandes cientistas podem ostentar.

DEDICO

Aos meus camaradas, trabalhadoras e trabalhadores do campo, muitos dos quais pagaram com a vida e regaram com seu próprio sangue, o solo que teimam em cultivar para que o alimento chegue à mesa de todos nós.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror) por toda a colaboração e pelo desenvolvimento do projeto de “bacalhau da Amazônia”;

Aos profissionais diretamente envolvidos nesse projeto, em especial a Bismark dos Prazeres, que cuida da parte industrial da fábrica de bacalhau da Amazônia;

A colônia de pescadores de Maraã, em especial ao Luizão, Zeca Praiano e Raimundo, que presidiram a colônia no período em que desenvolvemos a TESE;

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e da Tecnologia, especialmente ao Dr. Luís Fernandes, a época presidente da instituição;

Ao instituto Mamirauá, especialmente a Ellen do Amaral e sua colaboração eficiente;

A prefeitura de Maraã pelo apoio na execução do projeto;

Aos professores do PPG-CASA, especialmente a Alexandre Almir Ferreira Rivas, Andrea Viviana Waichman, Antônio Carlos Witkoski, Elimar Pinheiro do Nascimento, Henrique dos Santos Pereira, Neliton Marques da Silva, Sandra do Nascimento Noda, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, tanto pelos ensinamentos quanto pela dedicação ao programa;

Aos servidores da UFAM diretamente ligados ao PPG-CASA, pelo profissionalismo e colaboração espontânea às nossas demandas;

Aos colegas do Doutorado, com quem compartilhei, durante todo o período do curso, a mais espinhosa e ao mesmo tempo a mais prazerosa missão que me impus nesses últimos três anos: escrever uma TESE sobre a busca de alternativas sustentáveis na Amazônia, tendo como referência a fábrica de bacalhau de Maraã, os (as) quais faço questão de nominar: Beatriz Rodrigues Furtado, Charlene Maria Muniz da Silva, Hamida Assunção Pinheiro, Jocilene Gomes da Cruz, Marcelo Souza Pereira, Paula Gomes Quintão, Rute Holanda Lopes, Samia Feitosa Miguez, Suzy Rodrigues Simonetti, Thaisa Rodrigues Lustosa de Camargo.

Não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento
(Eron Bezerra)

RESUMO GERAL

A humanidade tem diante de si um velho novo dilema: o desafio de produzir alimentos, conservar os recursos naturais e elevar o padrão de renda da sociedade. Embora o catastrofismo da teoria malthusiana esteja superado pelos fatos, é inegável que a humanidade precisa crescentemente de alimentos, em decorrência do crescimento populacional, de sua concentração em centros urbanos e, felizmente, pela inclusão ao consumo de milhões de pessoas que antes viviam na extrema pobreza. Como o estoque de recursos naturais é finito, o desafio da sustentabilidade é produzir esses alimentos com o menor impacto ambiental possível e a máxima rentabilidade. Mas o que é sustentabilidade? A resposta a esse questionamento expressa, sem dúvidas, o conteúdo de classe pelo qual se orientam as principais correntes de opinião, com suas respectivas concepções ideológicas. Assim, enquanto os *produtivistas* sustentarão que sustentabilidade é o simples crescimento econômico; os *santuaristas* dirão que é a preservação dos recursos naturais; e os *sustentabilistas* demonstrarão, em síntese, que sustentabilidade é a conciliação entre crescimento econômico e conservação ambiental, assegurando as bases de um desenvolvimento efetivamente sustentável. No caso específico do Amazonas, a superação desse desafio exige uma correta compreensão do processo histórico de ocupação do espaço amazônico; o desenvolvimento permanente de técnicas apropriadas de manejo a partir do conhecimento contemporâneo da ciência e da tecnologia; a participação do estado enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento e não de supressão de direitos sociais, como preconiza a teoria neoliberal; e de um sistemático e persistente processo de organização social que ajude a superar a limitação de ação coletiva e de gerenciamento da estrutura produtiva. Ademais, é imprescindível que se busque a verticalização da produção e a agregação de valor da matéria prima regional, tanto como forma de superar os precários limites da produção de subsistência, quanto para desenvolver processos produtivos efetivamente sustentáveis, o que só será possível quando as nossas indústrias e agroindústrias processarem, fundamentalmente, matéria prima regional. A fábrica de bacalhau de Maraã, Amazonas - a 1ª do gênero em todo o país - que transforma pirarucu (*Arapaima gigas*) em “bacalhau” da Amazônia é uma das respostas concreta a esse desafio teórico.

Palavras-chave: alimentos, sustentabilidade, desenvolvimento socioeconômico

ABSTRACT

Humankind faces a new old dilemma: the challenge of producing food, conserving natural resources and improving society's income. Although Malthusian catastrophism has been overdone by facts, it is undeniable that mankind has an ever increasing need for food, due to population growth, its concentration in urban centers and, fortunately, by the inclusion of millions previously living in extreme poverty. Being that natural resources are finite, the challenge of sustainability is to produce food with the least amount of environmental impact possible and maximum profitability. But what is sustainability? The answer to that exposes, without a doubt, the leading principle by which several factions, with its respective ideological notions, guide themselves with. Therefore, while productivists will say that sustainability is nothing more than economical growth, sanctuarists will claim that it is the preservation of natural resources; meanwhile, those who support sustainability shall demonstrate that it truly is the conciliation between economical growth and environmental conservation, guaranteeing the foundation for an effectively sustainable development. In the specific case of Amazonas, to overcome this challenge there needs to be a deeper understanding of the historical process of settlement in the area; the permanent development of appropriate stewardship techniques, based on modern scientific and technological knowledge; the State's intervention based on its role as an instrument of shepherding development, not as tool of suppression of individual rights - as neoliberal policies dictate; and of a systematic and persistent process of social organization that helps overcome the limitations of collective actions and management of the production structure. Furthermore, a search for verticalization of production and added value to local raw materials is absolutely indispensable, both as a form of overcoming the paltry limits of subsistence production and of developing truly effective production processes, which will only be possible when our industries and agroindustries start fundamentally dealing with local raw materials. The codfish factory of Maracá, Amazonas - the 1st of its kind in the country - that converts pirarucu (*Arapaima gigas*) in Amazon "codfish" is one of the concrete responses to this theoretical challenge.

Keywords: food, sustainability, social economical development.

LISTA DE SIGLAS

1. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
2. CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação
3. COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
4. CODEAGRO - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário
5. EMATER - Empresa Amazonense de Assistência Técnica
6. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
7. FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas
8. FEB – Força Expedicionária Brasileira
9. FINEP – Financiadora de Projetos do MCT
10. IBAMA - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental
11. IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável
12. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
13. MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
14. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
15. MIT – Instituto de Tecnologia de Massachussets
16. MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
17. PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
18. PIB – Produto Interno Bruto
19. RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
20. SAFs – Sistemas Agro-florestais
21. SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
22. SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural
23. SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
24. UEA – Universidade do Estado do Amazonas
25. UFAM – Universidade Federal do Amazonas
26. ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

RESUMO GERAL.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO GERAL.....	21
CAPITULO 1 - CONDICIONANTES HISTÓRICOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO AMAZONAS.....	25
INTRODUÇÃO.....	29
1. REGISTROS HISTÓRICOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A AGRICULTURA NO AMAZONAS.....	31
2. QUAIS SÃO AS CAUSAS QUE CONDICIONAM A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO AMAZONAS?.....	55
2.1 O desafio histórico da humanidade.....	55
2.2 A Relação histórica do homem com o ambiente.....	58
2.3 O desafio de produzir alimentos com sustentabilidade no Amazonas.....	61
2.4 O papel de valores morais, culturais, científicos e tecnológicos, da tradição extrativista da economia amazonense e do próprio estado enquanto instrumento de promoção ou supressão de políticas públicas.....	62
2.4.1 A cultura é um fator limitante?.....	62
2.4.2 Os índios são indolentes?.....	63
2.4.3 O santuarismo como concepção ideológica ambiental e o processo de ocupação do espaço amazônico.....	73
2.4.4 Qual o reflexo da Zona Franca de Manaus na retração da atividade agrícola?.....	77
2.4.5 E o Estado, que papel desempenhou nesse processo?.....	78
3. O QUE É SUSTENTABILIDADE?.....	80
4. CONCLUSÕES - CENÁRIOS E PERSPECTIVAS.....	84
CAPITULO 2 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DO ESTADO.....	90
INTRODUÇÃO.....	94
1. TUDO É FINITO.....	97
2. CARÁTER ESTRATÉGICO DA AMAZÔNIA E A DEFESA DE SUA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	99
2.1 Caráter estratégico da Amazônia.....	99
3. O CARÁTER FINITO DOS RECURSOS NATURAIS E AS CORRENTES FILOSÓFICAS.....	102

4. A LUTA DE IDEIAS: O PAPEL DO ESTADO E AS CONCEPÇÕES AMBIENTAIS.....	108
5. A CONSCIÊNCIA COMO PRODUTO DA REALIDADE MATERIAL OBJETIVA E SEU REFLEXO NO USO DO ESPAÇO AMAZÔNICO.....	113
5.1 A predação tratada com absoluta naturalidade.....	117
6. AS CONSEQUÊNCIAS DA CONFERÊNCIA RIO + 20 NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.....	129
6.1 Breve histórico do movimento ambiental.....	130
6.2 Caráter estratégico da Amazônia e as táticas de internacionalização.....	137
6.3 As principais correntes ambientais e suas concepções ideológicas.....	137
6.4 Premissa zero: soberania sobre a Amazônia.....	138
6.5 A busca de alternativas sustentáveis.....	138
7. CONCLUSÕES - CENÁRIOS E PERSPECTIVAS.....	139
CAPITULO 3 - A BUSCA DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DA FÁBRICA DE “BACALHAU DA AMAZÔNIA”, EM MARAÃ, AMAZONAS.....	141
INTRODUÇÃO.....	144
1. REGISTROS HISTÓRICOS: EXPERIÊNCIAS DE AGROINDÚSTRIAS NO AMAZONAS	147
2. ANÁLISE CRÍTICA DE EXPERIÊNCIAS COMO A ZFM.....	153
2.1 Avanços e Limites da ZFM.....	157
3. ACABAR COM A ILUSÃO DO FAUSTO : BUSCAR ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS.....	160
4. A EXPERIÊNCIA DA FÁBRICA DE BACALHAU DA AMAZÔNIA EM MARAÃ.....	171
4.1 Mas, afinal, bacalhau é um peixe ou um produto industrial?.....	172
4.2 A pioneira iniciativa de produção de bacalhau no Brasil.....	177
4.3 A experiência da Fábrica de “Bacalhau da Amazônia” em Maraã.....	182
4.4 Mas por que não se construiu antes essa fábrica de beneficiamento?.....	188
4.5 Limites & dificuldades da fábrica de bacalhau da Amazônia.....	190
5. CONCLUSÕES – CENÁRIOS E PERSPECTIVAS.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203

INTRODUÇÃO GERAL

A humanidade tem diante de si um velho novo dilema: o desafio de produzir alimentos, para assegurar a reprodução da humanidade; conservar os recursos naturais, para garantir o suprimento desses recursos por um longo período; e elevar o padrão de renda da sociedade. E tudo isso de forma sustentável.

Um desafio dessa magnitude exige que se conheça, com certa profundidade, alguns pressupostos básicos.

Dentre estes pressupostos o primeiro deles é, sem dúvidas, a relação histórica do homem com o ambiente e a maneira como se obteve os alimentos socialmente produzidos ao longo dos tempos. Não menos importante é conhecer como as principais correntes ambientalistas - produtivistas, santuaristas e produtivistas - com suas respectivas concepções políticas e ideológicas, se manifestaram e interferiram no uso dos recursos naturais e na ocupação do espaço terrestre, especialmente de espaços estratégicos como a Amazônia. É também muito importante saber como o governo e o estado, enquanto indutor de políticas públicas, contribuíram para estimular ou retrain a atividade produtiva. E é fundamental ter presente que sustentabilidade não é sinônimo de preservação ambiental, como erroneamente o senso comum tem estabelecido.

Sustentabilidade aqui é entendida como um processo social no qual não exista dependência política, econômica ou cultural e sim interdependência desses fenômenos. Um processo social que assegure, a um só tempo, a elevação do padrão socioeconômico da humanidade e a conservação dos recursos naturais através de manejo apropriado, verticalização da produção e agregação de valor a esses recursos.

Esse debate, todavia, está longe de ser concluído e nunca foi pacífico.

O rebanho primitivo da humanidade surgiu por volta de 01 milhão de anos. Seu ramo socialmente mais evoluído, o homo sapiens, há 40 mil anos. Inicialmente viviam exclusivamente da predação dos recursos naturais e somente há 10 mil anos dominaram os fundamentos da agricultura quando então iniciaram o processo de sedentarização e passaram a depender, crescentemente, de alimentos socialmente produzidos.

Nessa época tanto a produção quanto o seu uso social era coletivo. Isso porque o nível de desenvolvimento das forças produtivas era tão precário que o trabalho individual não

assegurava sequer a reprodução social da espécie humana, até então agrupada em torno da sociedade dos clãs. O impacto era igualmente reduzido.

Predominava a ideia de que os recursos naturais eram infinitos, um estoque inesgotável de suprimentos capaz de suprir todas as demandas da humanidade. Não havia, obviamente, nem mesmo a percepção de que esses recursos poderiam e deveriam ser beneficiados para verticalizar a produção e agregar valor a essa matéria prima.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, uma parcela da humanidade passou a acumular bens materiais e a dominar outros grupos sociais, aguçando as contradições sociais. Estava rompida a sociedade dos clãs. Surgia, então, a sociedade dividida em classes e a organização do estado como instrumento de dominação dos interesses da classe dominante. O desenvolvimento da humanidade, porém, não ocorreu de forma retilínea em todas as partes do planeta, o que explica os diferentes estágios de desenvolvimento e produção social dos diversos grupos sociais, até mesmo quando coabitam ou coabitaram idêntico espaço social.

No Amazonas, por exemplo, os europeus encontraram uma sociedade bastante diversificada. Havia desde etnias que dominavam os fundamentos da matemática – mas que também praticavam a antropofagia, como os *Uerequenas* – até grupos sociais que sequer praticavam agricultura, como os *Purus*.

Segundo os registros históricos, a maioria das etnias que aqui viviam praticava agricultura regularmente - principalmente nas várzeas – e já tinham domesticado animais e plantas, sugerindo um processo de sedentarização relativamente longo. Conheciam técnicas simples de silagem e beneficiamento; faziam construções e artesanatos; dominavam o potencial farmacológico das plantas e as utilizavam na cura de seus males e rituais; alguns faziam circuncisão, como os *Ticunas*; outros se beijavam como demonstração de afeto - os *Caiuxanas*; e havia, ainda, grupos que praticavam o *jus primae noctis* (noite da pernada), como os *Culinos*; além dos que tinham na guerra um objetivo em si mesmo, dentre os quais o povo *Mundurucu*.

Como a consciência é produto da realidade material objetiva, era mais do que compreensível que os primeiros habitantes do planeta usassem os recursos naturais sem qualquer preocupação de preservação, conservação e muito menos de sustentabilidade, cujo conceito e compreensão são muitos recentes.

Embora os princípios da dialética já tivessem demonstrado que na natureza como na sociedade tudo está em constante mudança, transformação e evolução, bem como que tudo que nasce morre, só aos poucos a humanidade foi tomando consciência da finitude dos recursos naturais e das consequências danosas desse modo produção extremamente

predatório. Por paradoxal que possa parecer, foi precisamente o lançamento das bombas atômicas americanas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki – a maior agressão ambiental antrópica cometida contra o planeta – que fez com que a humanidade percebesse o risco objetivo de uma hecatombe.

Esse fato, associado às tragédias naturais (glaciações, explosão solar, tsunamis, terremotos, epidemias, etc.) do passado e do presente, deixavam evidente que não há ação que não provoque impacto ambiental. Isso é um fenômeno objetivo. O desafio contemporâneo, portanto, é estabelecer um padrão de desenvolvimento social baseado no princípio dialético da interdependência e no conhecimento científico e tecnológico que seja capaz de otimizar e racionalizar o uso desses recursos naturais.

Mas, diante de uma tragédia, as reações são distintas e, invariavelmente, de acordo com os interesses de classe de cada grupo social. Não poderia ser diferente nesse caso. As contradições se acentuaram e se expressaram através das três concepções básicas: ***Produtivismo, Santuarismo e Sustentabilismo.***

Os *produtivistas* continuaram sustentando a ideia de que os recursos naturais são infinitos ou poderiam ser substituídos por outros recursos similares, daí a defesa do crescimento econômico como premissa fundamental. Os *santuaristas*, na contraposição, passaram a alardear o colapso eminente dos recursos naturais e a preservação integral desses recursos através de grandes áreas bloqueadas. Os *sustentabilistas* procurando demonstrar que ambas as concepções são limitadas e cientificamente metafísicas, especialmente por desconhecerem que não é possível haver desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento, numa compreensão onde sustentabilidade não é sinônimo de preservação ambiental e sim de um processo produtivo onde haja a um só tempo o manejo adequado dos recursos naturais e o desenvolvimento sócio econômico dos atores sociais que atuam sobre esses recursos.

O uso adequado dos recursos naturais é particularmente importante quando se sabe que a literatura disponível indica que tanto o extrativismo quanto a produção agrícola de base familiar, nos padrões tecnológicos tradicionais, condicionaram os trabalhadores rurais do Amazonas a um padrão socioeconômico próximo aos indicadores de miséria, apesar da exuberância de recursos naturais disponíveis.

A perpetuação dessa situação economicamente insustentável e socialmente injusta tem servido para justificar o discurso ideológico dessas correntes de opinião, especialmente de *produtivistas e santuaristas*. O primeiro grupo defendendo uma produção exclusivamente de escala empresarial, sob o argumento de que a produção de base familiar é ineficiente e,

ademais, que a preservação e mesmo a conservação dos recursos naturais representam um empecilho ao desenvolvimento. E o segundo grupo procurando justificar a preservação integral dos recursos naturais e, conseqüentemente, a manutenção dessa realidade, sob o argumento de que há um colapso eminente.

O desafio dos *sustentabilistas* é demonstrar que o sistema produtivo de base familiar pode ser economicamente viável, desde que os trabalhadores consigam se estruturar, com o apoio do poder público, para eliminar a cadeia de atravessadores, assegurar a necessária infraestrutura e incrementar uma rede de agroindústrias que verticalize a produção e agregue valor à matéria prima regional.

Neste trabalho, tendo sempre presente a busca de alternativas sustentáveis, procuraremos abordar os fatores que condicionam a atividade agrícola no Amazonas; as principais correntes ambientais e o papel do estado; e a experiência de agroindústrias no Amazonas, como forma de valorar nossos produtos.

No 1º capítulo analisaremos o histórico da produção agrícola do Amazonas desde a chegada dos europeus na região, procurando realçar as experiências existentes bem como as causas que eventualmente condicionaram a atividade agrícola no Amazonas.

No 2º capítulo trataremos do histórico do movimento ambiental, a ideologia das principais correntes que polemizam esse assunto, bem como analisaremos o papel do poder público, do estado, enquanto indutor de políticas públicas.

No 3º capítulo discutiremos a experiência de agroindústrias no estado do Amazonas, desde os primeiros registros históricos, passando pela iniciativa do então governador colonial Lobo D'Almada, até a análise da experiência da fábrica de "bacalhau" da Amazônia, em Maraã, Amazonas – a 1ª experiência do gênero no Brasil – que produz bacalhau a partir do processo industrial de pirarucu (*Arapaima gigas*), oriundo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá e de outras áreas manejadas do alto Solimões. É uma resposta prática a esse desafio teórico na busca de sustentabilidade!

!

CAPÍTULO 1
CONDICIONANTES HISTÓRICOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
NO AMAZONAS

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (Pero Vaz de Caminha)

Resumo

Desde que a humanidade dominou, há milhares de anos, os fundamentos da agricultura ela passou a depender da produção de alimentos e não apenas da predação natural como antes fazia. O desenvolvimento das ciências agrônômicas possibilitou uma grande produção de alimentos. Se hoje ainda há fome no mundo é em decorrência da falta de renda, consequência direta da brutal concentração de renda do modo de produção capitalista, e não pela escassez de alimentos. No caso específico do estado do Amazonas, onde apesar das condições gerais serem favoráveis há um histórico de fracassos nas experiências agrícolas e predominância do extrativismo enquanto atividade econômica, a pretensão do presente trabalho é procurar entender as causas que determinam ou condicionam essa situação e sugerir alternativas, tendo presente que é necessário menos de 0,5% de sua área para produzir todo o alimento básico que a sua atual população necessita e que os registros históricos indicam que todos os povos que aqui habitavam quando da invasão europeia praticavam agricultura regularmente, à exceção dos “índios” Purus e parte dos Muras.

Palavras chaves: alimentos, experiências agrícolas, extrativismo.

Abstract

Since humanity has mastered, thousands of years ago, the fundamentals of agriculture, it has become dependent on food production instead of just natural reaping as it was once accustomed to. The development of agronomical sciences enabled food production in large scale. If today the world is still burdened by hunger, it is due to a lack of proper income, a direct and brutal result of the capitalist means of production income concentration, and not because of a scarceness of food. In the specific case of the state of Amazonas, where even though conditions tend to be generally favorable, there's a history of failed agricultural experiments and a predominance of extractivism as an economic activity, the present work intends to understand the causes which have determined or conditioned this situation and to suggest alternatives, keeping in mind that less than 0.5% of the state's area would be necessary to supply all of the basic food necessities of its current population, and that records show that all of the indigenous people living in the area prior to the European invasion regularly practiced agriculture, with the noted exception of the Purus and Muras.

Keywords: food, agricultural experiences, extractivism.

INTRODUÇÃO

A saga da humanidade sobre a face da terra é longa, tortuosa, e cheia de superação. Sem maiores recursos tecnológicos venceu tragédias naturais, guerras e epidemias. Superou todos os obstáculos que a natureza ou a sociedade lhe impôs.

O desenvolvimento das forças produtivas fez com que teses catastrofistas, como a teoria malthusiana, se revelasse limitada e mesmo ultrapassada, ao tempo em que se experimentava uma constante expansão na produção de alimentos, embora com enorme assimetria produtiva entre regiões e, principalmente, na apropriação desses alimentos pelas distintas classes sociais.

Mas o mesmo desenvolvimento tecnológico que possibilitou esse extraordinário aumento de produção e produtividade agrícola também alimentou a ilusão de que os recursos naturais eram infinitos, sem considerar que todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade, como já advertia Marx (2011a).

A intensidade desse modo de produção, como previa Marx, citado, provocou o esgotamento de vários recursos naturais e tornou áreas outrora produtivas em desertos estéreis, o que serviu de argumento para o surgimento de teses que defendiam o congelamento da atividade produtiva ou “crescimento zero”, como ficou conhecida a teoria dos países ricos, especialmente Estados Unidos da América, apresentada na Conferência de Estocolmo de 1972.

Mas uma vez havia açodamento. E mais uma vez se fazia uma interpretação unilateral, sem considerar que a humanidade não se põe problema que não possa resolver e, principalmente, o princípio dialético sublinhado por Marx (2008c) destacando que o desenvolvimento das ciências naturais e da agronomia modifica a fertilidade do solo e propicia a recuperação de terras antes consideradas inferiores.

A partir dessa reflexão teórica básica é possível concluir que nem os recursos naturais são infinitos e tampouco que não se possa mais usa-los, de onde se infere que o desafio é produzir esses alimentos em bases sustentáveis para assegurar a reprodução social da espécie humana sobre a face da terra.

A área total da terra é da ordem de 510.072.000 km², dos quais 368.271.984 km² (72,20%) corresponde à parte líquida e 141.800.016 km² (27,80%) à parte sólida. Numa

unidade mais usual no mundo agrário seria algo como 51 bilhões de hectares, sendo 36,8 e 14,2 bilhões, respectivamente, às partes líquidas e sólidas.

A população mundial em 2013 está estimada em 07 bilhões de pessoas. Se cada pessoa tivesse acesso a uma ração básica diária de duas mil calorias, seria necessário algo como 2,55 bilhões de toneladas/ano para alimentar toda essa população. Considerando uma produtividade média anual de 02 toneladas por hectare, todo esse alimento poderia ser produzido em 1,27 bilhões de hectares, equivalente a algo como 9% ou 2,49%, respectivamente, da superfície sólida ou total do planeta terra.

Essa mesma equação aplicada para o Brasil e o estado do Amazonas apresenta dados ainda mais alentadores, como se pode constatar a partir de dados aproximados para a mesma realidade do ano de 2013.

O Brasil tem uma área de 850 milhões de hectares e 200 milhões de habitantes. Necessita por ano, portanto, de 73 milhões de toneladas de alimentos, os quais podem ser produzidos em 36,5 milhões de hectares, equivalentes a 4,29% de seu território.

O estado do Amazonas tem de 156 milhões de hectares de área e 3,8 milhões de habitantes. Sua população consome 1,38 milhões de toneladas de alimentos/ano, os quais podem ser produzidos em apenas 693,5 mil hectares ou 0,44% de seu território.

Como é fácil concluir, se hoje há fome no mundo não é por falta de espaço adequado para produzir alimentos e tampouco pela inexistência de tecnologia que possa otimizar ainda mais a atual produtividade.

A fome que hoje alcança milhões de pessoas, repito, não é pela falta de alimentos e sim pela escassez de renda para adquirir comida, em decorrência do modo de produção capitalista, cuja característica é a brutal concentração de renda em torno da classe dominante e da pobreza absoluta no outro extremo da pirâmide social.

No caso específico do Amazonas, temos uma preocupação adicional que é compreender quais fatores, além do desenvolvimento desigual das sociedades, historicamente condicionaram a atividade agrícola no Amazonas e que medidas, necessariamente, terão que ser tomadas para superar esse impasse.

1. REGISTROS HISTÓRICOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A AGRICULTURA NO AMAZONAS

Quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportou no que hoje seria o Brasil, o retrato que lhe foi desenhado pelo escrivão da armada Pero Vaz de Caminha era de uma terra imensa, erma, sem qualquer atividade econômica, cujos habitantes sequer dominavam a agricultura, fenômeno que ocorreu há mais ou menos 10 mil anos.

Dentre as tantas novas que o zeloso escrivão relatou estava à ausência de qualquer atividade agrícola, o que então passou a ser mecanicamente reproduzido como uma realidade de todo aquele novo mundo, sem que se apercebesse que este novo mundo era um verdadeiro continente e que o que era fato num determinado local, necessariamente não seria noutra. A frase extraída da carta de Pero Vaz de Caminha não deixa dúvidas quanto a essa confusão.

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (WEHLING, 1999, p. 23).

Essa ausência de agricultura poderia ser real no litoral, não na Amazônia, como os registros históricos, posteriormente, vieram a demonstrar. Mas esse “retrato” assim ficou, sem retoques, até que os primeiros registros demonstrassem o contrário, levando até mesmo estudiosos da Amazônia a reproduzirem acriticamente a assertiva de Pero Vaz de Caminha.

Djalma Batista (2005), por exemplo, afirma que “quando os colonizadores portugueses se apossaram das terras brasileiras o extrativismo era a única atividade econômica. Depois iniciaram a plantação da cana no nordeste brasileiro, o que explica em certa medida a monocultura até hoje predominante nessa região”.

Além disso, sustenta Batista (2005), “as condições alimentares e higiênicas das nossas classes pobres são miseráveis, resultantes de seus salários insuficientes”, alertando que “na Amazônia, então, o que se observa é estarrecedor: a área cultivada de produtos alimentares é de apenas 2,70¹ ares por habitante quando estudos americanos afirmam que são necessários 50 a 80 ares para que a alimentação seja satisfatória. A fome degenera física e mentalmente, compromete gerações futuras”, desabafa o autor.

Para Batista (2005) a opção pelo extrativismo e pela monocultura foi o fator determinante para restringir a produção de alimentos, fato que deveria ser encarado com

¹ Cada are tem 100 m², ou seja, uma área de 10 x 10 m. Nesse caso (2,7 ares) igual a 270 m² ou 0,027 ha.

caráter de segurança alimentar e defesa nacional, na medida em que, argumenta, dos 500.000 convocados para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na 2ª Guerra Mundial, apenas 25.000 (5%) estavam aptos. Os demais padeciam de subnutrição.

Se Batista (2005) errava ao afirmar que “quando os colonizadores chegaram só encontraram extrativismo” – isso, insisto, poderia ser a realidade da costa do Brasil, não da Amazônia – estava inteiramente correto em relação à monocultura e o caráter estratégico da produção de alimentos, sem o que nenhuma nação jamais será soberana.

Um dos primeiros registros conhecidos foi precisamente o de Frei Gaspar de Carvajal (1992) quando de sua viagem como escrivão da expedição Orellana, nos idos de 1540, no qual relata a descoberta do novo rio grande, posteriormente rio Amazonas.

E o seu relato é recorrente quanto à fartura de alimentos ao longo de todo o trecho percorrido, o que é coerente com a densa população nativa que igualmente ele registra em seu relatório. Diz Carvajal (1992):

Navegamos pela região de Omágua mais de cem léguas, finalmente chegamos à outra região chamada Paguana, também muito habitada, mas amigável, porque no início de suas terras há uma aldeia de duas léguas de extensão onde os índios nos esperavam em suas casas, sem que fizessem nenhum mal ao contrario, nos davam o que tinham; o chefe desta terra tem muitas **ovelhas**, como as do Peru, e é muito rico em prata, como todos os índios nos diziam. A terra é muito alegre, bonita e **farta de comidas e frutas, tais como pinhas e peras**, que na língua da Nova Espanha, se chamam abacates, ameixas, guanas e muitas outras frutas deliciosas; partimos deste lugar e navegamos sempre por um grande povoamento; houve um dia em que passamos por mais de vinte aldeias; e isto, pelo lado direito por onde íamos porque pelo tamanho do rio atravessávamos e íamos pelo lado esquerdo e não conseguíamos ver o outro lado (p. 67).

Noutro trecho Carvajal (1992) prossegue informando que “no sábado, véspera da santíssima trindade, o capitão mandou aportar em uma aldeia onde os índios se prepararam para defender-se; apesar disso, os expulsamos de suas casas. Provimo-nos de comida achando até **galinhas**” (p. 69).

Ou ainda que o capitão Orellana “mandou por fogo na casa onde estavam, eles, então, saíram dela e fugiram, permitindo que recolhêssemos a comida, que nesta aldeia, graças a nosso senhor, não faltou, uma vez que havia muitas tartarugas, perus e papagaios em abundancia geral; **de pão e milho então nem se fala**” (p.75).

Fomos caminhando, informa Carvajal, citado:

Tomando alimentos onde percebíamos que não podiam defender-se e ao final de quatro ou cinco dias, ocupamos uma aldeia, onde os índios não se defenderam. Achamos muito **milho** (e também muita aveia), da qual os índios fazem pão, e muito

bom vinho parecido com cerveja. Achou-se na aldeia uma adega deste vinho, o que alegrou os nossos companheiros e também muito boa roupa de algodão² (p. 77).

O relatório de outro padre, desta feita do jesuíta Cristóbal de Acuña (1994), em *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*, como escrivão da expedição de Pedro Teixeira, por volta de 1640, não apenas confirma as informações preliminares de Carvajal (1992) como acrescenta novos dados sobre a agricultura da Amazônia, tais como o uso de silos naturais para conservar a mandioca:

Todo esse rio está povoado de ilhas, algumas grandes, outras pequenas, e por serem tão numerosas não se podem contar, pois se encontram a cada passo; há também outras mui pequenas, **onde os nativos fazem suas plantações**, ficando as maiores para moradia; são banhadas durante o ano todo pelo rio, que as fertiliza com sua lama; embora por muitos anos consecutivos nelas se colham apenas **os produtos mais comuns e abundantes, que são o milho e o aipim**, ou mandioca, alimento habitual de todos; e embora tal produção pareça estar sujeita a grande diminuição e a perdas, devido a grandes enchentes, a natureza, mãe comum de todos, deu a esses bárbaros meios fáceis para sua sobrevivência; eles colhem a mandioca, que é uma raiz, e preparam a caçava, farinha com a qual se faz o pão geralmente consumido naquelas costas do Brasil; cavam na terra uns buracos ou silos profundos e ali enterram as raízes, tapando-as muito bem, a fim de protegê-las durante todo o tempo das enchentes, e, passadas estas, desenterram-nas e delas se alimentam, sem que isso em nada as afete (ACUÑA, 1994, p. 74).

Acuña (1994) faz um relatório bem mais detalhado que seu antecessor Carvajal. Procura não apenas observar, mas informar em detalhes as particularidades da região como, por exemplo, que os índios consumiam não apenas frutas (bananas, abacaxis, goiabas, abius e umas castanhas muito saborosas, que no Peru recebem o nome de amêndoas-da-serra); informa que eles também tem palmeiras de diversos gêneros, produzindo cocos maduros, outras, deliciosas tâmaras, que, apesar de silvestres, tem sabor de terras quentes, tem também raízes comestíveis, como a batata-doce, a mandioca-mansa, que os portugueses chamam de macaxeira, o cará, trufas e outros alimentos, que, assados ou cozidos, não apenas são gostosos como nutritivos (p.77).

E de forma explícita Acuña, citado, informa que o rio Amazonas tem madeira, cacau, tabaco e cana de açúcar; colhe-se abundantemente o algodão, o urucum, o açafião, a canfístula, a salsaparrilha, os óleos (que competem com os melhores balsamos para a cura de feridas), as gomas e resinas perfumadas, a pita (da qual se obtém uma fibra de excelente qualidade), além de outras. E já menciona o transtorno com as grandes enchentes que então, tudo indica, já eram recorrentes (p. 89 a 92).

² O relato de Carvajal, a primeira vista, pode parecer fantasioso. Mas situação semelhante é descrita por Spix e Martius (1976) em relação aos Passés, na região do Japurá.

Também o Padre João Daniel (2004) que a partir de 1741 percorreu a região e condensou suas observações em *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas* trata da atividade agrícola, inclusive de agroindústrias. Identifica, corretamente, que apesar da instalação de uma agroindústria exigir certo capital para a sua instalação, elas devem ser desenvolvidas, pois se constituem nas atividades mais rentáveis do setor. Menciona explicitamente os engenhos de açúcar e aguardentes que na época já eram desenvolvidos, embora restrito a quem dispusesse de grande capital e expressiva mão de obra (p. 37, vol. 2).

Anota que os nativos:

Por terem na mandioca tão bom sustento, pouco caso fazem no estado do Amazonas das mais sementeiras usuais em todo o mundo, exceto no reino de Quito e Peru, e com muita especialidade na cidade de Lima, que por ser corte tão populosa há já mais curiosidade nos moradores, e mais uso da agricultura. Por isso, já beneficiam as terras ao modo da Europa, e fazem grandes lavouras e searas de trigo, e mais grão, e legumes, aproveitando-se da bondade da terra, para que ajudam muito os cotidianos e ordinários orvalhos da terra em lugar da chuva, que não têm (DANIEL, 2004, p. 421, vol. 1).

A descrição que Daniel (2004) faz do modo de produção dos nativos é de extrema racionalidade, embora não seja com essa intensão que o padre faz a observação. Registra que os índios escolhem qualquer terra para plantar sem que haja disputa entre eles, tal a abundancia de terras disponíveis; escolhem terras mais ou menos distante do sitio, localizadas nas margens dos rios e lagos, o que lhes permite tirar proveito dos ventos, dos ares, das pescarias, de seus banhos e a própria navegação. Como se pode perceber, racionalidade pura.

Os “índios” certamente já sabiam que as terras de várzeas eram precisamente as mais férteis (p. 14, vol. 2), o que provavelmente não era do conhecimento de Daniel (2004). Isso fica evidente tanto quando ele informa que:

As províncias dos cambebas (de Portugal) e a dos mainas (distrito de Castela) têm diversa agricultura nas suas searas, porque nem usam de roças de matas como os mais índios, nem de lavouras como na Europa. Para o que há de saber que os seus naturais nem usam de grão para o pão ordinário ou quotidiano como usam as mais nações do mundo; nem de farinha-de-pau como os mais índios do Amazonas. O seu pão são frutas, e raízes, que comem ou assadas, ou cozidas ou cruas, como são pacovas, jeticas, batatas, e principalmente as raízes chamadas macaxeiras que usam em lugar de pão (p. 25, vol. 2).

Como quando ele compara a prática agrícola dos cambebas e mainas com a dos demais povos da região, anotando que:

A sua agricultura, pois, é mui diversa da dos mais índios, que já dissemos, porque sem cortar matos, nem outro trabalho, fazem os seus plantamentos nas margens e praias dos rios, e lagos, assim que vão ficando descobertas na vazante do Amazonas, onde com a muita umidade e lodo logo pegam, crescem, e lançam boas raízes (p. 26, vol. 2).

Mais uma vez está evidente a racionalidade desses povos: usavam as várzeas tanto por ser mais fácil de usar – não exigia desmatamento – quanto por ser mais fértil e consequentemente mais produtiva.

Mas, numa evidência de que a sociedade não se desenvolve de forma retilínea e mesmo que alguns povos desapareceram, foram eliminados (e continuarão sendo), sem jamais terem ultrapassado os estágios iniciais de organização social, como bem demonstra os estudos de Lewis Henry Morgan (2009), em *A Sociedade Antiga*, e Marx & Engels (1979 d), na *Introdução a dialética da natureza*, Daniel (2004) constata que os índios Purus não dominavam a agricultura. Diz literalmente:

Há outras nações, que ainda mais descansadas que os cambebas e mainas nem usam de farinha, nem ainda de macaxeira assada, ou cozida, mas só de frutas, que lhes servem de pão, com são além de outros os índios Purus, cuja nação mui populosa deu o nome ao rio em cujas margens vivem; não se cansam em fazer roças, nem searas, pomares, ou alguns outros plantamentos que lhes sirvam, e donde tiram o pão quotidiano, e mais sustento; porque pendentes só da Providência Divina, vivem, como as feras, das frutas dos matos, e com especialidade da fruta do cacau, de que estão cheias as suas matas léguas, e léguas. Quase da mesma sorte vivem os índios da nação mura, porque também se não ocupam com roçados, nem searas, ou plantamentos alguns; e só vivem de frutas silvestres, peixe, e carne, porque a sua vida é só caçar, e pescar; e muitas nações também caçam gente para comer (p. 26, vol. 2).

Essa particularidade dos Purus é igualmente registrada por outros observadores e naturalistas que resenharam a região amazônica.

Assim é possível concluir que, na Amazônia colonial, existiam povos que já manejavam as várzeas de forma racional; outros que praticavam a agricultura convencional (derrubada, queimada, abertura de novas áreas); e ainda os que sequer dominavam a agricultura, vivendo exclusivamente do extrativismo, da predação.

A partir de então começam os registros de natureza mais acadêmica, na qual os naturalistas que por aqui passaram buscaram estudar em maior profundidade as várias facetas da região, desde a sua atividade econômica aos aspectos antropológicos.

O cientista francês Charles-Marie de La Condamine (2000) foi um dos primeiros a se dedicar a essa tarefa. Em *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*, ele dedica um espaço considerável não apenas para tratar do assunto que oficialmente lhe trouxe a Amazônia: a demarcação correta dos meridianos, mas também para relatar as riquezas naturais da região, com ênfase para os óleos essenciais, a borracha e seu consequente uso industrial.

Pertence a esse naturalista a primeira descrição mais detalhada da borracha, produto que viria a ser uma das principais fontes de riqueza da região amazônica um século e meio após a sua visita.

La Condamine (2000), ao se referir aos povos da América Meridional registra, corretamente, que era impróprio se chamar de “índios” a todos os habitantes da região.

Não se trata de crioulos espanhóis ou portugueses, nem das diversas espécies de homens produzidos pela mestiçagem dos brancos na Europa, dos negros d’África, e dos vermelhos da América, desde que os europeus aí entraram, e aí introduziram os pretos da Guiné. Todos os antigos nativos do país são trigueiros e de cor avermelhada, mais ou menos clara (p. 59).

O seu exacerbado preconceito contra os índios, todavia, não lhe permitiu compreender melhor a cultura de povos que ele tinha dúvidas se eram apáticos, estúpidos ou bestas, que pouco se diferenciavam das feras (p. 60) e por isso destila talvez a maior carga de preconceito já expressa por um homem de ciências contra os nativos da Amazônia.

Dentre as características que La Condamine (2000) atribuiu aos “índios” está a afirmação de que “a insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas ideias, que não vai além de suas necessidades” (p.60).

Na mesma linha ele sustenta que “todas as línguas da América meridional de que eu tive alguma noção são muito pobres; várias são enérgicas e suscetíveis de elegância, principalmente a antiga língua do Peru; mas em todas há falta de termos que expressem as ideias abstratas e universais, prova evidente do acanhado progresso que fizeram os espíritos de tais povos” (p.60). Argumenta, em seu favor, que nomes como “tempo”, “duração”, “espaço”, “ser”, “substância”, “matéria”, “corpo” e muito outros, faltam em suas línguas, lembrando que não há palavra que corresponda exatamente a “virtude”, “justiça”, “liberdade”, “reconhecimento”, “ingratidão”. Quanto às outras nações da América austral, ignora-se que elas hajam nunca saído da barbárie.

Constata, também, que “algumas vezes uma língua só é entendida por duas ou três famílias, como resto miserável de um povo destruído, devorado por outros; pois, ainda que não haja antropófagos nas margens do Maranhão, há ainda no interior, particularmente do lado norte remontando o Japurá, índios que comem seus prisioneiros” e, assim, volta a destilar seu preconceito sugerindo que “não se trata por enquanto senão de fazer deles uns homens, o que não é pequeno trabalho” (p. 74), de onde se infere que para La Condamine índio sequer era gente.

Ao usar o termo barbárie La Condamine, citado, introduz sem maior sustentação teórica a classificação de Morgan (2009), que só viria a ser sistematizada por volta de 1877 em *Ancient Society* e que representou uma importante contribuição para uma melhor compreensão da trajetória das sociedades humanas.

E apresenta uma grande contradição com a sua linha de argumentação ao reconhecer, no trecho a seguir, que os índios tinham noção de astronomia, assim posto:

Notei também que eles conheciam diversas estrelas fixas, e que davam nomes de animais a diversas constelações. Eles chamam as Híades, ou cabeça de touro, “tapiira raiuba”, dum nome que significa em sua língua “queixada de boi”; eu digo “hoje”, porque, desde que foram transportados os bois da Europa para a América, os brasileiros, como os naturais do Peru, aplicaram a esses animais o nome que davam, na sua língua materna, ao “alce”, o maior dos quadrúpedes que eles conheciam antes da chegada dos europeus (p.87).

Mesmo assim ele destila seu preconceito contra os índios:

Glutões até a voracidade, quanto têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição da gloria, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presente, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de providência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem designo; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados. Mas os índios das missões e os selvagens que gozam de liberdade são tão limitados por não dizer tão estúpidos quanto os outros, e não se pode ver sem humilhação o quanto o homem abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas (La Condamine, 2000, p. 60).

E arremata recorrendo à velha argumentação da preguiça, sugerindo que “a natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios, e ter ultrapassado suas necessidades”, pois, prossegue, “os lagos e os mangues que se encontram a cada passo nas proximidades do Amazonas, e não raro bem no interior das terras, são enchidos de peixes de todas as qualidades, nos tempos do extravasamento; e quando as águas baixam, ai eles ficam encerrados como em tanques ou reservatórios naturais, e onde se pescam com a maior facilidade” (LA CONDAMINE, 2000, p. 105).

Provavelmente La Condamine (2000) desejava que os índios, ao invés de simplesmente recolherem o peixe, optassem por métodos mais convencionais, adotado muito afora, apenas para não parecerem “preguiçosos”. Isso é racionalidade, não preguiça. Não compreender tal fato revela, além dos limites ideológicos, uma profunda limitação teórica. Ademais ele não explica como populações enormes, conforme seus próprios registros, poderiam se alimentar sem uma atividade agrícola regular, na medida em que a simples predação dificilmente seria capaz de suprir as suas necessidades. Os Omáguas, por exemplo, ocupavam uma área de cerca de 200 léguas de extensão (mais de 1.000 km em qualquer conversão) abaixo do rio Napo (p. 69), sugerindo uma grande população e conseqüentemente uma enorme demanda por alimentos.

E apesar de toda a sua carga de preconceito La Condamine (2000) não tem como deixar de reconhecer o potencial da região ao afirmar que “pode-se calcular qual seja a

abundância e variedade das plantas em uma zona em que a umidade e o calor contribuem para tornar fértil”, sugerindo, ainda, o aprofundamento dos estudos dessa exuberante riqueza nos seguintes termos:

Que será se alguém quiser considerar as virtudes que são atribuídas a várias delas pelos naturais do país? Exame que é, sem dúvida, a parte mais interessante de semelhante estudo. Não se deve duvidar que a ignorância e preconceito multiplicaram e exageraram de muito essas virtudes; mas a “quinina”, a “ipecacuanha”, a “simaruba”, a “salsaparrilha”, o “guáiacó”, o “cacau”, a “baunilha”, etc. seriam as únicas plantas úteis que a América encerra, e a sua grande utilidade conhecida e comprovada não é de molde a encorajar a novas rebuscas? (p. 71).

E conclui afirmando que “as gomas, as resinas, os bálsamos, todos os sucos que derivam de diversas incisões de árvores, assim como os diferentes óleos que delas se tiram, são coisas sem conto” (p. 72). Informa que o cacau, colhido de forma extrativa, é um dos principais produtos do comércio que fazem com o Pará e que tal atividade “dá a estes índios e aos seus missionários um ar de conforto que logo distingue as missões portuguesas das outras castelhanas do alto Maranhão, nas quais tudo se ressentem” (p.76).

E La Condamine (2000) traz a luz um debate bastante incômodo para a atual política indigenista, seja a oficial ou extraoficial. Ao informar que muitas dessas nações indígenas eram transplantadas de um lado para outro pelos missionários – fato confirmado por todos os demais naturalistas - fragiliza o argumento de vínculo da terra com determinados grupos étnicos, os quais, como se percebe, ao serem transplantados passariam a ocupar uma terra com a qual não tinham qualquer relação histórica; estariam, assim, usando uma terra que originalmente pertencia a outro grupo étnico, jogando por terra o argumento da ancestralidade na qual tem se baseado toda a política de demarcação de terras indígenas. Ele informa, por exemplo, que “Coari é a derradeira das seis povoações dos missionários carmelitas portugueses; as cinco primeiras são formadas dos restos da antiga missão do Padre Samuel Fritz, e composta de um grande número de diversas nações, *a maior parte transplantadas*” (p. 77 e 78).

E outra informação que reforça a anterior diz respeito ao fato de que um determinado povo, ao fazer guerra e destruir o outro povo, naturalmente se apropriava de seu território, como fica explícito na informação de que “as margens do Japurá são habitadas aqui e ali por nações ferozes, de que falei, e que se destroem mutuamente; algumas delas comem ainda seus prisioneiros” (p. 78).

Nem mesmo ao príncipe Adalberto da Prússia (2002) – mais interessado na estrutura militar e real capacidade de defesa de nosso país do que em eventuais proselitismos – passou

despercebido o potencial agrícola da região, bem como as suas limitações tecnológicas, as quais ele anotou em *Brasil: Amazônia-Xingu*, nesses termos:

O café exige as melhores terras, sobretudo do lado exposto ao sol, e em geral planta-se nas terras das florestas queimadas de novo; só em casos excepcionais plantam-no em velhas capoeiras, isto é, com pelo menos vinte anos, cujas cinzas lhe servem como único adubo. Dá bons frutos durante dez até quine anos; depois cortam-se, brotam novamente da raiz, e dois anos depois voltam a frutificar abundantemente (p. 128 e 129).

Segundo os últimos dados, prossegue Adalberto da Prússia, citado, “a ilha de Marajó possui cerca de 20.000 cabeças de gado, que ao lado do arroz cultivado em larga escala naquela ilha, em grande parte plana e pantanosa, constitui o seu primeiro artigo de comércio. O solo desta grande ilha tão favoravelmente situada para o comércio é, ademais, apropriado a qualquer outra cultura da zona quente” (p. 227).

E pertence aos naturalistas bávaros Spix & Martius (1976) talvez a mais detalhada observação sobre a região. Na obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, eles iniciam reclamando da qualidade da comida e, ao mesmo tempo, registrando as técnicas a que já se recorria para armazenar e conservar a farinha na Amazônia.

Infelizmente, a comida não é tão boa e saudável como se deveria esperar da fertilidade da terra. O homem do povo nutre-se principalmente de farinha de mandioca, peixe seco e carne salgada, estes últimos vindos da vizinha ilha de Marajó. A farinha, obtida da raiz de mandioca, é submetida aqui, como em geral nas partes mais setentrionais do Brasil, a um tratamento posterior, que tem como fim torná-la menos suscetível a deteriorações (p. 19).

Referem-se à ilha de Marajó como “a dispensa da capital, onde se cria muito gado bovino, que é trazido dali em pé ou já abatido, salgado e seco”, informando que o Pará se gaba de ter não menos do que 40 artigos de exportação, sendo, dentre todas as demais cidades, a que tem maior número de artigos de exportação (p. 19), dentre os quais se destacavam:

Açúcar, cachaça, melado, café, cacau, baunilha, algodão, bálsamo de copaíba, estopa, alcatrão, copal, pau-amarelo (tatajuba, guriúba), mui finas madeiras de marcenaria (como muirapinima, jacarandá, pau-violeta ou pau-da-rainha, pau-cetim), madeiras de construção, fumo, piaçaba, salsaparrilha, tapioca, arroz, goma (tanto da raiz de mandioca, quanto de outros tubérculos), borracha (da seringueira), favas de pixurim, favas de Tonka, polpa de tamarindo, canela de cravo, aqui chamado cravo-do-Maranhão (*Cassia caryophyllata*), anil, urucu, castanhas do Maranhão e pequenas quantidades de canela, cravo da Índia, noz-moscada, guaraná vermelho chica (carajuru) e âmbar. Além disso, cumpre mencionar como produtos da criação de gado na ilha de Marajó: couros brutos e curtidos, chifres e pontas, que são exportados para a Europa; e, finalmente, cavalos, que, desde alguns anos, obtém bom preço nas possessões inglesas de Antilhas, especialmente em Barbados (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 26).

E defendem, há 195 anos, o subsídio do sal para fomentar a criação de gado. Alegam que “sem dúvida, seria vantajoso para o governo brasileiro fomentar importação do sal ao mínimo preço possível e, com isso, auxiliar a criação do gado bovino, que no Solimões é

muito escasso. Mesmo as maiores colônias não possuem mais de 50 ou 60 cabeças, e reina ali o preconceito que não se deve mungir as vacas” (p.171). Como o gado bovino ainda é extremamente raro aqui, esses quelônios o substituem, e todos os moradores têm perto da casa uma poça onde eles são conservados como provisão para o inverno (p. 176).

Acrescentam, ainda, um dado revelador de nossa irracionalidade comercial: “grandes remessas da aguardente comum vão para os Açores e para Portugal, de onde é reenviada ao Brasil, em parte retificada” (p.27), ou seja, mais ou menos o que se continua fazendo hoje: exporta-se minério de ferro bruto e importa-se aço!

Também se cultivava o cacau; o algodoeiro, cujos fios ficam amarelados pela umidade excessiva; o café; o fumo; o arroz, milho, feijão e mandioca progridem excepcionalmente e dá colheitas tão abundantes, como em nenhuma outra parte do Brasil tropical; menção particular merece o ananás, que, em várias hortas dos arredores, sem cuidado especial, chega a tal tamanho, suculência e sabor, que justifica o seu título de rei dos frutos tropicais (p. 27); há também o abacate (*Persea sapidíssima* Gaertn.), o abiu (*Achras caimito* R.P.), de polpa doce mucilaginoso e o chamado abricó-do-pará (*Mammea americana* L.), uma ameixa as vezes do tamanho da cabeça de criança, que na cor e no sabor se assemelha ao abricó europeu. As outras frutas do Brasil quente, as atas ou frutas-do-conde, cajus, goiabas, mangas, mangabas e laranjas, dão excelentemente (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 27, 28).

Para mais rigoroso conhecimento da importação e exportação do Pará, servem os dados fornecidos pelo cônsul britânico no Pará, Sr. H. Dickinson, o qual informa que a Inglaterra recebe especialmente do Pará: algodão, cacau, café, salsaparrilha, castanhas do Maranhão, pau-amarelo, couros de boi; e manda em troca artigos de algodão, de linho, presunto, bacalhau, sal, manteiga, cerveja Porter, queijos, artigos de vidro, de barro, ferro, latão de cobre, estanho, chumbo, pólvora e balas, máquinas, alambiques, cabos e cordas, lona, tintas, óleo para pintar, medicamentos, papel, âncoras, cabos, chapéus, roupas, panos, sapatos e alguma farinha (p. 41).

Segundo esses naturalistas, a criação de porcos é de fato recomendada por todos os fazendeiros inteligentes, porém é ainda muito pequena. Carneiros, quase não se vêem em parte alguma; e parece também que as regiões úmidas daqui são-lhe muito menos adequadas do que os morros ressecados do Ceará. Tudo aqui tem o cunho da fartura e da incúria nos negócios, que só se desculpa com a riqueza do solo (45).

De acordo com Spix & Martius (1976), as fazendas do governo, Arari e Chaves, possuem 40.000 e 30.000 cabeças de gado bovino respectivamente; Arari além disso possui 10.000 cavalos. Também os carmelitas do Pará e os mercenários, cujo convento se reuniu

mais tarde ao do Maranhão, da mesma Ordem, possuem ali diversas estâncias, outrora pertencentes aos jesuítas, e pode-se calcular qual a sua fartura em gado por ter o Bispo Brandão deplorado o fato de receber cada mercenário (Ordem de “La Pietà”, como é chamada em Roma), diariamente, 6 libras de carne de boi e o superior 12 libras. Um boi vale, ali, de 4\$000 a 5\$000; um cavalo, de 6\$000 a 10\$000; uma égua, que até agora não se emprega para serviço algum, apenas de 1\$000 a 2\$000 (p. 70).

Apenas uma pequena parte do terreno fértil é votado à lavoura, particularmente a do café, visto que os habitantes preferem aproveitar-se dos abundantes pés de salsaparrilha e cacaeiros nativos, nas ilhas próximas e ao longo do Rio Xingu (p. 74).

Entre as plantas cultivadas, continuam Spix & Martius (1976), destacam-se: o milho (*Zea mais*) *Musa paradisíaca*, o aipim (*Manihot aipi* Pohl.), a mandioca (*M. utilíssima* Pohl.), o pimentão (*Capsicum anuum*) e a palmeira pupunha (*Guilielma speciosa*), que inspiram esta observação. Todas estas plantas trazem em si o cunho de longo cultivo, pois ou já existem em muitas variedades, ou os seus frutos foram pouco a pouco perdendo as sementes (p. 99).

Costuma-se nesta região preparar conserva da polpa do tamarindo com açúcar e usá-la como limonada. Também urucu, balsamo de copaíba, borracha, favas Tonka e pixurim são remetidos daqui para o Pará; mas muito mais considerável é o comércio feito com a salsaparrilha e, desde algum tempo, também com o algodão e o café (p.133).

Mas alguns desses “índios” não apenas dominavam as técnicas agrícolas, mesmo que rudimentares, mas igualmente já haviam aprendido a domesticar animais, causando grande impacto em Spix & Martius (1976), como fica evidente quando questionam: “De onde as tribos mais remotas, por exemplo, as do Rio Apaporis e do Rio dos Enganos, dois afluentes setentrionais do Japurá, receberam numerosa criação de nossa galinha caseira, é para mim um enigma inexplicável. Na vida doméstica do índio, representam as referidas aves um papel importante” (p. 117); e ainda, quando se referindo aos índios Jumanas (Japurá) eles voltam a informar que:

Essas índias tinham uma criação considerável de galinhas, das quais nos forneceram abundante provisão; nem bois, carneiros e porcos se encontram em toda a bacia do Japurá e os animais domésticos mais comuns são galinhas e cachorros, duas espécies de animais, cuja presença entre os índios bravios, nas baixas e cálidas vargens da América do Sul, antes da chegada dos Europeus, é muito problemática. Donde foi que recebeu essa remota tribo a útil ave doméstica, que, embora indígena nos climas quentes das Índias, é igualmente e se prova também amiga do homem produtiva em todos os climas? Encontrei diversos índios, que conheciam a castração dos galos (p. 192).

O extrativismo, naturalmente, está presente no relato de Spix & Martius (1976), especialmente em relação à borracha, cuja abundância eles anotam e informam que os índios

do Pará aprenderam com os Cambevas (Omáguas) o preparo da borracha, da qual fazem seringas, sapatos, botas e chapéus (p. 183); e da castanha que eles informam que “do mês de maio até julho, amadurecem os grandes frutos, contendo as castanheiras que são então colhidas pelos habitantes e vendidas a 640 réis o alqueire” (p. 258).

Em Barra do Rio Negro, continuam, vende-se uma rede ou maqueira dos miranhas por \$500; em Pará, custa ainda mais caro. Dizem que alguns milhares delas vão ao mercado anualmente, sendo parte remetida para as Índias Ocidentais. Os traçados dos miranhas são manufaturados, não com algodão, mas com as fibras, tucum, de folíolos de palmeira, particularmente da *Astrocaryum tucumã* ou *vulgare* (p. 211).

A presença de agroindústrias, administradas pelo governo, é outra constante no relato de Spix & Martius (1976), bem como de outros naturalistas, como se verá em detalhe no capítulo 3.

E a presença do poder público na atividade econômica não ficou restrita a um governo. Segundo Spix & Martius (1976) o governo era o grande animador do processo econômico, como fica evidente nesse trecho: “no governo do Sr. Vitório da Costa, foi iniciada, perto da entrada do lago, uma grande plantação de algodão, de cujo cultivo são encarregados os índios, em serviço forçado ou mediante exíguo jornal” (p. 162/163).

Os exemplos da forte presença do governo na economia são abundantes no relato de Spix & Martius (1976), evidenciando que a chamada “mão invisível” de Adam Smith (2008), pela qual o mercado se auto-regularia, não funcionou. Prevaleceu mesmo a lógica de que “às vezes o governo pode ajudar a melhorar o próprio mercado” (MANKIWI, 2001), como o relato dos naturalistas demonstra ao afirmarem que “na manhã seguinte, prosseguimos na viagem pela margem norte do Solimões acima, e passamos pela fazenda de café, chamada Caldeirão e pertencente ao governo. Embora esse estabelecimento exista só desde poucos anos, já produz, entretanto, anualmente, 300 arrobas de excelente café” (p. 135) ou, ainda, que “aqui (Barra do Rio Negro) no lugar onde o rio se reduz a ¼ légua de largura, existe ao lado meridional o sitio de Paricatuba, pertencente ao ouvidor. Mais para dentro, à margem setentrional, está Tarumã, fazenda do governo, fundada pelo Governador Vitório da Costa” (p. 237).

Ao adentrarem o alto Solimões Spix & Martius (1976) registram que “aqui existem muitas roças de mandioca” (p. 177); a fertilidade do Japurá, dizem, é incrível. “Vi raízes de mandioca pesando 30 libras, e cachos de bananas de 100 libras. Os juris, que encontrei no lugar, civilizados e de boa índole como pareciam, trouxeram-nos grandes potes com toda a

sorte de bebidas, fabricadas pelas mulheres, às quais, além dos outros afazeres domésticos, competia também isto” (p. 197).

Pelo fato de o Solimões adubar muito mais as suas margens e serem elas gordas e férteis, parece que todos os seres vivos correm para ali. Quando navegávamos no Amazonas e Solimões, nunca nos faltava caça, e cada laço da tarrafa nos trazia 50 a 100 peixes de diversos tamanhos. O contrário se dá nas águas escuras do Rio Negro. Nem a mata nem as águas oferecem presas, e pode-se estar a pescar o dia inteiro, sem apanhar um só peixe (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 238).

Na verdade, insistem, a extraordinária fertilidade do Solimões faz com que, apesar de todos os carapanãs e de outras pragas, as suas povoações sejam muito mais habitadas do que as do Rio Negro. Nas margens pedregosas e mais secas deste último, não medram senão a mandioca, o café, o anil; e, de Santa Isabel para cima, aparecem abundantes as favas de pixurim e piaçabeira. Estes produtos prosperam aqui excelentemente num clima para o qual parecem criados, porém até hoje pouco têm cultivados e utilizados. Também o milho, feijão, batata-doce, melancia, ananás, dão bem aqui, e as castanhas-do-maranhão encontram-se em abundância. Embora não esteja num dos melhores lugares esta plantação, pode, entretanto, servir de animador exemplo, assim como algumas outras das cercanias de Barra, que produzem anualmente 500 arrobas de café e algodão (SPIX e MARTIUS, 1976, p. 238, 239).

E fazem uma detalhada explanação da produção no rio Branco, Roraima.

Durante a minha viagem, estavam em flor os mandiocais; por outro lado, já davam fruto o milho, o arroz, o café, o cacau, a salsaparrilha. O arroz dá duas vezes ao ano; o milho só é plantado uma vez. A mandioca fica um ano inteiro na terra; depois de desenterradas as raízes, os restolhos são queimados e a roça plantada durante 3 anos só de bananeiras, mamona, etc. A cana-de-açúcar brota anualmente dos tocos que ficam na terra, e muitos anos seguidos faz-se o corte das mesmas soqueiras, quando se preenchem por novos olhos as lacunas das que morreram. Pouco a pouco, entretanto, se vão tornando muito duras e lenhosas as canas; arranca-se, então, todo o canavial. Os pés de café duram de quatro a cinco anos, e já dão colheita no primeiro ano; colhem-se os frutos duas vezes ao ano. O milho é plantado antes do tempo das águas, por exemplo, em novembro. Deitam-se três grãos em cada cova, e de cada semente nasce um pé, produzindo em geral cada um três a quatro espigas, que amadurecem ao cabo de dois meses (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 241).

Ao visitarem Maués Spix & Martius (1976) observam que a vila estava cheia de índios, que haviam trazido pastas de farinha e de guaraná para vender. Eram pequenas as suas embarcações, cada uma guarnecida apenas com quatro remadores, e repletas de carregamento, a ponto de irem a pique. Compramos algumas libras de guaraná a 1\$000 cada, preço do mercado. Achava-se o Amazonas, nessa ocasião, ainda em considerável enchente, e a navegação para baixo exigia grande cautela (p. 255).

O naturalista inglês Alfred Russel Wallace (2004), em *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, registra dados semelhantes aos de Spix & Martius (1976). Ao chegar a Manaus, no dia 31 de dezembro de 1849, a descrição que ele faz da cidade corresponde a um amontoado de bárbaros.

“Era uma vila de 5 a 6 mil habitantes, ruas esburacadas e sem qualquer calçamento, onde uma ou outra pessoa sabia falar português – a imensa maioria só falava a língua geral – não havendo ali qualquer outra diversão, se assim podemos considerar, que não seja a de beber e jogar. A maior parte da população nunca abre um livro ou trata de empregar o seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual” (WALLACE, 2004, p. 213-215).

Wallace (2004), então, analisava as vantagens comparativas da região amazônica em relação à Inglaterra, por exemplo, concluindo que “a navegação é segura e ininterrupta, pois toda essa região é cortada de igarapés e rios”. Nesse sentido, concluía, que “todos os estabelecimentos agrícolas poderão assim ter transporte fácil, por água, para a exportação de todos os produtos da lavoura” (p. 119).

Como os demais naturalistas que resenharam a região, Wallace (2004) não escapou à carga de preconceitos contra os índios, o que faz com que ele emita opiniões extremamente contraditórias sobre povos que ele acabara de contatar. Em suas próprias palavras os índios são a um só tempo: “indolentes” (p.119); fornecedores de produtos para o comércio com o Pará, como a “industriosa tribo dos mundurucus” (p. 185); “intelectualmente superiores a de outras tribos do sul do Brasil e de outras partes da América do Sul” (p.575); “capazes de aprender prontamente e bem a vários ofícios” (p.576); “remadores eficientes e determinados, capazes de remar, sem dormir, por dois dias ininterruptos” (p.247) como tripulantes das canoas que fazem comércio com o Pará (p.576) e, ainda, “povos que se dedicam à agricultura” (p.581-2).

Diante de tantas contradições é oportuno questionar se o preconceito de Wallace (2004) decorria de eventual limitação acadêmica ou tinha motivação geopolítica. A sua pregação de que “a indolente disposição do povo e a falta de braços para a lavoura impedem o desenvolvimento e exploração de todas as possibilidades desta rica região, enquanto não se estabelecer colônias de norte-americanos e europeus” (p.119), sugere que a sua motivação era ideológica.

Em absoluto contraste com as observações preconceituosas do naturalista inglês Alfred Russel Wallace, parece não restar dúvidas quanto ao fato de que no período de sua visita a Amazônia havia uma atividade agrícola regular e recorrente na região, segundo as suas próprias observações e registros em diversas passagens de sua obra.

Ele diz, por exemplo, “que em toda a roda da povoação, por alguma milhas de extensão, nos terrenos altos e secos, há cafezais e matos de segundo crescimento” (p. 98); registra o fenômeno do **veranico**³, pelo visto já presente na Amazônia, ao relatar a aflição de um nativo que lhe informou “que já fazia três meses que ali não chovia, e que as roças estavam, em consequência disso, ficando muito prejudicadas” (p. 103); assim como que “havia, perto do rio, uma casa, com inúmeras laranjeiras, e, lá bem no alto, no chapadão, viam-se um mandiocal e um cafezal” (p. 110); relata, inclusive, a existência de **agroindústrias** “em uma fazenda, onde havia um engenho de cana-de-açúcar” (p. 117); mas, ressalta, “aqui, prefere-se mais fazer borracha, colher cacau e apanhar castanhas, em vez da cultura regular do solo” (p.118).

Ora, isso é racionalidade pura, não indolência, na medida em que o extrativismo de maneira geral era mais rendoso, como ele próprio informa ao afirmar que “quando um índio consegue formar uma plantação de uns 2.000 pés de cacauzeiros, passa uma vida ociosa, calma, e contente” (p. 189), pois “o preço do cacau é de cerca de 3 shillings por arroba (32 libras de peso)” (p. 190).

Descreve a atividade extrativa anotando que “veem-se também castanheiras, que dão as nozes do Brasil, nas margens do rio, estando muitas delas carregadas de frutos” (p. 110) e que “o leite da seringueira é colhido todas as manhãs, em grandes vasilhas univalves, que se espetam e se encostam ao tronco da árvore”; leite esse que “serve para fabricação de sapatos ou de botas, moldadas em barro, e em pedaços chatos, que são os destinados à venda” (p. 116);

Em todos os lugares, por onde passamos, insiste Wallace (2004), “podem ser cultivados vantajosamente a cana-de-açúcar, o algodoeiro, o cafeeiro, e o arroz, em qualquer quantidade que se queira, e podendo produzir-se igualmente os das melhores qualidades”, assim como “não há no mundo nenhuma outra região com capacidade para produzir tão abundante e tão variadamente tudo que se queira, como aqui” (p. 119).

O comércio local, informa Wallace (2004), consiste principalmente na “exportação de castanhas, salsaparrilha (que é a melhor do Amazonas), farinha, peixe salgado, sendo alguns desses artigos obtidos dos índios mundurucus, **industrialosa tribo que habita** o rio Tapajós” (p.185).

³ O **veranico** é um fenômeno meteorológico caracterizado por um período de estiagem, acompanhado por calor intenso (25-35 °C), forte insolação e baixa umidade relativa em plena estação chuvosa. É muito prejudicial à agricultura.

E não deixa dúvidas quanto ao caráter regular da atividade agrícola ao afirmar:

São povos que se dedicam à agricultura, tendo residências fixas, e cultivam vários produtos da lavoura, tais como: mandioca (*Jatropha manihot*), cana-de-açúcar (*Saccharwn officinarum*), batata-doce (*convolvulus batata*), cará, inhame (*Dioscorea speciosa*), palmeira pupunha (*Gulielma speciosa*), cocura (um fruto como uva), abacaxis (*Ananas sativa*), milho (*Zea mays*), urucu ou arnoto (*Bixa orellana*), bananas (*Musa speciosa*), abios (*Lucuma caimito*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), ingá (*Inga speciosa*), pimenta (*Capsicum speciosuum*), tabaco (*Nicotiana tabacum*) e plantas para tintas e cordoalhas (p. 581/582).

Mas indica, igualmente, o caráter rudimentar da atividade produtiva no estado do Amazonas ao mencionar um roçado tradicional, assim por ele descrito:

Imaginei as arvores de uma floresta virgem, derrubadas todas, mas de maneira que os seus troncos caíam uns sobre os outros, em todas as direções concebíveis. Depois de ficarem assim a secar durante algum tempo, são em seguida queimadas. O fogo, contudo, por ocasião da queima, às vezes não é suficiente, e consome somente as folhas, os ramos e galhos. A parte restante permanece inteira, apenas enegrecida e carbonizada. Nessas condições, em seguida, planta-se a mandioca, sem qualquer outro preparo do solo (p.278).

Como se sabe essa realidade, 164 anos após a visita de Wallace pouco se alterou, não por preguiça ou indolência, mas pelo caráter de classe do estado e o tradicional descompromisso da classe dominante para com as demandas dos trabalhadores rurais, como bem demonstraram Marx (2011b) e Hobsbawn (1998). No *Dezoito Brumário* e em *Os camponeses e a política* eles sustentam que os camponeses são uma classe em si, mas não uma classe para si, necessitando, portanto, serem representados e que, por isso mesmo, só raramente os governos dispensam alguma atenção às suas reivindicações.

E Wallace (2004) se mostra deveras encantado com os povos do rio negro.

Embora eu já estivesse, desde três anos, na região, e já houvesse visto índios de todos os tipos e de todos os matizes, quanto a sua cor, e em todos os graus de civilização, senti, então, pela primeira vez, que estava, de fato, num meio algo desconhecido, ficando verdadeiramente estupefato, como nunca me havia sucedido, como se eu houvesse sido instantaneamente transportado para um país distante e desconhecido (p.576).

Cuja narrativa revela um estado de euforia, de quase êxtase.

Os seus tipos são geralmente soberbos e eu nunca tive tanto prazer em contemplar tão lindos exemplares de estatuária, como são os destas vivas ilustrações de beleza da espécie humana. O desenvolvimento de seu tórax é tal, que acredito nunca tenha existido entre os mais bem conformados europeus, pondo à mostra uma esplêndida série de ondulações convexas, sem uma cavidade sequer em qualquer parte do corpo (p.577).

Dentre os naturalistas da época talvez Agassiz (2000) seja o que destilou maior carga de preconceitos contra os nativos da região, o que faz com que suas anotações se voltem muito mais para esse aspecto do que para qualquer outro fato. Em *Viagem ao Brasil 1865-186* chega mesmo a defender o eugenismo, que mais tarde seria a base da teoria nazista, ao

sustentar a superioridade da “raça branca” em relação aos nativos, razão pela qual defendia uma maior presença branca na região nos seguintes termos:

Não somente a população branca é muito escassa para suprir a tarefa que tem diante de si, como essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Ela apresenta o singular fenômeno duma raça superior recebendo o cunho duma raça inferior, duma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens. Nas povoações do Solimões, as pessoas que são consideradas como da aristocracia local, a aristocracia branca, exploram a ignorância do índio, ludibriam-no e embruteçam-no, mas tomam não obstante os seus hábitos e, como ele, sentam-se no chão e comem com as mãos (AGASSIZ, 2000, p. 239).

E, ainda, após reconhecer nos brasileiros qualidades como “a impressionabilidade pelos movimentos elevados e pelas emoções generosas, o amor teórico da liberdade, a generosidade natural, a aptidão para aprender, a eloquência fácil” ele destila seu preconceito: “Se não encontrei neles algo da energia e tenacidade das raças do Norte, não me esqueço de que esta é uma distinção tão antiga quanto a que guardam entre si as próprias zonas temperada e tórrida” (p.470), sugerindo que tais diferenças seriam uma decorrência do determinismo geográfico de Ratzel (2013).

Por outro lado, informações de Agassiz (2000) – e de outros naturalistas - sobre o desapareço dos índios aos bens materiais sugere que eles ainda viviam num estágio pré-capitalista quando do contato com os europeus, seja com base na teoria das três idades (pedra, bronze e ferro) proposta por Christian Jürgensen Thomsen (DIAKOV & KOVALEV, 1976), na teoria dos três estágios (selvageria, barbárie e civilização) de Morgan (2009) e ou na sistematização marxista (MARX, 2008 b).

Lewis Henry Morgan (2009), em *Ancient Society*, diz que “como é inegável que partes da família humana tenham existido num estado de selvageria, outras partes num estado de barbárie e outras ainda num estado de civilização, parece também que essas três distintas condições estão conectadas umas às outras numa sequência de progresso que é tanto natural como necessária (p. 49).

A partir desse pressuposto Morgan (2009) sustenta que “a ideia de propriedade surgiu durante a selvageria e requereu toda a experiência daquele período e da subsequente barbárie para desenvolver-se e preparar o cérebro humano para a aceitação de sua influência controladora. Sua dominância, como uma paixão acima de todas as outras, marca o começo da civilização” (p.52, 53).

Em *A Questão Agrária*, escrita por volta de 1898, Kautsky (1998) ressalta que “a oposição entre capitalistas e proletários não é a única da sua época. Ao lado dessas classes e entre ambas há, de um lado, os monarcas e respectivos cortesãos e, do outro lado, diferentes

tipos de lumpemproletariado que constituem produtos de forma pré-capitalista” (p. 33), dentre os quais estava o camponês.

Kautsky, citado, assegurava que a família camponesa medieval se constituía numa unidade social completamente ou quase totalmente autossuficiente. Ela própria produzia seus produtos de consumo pessoal, sua habitação, seus móveis e utensílios domésticos, a maioria das ferramentas toscas de que necessitava, curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia suas próprias roupas. Só ia ao mercado para vender o excedente de sua produção e comprar o mínimo indispensável do que não produzia, como o ferro, por exemplo. A ausência do mercado poderia até comprometer sua comodidade, o luxo, jamais a sua própria existência. Formavam uma cooperativa autossuficiente e indestrutível (p. 37).

O camponês descrito por Kautsky produzia praticamente tudo para seu autoconsumo, inclusive máquinas e ferramentas, no que guarda enorme semelhança com o grau de desenvolvimento das forças produtivas encontrada entre alguns de nossos povos “indígenas” quando do contato inicial com os europeus.

E Karl Marx (2008 b), no *O Capital* demonstra que “além dos artesãos, essa categoria compreende particularmente o camponês, pois nas condições pré-capitalistas, na medida em que admite a existência de pequenos produtores autônomos, a maioria deles é constituída necessariamente pela classe camponesa” (p.788).

E essa autossuficiência, tanto na sociedade camponesa quanto indígena, foi se perdendo com o avanço do sistema capitalista de produção, na qual o artesanato cedeu espaço à produção em escala, eliminou habilidades culturais historicamente adquiridas e transformou sociedades outrora autossuficientes em legiões de miseráveis.

Foi assim, sentencia Kautsky (1998), que o “camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um simples agricultor”. E quanto mais ele se transformava em agricultor, prossegue Kautsky, quanto mais se completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desaparecia aquela autossuficiência, segurança e conforto da existência camponesa que Sismondi encontrara aqui e ali entre os camponeses livres (p. 40).

O camponês descobre, então, que o mercado é mais imprevisível que o tempo. Aprendera a lidar e a superar os obstáculos climáticos, mas não sabia o que fazer diante dos preços baixos ou diante de uma grande quantidade de produtos agrícolas encalhado, ou seja, a “benção” do passado (uma boa colheita) se tornara a desgraça do presente, na medida em que os preços costumam oscilar para cima ou para baixo precisamente em decorrência das safras (p. 41).

E “quanto mais a produção agrícola se transforma em produção de mercadoria, menor era sua condição de conservar o primitivo nível de venda direta do produtor ao consumidor” (p. 41), fenômeno que se intensificava em decorrência das distâncias dos mercados e da precária infraestrutura para transportar a produção agrícola, o que aumentava ainda mais a dependência do camponês do intermediário que, por sua vez passava a explorar cada vez mais o camponês.

Esse cenário descrito por Kautsky (1998) demonstra de forma cabal que se o poder público não criar as condições de infraestrutura e de espaço coletivo de comercialização o produtor rural se torna extremamente vulnerável, presa fácil da sanha dos especuladores. Eis porque experiências como o “Formigão da Sepror” e as feiras de comercialização direta entre o produtor e consumidor, tipo feirão da Sepror, organizadas pela Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) tiveram tamanha repercussão e foram recebidas com tanto entusiasmo pelos trabalhadores rurais.

No auge da política neoliberal, de elevado culto ao “deus mercado”, esse tipo de ação social passou a ser visto como uma deturpação à livre concorrência, na medida em que tanto pelos preceitos da economia clássica de Adam Smith (2008) quanto pelo receituário neoliberal de Friedrich Hayek (1977) o mercado se autorregula, não devendo sofrer qualquer interferência. Não consideraram nem mesmo as ponderações de outros economistas burgueses, como Gregory Mankiw, por exemplo, que admite que “às vezes o governo pode ajudar a melhorar o mercado” (MANKIW, 2001).

A caracterização feita dos nativos da região guarda enorme semelhança com a descrição teórica desses pensadores, senão vejamos no dizer de Agassiz (2000) em várias passagens de sua obra:

Encontramos a princípio alguma dificuldade em conseguir empregados. É a estação da pesca; os homens vão para longe, para secar e salgar o peixe; além disso, não falta muito para a época de apanhar ovos e fabricar manteiga de tartaruga e, então, só as mulheres ficam nos povoados (p. 220).

E os hábitos dos índios são tão pouco regulares, eles ligam tão pouca importância ao dinheiro, tendo meios para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um deles é mais do que provável que se suma no dia seguinte. Um homem dessa raça é muito mais sensível ao bom trato, à oferta dum bom copo de cachaça, que ao ordenado que se lhe oferece e que não tem valor algum a seus olhos (p. 221).

Admiro-me sempre da ingênua afabilidade dessa gente tão diferente dos nossos índios do Norte, tristes e carrancudos, não gostando de conversar com os estrangeiros. A cordialidade de seu acolhimento depende, porém, muito da maneira por que são abordados (p.223).

Os índios, mesmo o que vivem nas vilas e povoados, são singularmente ignorantes sobre o valor das coisas; deixam-se enganar a um ponto tal que ultrapassa o acreditável e permanecem presos toda a sua vida ao serviço dum homem,

ingenuamente persuadidos de que têm uma grande dívida a pagar quando, de fato, eles é que são credores. Além dessa escravidão virtual, existe um verdadeiro comércio de índios. As autoridades bem que fazem para se opor a ele, mas são impotentes (p.239).

O desaparecimento material dos índios não era por limitação intelectual, até mesmo porque Agassiz (2000) reconhece neles uma inteligência superior. Inteligência essa, aliás, observada e relatada pelo Príncipe Adalberto da Prússia (2002) e Alfred Russel Wallace (2004), dentre outros. Diz Agassiz:

Ficamos admirados da aptidão que essas crianças manifestam pelas artes civilizadas, para as quais se mostram tão pouco hábeis os nossos índios da América do Norte. É preciso, porém, não esquecer que temos diante dos nossos olhos, no próprio solo em que viveu a sua raça, os herdeiros diretos dos povos que fundaram as antigas civilizações do Peru e do México, incomparavelmente superiores a não importa que outra organização social de que se encontraram vestígios entre as tribos do Norte (p.197).

Mas Agassiz (2000), nos raros momentos em que se livra do preconceito, manifestava otimismo em relação ao futuro do Brasil. Sustentava, porém, que isso só seria possível “Se algum dia as faculdades morais e intelectuais do povo brasileiro se puserem em harmonia com a maravilhosa beleza e as riquezas imensas que o país recebeu da natureza”, quando então, afirmava, “não haverá outro país mais feliz sobre a terra”, especialmente quando o país se livrar da influência nociva do clero (p.454).

E naturalmente descreve uma realidade agrícola, embora presente, já bastante alterada em relação a outros registros históricos, o que se explica pela fuga em massa dos índios para os locais mais distantes em decorrência da perseguição dos europeus. Ele assim descreve a fabricação de farinha de mandioca:

Pela manhã, as minhas amigas índias me mostraram como se prepara a mandioca. Essa planta é de inestimável valor para os pobres: ela lhes dá a farinha - espécie de fécula grosseira que lhes substitui o pão - a tapioca e ainda uma espécie de bebida fermentada a que chamam tucupi, dádiva de valor duvidoso, pois que lhes fornece o veneno da embriaguez. Uma vez descascados os tubérculos da mandioca são ralados num ralador grosseiro. Obtém-se assim uma espécie de pasta úmida, com que se enchem tubos de palha, elásticos, feitos de fibras trançadas da palmeira jacitara (Desmonchus) (p. 185).

Bem como detalha os equipamentos de um forno de farinha típico da região:

Embaixo deste telheiro existem quatro grandes fornos de barro em que se veem grandes bacias empilhadas até em cima, amassadeiras, peneiras e todos os apetrechos necessários para as diferentes manipulações da preciosa raiz. Um desses apetrechos é característico: é um grande caso de tartaruga, como as que se podem ver em todas as cozinhas, onde fazem às vezes de vasos, tigelas, etc. Suponho que essa pequena instalação serve a um certo número de famílias, pois não há manhã em que eu não encontre com grupos de índios dirigindo-se para aí; as mulheres levam às costas essas cestas fundas, muito semelhantes as alcofas dos suíços, presas a cabeça por uma tira de palha, ao mesmo tempo que carregam os seus filhinhos enganchados nos quadris, para que possam ter as suas mãos sempre livre (p. 222).

Encanta-se com Tefé e destaca seus pomares. Segundo Agassiz (2000) de todas as pequenas aglomerações urbanas que ele viu na Amazônia, Tefé é aquela cujo aspecto é mais risonho e agradável. As casas, geralmente construídas de barro e caiadas de branco, são cobertas de telhas ou folhas de palmeira. Quase todas são rodeadas por um pomar, cercado de estacas e plantado de laranjeiras e palmeiras tais como coqueiros, açáis, pupunhas ou palmeiras de pêssego (p. 213).

Ao se referir a um banquete que lhe foi oferecido pelo Dr. Epaminondas, presidente da província, novamente registra a variedade e a abundância de frutas:

Não havia, na verdade, nem gelo, coisa pouco fácil de se obter neste clima, nem champanha; essas duas exceções eram, no entanto, sobejamente compensadas por uma profusão de frutas tropicais que em outro lugar qualquer não se conseguiria por preço algum: ananases enormes, abates verdes e vermelhos, pitangas cor de púrpura, atas (frutas-do-conde), abios, saptis, bananas das mais disputadas espécies, bem como grande variedade de maracujás (os frutos da *Passiflora*) (AGASSIZ, 2000, p. 277).

Observa que embora “o caráter e os costumes dos brasileiros não sejam os de um povo de agricultores, o Brasil é, segundo me parece, um país essencialmente agrícola, e certos acontecimentos recentes de sua história confirmam tal acerto” (p. 460). E informa que o país possuía outrora “grande variedade de produtos agrícolas, mas o número de plantas que ora nele se cultivam em grande escala é bastante reduzido. Os esforços da agricultura se concentram no café, no algodão, açúcar, fumo, mandioca, alguns cereais, feijões e cacau” (p. 460), o que evidencia uma atividade agrícola regular.

Informa que “a cana de açúcar foi, por muito tempo, o principal objeto de cultura e ainda é bem considerável a produção açucareira; mas, de alguns anos para cá, as plantações de cana cederam lugar, em grande número de distrito, aos cafezais” (p.461, 462, 463), os quais são regularmente cultivados. Indica, também, como atividade econômica a exploração da madeira, frutos, resinas, óleos, matérias corantes e fibras têxteis, as quais se podem conseguir facilmente na Amazônia (p.464).

E com isso tudo, desabafa, “os habitantes de uma região tão fértil sofrem fome; a insuficiência dos gêneros de alimentação é evidente, mas provém unicamente da incapacidade dos habitantes em aproveitar os produtos naturais da terra” (p.465).

O cenário descrito por Agassiz já era bem distinto da realidade encontrada por Carvajal, Acuña e por outras naturalistas que resenharam a região antes do século XIX.

Mesmo assim ainda havia uma atividade agrícola regular que no ano de 1883, segundo Loureiro (2007), tinha no cacau (*Theobroma cacao L.*) e no guaraná (*Paullinia cupana Kunth*), seus principais produtos de exportação. Neste ano, a indústria extrativa animal e vegetal foi responsável por uma exportação de 14.192.109.485 Réis contra uma exportação de

apenas 274.207.920 Réis dos demais produtos agrícolas, enquanto a pecuária teve um desempenho ainda mais modesto, ficando em 15.401.450 Réis.

Se avançarmos para os dias atuais, também, não há uma mudança significativa. Fraxe et al. (2008) analisa que um componente importante na agricultura praticada pelos caboclo-ribeirinhos nos ecossistemas de várzea e terra firme na Amazônia são os sistemas agroflorestais – SAFs, denominados como sítio ou quintal, nos quais cultivam uma variedade de cultura de ciclo anual, perene e espécies florestais, além da criação de animais. As atividades desenvolvidas nos SAFs, aliadas ao extrativismo animal (pesca e caça) e vegetal, constituem as principais práticas de subsistência dos habitantes dos agro-ecossistemas amazônicos.

O cenário descrito acima, como se percebe, guarda semelhança com o tipo de atividade agrícola desenvolvida pelos povos Tupi quando da chegada do invasor europeu no litoral brasileiro, conforme anota Ribeiro (2006).

Quando Euclides da Cunha (2006) chegou ao Amazonas no início do século XX (1904) a realidade era ainda pior, sugerindo que a colonização havia destruído toda a atividade produtiva dos nativos e nada tinha colocado no lugar. Na sua *À margem da história* ele vai se espantar com o que aqui encontra e sustenta que a impressão dominante que teve é que “o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem; tudo está em construção!” (p.18).

É nesta desordem em construção que Cunha (2006) vai encontrar o seringueiro, ou melhor, os “homens que trabalham para escravizar-se” (p.28,51), pois dificilmente conseguirão pagar as despesas impostas pelo patrão e, portanto, estará proibido de deixar o seringal; homens submetidos a regulamentos que “lendo-os, se vê o renascimento de um feudalismo acanhado e bronco” (p. 30) tamanho são os absurdos nele contido, como multa de 100\$000 para qualquer descuido profissional e a proibição de comprar qualquer coisa fora do barracão do patrão.

Sem mencionar, sustenta Cunha (2006), que a atividade do seringueiro, desde o primeiro golpe de machadinha, “constringe-se para logo num círculo vicioso inatural: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os esforços e as fadigas para saldá-la; e vê-se completamente só na faina dolorosa” (p.51).

A esse propósito o escritor português Ferreira de Castro (1989), que escreveu sua obra prima *A Selva* quando morava em Humaitá, Amazonas, transcreve um diálogo entre um

patrão e um seringueiro que guarda incrível semelhança com os relatos de Euclides da Cunha (2006) em *A margem da História*.

Em derredor, os seringueiros analfabetos, depois de Binda lhes ter lido as contas, entregavam-se a exclamações de desânimo ou a calcular o tempo que gastariam a pagar a dívida. “Ainda se a borracha subisse!” “Qual! Não sobe mais! Deu-lhe urucubaca!” “Sobe! Eu ia jurar que sobe...” Lá dentro repetia-se o diálogo de há pouco, agora entre um “brabo” de Pupunhas e Juca Tristão, que lhe negava também um rifle.

Uma frase trouxe Alberto à realidade:

- Eu não vim aqui para perder a vida, seu Juca!

- Nem eu para perder o meu dinheiro! Saia, saia já da minha vista! (p.113).

A partir desta constatação, Cunha (2006), desenha um “retrato” no qual a Amazônia e sua gente são apresentadas, a um só tempo, de forma majestosa e trágica. Neste *retrato* figura, lado a lado, a exuberância da região e uma “sociedade de caboclos titânicos que ali estão construindo um território”, os quais, segundo o autor, “sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e num desvão obscurecido da história” (p.45).

A origem desses caboclos titânicos está nos flagelados do nordeste.

Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria (CUNHA, 2006, p.49).

A eventual preocupação do governo com esses flagelados se encerrava com a sua partida. Nunca foram acompanhados por um agente oficial ou um médico, o que leva o autor a concluir que “os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem... e não desapareceram” (p.49).

Para Cunha (2006) a exploração da seringa impõe o isolamento. Para ele o seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário. Numa área onde seria necessário algo como três mil pessoas para uma atividade agrícola, só bastam 100 seringueiros, extremamente dispersos, para a atividade do corte de seringa. É a conservação sistemática do deserto, e a prisão celular do homem na amplitude desafogada da terra.

A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho⁴, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoievski sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma estrada, de que ele é o único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e

⁴ **Caucho.** Espécie igualmente leitosa, cujo látex dá uma borracha de qualidade inferior.

circulante, que o leva, intermitentemente e desesperadamente, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo⁵, a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos - se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebatarem àquele lance, à aventura, em busca da fortuna (CUNHA, 2006, p.51).

E complementa sua estupefação com a saga dos seringueiros a partir da descrição que faz do rio Purus ao afirmar que “naquele extremo sudoeste amazônico, quase misterioso, onde um homem admirável, William Chandless, penetrara 3.200 quilômetros sem lhe encontrar o fim – cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heroico: dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado” (CUNHA, 2006, p.49).

Mas, se em *À margem da história* “o seringueiro é homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2006), em *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas* “o camponês trabalha para sobreviver” (FRAXE, 2012). Ambos trabalham duro – na maioria das vezes em condições insalubres – sem que isso represente aumento de seus rendimentos e expectativa de acumulação material. Cem anos depois, o “retrato” dos seringueiros de Euclides da Cunha se encontra intacto, sem retoques, emoldurando a paisagem visitada por Fraxe (2012) em *Homens anfíbio*, o que nos leva a concluir que nenhuma das duas atividades, de forma isolada, é capaz de elevar o padrão de renda de homens e mulheres do campo do Amazonas.

Essa limitação econômica, aliás, é muito bem demonstrada em *A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia Central* (PEREIRA, 2000). Estudando um caso concreto de pequenos produtores da etnia *Kokama* o autor constata que os pequenos produtores utilizam o extrativismo como renda complementar, na medida em que o valor da hora de trabalho na coleta de castanha (0,07 dólares) é bem menor do que na hora dedicada à produção de farinha de mandioca (0,71 dólares). Mas eles se dedicam ao extrativismo como forma de se prevenir financeiramente contra um possível fracasso da atividade agrícola. Tais cifras projetam uma renda miserável, algo como 12 reais/dia.

⁵ **Sísifo.** Na mitologia grega recebeu como punição rolar diariamente uma pedra até o topo da montanha e ao vê-la despençar de morro abaixo, recomeçar tudo no dia seguinte. Com base nesse mito Albert Camus concluiu que a vida dos homens era tal como o mito de Sísifo: seguir uma rotina diária sem sentido próprio, determinada por instâncias como a religião e o sistema capitalista de produção.

A produção semanal de castanhas é vendida na própria aldeia no regime de aviamento. As amêndoas são trocadas por produtos da cesta básica (sal, açúcar, munição, sabão etc.). Os patrões, entre eles o próprio chefe do grupo, servem de intermediários entre os coletores e os grandes compradores de Tefé (PEREIRA, 2000).

Esse “escambo”, no qual o produto do trabalho do agricultor familiar – geralmente farinha ou alguma espécie extrativa - é comercializado por um preço vil em troca de produtos razoavelmente valorizados que ele não produz (e poderia produzir) é visto por Bezerra (2010) como uma das principais causas da inadimplência da agricultura familiar no Amazonas, razão pela qual sugere o policultivo como base de toda a atividade da agricultura familiar.

Nesse sentido ganha destaque a agricultura familiar tanto porque causa menos impacto ao meio ambiente, como tem papel relevante no desenvolvimento sustentável, na geração de emprego e renda e na segurança alimentar, como sugere Gomes (2004).

2. QUAIS SÃO AS CAUSAS QUE CONDICIONAM A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO AMAZONAS?

2.1 O desafio histórico da humanidade

O rebanho primitivo surgiu por volta de um milhão de anos e o *homo sapiens* há pouco mais de 40 mil anos. Os dados científicos hoje conhecidos, especialmente no campo das ciências biológicas, arqueológicas, antropológicas, etnográficas, sociais e paleontológicas, indicam uma constante evolução econômica e social da humanidade, como atestam, dentre outros, os estudos de Thomsen⁶ (DIAKOV e KOVALEV, 1976), Morgan (2009) e Marx & Engels (1979 a).

Nessa longa caminhada a humanidade experimentou diferentes formas de organização econômica e social, como o regime comunitário primitivo e o estado dividido em classes sociais (escravagismo, feudalismo, capitalismo e socialismo).

Tanto Diakov e Kovalev (1976) na *História da Antiguidade*, como Morgan (2009) em *Ancient Society* e Marx & Engels em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* concordam que as classes e o Estado nasceram em condições e épocas diferentes, associadas ao desenvolvimento das forças produtivas. O regime comunitário primitivo, por exemplo, baseava-se na propriedade coletiva dos meios de produção porque o nível das forças

⁶ Christian Jürgensen Thomsen (1788–1865), arqueólogo dinamarquês que propôs o sistema das três idades (pedra - paleolítico, mesolítico e neolítico - bronze e ferro) para classificar a história antiga.

produtivas era tão baixo que não permitia obter isoladamente os meios necessários de subsistência. Os homens eram obrigados a viver e a trabalhar em conjunto, gerando a propriedade comum dos meios de produção e dos frutos do trabalho. Tudo pertencia à coletividade. Ainda não se tinha ideia da propriedade privada dos meios de produção, da exploração do homem pelo homem, nem das classes sociais.

De acordo com esses autores, a propriedade privada surge com o aumento da produtividade do trabalho, especialmente na agricultura e na criação de gado, o que permite a acumulação de riquezas nas mãos de particulares. O rendimento da criação dá a cada família a possibilidade de lutar com a natureza. O uso de técnicas, mesmo elementares, no cultivo da terra, permite cultivar uma superfície que antes só podia ser semeada por uma grande coletividade de agricultores munidos de picaretas. Como se percebe é o próprio desenvolvimento das forças produtivas que leva à ideia de propriedade privada ainda na selvageria, segundo Morgan (2009).

Na obra *Do Contrato Social e Discurso sobre a Economia Política* Rousseau (1981) questiona até onde vai o limite quando se assegura o direito de um determinado ocupante e em seguida pergunta: “como um homem ou um povo poderá assenhorear-se de um território e privar dele todo o gênero humano a não ser por uma usurpação punível, por tirar do resto dos homens o abrigo e os alimentos que a natureza lhes dá em comum?” (p.33), demonstrando a gravidade da propriedade privada sobre a terra que é necessariamente um bem de uso comum.

A mesma preocupação foi levantada por Karl Marx quando afirma que:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior [isto é, o socialismo], a propriedade privada individual da terra parecerá de tão mau gosto quanto a propriedade de um ser humano por outro. Nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra. São apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como bons pais de família, têm de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes (BOTTOMORE, 1988, p. 115).

Segundo Blainey (2010) e Mazoyer & Roudart (2010) há 10 mil anos o homem dominou os rudimentos da agricultura e passou a depender crescentemente de alimentos cultivados para sobreviver. Desde então o desenvolvimento científico e de técnicas cada vez mais eficazes tem elevado constantemente a produção e a produtividade da agricultura, o que não tem impedido que muitos pensadores contemporâneos procurem reabilitar a teoria malthusiana⁷, segundo a qual a humanidade desapareceria pela escassez de alimentos.

⁷ **Thomas Robert Malthus** (1766-1834), Previu o fim da espécie humana em decorrência de superpopulação e escassez de alimentos, na medida em que, segundo a sua teoria, a população crescia geometricamente enquanto a produção de alimentos crescia apenas aritmeticamente.

Na obra *Uma breve história do mundo*, Blainey (2010) afirma que por volta de 8000 anos a.C. já se cultivava trigo e cevada no vilarejo de Jericó. E que as evidências indicam que os primeiros animais também foram domesticados por essa época. Ovelhas nas fronteiras do que hoje seriam a Turquia e o Iraque, cabras nas montanhas do Irã e gado bovino no planalto da Anatólia⁸.

Em *História das agriculturas no mundo* Mazoyer e Roudart (2010) ponderam que a simples predação (caça, pesca, colheita) não permitiria alimentar mais do que meio milhão de pessoas e sustentam que o cultivo do planeta, a domesticação de plantas e animais, o domínio da vegetação e da fauna selvagem é a única forma segura que se tem para continuar alimentando a humanidade. Sugerem que o acesso à mecanização, especialmente aos produtores da África, América Latina e Ásia representa uma garantia adicional à produção de alimentos.

Mazoyer e Roudart (2010) são igualmente enfáticos quanto à necessidade da produção de alimentos e dos limites da predação natural, segundo seus argumentos.

Se o homem abandonasse todos os ecossistemas cultivados do planeta, estes retornariam rapidamente a um estado de natureza próximo daquele no qual ele se encontrava há 10 mil anos. As plantas cultivadas e os animais domésticos seriam encobertos por uma vegetação e por uma fauna selvagem infinitamente mais poderosas que hoje. Os nove décimos da população humana pereceria, pois, neste jardim do Éden, a simples predação (caça, pesca e colheita) certamente não permitiria alimentar mais de meio milhão de homens. Se tal “desastre ecológico” acontecesse, a indústria – que não está a altura de sintetizar em grande escala a alimentação da humanidade e não o fará tão cedo – seria um recurso paupérrimo. Tanto para alimentar vinte milhões de homens como para alimentar cinco, não há outra via senão continuar a cultivar o planeta multiplicando as plantas e os animais domésticos, dominando a vegetação e a fauna selvagem (p.41).

No Brasil, segundo Darcy Ribeiro (2006), quando os portugueses iniciaram a colonização do Brasil o povo Tupi dava os primeiros passos da evolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo. Faziam grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com as queimadas. Dependiam da caça e pesca para outros alimentos.

Como se percebe também Ribeiro (2006) incorre no mesmo erro já cometido por Batista (2005), que passou a reproduzir a essência da carta de Caminha e mesmo de uma ou outra generalização feita a partir de observações pontuais, o que em se tratando de Amazônia é sempre uma temeridade, não apenas pela sua extensão continental, mas pela sua

⁸ Região do extremo oeste da Ásia que corresponde hoje à porção asiática da Turquia.

complexidade onde viviam, segundo Acuña (1994), mais de 150 distintos povos com suas respectivas línguas (p.37, 38).

No Amazonas, em decorrência desse verdadeiro caldeirão étnico havia, como já visto anteriormente, desde povos como os Cambebas e Mainas que desenvolviam uma agricultura regular, prioritariamente nas várzeas e, portanto, extremamente racional, a povos como os Purus que viviam exclusivamente da predação natural, como indica os registros de Acuña (1994), Daniel (2004), Spix & Martius (1976), Wallace (2004) e Agassiz (2000), dentre outros. Esses povos, como anota Spix & Martius (1976), tinham diferentes estágios de desenvolvimento cultural, indo do domínio da matemática (uerequenas) a povos que sequer dominavam a agricultura.

O fato é que independente de quando a *tribo humana* dominou os fundamentos da agricultura, ela sempre precisou de alimentos. Mesmo o filósofo Epicuro de Samos (2005) que sustentava que “meu corpo fica saturado de prazer quando tenho pão e água” e que “nada pode originar-se do nada”, deixava evidente a necessidade objetiva de alimentos e, também, o desafio de produzi-los com sustentabilidade.

Assim, a produção de alimentos só pode continuar se houver conservação dos recursos naturais e se o manejo desses recursos se prestar, a um só tempo, para elevar o padrão social e cultural dos trabalhadores e assegurar a reprodução do ciclo produtivo. Isso exige o desenvolvimento de técnicas e organização social que possibilitem formas de produção e apropriação socialmente justas, aumento de produção e produtividade e uso racional dos recursos naturais, como forma de evitar o colapso ambiental já advertido por Marx e Engels (1979 d).

Com o permanente desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a crescente percepção de que a humanidade é parte indissolúvel do ambiente, é pouco provável que não se consiga encontrar uma solução adequada ao desafio contemporâneo de produzir alimentos com sustentabilidade, como preconiza Bezerra (2010) ao afirmar que “não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento”.

Mas esse é um debate que tende a perdurar, opondo mutuamente os defensores das principais concepções de uso dos recursos naturais, como produtivistas, santuaristas e sustentabilistas (BEZERRA, 2010; BEZERRA e FRAXE, 2012).

2.2 A relação histórica do homem com o ambiente.

A relação do homem com a natureza variou ao longo dos tempos de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e de seu nível de consciência e organização social.

Enquanto seus instrumentos de produção eram as próprias mãos ou utensílios rudimentares, o impacto que eles poderiam provocar era o menor possível. A humanidade, porém, aumentou crescentemente o seu potencial de impacto ambiental desde o surgimento do rebanho primitivo e seguiu evoluindo no regime dos clãs e dos estados escravagista e feudal, até atingir seu nível exponencial na sociedade capitalista. Com o desenvolvimento das sociedades socialistas e, no futuro, da sociedade comunista esse impacto tende a diminuir, a partir de novas tecnologias e da elevação do nível de consciência quanto ao caráter coletivo dos recursos naturais bem como de sua finitude e, portanto, da imperiosa necessidade de usá-los de forma sustentável.

Em *Pensamentos*, o filósofo Epicuro (2005) que viveu entre 341 e 270 a.C. dizia que o objetivo supremo do homem era o prazer e defendia uma vida baseada na simplicidade e no uso racional dos recursos naturais, antevendo a interdependência dos fenômenos. Sustentava que “não há felicidade possível para o homem enquanto está atormentado pelo medo da morte e pelo temor dos deuses; é preciso, portanto, libertá-lo desse medo, fazendo-lhe conhecer as leis e os princípios da natureza, pois só o conhecimento pode libertar a humanidade da ignorância”.

Também deve ser considerado como certo, insistia Epicuro, que “a natureza humana é levada e conduzida para muitas coisas pelos próprios objetos, e que o pensamento depois refina aquilo que foi excitado pela natureza e descobre mais algo que acrescenta, em alguns objetos mais rapidamente, em outros, todavia, mais lentamente”. Demonstrava assim, milhares de anos antes de Marx e Engels, uma extraordinária compreensão dialética dos fenômenos naturais e sociais.

Naturalmente foram pensadores adeptos do materialismo dialético os que mais debruçaram sobre assunto, especialmente Marx e Engels, que a um só tempo demonstraram o caráter nocivo do modo de produção capitalista, incluindo a agricultura capitalista, e o alcance dos recursos científicos e tecnológicos como instrumentos capazes de reduzir seus impactos.

Em *Introdução a dialética da natureza*, escrito por volta de 1875, Marx e Engels (1979 d) comprovam a assertiva de Epicuro. Ao demonstram que na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes, se transformam e evoluem permanentemente eles constataam que toda ação, seja antrópica ou natural, provoca impacto ambiental, evidenciando, portanto, que o que o que se discute, o que se busca, são modos de produção menos impactante e recursos tecnológicos e sociais para reduzir esse impacto. De onde concluem que a consciência é produto da realidade material objetiva e que os recursos naturais são finitos.

Em *Do Socialismo utópico ao socialismo científico*, Marx & Engels (1979 c) voltam a tratar o assunto procurando demonstrar que se tudo está interligado, se tudo se transforma, se toda ação (antrópica ou natural) provoca impacto ambiental, é possível concluir, também, que a humanidade não se põe problema que não possa resolver, desde que analisados à luz da ciência, do materialismo histórico dialético e não metafísico.

No livro 1, volume 1 do *Capital*, Marx (2011) demonstra que “na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho” (p.571); e destaca que “todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade” (p.571); chama atenção para o fato de que “quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição (p.571); e sentencia: “a produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (p.571).

Já no livro 2, volume 3 do *Capital*, Marx (2000) alerta que “o desenvolvimento da cultura agrícola e da indústria se tem revelado tão eficaz na destruição das florestas que o que tem feito no sentido de conservá-las e regenerá-las não passa de uma grandeza que se desvanece inteiramente” (p.277).

Marx, porém, não é pessimista. Acredita, como explicita no livro 3, volume 6 do *Capital*, Marx (2008) que “o desenvolvimento das ciências naturais e da agronomia modifica a fertilidade do solo, ao proporcionar novos meios que possibilitam a exploração imediata dos elementos da terra” (p.1018), demonstrando inclusive com exemplos de terras imprestáveis na França e nos condados orientais da Inglaterra que foram plenamente recuperadas e conclui afirmando que “terras consideradas ruins, não pela composição química, mas por oporem obstáculos mecânicos e físicos ao cultivo, convertem-se em boas logo que se descobrem os meios de dominá-los” (p.1018).

É fundamental que se analise um assunto tão complexo à luz da dialética, sob pena de repetirmos, acriticamente, concepções produtivistas ou santuaristas, como de maneira geral acaba acontecendo pela ausência de uma fundamentação teórica que nos ajude a compreender tanto o caráter finito dos recursos naturais quanto a sua imperiosa necessidade de uso social.

Alguns investigadores até se esforçam, mas sem um referencial dialético acabam analisando apenas a particularidade sem ver o todo. Às vezes citam um punhado de autores

procurando parecerem “largos” cientificamente, o que nos faz lembrar o célebre episódio “imposturas intelectuais”, relatado por Dawkins (2005) em *O capelão do Diabo*, ou a crítica de Cervantes (1978) em *Don Quixote de La Mancha*, ironizando o rebuscado literário que os escritores de sua época faziam para tratar de um assunto simples que eram as histórias dos cavaleiros andantes.

Hessen (1999) em *Teoria do Conhecimento*, assim como Edgar Morin (2002) em *Ciência com consciência* se propõe a definir, do ponto de vista filosófico, a teoria do conhecimento. Apresentam um arrazoado de argumentos, mas não conseguem desenvolver um raciocínio dialético para o problema que eles mesmos se impuseram.

O conhecimento científico não é algo abstrato. Corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas, da realidade material objetiva e, por conseguinte, está em permanente desenvolvimento e renovação e ao se renovar, certamente, altera o modo de agir, de proceder e de pensar do conjunto das forças produtivas, na medida em que “o novo nega o velho e o velho nega o novo”. Não se renova por época, como sugere Morin (2002), porque o mundo está em constante transformação e evolução.

2.3 O desafio de produzir alimentos com sustentabilidade no Amazonas.

O desafio de produzir alimentos com sustentabilidade no Amazonas exige uma discussão sob múltiplos aspectos, na qual se considere a complexidade amazônica tanto do ponto de vista de sua sociobiodiversidade quanto do limitado conhecimento científico sobre a região. Sem a pretensão de estabelecer uma regra, entendemos como essenciais ter maior domínio dos seguintes aspectos:

1. O caráter dialético das relações sociais e naturais, com o propósito de compreender a relação histórica do homem com o ambiente;
2. O papel de valores morais, culturais, científicos e tecnológicos;
3. O “peso” de certa tradição extrativista da economia amazonense;
4. O papel do estado enquanto instrumento de promoção ou supressão de políticas públicas;
5. O processo histórico bem como as concepções teóricas e políticas que orientaram e orientam e a ocupação do espaço amazônico;
6. Clareza sobre o conceito de sustentabilidade;
7. E, por fim, propor alternativas sustentáveis.

O modo de produção econômica pressupõe, a rigor, a **produção**, o **escoamento** e a **comercialização**, com as particularidades próprias de cada uma das cadeias. Dois outros

mecanismos são essenciais, especialmente no setor primário: o marco legal e o beneficiamento, sob pena de se praticar uma atividade com risco de externalidade ainda maior do que o setor já tem naturalmente e, principalmente, de se comercializar produtos com baixo valor agregado e sem qualquer verticalização econômica.

Mas raramente esses dois últimos pressupostos são considerados na literatura e isso não é por acaso. Corresponde a uma determinada concepção onde o aspecto legal é propositadamente secundarizado, pois quanto mais confuso e impreciso forem as normas legais mais conveniente é para o especulador e eventuais grileiros ou mesmo os grandes latifundiários, que até toleram a pequena propriedade mas sem a possibilidade de que ela se expanda. E as agroindústrias representam um nicho altamente demandado. Não interessa, a rigor, que os agricultores familiares se apropriem disso.

No aspecto legal entra, para início, a regularização fundiária, o sistema de proteção à produção social (seguro agrícola, fundo de aval, política de subvenção, ordenamento espacial/zoneamento e a própria definição dos módulos produtivos) e o sistema de fomento a produção.

2.4 O papel de valores morais, culturais, científicos e tecnológicos, da tradição extrativista da economia amazonense e do próprio estado enquanto instrumento de promoção ou supressão de políticas públicas.

A produção de alimentos no Amazonas não tem sido uma tarefa fácil. A literatura registra avanços e recuos nessa empreitada, sendo os avanços pontuais e temporários, enquanto os recuos se caracterizam como uma constante (REIS, 1989; FRAXE, 2000; CUNHA, 2006; BEZERRA, 2010).

Que fatores condicionam ou limitam essa atividade no Amazonas?

Os argumentos para a baixa atividade agrícola no Amazonas vão de um genérico aspecto cultural, sempre passível de interpretações de valor universal a partir de amostras pontuais, ao determinismo geográfico de Ratzel (2013), segundo o qual os povos de regiões tropicais estariam condenados à miséria. Mas, de maneira geral, se debita como a causa principal desse fracasso a “indolência e preguiça dos nativos” - como entendia a maioria dos cronistas e naturalistas que por aqui andaram - e ao bloqueio ambiental partir das décadas de 80/90. Pouca atenção se deu ao fenômeno da Zona Franca de Manaus e ao papel do estado enquanto indutor de políticas públicas.

Nenhum desses fatores isoladamente explica esse fenômeno, o que não significa que não tenha influência num ou noutro aspecto. É preciso tornar essa análise mais multilateral,

sistêmica, mais dialética, inclusive incluindo outros fatores que de maneira geral não são vistos como condicionantes da atividade agrícola no Amazonas – como a criação da Zona Franca de Manaus e o papel do estado, do governo – quando, sob a nossa compreensão, eles tem papel preponderante nessa questão. Analisemos cada um.

2.4.1 A cultura é um fator limitante?

O aspecto cultural, aqui entendido como tradição extrativista, não se sustenta. Tanto porque todos os cronistas e naturalistas que resenharam o Amazonas registram, também, atividade agrícola regular, no nível das forças produtivas de então. Ademais, os defensores dessa tese teriam muita dificuldade para explicar como nordestinos do sertão, dedicados unicamente e exclusivamente à agricultura e a pecuária de subsistência, se transformaram em eficientes extrativistas (seringueiros) num mundo não apenas distinto do seu, mas extremamente complexo, como é a Amazônia.

Mesmo que isso fosse um fator limitante - o que não é o caso - uma das mais notáveis características da humanidade é a sua capacidade de adaptação, o que guarda absoluta coerência com o princípio dialético da interdependência, transformação e evolução permanente da natureza e da sociedade (MARX & ENGELS, 1979 d).

Moran (1994) afirma que uma das características mais notáveis das populações humanas é que elas são admiravelmente adaptáveis. Sugerindo posteriormente que essa “adaptabilidade” se dá na forma de adaptação, o que implica um processo necessariamente longo (seleção natural, por exemplo), ou por meio de “ajustamentos”, os quais se processarão de forma mais imediata. Tal preceito sugere que na falta de alternativas o caminho natural dos amazonenses teria sido o mesmo trilhado por outros estados da Amazônia.

A capacidade de adaptação da humanidade, aliás, também fica evidente numa análise da obra de Ruth Benedict (2002) *O Crisântemo e a Espada* no qual ela analisa a sociedade japonesa no período da 2ª guerra mundial; na síntese de Laraia (2009) para quem a cultura é um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, tomada em seu sentido etnográfico; e principalmente no trabalho *A Ciência da Cultura* de Edward Burnett Tylor (2009).

Para Tylor (2009) “cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido do etnográfico é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos (grifo nosso) pelo homem na condição de membro da sociedade” (p.69).

Como se pode ver, *adquiridos*, insisto, não hereditários, o que demonstra que cultura não é algo imutável e sim um processo social dinâmico, como afirma Marx e Engels (1979) ao demonstrarem que na natureza, como na sociedade, tudo está em constante transformação e evolução.

2.4.2 Os índios são indolentes?

O argumento de indolência dos nativos soaria até risível se não escondesse uma extraordinária carga de preconceitos, o que o torna extremamente perigoso na medida em que serve de pano de fundo para justificar a usurpação de grandes áreas na Amazônia sob o pretexto de que os nativos não estão aptos a explorá-las.

Esse, de fato, foi o principal obstáculo apresentado por todos os cronistas e naturalistas que visitaram a Amazônia no passado para explicar porque a planície amazônica tão rica e tão fértil ainda não era uma grande plantation. E os reclamos não foram poucos, expresso das mais diversas formas.

Na obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (DANIEL, 2004), considerada uma das fontes mais importantes de informação sobre a região no período colonial, o padre João Daniel, que percorreu a região entre 1741 a 1757, registra com espanto que um dos hábitos mais comuns dos índios era caçar, engordar e comer outros humanos. E constata a fragilidade do sistema produtivo registrando que há tanta terra que não há disputas e cada um escolhe, sem contestação, a área que melhor lhe agrada para fazer o seu roçado.

La Condamine (2000) não foge a regra. Sustenta que os índios eram “inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição da glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro” (p.60). Afirmava que tinha dúvidas se os índios eram “apáticos, estúpidos ou bestas, que pouco se diferenciavam das feras” (p.60), concluindo que a principal tarefa dos colonizadores era transformar esses índios em gente! (p.74). e arrematava afirmando que as outras nações da América Austral nem saíram da barbárie.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (2008) sustenta em sua *Viagem Filosófica* que os problemas da agricultura eram a indolência dos nativos, a hostilidade do gentio, a falta de braços, a prioridade em colher produtos naturais (drogas do sertão), a falta de técnicas, e a PROSÁPIA dos portugueses.

Também Spix & Martius (1976) em *Viagem pelo Brasil* não escapam a esse equívoco. Registram que “achavam-se os índios na condição de pupilos dos jesuítas, o que muito convinha à sua indolência” (p.36) e informam que os jesuítas “ensinava-se lhes a religião

cristã, e a ideia de certas obrigações para com o Estado. A linguagem usada nas relações com eles era o tupi, chamado de língua geral brasílica, da qual se distingue o guarani, apenas como dialeto” (p.36).

E nos trechos a seguir Spix & Martius (1976) deixam ainda mais explicito a opinião que possuíam sobre os nativos da região, como se pode conferir:

Formam, finalmente, a classe mais baixa da população os negros e os índios. São livres estes últimos; todavia, como discrimina a língua, não são civilizados, porem apenas índios mansos, restantes da antiga população indígena, que ficaram entre os imigrados. Essas duas últimas raças, formando numerosa classe do povo na província do Pará, vivem semicivilizados, sem conhecimentos, nem instrução, nem ambição, e apenas dispostas a satisfazerem as suas poucas necessidades, entre as quais figuram, principalmente, o “*dolce far niente*”, a cachaça e mulheres. As águas piscosas, o pedacinho de terreno fértil em volta da palhoça, dão-lhes o necessário, sem que muito se esforcem; passam assim descuidados o tempo, e o homem meio civilizado burla-se de uma vida cujas altas aspirações nunca conhecerá. É evidente que, destas condições, por assim dizer a metade sensual da vida patriarcal e apenas iniciada na vida burguesa, só devagar poderá haver progresso para mais alto desenvolvimento cívico (p.21).

Mas os dois naturalistas bávaros igualmente denunciam o caráter nocivo da ocupação quando afirmam que a “conclusão triste que se deve usar é que o índio, em vez de ser despertado e formado pela civilização europeia ao contrário sofre dela como de veneno lento que acabará por dissolvê-lo e destruí-lo totalmente” (p.22).

Ao mesmo tempo em que dizem que os índios são indolentes informam que eles são a mão de obra quase exclusiva para os trabalhos da pesca, lavoura, carregadores e remadores. “Naquele tempo os aborígenes tiveram de tomar o lugar dos escravos negros, ainda muito raros, nos trabalhos da lavoura e em outros encargos pesados” (SPIX & MARTIUS, 1976, p.32).

E acrescentam: “Apesar do estado doentio, que se manifestava em tantos dos nossos índios, eles remavam infatigáveis a maior parte do dia, de modo que, no fim de quatro dias de viagem, alcançamos as primeiras cataratas, chamadas Cupati” (SPIX & MARTIUS, 1976, p.202).

Como se pode perceber é difícil categorizar como indolente alguém com desempenho excepcional num trabalho tão penoso. Trata-se, em verdade, de racionalidade e principalmente do nível de desenvolvimento das forças produtivas e o correspondente estágio na escala de evolução social que, no caso da maioria dos índios, tudo indica, era pré-capitalista, o que explica o seu desapego aos bens materiais e a facilidade com que lhes aliciavam ou mobilizavam apenas pelo bom tratamento.

O trecho a seguir não deixa dúvidas quanto a esta particularidade, senão de todos pelo menos da maioria dos povos da Amazônia de então: “enternecia-me muitas vezes a

ingenuidade cândida dessa pobre gente, que, ignorando para onde ia, seguia centenas de léguas, interesses que lhes eram inteiramente estranhos, e tão descuidada da ideia de lucro, que pareciam acompanhar-nos simplesmente por... tédio” (SPIX & MARTIUS, 1976, p.108).

A racionalidade indígena, de acordo com o estágio de evolução social desses povos, é outra constante em todo o trabalho de Spix & Martius (1976), sem que necessariamente eles assim considerem. O chefe dos Miranhas ao ser questionado por que eles comiam gente respondeu: “os brancos não querem comer jacaré nem macaco, embora sejam saborosos; se obtivessem menos tartarugas e porcos, bem os comeriam, pois a fome é penosa. É apenas questão de hábito. Depois de morto o inimigo, é muito melhor comê-lo do que deixá-lo apodrecer” (p.213).

A mesma lógica apresentava o chefe dos Coretus para justificar a venda de escravos que faziam, assim como os Miranhas. Abordado por Martius por que ele não se dedicava ao cultivo regular da terra e ao negócio dos produtos naturais ao invés de vender escravos, ele simplesmente disse que “tudo isso era muito mais penoso do que vender escravos, e este negócio lhe rendia sempre o que precisava” (p.198).

Aqui havia um verdadeiro caldeirão cultural. Segundo Spix & Martius (1976) os **Uerequenas** eram antropófagos e dominavam os fundamentos da matemática (usavam quipos⁹ pelos quais não só saberiam indicar números, mas outras ideias); os **Passés** eram dóceis, afáveis, brancos e faziam construções de certa complexidade; os **Cambebas** e o **Mainas** cultivavam às várzeas, reconhecidamente mais produtivas e menos impactante, numa clara evidência de manejo agrícola superior; os **Ticunas** faziam circuncisão; os **Cauixanas** se beijavam como demonstração de afeto; os **Huaques** eram murcialegos (chupavam o sangue dos adversários); os **Miranhas**, assim como os **Coretus** eram antropófagos e passaram a comercializar escravos com os europeus; os **Maxurunas**, que não aceitavam nenhum domínio, comiam os inimigos e os próprios velhos e doentes de sua tribo, incluindo pais e filhos, na doença grave, antes que o doente emagrecesse muito; os **Purus** e parte dos **Muras** não dominavam a agricultura; os **Uaupés**, antropófagos, selvagens de milhares de membros, que assaltavam e destruíam os povoados; os **Culinos** praticavam o *jus primaenocit* (a noite da pernada), o que vem a ser um costume dos senhores feudais; e os **Mundurucus**, por exemplo, eram ferozes, antropófagos, que matavam e comiam até seus próprios doentes antes que emagrecessem muito; uma tribo de guerreiros, não raro com mais de 2 metros de altura, militarmente estruturada, que decapitava a cabeça dos inimigos e a carregava como troféu;

⁹ Cordões com nós.

eram, segundo Martius, os espartanos do Norte e tinham na guerra um objetivo em si mesmo e uma particularidade: contrariando o hábito comum das demais etnias que tomam vários banhos ao dia, não costumavam tomar banho!

Com base nos dados de Spix & Martius pode-se concluir que os índios da Amazônia estavam longe de possuir uma cultura homogênea. Só os fortes e mais agressivos sobreviveram, como afirma o hino do Amazonas. Martius chega a afirmar literalmente: “Triste prerrogativa das mais nobres entre as tribos do Brasil, que quanto mais facilmente se domiciliaram entre as populações civilizadas, tanto mais cedo se extinguiram”! (SPIX & MARTIUS, 1976, p.191).

O naturalista Alfred Russel Wallace (2004), que chegou à Amazônia em 1848, mesmo afirmando que os índios eram responsáveis pela maioria do arroz produzido na região de Belém, sustentou, igualmente, que os índios eram indolentes.

Fica impactado com o que ele considerava falta de higiene nesse caldeirão étnico no qual se mistura “o inglês de faces coradas, o americano pálido, o português trigueiro, os brasileiros corpulentos, os negros sorridentes e os índios indolentes, de corpo em geral bem conformado” (p. 42).

Wallace (2004) ressalta que “aqui, prefere-se mais fazer borracha, colher cacau e apanhar castanhas, em vez da cultura regular do solo” (p.118). Mas ele registra, recorrentemente, que há cafezais por todo canto (p.98); inúmeras laranjeiras, mandiocal e um cafezal (p.110); engenho de cana-de-açúcar; (p. 117); o potencial do arroz em qualquer área e da melhor qualidade (p.119), assim como que “não há no mundo nenhuma outra região com capacidade para produzir tão vantajosamente a cana-de-açúcar, o algodoeiro, o cafeeiro e tudo que se queira, como aqui” (p.119).

Mas apesar de todos esses registros produtivos Wallace (2004) volta à carga de preconceitos: “a indolente disposição do povo e a falta de braços para a lavoura impedem o desenvolvimento e exploração de todas as possibilidades desta rica região, enquanto não se estabelecer colônias de norte-americanos e de europeus”, evidenciando o que ele e praticamente todos os demais estavam de fato interessados: a Amazônia.

Agassiz (2000), talvez o mais preconceituoso, além de defender a superioridade da “raça branca” em relação aos nativos, sustenta que a pouca tenacidade desses decorria do determinismo geográfico. Informa que “eles ligam tão pouca importância ao dinheiro, tendo meios para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um deles é mais do que provável que se suma no dia seguinte”, pois, assegura, “eles são mais sensível ao bom trato, que ao ordenado que se lhe ofereça e que não tem valor algum a seus olhos” (p. 221), o

que nos ajuda a compreender a cultura desses povos e firmar a convicção de que viviam numa sociedade pré-capitalista.

Em decorrência das constantes perseguições europeias os índios fugiam em massa cada vez mais para o centro, a atividade agrícola encontrada por Agassiz já estava bastante reduzida. Mesmo assim ainda se cultivava café, algodão, açúcar, fumo, mandioca, alguns cereais, feijões e cacau (p.460), além da madeira e outras especiarias.

E apesar de reconhecer nos índios uma inteligência superior Agassiz (2000) sustenta que as dificuldades dos nativos decorriam da sua própria incapacidade em aproveitar os produtos naturais da terra (p.465).

E, numa demonstração da força da realidade material objetiva, até amazônidas de pensamento largo, como Arthur Cezar Ferreira Reis (1998) acabaram reproduzindo a visão de classe do explorador ao afirmar que “vencendo a natural indisposição do nativo ao trabalho agrícola” (p.75) os missionários começaram a fixar o indígena, entregue até então à vida nômade e disciplinaram o homem da selva tirando-lhes o hábito do nomadismo ou ainda que o ouvidor Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio “tentou animar a agricultura, mas os índios não respondiam” (p.126).

O bispo do Grão-Pará, Fr. João de S. José (1762), resenhou os homens e as coisas da região concluindo que “a raiz dos vícios da terra é a preguiça” e a característica principal de seus habitantes é a “lascívia, bebedeira e furto” Cunha (2006), ideia da qual compartilhava Wallace (2004).

Nesse sentido verifica-se, novamente, as contradições. Reis (1998) registra que o general Pereira Caldas (1781) orientou o cultivo de cânhamo, arroz, anil e café na zona do alto Rio Negro, com ótimos resultados; instalou uma fábrica de panos de algodão em Barcelos, destinadas ao fardamento da soldadesca; montou várias olarias; construiu pontes e prédios em Barcelos, cuja decadência já se manifestava (p.128).

Reis (1998) adianta que com a posse do coronel Manoel da Gama Lobo D’Almada (09.02.1788) se inaugurou uma era de prosperidade para capitania (p.141). Lobo D’Almada optou pela agricultura como meio para reanimar a economia da região. Em 1797, após 10 anos de cultura em Barcelos, Castanheiro, Curiana e Loreto, a produção de anil já excedia a 1.400 arrobas; a produção de algodão, café, cacau, salsa e arroz – no rio Branco – alcançaram tamanho sucesso que atendia o consumo de toda a capitania; construiu várias agroindústrias e introduziu o gado no rio Branco (p.143).

Quando da posse de Tenreiro Aranha (1851), contudo, a agricultura já estava em decadência, assim como as agroindústrias que fizeram a grandeza da capitania na época de

Lobo D'Almada, evidenciando que o governo tem papel preponderante nessa atividade, especialmente em regiões com baixo nível de atividade produtiva.

Segundo Reis (1998) ele ordenou plantações, por conta da fazenda provincial, dos gêneros de primeira necessidade e incitou o cultivo da borracha e outros produtos naturais, provando que os resultados seriam muito mais compensadores (p.193). Foi, portanto, a primeira voz que se levantou pregando o plantio da hevea, na previsão do que ela seria tempos adiante (p.194).

Nos primeiros anos que se seguiram à inauguração da Província, prossegue Reis (1998), ainda se registrou um esforço no sentido de animar a agricultura, mas os produtos naturais, a borracha principalmente, valorizados, espalhados e abundantes por todo o território da Província, absorveram todas as energias (p.225).

Mesmo as reservas piscosas foram abandonadas, assegura Reis (1998). Apenas o pirarucu seco e salgado e o peixe-boi destinado ao preparo de manteigas, em que também aproveitavam ovos de tartarugas, mereceram alguma atenção (p.226).

Novamente fica evidente a racionalidade econômica. Se era mais rentável praticar o extrativismo por que se iria fazer agricultura? Essa era uma tarefa que o governo teria que assumir, em função de sua natureza estratégica, como de sua inteira responsabilidade, na medida em que a iniciativa privada sempre esteve ocupada em ganhar dinheiro e não atender a demandas sociais. O “retrato” não mudou!

Uma análise das exportações do Amazonas nesse período, com base em Reis (1998), esclarece ainda mais essa assertiva. No exercício de 1863-1864 se exportou algo como 993:256\$625, sendo 512:575\$000 de borracha; 221:220\$450 de peixe seco ou em salmoura e 67:805\$450 de cacau (226). Mas já em 1889 a borracha alcançava 10.710.813 quilos e um valor de 18.121:265\$000 (p.226), se constituindo no principal gênero comercial da Província. A castanha, o cacau e os peixes não tinham acompanhado, embora viessem logo a seguir no quadro das exportações (p.226).

O caráter incipiente da agricultura na Amazônia e a preponderância do extrativismo também são registrados por Corrêa (1967); Salles (1985); Dean (1989); Benchimol (1992); Antonacio (2001); Mendes (2004); Batista (2005); Ribeiro (2006); Fontana (2006) e Loureiro (2007), sob o aspecto econômico, social e político.

Djalma Batista (2005), que corretamente sustentava que a produção de alimentos tinha caráter de segurança nacional, defendia “o cultivo da terra como fator primário na solução do problema alimentar e conseqüente criação de uma consciência agrícola”, no que converge a atual política da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) materializada no objetivo

de tornar o Amazonas autossuficiente em alimentos e elevar o padrão de renda de homens e mulheres do campo, como premissa para uma sociedade efetivamente sustentável (SEPROR, 2010).

E Salles (1985) para quem “o nosso caboclo, o homem que vive no interior do Estado, ainda não se dedicou, integralmente, ao cultivo racional da terra, boa e dadivosa, pois a ela somente emprega horas vagas, quando se afasta do extrativismo, que constitui sua máxima preocupação”, apresenta, a nosso modo de ver, uma razoável interpretação a esse fenômeno:

As atividades extrativas absorvem o esforço do homem amazônico. Seja na extração de madeiras, nos trabalhos dos seringais e castanhais, na pesca e na caça, o homem do interior não se dedica, exclusivamente, ao cultivo do solo. Cultivar a terra dá trabalho, é cansativo, exige sementes selecionadas, material agrário, limpa dos roçados, combate as formigas e as pragas, inseticidas e conhecimento de agricultura. E o ser humano, dentro do meio ambiente hostil, sem ajuda suficiente, sem orientação técnica, precisa, procura tirar da natureza o máximo, para poder subsistir. Não lhe interessa, em consequência, a agricultura, pois já conhece os inúmeros obstáculos que terá de enfrentar, no meio ambiente em que vive. E, ademais, falta-lhe assistência técnica e financiamento adequado (SALLES, 2005, p. 152).

Salles demonstra, portanto, que a incipiência da agricultura não está relacionada à “preguiça ou indolência” e sim a aspectos culturais e a racionalidade produtiva. Do ponto de vista econômico é mais fácil coletar, extrair, do que produzir, ou seja, ganhava-se mais dinheiro vendendo borracha – apesar de sua extraordinária oscilação de preços - do que produzindo arroz ou feijão, como fica evidente ao se constatar que em 1910 uma tonelada de borracha era exportada do porto de Manaus a 655 libras esterlinas¹⁰ (BENCHIMOL, 1992), equivalente hoje a algo como 127 mil reais.

A oscilação do preço da borracha, aliás, sempre foi um grande inconveniente nessa atividade. Segundo Benchimol (1992), o preço médio de exportação por tonelada, entre 1821-1830, foi 67 libras; em 1910 atingiu 655 libras (maior valor) e recuou para 32 libras em 1931 (pior valor). No esforço de guerra a tonelada foi exportada a 270 libras (1945), caindo para 186 no ano seguinte. Diante dessa evidente limitação, o debate em torno do cultivo da seringueira [*Hevea brasiliensis* (Willd, ex Adr. De Juss.) Muell. Arg.]; bem como a verticalização de sua produção, já sugerida por Ermano Stradelli (FONTANA, 2006); e a redução de seu custo de produtivo sempre esteve presente no mundo acadêmico, empresarial e político.

Com a produção em larga escala nos seringais de cultivo do oriente o preço da borracha brasileira foi drasticamente reduzido e a atividade foi literalmente abandonada. Em

¹⁰ Usando uma conversão de 2,61 em abril de 2011 e uma inflação inglesa de 7.463%, as 655 libras valeriam algo como 48.783 libras ou 127.655 Reais ou R\$ 127,65 por kg de borracha.

1912, por exemplo, o Amazonas exportou 42.286 toneladas de borracha (BENCHIMOL, 1992). Em 2009 a produção do estado não chegou a 1.000 toneladas (SEPROR, 2010), mesmo com subsídio do governo estadual e federal, fomento e incentivo financeiro governo estadual.

Euclides da Cunha (2006) em “*À margem da história*” desenha um trágico retrato do seringueiro. Após analisar as despesas iniciais (2:635\$000), a receita (2:000\$000) e um déficit de 635\$000 por safra, ele conclui que o seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se”, pois dificilmente conseguirá pagar as despesas impostas pelo patrão e, portanto, está proibido de deixar o seringal. E registra que nos regulamentos dos seringais o seringueiro era obrigado a comprar exclusivamente no barracão do patrão e proibido de fazer atividade agrícola, o que traz luz a esse debate.

Apesar dessa forte tradição extrativa há registros de várias experiências exitosas na agricultura, inclusive de agroindústrias, colocadas em práticas por religiosos e governadores coloniais, com destaque para Lobo D’Almada¹¹, como registra, dentre outros, Daniel (2004); La Condamine (2000); Ferreira (2008); Spix & Martius (1976); Wallace (2004); Príncipe Adalberto da Prússia (2002); Agassiz (2000) e Reis (1998).

Lamentavelmente tais iniciativas não se consolidaram, fazendo com que, ao longo do tempo, se experimentasse experiências pontuais exitosas e longos períodos de absoluto declínio da atividade agrícola no estado do Amazonas, como registra a literatura contemporânea.

Fraxe (2012) e Fraxe et al.(2008) constatam que o nível da atividade agrícola do caboclo ribeirinho é tão incipiente que ele trabalha apenas para sobreviver e que, mesmo recorrendo aos sistemas agroflorestais (SAFs), combinado com a criação de animais e o extrativismo animal (pesca e caça) e vegetal, ainda assim apenas assegura a subsistência.

Esse cenário guarda semelhança com o tipo de atividade agrícola desenvolvida pelos povos Tupi quando da chegada do invasor europeu no litoral brasileiro, conforme observa Ribeiro (2006).

Assim, se em *À margem da história* “o seringueiro é homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2006), em *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas* “o camponês trabalha para sobreviver” (FRAXE, 2000). Ambos trabalham duro, em

¹¹ Manuel da Gama Lobo D’Almada, militar e geógrafo português, foi o 3º governador do Amazonas no período colonial (1786 a 1799). Introduziu a pecuária no Rio Branco.

condições insalubres, sem que isso represente aumento de seus rendimentos e expectativa de acumulação material.

Os exemplos de tenacidade dos nativos, demonstrada em recorrentes registros de praticamente todos os cronistas e naturalistas que resenharam a região, nos autoriza a concluir que a classificação de indolentes a eles atribuída por esses visitantes decorreu do preconceito e de eventual limitação teórica, o que lhes fez confundir valores culturais e sociais com preguiça, indolência e outros rótulos pré-definidos da academia.

Eles não levaram em conta o estágio pré-capitalista das forças produtivas, o que faz com que a produção seja feita apenas para atender as necessidades do próprio grupo social, em decorrência da ausência do próprio mercado como fator estimulador da atividade produtiva em escala. E, posteriormente, o extrativismo se impôs porque era mais rentável do que a atividade agrícola *strictu sensu*.

O conhecimento científico de então não lhes permitia compreender os diferentes estágios de desenvolvimento da humanidade, cujas luzes iniciais só aparecem alguns anos depois com os trabalhos do arqueólogo dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen que em 1836 propôs o sistema das três idades - pedra, bronze e ferro (DIAKOV & KOVALEV, 1976); os estudos do antropólogo americano Lewis Henry Morgan que em *Ancient Society* (1877) sugeriu a teoria dos três estágios (selvageria, barbárie e civilização) como forma de explicar os diferentes estágios de desenvolvimento da humanidade (MORGAN, 2009); e, principalmente, a concepção do materialismo dialético expresso em *A Origem da família, da propriedade privada e do estado* (1884) e na *Introdução à dialética da natureza* (MARX & ENGELS, 1979 a; 1979 d) nos quais eles demonstram que, tanto a natureza como a sociedade se desenvolvem permanentemente, quanto que esse desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, retilíneo, mesmo em sociedades que vivem no mesmo espaço territorial.

Com base nessa premissa teórica fica evidente que os índios brasileiros não tinham ideia de propriedade privada e tampouco do estado como instrumento de dominação. Viviam num estágio que se poderia definir como pré-capitalista, o que explica o desapego a dinheiro, posses e qualquer outro bem material que não lhe fosse necessariamente útil e objetivo.

A histórica dificuldade de produção agrícola no Amazonas, portanto, nada tem a ver com indolência ou preguiça, como sugere praticamente todos os cronistas e naturalistas que visitaram a região entre 1540 a 1870, dentre os quais Frei Gaspar de Carvajal, Cristóbal de Acuña, Padre João Daniel, Charles-Marie de La Condamine, Alexandre Rodrigues Ferreira, Príncipe Adalberto da Prússia, Johann Baptist von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Alfred Russel Wallace e Louis Agassiz.

Mesmo porque, na própria literatura desses autores, está fartamente registrada não apenas a existência de uma agricultura regular e em certa medida abundante, como também feita de forma racional, incluindo a existência de agroindústrias e silos rudimentares para a conservação da farinha de mandioca o que, lamentavelmente, se alterou com o tempo. Cultivavam, dentre outras culturas, algodão, arroz, cacau, café, cana, feijão, mandioca, milho e frutas diversas. Povos como os cambebas e mainas cultivavam basicamente as várzeas, demonstrando que já conheciam sua fertilidade e a manejavam a seu favor. Esse recurso, que hoje seria visto pela ciência como exemplo de racionalidade econômica e tecnológica, na época era vista por esses naturalistas como evidência de preguiça e indolência.

Há igualmente registro da criação de animais (gado, galinhas e ovelhas) e mesmo de agroindústrias (engenhos de açúcar e aguardente, fiação, manteigas de ovos de tartarugas e olarias), cujo detalhamento será visto no capítulo III.

Tampouco está relacionada com aspectos culturais, pelo menos no sentido definido por Tylor (2009) como sendo “conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade”.

Tudo indica que a incipiência da agricultura no Amazonas está relacionada à racionalidade econômica, na medida em que era mais rentável e menos laborioso o extrativismo do que a atividade agrícola propriamente dita.

Outro aspecto relevante para explicar o “abandono” do campo é a baixa capacidade de mobilização desses trabalhadores, tanto em decorrência do seu modo próprio de produção quanto de sua formação social, o que leva Marx (1979) a sugerir, no *Dezoito Brumário*, que os camponeses precisam ser representados, ou Hobsbawn (1998) a afirmar que só esporadicamente o governo dedica alguma atenção às suas reivindicações. Absolutamente verdadeiro.

Mas, quando houve a crise do extrativismo, por que a agricultura ou a pecuária não surgiu naturalmente como alternativa econômica, tal como ocorreu em outros estados amazônicos?

Como sempre essa resposta é multilateral, mas há preponderância de alguns fatores, dentre os quais se destacam: a concepção ideológica de ocupação do espaço amazônico, baseada no “santuarismo”, que passou a predominar a partir dos anos 1980 em toda região e cujas consequências foram mais evidentes no Amazonas; a opção (ou alternativa) pelo modelo “Zona Franca”, voltado para o comércio e indústria de bens até então importados; e a ausência do estado enquanto indutor de políticas públicas.

2.4.3 O santuarismo como concepção ideológica ambiental e os processos de ocupação do espaço amazônico

Muitos autores têm procurado compreender e interpretar as particularidades amazônicas e, ao mesmo tempo, sugerir formas e processos de ocupação da mesma. Embora um novo conhecimento científico, uma nova informação, uma nova tecnologia nunca seja desnecessária, até mesmo porque os fenômenos são dinâmicos e o que hoje está respondido amanhã poderá exigir nova interpretação, podemos afirmar que há um razoável volume de informação sobre a Amazônia tratando dos mais diversos assuntos. Boa parte desses trabalhos buscam analisar sua complexidade, estudar seu processo histórico de ocupação, compreender seu processo produtivo e a relação com o meio ambiente, bem como discutir qual é a melhor alternativa para o desenvolvimento sustentado da região.

Com enfoque e objetivos diferentes centenas de autores trataram e continuam tratando do assunto, cada um oferecendo a sua própria interpretação para os fenômenos descritos. Num ponto, porém, parece não restar dúvidas: o processo de ocupação da Amazônia se deu de forma tardia em relação às demais regiões do Brasil, especialmente a litorânea.

Esse descompasso temporal encerra múltiplos aspectos, dentre os quais dois têm caráter preponderante: a complexidade da região e a ausência de ouro e demais pedras preciosas, pelo menos na proporção do que era encontrado em outras partes do “novo mundo”.

A complexidade amazônica se torna evidente quando sabemos que Pedro Álvares Cabral saiu de Portugal e chegou ao Brasil em 43 dias; enquanto o espanhol Francisco Orellana saiu de Quito, no Equador, numa das primeiras expedições exploratórias da região em 25.12.1539 e só chegou à foz do Rio Amazonas em 24.08.1542, ou seja, 02 anos e 08 meses depois (REIS, 1998).

Mas os espanhóis não encontraram ouro na Amazônia e Fernão Cortez já tinha encontrado o ouro dos Astecas, no México, e Francisco Pizarro o ouro dos Incas, no Peru (REIS, 1998). Isso certamente explica o “abandono” da região pelos espanhóis e mesmo o retardamento dos portugueses que somente em 1637, quase 100 anos depois, fizeram o percurso inverso com a expedição de Pedro Teixeira. O roteiro já era conhecido, mesmo assim gastaram um ano e um mês.

Outro aspecto fundamental é entender a cultura amazônica, as suas raízes, o que certamente desaconselhará à reprodução mecânica de processos produtivos e de costumes de outras áreas. E, ao mesmo tempo, evitará o impacto emocional do qual foi possuído o padre João Daniel ao percorrer a região (1741 a 1757). Em *Tesouro Descoberto no Máximo Rio*

Amazonas (DANIEL, 2004), uma das fontes mais importante de informação sobre a região no período colonial, ele registra com espanto um dos hábitos mais comum dos índios: caçar, engordar e comer outros humanos.

O processo de ocupação da Amazônia foi tardio e extremamente violento. Apesar da legislação de então só permitir o cativo quando o índio era aprisionado em combate, isso não era respeitado pelos sertanistas, que reduziam à escravidão quantos indígenas encontrasse. Aprisionados, eram marcados com ferro em brasa e levados para Belém e vendidos aos moradores pelo preço definido pelo governador e pela câmara (REIS, 1998). E também eram obrigados a servir como soldados (WALLACE, 2004).

Cunha (2006) registra com detalhes um desses inúmeros processos. Se referindo às tribos que viviam no alto Purus ele registra que “elas estão, evidentemente, nos últimos redutos para onde refluíram no desfecho de uma campanha secular, que vem do apostolado dos Maynas às expedições modernas e cujos episódios culminantes se perderam para a história” (p.57). O narrador destes dias, prossegue, chega no final de um drama, e contempla surpreendido o seu último quadro prestes a cerrar-se (p.57).

E relata o *modus operandi*: “a civilização barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barbaria encantoada: os peruanos pelo ocidente e pelo sul; os brasileiros em todo o quadrante de Nordeste; no de Sudeste, trancando o vale do Madre-de-Diós, os bolivianos” (p.57).

Ademais, anota Cunha (2006), “os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos” (p.57).

Esta missão histórica advém da fragilidade de uma árvore. O caucheiro é forçosamente um nômade votado ao combate, a destruição de uma vida errante ou tumultuária, porque a *castilloa elástica* que lhe fornece a borracha apetecida não permite, como as heveas brasileiras, uma exploração estável pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe tiram. É excepcionalmente sensível. Desde que a golpeiem, morre, ou definha durante largo tempo, inútil. Assim o extrator derraba-a de uma vez para aproveitá-la toda. Atora-o, depois, de metro em metro, desde as sapopembas aos últimos galhos da frondes; e abrindo no chão, ao longo do madeiro derrubado, rasas cavidades retangulares correspondentes as secções dos toros, delas retira, ao fim de uma semana, as planchas valiosas, enquanto os restos aderidos a casa, nos rebordos dos cortes, ou esparsos a esmo pelo solo, constituem, reunidos, o sernambi de qualidade inferior” (p.57).

Após destruir o cauchal o caucheiro nômade desloca-se noutra rumo repetindo o processo. Seu principal instrumento de trabalho é a Winchester para exterminar ou escravizar os nativos.

Mais virulento ainda é o relato do encontro do explorador Carlos Fitz-Carral com esses índios, conforme relata Cunha (2006), destacando que a regra é a caçada impiedosa, à bala.

Quando Carlos Fitz-Carral chegou em 1892 às cabeceiras do Madre-de-Diós, vindo do Ucayali pelo varadouro aberto no istmo que lhe conserva o nome, procurou captar do melhor modo os *mashcos* indomáveis que as senhoreavam. Trazia entre os *piros* que conquistara um intérprete inteligente e leal. Conseguiu sem dificuldades ver e conservar o curaca selvagem.

A conferência foi rápida e curiosíssima.

O notável explorador, depois de apresentar ao infiel os recursos que trazia e o seu pequeno exército, onde se misturavam as fisionomias dispare das tribos que subjagara, tentou demonstrar-lhe as vantagens da aliança que lhe oferecia contrapostas aos inconvenientes de uma luta desastrosa. Por única resposta o *mashco* perguntou-lhe pelas flechas que trazia. E Fitz-Carral entregou-lhe, sorrindo, uma cápsula de Winchester.

O selvagem examinou-a, longo tempo, absorto ante a pequenez do projétil. Procurou, debalde, ferir-se, roçando rijamente a bala contra o peito. Não o conseguindo, tomou uma de suas flechas; cravou-a, de golpe, no outro braço, varando-o. Sorriu, por sua vez, indiferente à dor, contemplando com orgulho o seu próprio sangue que esguichava... e sem dizer palavra deu as costas ao sertanista surpreendido, voltando para o seu tolderío com a ilusão de uma superioridade que a breve trecho seria inteiramente desfeita. De fato, meia hora depois, cerca de cem *mashcos*, inclusive o chefe recalcitrante e ingênuo, jaziam trucidados sobre a margem, cujo nome, *Playamashcos*, ainda hoje lembra este sanguinolento episódio (p.60).

Em “Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia” (BECKER, 2001) também registra a ocupação tardia da Amazônia em relação ao restante do país. Num certo esquema define períodos: *Formação territorial* (apropriação, delineamento, definição dos limites) entre 1616 a 1930; *Planejamento regional* (início, espaço estatal) entre 1930 a 1985 e *Uma fronteira Experimental* (a fronteira socioambiental, a incógnita do “heartland” ecológico) a partir de 1985.

Segundo Becker (2001) “em meio às políticas e posições conflitivas quanto à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, o desafio maior que se coloca é o de definir e implementar um novo padrão de desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida da população, de estancar o desflorestamento e utilizar o seu patrimônio natural com formas conservacionistas”. E debita, na economia, a “opção” que as distintas sociedades amazônicas fizeram de seu processo produtivo, no que converge com Bezerra (2010) para quem a razão pela qual o Amazonas tem 98% de sua área preservada não é por consciência ambiental e sim por não ter necessidade de explorar seus recursos naturais em função do modelo industrial, estruturado em torno da Zona Franca de Manaus, que lhe serve de base econômica.

A ocupação da Amazônia não foi e não será uma empreitada fácil. Não por acaso o nosso hino sentencia: “viver é destino dos fortes, assim nos ensina, lutando, a floresta”, parodiando o belo poema de Maiakovski (1989) “Iesssiênin, difícil não é a morte, mas a vida e seus ofícios”.

Intelectuais como Ermanno Stradelli ajudaram a preservar a nossa cultura, coletando as lendas indígenas amazônicas, elaborando dicionários das línguas indígenas e trabalhos gramaticais sobre a língua geral *nheengatu* (língua bonita). Criticou duramente a obra dos missionários que eram responsáveis, segundo ele, pela “corrupção” dos indígenas (FONTANA, 2006).

A saga da ocupação amazônica consumiu e continua consumindo milhares de vidas humanas, especialmente “índios” de diversas etnias. Também tombaram europeus, alguns fazendo guerra por convicção, outros obrigados a fazerem guerra ou na busca de riquezas; os religiosos, que se entregaram, pela “fé”, na busca de “convertidos”; pesquisadores, em nome sincero da ciência (outros nem tanto), além dos “idealistas” que lutaram e lutam por um mundo de iguais. E há, naturalmente, o enorme contingente de migrantes nordestinos que, fugindo da seca ou transformados em “soldados da borracha”, foram mandados a Amazônia “para desaparecer e teimosamente não desapareceram”, como magistralmente resenha Euclides da Cunha (CUNHA, 2006).

2.4.4 Qual o reflexo da Zona Franca de Manaus na retração da atividade agrícola?

Um argumento recorrentemente utilizado para “defender” a ZFM dos ataques sistemáticos que os adeptos da política neoliberal lhe fazem, é que ela contribuiu para reduzir o desmatamento do Amazonas.

Em verdade, o parque industrial da Zona Franca diminuiu a pressão sobre os recursos naturais exatamente por não processar qualquer matéria prima local. A rigor não demanda sequer rodovias, tradicionalmente um recurso imprescindível no incremento da atividade produtiva, na medida em que os seus insumos mais sensíveis e valorados podem ser transportados de avião, tanto porque o tempo exige quanto o valor agregado justifica. A saída de seus produtos, pelo grande volume, tem naturalmente no transporte fluvial ou marítimo muito melhor opção do que o transporte rodoviário.

O projeto em si não é um fator restritivo a atividade agropecuária. Em certa medida até cria condições objetivas para incrementar uma atividade agrícola sustentável em decorrência do razoável volume de recursos que assegura aos cofres públicos. Mas, lamentavelmente,

esses recursos não são priorizados para sequer diversificar a planta industrial da ZFM na área de agroindústrias – salvo experiências isoladas e pontuais – quanto mais para se produzir alimentos capaz de tornar o Amazonas autossuficiente, o que é possível usando apenas 0,4% de nosso território.

Assim, em boa parte, a sua contribuição restritiva a produção agrícola é indireta, pelo fato de levar ao acomodamento geral dos governantes pela cômoda situação de terem um provedor de grande monta para as suas necessidades orçamentárias. E, tal qual os nossos indígenas da época do colonizador que só produziam o necessário para o seu próprio consumo, os governos não veem motivos para buscarem outras opções econômicas se tem um provedor tão generoso.

É bom ter presente que isso é uma consequência natural onde há um provedor de grande monta. Coari, por exemplo, que já foi um dos maiores produtores de banana do estado, inclusive organizando o tradicional festejo em alusão a cultura, hoje depende exclusivamente dos recursos oriundos do petróleo e gás – a sua Zona Franca.

Essa situação naturalmente pode ser alterada com um mínimo de planejamento, disciplina orçamentária e, principalmente, convicção governamental – não apenas de uma secretaria - da natureza estratégica da produção de alimentos e do incremento do setor primário como um todo.

2.4.5 E o Estado que papel desempenhou nesse processo?

Compreender adequadamente a concepção predominante de estado e não ter ilusão quanto ao seu caráter de classe é fundamental, na medida em que as políticas públicas, a concessão de benefícios e reajustes salariais, a extensão da rede de serviços públicos, o volume de investimentos em infraestrutura, ampliação de vagas nas universidades, pós-graduação e pesquisa, dentre outros, depende diretamente da orientação política e ideológica de quem controla o poder político de estado.

Desde que a humanidade abandonou o regime dos clãs (o chamado “comunismo” primitivo) a sociedade vive sob a égide do estado, seja de concepção liberal, neoliberal ou marxista. Sinteticamente Hobbes (1979), defendia um estado absolutista, onde o imperador tinha plenos poderes; Montesquieu (1995) sustentava que “o estado é um instrumento de mediação entre os interesses dos distintos grupos sociais”; enquanto Marx e Engels (1979a) demonstram que o estado nada mais é do que “a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração da classe dominante”.

Hayek (1976) e Fukuyama (1992), dentre outros, sustentam, com gradações variadas, a concepção de pensadores liberais, especialmente Hobbes (1979), razão pela qual são conhecidos como neoliberais.

A essência da concepção neoliberal de Hayek e Fukuyama, citados, é a defesa do chamado “estado mínimo”, ou seja, menos serviço público e mais serviços privados. As privatizações; redução de investimento em infraestrutura (rodovias, energia, habitação, saneamento, armazéns, etc.); o congelamento de salários dos servidores públicos e privados; a reforma da previdência; o sucateamento das universidades e dos institutos de pesquisa; a precariedade dos serviços de saúde pela escassez de pessoal e equipamentos, bem como a redução de crédito para os trabalhadores rurais, que ocorreram com grande intensidade nos governos de Collor (1990 a 1992) e FHC (1995 a 2002), obedeciam a essa lógica.

Na esfera estadual, dentro da mesma lógica, o governo Amazonino Mendes (1995 a 2002) privatizou o banco estadual (BEA), a companhia de água (COSAMA), o porto de Manaus e extinguiu todo o sistema de produção rural do Amazonas (SEPROR, EMATER, CODEAGRO), como registram Fraxe (2008) e Bezerra (2010).

O papel do estado enquanto indutor da economia sempre opôs distintas correntes de pensamento, seja de pesquisadores e ou de gestores públicos ao longo dos tempos. Arthur Cezar Ferreira Reis, prefaciando a obra de Cosme Ferreira Filho *Amazônia em novas Dimensões* (1961), estabelece de pronto o seu antagonismo com o autor ao sustentar que “para Cosme Ferreira, o complexo amazônico deve ser decifrado pela ação da iniciativa privada, comparecendo o estado supletivamente ou solidariamente sem, todavia, o sentido de comando que vem assumindo” sem levar em conta que esse comando decorre da própria incapacidade da iniciativa privada para realizar a integração da região, um fenômeno dos nossos dias, pois só após a abertura de mercados mundiais para os produtos amazônicos, o que hoje está ocorrendo, os interesses da Amazônia passou a entrosar-se nos interesses do país.

No setor primário, cuja natureza econômica é de risco, as consequências dessa política foram particularmente danosas. A escassez de recursos para financiar a atividade produtiva, associado a juro anual superior a 20%, a redução do serviço de assistência técnica e extensão rural, bem como dos meios para escoar, armazenar e beneficiar a produção rural representou um duro golpe na economia do setor primário.

A partir de 2003, com a posse de Luís Inácio LULA da Silva na presidência da república, essa política vem sendo gradativamente abandonada e, paulatinamente, vai se intensificando a atividade econômica no setor. Dados do Ministérios da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Pesca e Aquicultura (MPA)

indicam um volume crescente de crédito e produção de grãos. Fenômeno idêntico se registra em praticamente todos os estados brasileiros.

Tal pressuposto sugere que a necessidade de alimentos exige o desenvolvimento de técnicas que permitam o aumento da produção e da produtividade como forma de evitar o colapso dos recursos naturais, como os autores já advertiam.

E não restam dúvidas, pela abundância de registros de praticamente todos os naturalistas que nos visitaram, que o poder público sempre teve um papel destacado na atividade do setor primário. Quando se ausenta o setor aumenta suas dificuldades.

3. O que é sustentabilidade?

A dialética é o fundamento teórico no qual se apoia a categoria sustentabilidade, cujo desafio contemporâneo é promover o desenvolvimento em bases sustentáveis. Tendo por base esse princípio dialético, Marx sempre alertou para o caráter predatório do modo de produção capitalista enfatizando que:

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2011a, p. 571).

Ao mesmo tempo em que alertava para a tragédia do modo de produção capitalista, Karl Marx (2008 c), se mostrava otimista com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e depositava nesse conhecimento as ferramentas capazes de recuperar ou potencializar a fertilidade do solo bem como de outros recursos naturais e, assim, assegurar um processo de desenvolvimento sustentado.

No livro 3, vol. 6, de *O Capital* Marx (2008 c) afirma que:

O desenvolvimento das ciências naturais e da agronomia modifica a fertilidade do solo, ao proporcionar novos meios que possibilitam a exploração imediata dos elementos da terra. Assim, na França e nos condados orientais da Inglaterra, terras arenosas, antes reputadas inferiores, elevaram-se a primeira categoria. E terras consideradas ruins, não pela composição química, mas por oporem obstáculos mecânicos e físicos ao cultivo, convertem-se em boas logo que se descobrem os meios de dominá-los (p.1018).

Por outro lado Marx alertava que a sustentabilidade do processo produtivo estava relacionada com a forma e o uso de como esses recursos seriam utilizados, se opondo abertamente a propriedade privada individual da terra. Segundo Marx “do ponto de vista de

uma formação econômica superior, isto é, o socialismo, a propriedade privada individual da terra parecerá de tão mau gosto quanto à propriedade de um ser humano por outro” (p.115). Assim, reitera Marx, “nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra. São apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como bons pais de família, têm de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes” (BOTTOMORE, 1988, p.115).

Bezerra (2010) sustenta a mesma concepção, pois “não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento”. Desmistifica, assim, a falsa contradição produção versus preservação. E demonstra que se toda sociedade precisa de alimentos e bens materiais para assegurar a sua reprodução biológica e social, isso só será possível se houver recursos naturais disponíveis de forma permanente.

A permanência da humanidade sobre a face da terra, portanto, está condicionada a existência de tais recursos, evidenciando que, ou adotamos um sistema produtivo em bases sustentáveis, ou simplesmente desaparecemos da face do planeta terra. Assim, nesses termos, a sustentabilidade não é uma mera opção, é uma exigência em todo e qualquer processo econômico ou social.

A adoção dessa concepção como prática cotidiana de todos os nossos processos econômicos e sociais não é algo simples porque opõe, naturalmente, as distintas classes sociais em disputa, razão pela qual essa polêmica tem varado os séculos e consumido boa parte da energia dos cientistas - de distintas orientações ideológicas - bem como de gestores públicos e de amplas parcelas do movimento social, na busca de uma solução adequada a esse questionamento.

Do ponto de vista teórico, os fundamentos da sustentabilidade estão assentados. O desafio, portanto, é entender como ocorre a interação entre homem e natureza e desenvolver processos produtivos que guarde coerência com esse preceito teórico, no que tem ajudado um conjunto razoável de publicações nesse sentido.

Segundo Caballero (1994), muito tem se discutido sobre o impacto negativo da sociedade humana sobre a biodiversidade, em especial pelo forte desequilíbrio gerado pelas sociedades industrializadas, mas pouco se tem estudado sobre como populações tradicionais exploram, conservam, enriquecem a biodiversidade e influenciam na distribuição de plantas que lhes são úteis.

Em *Adaptabilidade Humana*, Moran (1994) afirma que “uma das características mais notáveis das populações humanas é que elas são admiravelmente adaptáveis”. Essa “adaptabilidade” se dá na forma de adaptação, o que implica um processo necessariamente

longo (seleção natural, por exemplo), ou por meio de “ajustamentos”, os quais se processarão de forma mais imediata.

Leff (2000) sustenta que a acumulação capitalista é a causa fundamental de transformação das práticas de uso dos recursos nos trópicos, o que se agrava com a atual “colonização tecnológica” que induz a formas ecologicamente irracionais de exploração e aproveitamento dos recursos naturais. E alerta que a recuperação do potencial ecológico e ambiental não depende só da canalização de recursos para financiar um desenvolvimento agroindustrial fundado no manejo integrado dos recursos. O saber técnico e científico é um recurso raro, que deve criar-se e administrar-se para impulsionar o desenvolvimento da produção sustentável dos recursos tropicais.

Becker (2001) afirma que “em meio às políticas e posições conflitivas quanto à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, o desafio maior que se coloca é o de definir e implementar um novo padrão de desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida da população, de estancar o desflorestamento e utilizar o seu patrimônio natural com formas conservacionistas”.

Sachs (2002) sugere que a onda de conscientização ambiental está relacionada a fenômenos como o lançamento da bomba atômica em Hiroshima e a aterrissagem na lua, o que levou a humanidade a constatar que havia alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda a vida do nosso planeta e a tomar consciência que os recursos naturais da *Espaçonave Terra* eram finitos, bem como dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito. A partir dessa constatação Ignacy Sachs, sugere um modelo de sustentabilidade que contempla aspectos sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos e políticos.

Para Gomes (2004), a capacidade (ou incapacidade) de sustentação e reprodução deste agricultor com a prática agrícola que exerce e no contexto socioeconômico a que ele está inserido poderá mostrar um caminho a ser seguido por políticas públicas e uma base para futuros estudos acerca do produtor, da produção familiar e seu posicionamento quanto à agricultura sustentável.

Fraxe [et al] (2008) sugere a agroecologia, como forma de transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, em sintonia com o que preconizam CAPORAL e COSTABEBER.

Homma (2008) acredita que “a economia extrativa é viável enquanto o mercado for reduzido ou existir em grandes estoques servindo para atender nichos de mercado ou ganhar

tempo enquanto não surgirem alternativas econômicas”, criticando a falsa concepção de que a exploração de todo produto não madeireiro é sustentável.

E alerta que as famílias pobres gastam 70-80% do que ganham na compra de alimentos. Sugere, portanto, que o aumento da produção de alimentos e a consequente redução de seus preços é uma das formas mais eficientes de aumento de salários e de distribuição de renda (HOMMA, 2009).

Bezerra (2010) considera que a inadimplência do agricultor familiar decorre, em boa medida, de um modo produtivo baseado na monocultura de mera subsistência. Sugere, portanto, o policultivo integrado como forma de assegurar preservação e sustentabilidade econômica e social.

Essa limitação econômica, aliás, é muito bem demonstrada em *A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia Central* (PEREIRA, 2000), no qual o autor constata que pequenos produtores *Kokama* utilizam o extrativismo como renda complementar, na medida em que o valor da hora de trabalho na coleta de castanha (0,07 dólares) é bem menor do que na hora dedicada à produção de farinha de mandioca (0,71 dólares). Mas eles se dedicam ao extrativismo como forma de se prevenir financeiramente contra um possível fracasso da atividade agrícola.

De forma objetiva é importante sublinhar que o conceito de sustentabilidade, empregado e trabalhado nesta tese, não é sinônimo de preservação de recursos naturais – até mesmo porque tudo que nasce morre - e nem mesmo de pura e simples conservação, como usualmente o senso comum foi induzido a pensar a partir da pregação de concepções santuaristas, que reduzem algo extremamente complexo a uma única variável.

Se, na natureza, assim como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes, sustentabilidade não pode ser, também, um processo baseado em qualquer tipo de dependência política, econômica e ou cultural, nem tampouco de desenvolvimento desigual da sociedade. E não pode ser confundida com intocabilidade de recursos naturais.

Assim, Sustentabilidade, é a busca permanente de processos que, com base na ciência e no grau de desenvolvimento das forças produtivas, adote práticas de manejo adequado visando a utilização desses recursos pelo maior tempo possível e, ao mesmo tempo, assegure a elevação permanente do padrão socioeconômico da sociedade como um todo e em particular das populações tradicionais, secularmente marginalizadas no conflito distributivo de renda.

Isso, todavia, será mera retórica enquanto esses trabalhadores não tiverem acesso a recursos tecnológicos, científicos e organizacionais que lhes permita por em prática essa

teoria. A formação de cientistas em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia representa, nesse sentido, um grande avanço na superação desse desafio.

4. CONCLUSÕES - CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

A área do Amazonas é de 1.559.161,682 km² e sua população é de 3.480.936 habitantes (IBGE, 2010). Dessa população, em torno de 276 mil são trabalhadores rurais, distribuídos em aproximadamente 67 mil propriedades, sendo 94% de base familiar (SEPROR, 2007). É o setor de maior volume de postos de trabalho: são 276 mil no campo, contra algo como 206 no comércio e 130 na indústria de transformação.

Essa população tem necessidades materiais concretas, que vão de alimentos ao ócio, passando pela elevação de seu padrão social, econômico, cultural e social, aí entendido a sua participação política enquanto ator social efetivo.

Por outro lado, com base no referencial sugerido por Bezerra (2010), a população do estado tem um consumo anual de alimentos da ordem de 1,27 milhões de toneladas de alimentos, cujo valor é um pouco superior a 2,54 bilhões de reais. Esses alimentos podem ser produzidos em algo como 640 mil hectares (0,4% do estado), evidenciando que não há contradição entre produção e preservação.

Os números são expressivos e confortantes a um só tempo. Toda essa riqueza pode ser apropriada pelo produtor rural amazonense, desde que esses alimentos sejam aqui produzidos, e essa produção pode ser feita com reduzido impacto ambiental. Mas é preciso responder adequadamente qual é o fator ou fatores que condicionam a produção agrícola do Amazonas, que historicamente tem oscilado entre avanços e recuos.

Os argumentos para a baixa atividade agrícola no Amazonas vão de um genérico aspecto cultural, sempre passível de interpretações de valor universal a partir de amostras pontuais, ao determinismo geográfico de Ratzel (2013), segundo o qual os povos de regiões tropicais estariam condenados à miséria. Mas, de maneira geral, se debita como a causa principal desse fracasso a “indolência e preguiça dos nativos” - como entendia a maioria dos

cronistas e naturalistas que por aqui andaram – e ao bloqueio ambiental partir das décadas de 80/90.

Nenhum desses fatores isoladamente explica esse fenômeno, o que não significa que não tenha influência num ou noutro aspecto. É preciso tornar essa análise mais multilateral, sistêmica, mais dialética, inclusive incluindo outros fatores que de maneira geral não são vistos como condicionantes da atividade agrícola no Amazonas – como a criação da Zona Franca de Manaus e o papel do estado, do governo – quando, sob a nossa compreensão, eles tem papel preponderante nessa questão.

Na década de 80/90 a legislação ambiental passou a ter um forte viés santuarista e as terras na Amazônia passaram a ter forte restrição de uso, especialmente para o pequeno produtor de base familiar, tanto pela dificuldade de legalização das terras como pela consequente restrição ao crédito. Era a política de “crescimento zero” advogada pelo “Clube de Roma” e sistematizada no livro *Limites do Crescimento* sob a liderança de Donella Meadows (2007) do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

O “peso” dessa condicionante, porém, é muito reduzido se tivermos presente que necessitamos de menos de 0,5% de nosso território para produzir o alimento básico necessário a toda população do Amazonas. Seu impacto é mais pelo fator de tensão e de permanente instabilidade, o que acaba restringindo uma atividade regular.

E o efeito condicionante da Zona Franca de Manaus não é por impedir a atividade agrícola e sim por ter se transformado num “*provedor generoso*”, o estimulou o acomodamento geral dos governantes e alimentou a ilusão de um novo fausto. Tais fenômenos, combinados, contribuíram para reduzir, ou mesmo abandonar, a busca de qualquer outro mecanismo de desenvolvimento econômico para o estado, especialmente aqueles relacionados ao aproveitamento da matéria prima regional, com verticalização da produção e agregação de valor. O próprio abandono do Distrito Agropecuário – uma das três linhas de atuação da ZFM – é a expressão incontestada dessa assertiva.

O argumento da indolência revela, em verdade, além de uma enorme carga de preconceitos, uma indiscutível precipitação que decorre, em certa medida, da tentativa de fazer generalizações a partir de uma “amostra” limitada num universo tão distinto e complexo como a Amazônia. Isso levou inevitavelmente a muitos erros, expresso nas inúmeras contradições registradas nas próprias observações desses naturalistas que, num momento, afirmam que os índios são indolentes e, noutro, que são tenazes remadores.

A histórica dificuldade de produção agrícola no Amazonas, portanto, nada tem a ver com indolência ou preguiça, como sugere praticamente todos os cronistas e naturalistas que

visitaram a região entre 1540 a 1870, dentre os quais Frei Gaspar de Carvajal, Cristóbal de Acuña, Padre João Daniel, Charles-Marie de La Condamine, Alexandre Rodrigues Ferreira, Príncipe Adalberto da Prússia, Johann Baptist von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Alfred Russel Wallace e Louis Agassiz.

Até mesmo porque na literatura desses personagens está fartamente registrada não apenas a existência de uma agricultura regular e em certa medida abundante, como também feita de forma racional, incluindo a existência de agroindústrias e silos rudimentares para a conservação da farinha de mandioca o que, lamentavelmente, se alterou com o tempo. Cultivavam, dentre outras culturas, algodão, arroz, cacau, café, cana, feijão, mandioca, milho e frutas diversas. Povos como os cambebas e mainas cultivavam basicamente as várzeas, demonstrando que já conheciam sua fertilidade e a manejavam a seu favor. Esse recurso, que hoje seria visto pela ciência como exemplo de racionalidade econômica e tecnológica, na época foi vista por esses naturalistas como evidência de preguiça e indolência.

Há igualmente registro da criação de animais (gado, galinhas e ovelhas) e mesmo de agroindústrias (engenhos de açúcar e aguardente, fiação, manteigas de ovos de tartarugas e olarias), cujo detalhamento será visto no capítulo III.

Tampouco está relacionada com aspectos culturais, no sentido definido por Tylor (2009) como sendo “cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido do etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade”. Mesmo que isso foi um limitante, o que não é o caso, uma das mais notáveis características da humanidade é a sua capacidade de adaptação.

Os povos que aqui habitavam ostentavam cultura bastante diferenciada. Oscilava desde povos que dominavam a matemática rudimentar à simples e pura antropofagia e mesmo aqueles que tinham a guerra como objetivo primeiro; outros já cultivavam as várzeas enquanto havia povos que sequer dominavam a agricultura; havia ainda os que faziam circuncisão; os que praticavam a noite da pernada; alguns se beijavam como demonstração de afeto; e havia ainda os que chupavam o sangue dos adversários

A escala de produção observada pelos naturalistas no início da ocupação europeia assegurava a autossuficiência alimentar da população nativa e expressava o grau de desenvolvimento das forças produtivas que ainda se encontravam numa etapa pré-capitalista, como bem demonstram Morgan (2009), Kautsky (1998) e Marx (2008b).

Ademais, a natureza era extremamente generosa, assegurando abundância de peixes, tartarugas, caças e outros tantos itens indispensáveis à manutenção de seu grupo social sem a

necessidade de maior esforço produtivo, o que além de ser penoso era desnecessário dentro de um modo de produção pré-capitalista.

As constantes guerras, originalmente entre os próprios índios e posteriormente se defendendo da invasão europeia, especialmente portuguesa e espanhola, é outro fator que sem dúvidas restringia a atividade produtiva. Tanto é assim que, posteriormente, boa parte das atividades agrícolas, como as grandes plantações, as fazendas de gado e as próprias agroindústrias passaram a ser administradas pelo governo, demonstrando que a “mão invisível” de Adam Smith não foi capaz de resolver esse mercado.

A partir desse estágio às dificuldades do presente a sociedade nativa sofreu revés de toda ordem. Foi desalojada de suas terras, obrigada a abandonar seus métodos tradicionais de produção e experimentou sucessivas alterações na orientação política dos governos, indo do estado provedor a completa negação do papel do estado na economia, que passou a prevalecer a partir dos anos 90 com a adoção da política neoliberal.

A produção de alimentos tem natureza estratégica, tanto de segurança alimentar quanto de soberania, o que evidencia ainda mais a importância estratégica da participação dos governos nesse setor. E como isso não ocorreu, ou ocorreu de forma pontual, aleatória, subordinada a interesses menores, as consequências eram previsíveis. Assim, como o estado tem um papel fundamental na atividade econômica do setor primário, quanto mais o governo se afasta da atividade produtiva mais se ampliam as dificuldades de infraestrutura e dos demais mecanismos necessários à produção.

Com o advento da teoria neoliberal e a defesa do estado mínimo Hayek (1977), que passou a predominar a partir dos anos 90, essa situação se agravou. A consequência imediata foi o desmonte de praticamente todos os instrumentos de promoção da produção, tanto no plano federal quanto estadual. Nesse período foi extinta a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), responsável pela política de regulação e armazenamento da produção agrícola; a Empresa Brasileira de Assistência Técnica (EMBRATER) e o crédito passou a ser praticamente restrito ao grande produtor e assim mesmo a juros proibitivos. No âmbito estadual o desmonte foi igualmente profundo, com a extinção, em 1995, da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) e de todos os órgãos a ela vinculados, como a Empresa Amazonense de Assistência Técnica (EMATER), a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODEAGRO), o Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM) e o Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM), além de órgãos secundários como abatedouros, laticínios, etc.

A tradução prática dessa política vai além do desmonte. Se expressa também em orçamentos modestos, geralmente abaixo de 1% (hum por cento), que anualmente são destinados ao setor primário do Amazonas, cuja atribuição legal é planejar, coordenar as ações, assegurar fomento, infraestrutura, assistência técnica, defesa sanitária agropecuária, comercialização e beneficiamento da atividade produtiva aos 276 mil postos de trabalho que estão no campo amazonense.

O fator com maior preponderância nessas condicionantes é inegavelmente o estado, o poder público enquanto instrumento de desenvolvimento. Sempre que o governo teve uma ação mais efetiva, os resultados foram promissores e imediato, como a história registra a exuberância na gestão de Lobo D'Almada.

Isso tudo, agravado por uma concepção de estado avessa as demandas dos homens e mulheres do campo, como Marx e Hobsbawn demonstram no *Dezoito Brumário e Os Camponeses e a Política*, ao sustentarem que só raramente os governos dispensam alguma atenção as reivindicações dos trabalhadores rurais, explica bem melhor as nossas dificuldades produtivas do que o escapismo de conveniência e o simplismo teórico expresso no raso preconceito de indolência.

O nosso desafio parte desse ponto. Entendendo que “não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento” (BEZERRA, 2010) é preciso desenvolver modos de produção sustentável onde o “seringueiro não seja o homem que trabalha para escravizar-se”, nem tampouco o “caboclo ribeirinho seja aquele que trabalha para sobreviver”, evidenciando que o atual modo de produção por eles praticado - baseado na simples comercialização de pequenas quantidades de produtos inatura, sem qualquer valor agregado - é economicamente inviável e, portanto, socialmente insustentável.

Uma atividade economicamente sustentável não nega o agro extrativismo. Mas exige que se busque escala através do associativismo; que verticalize a produção e agregue valor a matéria prima regional, sem o que jamais se sairá desse eterno ciclo vicioso de subsistência. Na etapa atual, o baixo nível organizacional e a capacidade gerencial desses trabalhadores representa um entrave objetivo, razão pela qual é imprescindível que essas experiências sejam feitas com o concurso do governo e mesmo em parcerias com instituições públicas, especialmente universidades, como forma de suprir tais limitações e reduzir a margem de insucesso da atividade.

Para viabilizar tal pressuposto é necessário desenvolver formas de produção onde se busque a racionalização de todo o nosso potencial econômico, com base no desenvolvimento permanente da ciência e da tecnologia. Formas de produção assentadas no policultivo; na

definição de módulos mínimos de área produtiva, que sejam economicamente viáveis; na modernização das relações de produção; na agregação de valor e verticalização da cadeia produtiva e que valorize os aspectos sociais e culturais das populações endógenas. Tudo isso tendo como premissa a elevação permanente do padrão socioeconômico de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ademais é preciso combinar estímulo à iniciativa privada – mas não esperar por ela; se apoiar nas organizações comunitárias – mas ter presente e reconhecer os seus limites organizacionais e operacionais; e utilizar as experiências estatais e paraestatais, em consonância não apenas com a teoria do marxista de desenvolvimento do capitalismo de estado, mas, igualmente, de economistas liberais, como Mankiw (2001), que reconhece que às vezes o governo pode ajudar a melhorar o próprio mercado.

Uma sociedade que compreenda a interdependência dos fenômenos naturais e sociais, que se oriente por uma vida espiritual e material simples e tolerante, que desenvolva permanentemente o conhecimento científico e tecnológico e que busque a construção de uma sociedade harmoniosa, terá assentado, sem dúvidas, os fundamentos de uma sociedade sustentável, da sustentabilidade.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DO ESTADO

Não há calor que aborreça nem frio que canse, nem variação que seja incômoda. Ali se verifica certa modalidade de inverno que decorre das inundações e prejudica por alguns meses as plantações e os frutos da terra. Se não houvesse a praga dos mosquitos, que abundam em muitas paragens, poder-se-ia dizer, a boca cheia, que se trata de um imenso paraíso.

(Cristóval d'Acuña, descrevendo a Amazônia, por volta de 1640)

RESUMO

Embora pensadores como Epicuro de Samos, Goethe e principalmente Marx e Engels já tivessem colocado em evidência a finitude dos recursos naturais e o caráter predatório do modo de produção capitalista, só muito recentemente esse fenômeno passou a ser considerado como um problema coletivo. Os primeiros habitantes não tinham qualquer noção de conservação ambiental. Viviam exclusivamente da predação, mesmo assim o impacto ambiental por eles provocado era mínimo, tanto pelo reduzido contingente populacional quanto pelo precário nível de desenvolvimento das forças produtivas. Não havia qualquer preocupação com eventuais práticas de manejo sustentável, termo que a rigor sequer existia. Predominava a concepção de que os recursos naturais eram infinitos. O desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da população aumentou a pressão sobre os recursos naturais. Com o lançamento das bombas atômica americana sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki uma parcela da sociedade percebeu a gravidade do problema. Convocou-se a 1ª Conferência Mundial Ambiental, realizada em Estocolmo, onde as contradições foi a tônica principal, com as principais correntes de opinião – produtivistas, santuaristas e sustentabilistas – apresentando soluções completamente distintas. Os países de capitalismo avançado e presentes na conferência não conseguiram aprovar as suas teses, mas as impuseram através de legislação restritiva aos produtores, como a “reserva legal” de 80% do bioma amazônico. A partir dos anos 90, com o predomínio da política neoliberal, essa situação se agravou. Não há acordo possível entre essas concepções porque suas divergências são de natureza ideológica. Assim, produtivistas, santuaristas e sustentabilistas estiveram em campos opostos em todas as três conferências até aqui realizadas.

Palavras chaves: recursos naturais, modo de produção capitalista, conservação ambiental, forças produtivas, política neoliberal, estado.

ABSTRACT

Although thinkers like Epicuro of Samos, Goethe and especially Marx and Engels had previously alerted to the limited availability of natural resources and predatory quality of capitalist ways of production, it's only recently that this has been taken into account as a collective problem. The first inhabitants had no notion of environmental conservation. They lived depending on predation, and even then their environmental impact was minimum, both because of the low population numbers as well as the poorly developed means of harvest. There were no concerns with sustainability, a term that didn't even exist. The reigning notion was that natural resources would be never ending. With the launching of atomic bombs over Hiroshima and Nagasaki, part of society became aware of the problem's severity. The 1st United Nations Conference on the Human Environment, taking place in Stockholm, was assembled shortly thereafter, focusing mainly in the contradictory tone of the different currents of thinking of the time - productivists, sanctuarists and sustainabilists - each coming up with completely different solutions. The richest capitalist countries present during the conference, couldn't approve their thesis, but managed to impose them anyhow through restrictive legislations, like the mandate for conservation of 80% of the Amazon Biome. In the nineties, with neoliberal policies starting to predominate, the situation worsened. There is no possible agreement between these currents of thinking, for their differences exist on an ideological level. Therefore, productivists, sanctuarists and sustainabilists have been on opposing sides in each of the three conferences that have happened thusfar.

Keywords: natural resources, capitalist mode of production, environmental conservation, productive forces, neoliberal politics, state.

INTRODUÇÃO

Embora pensadores como Epicuro de Samos, Goethe e principalmente Marx e Engels já tivessem colocado em evidência a finitude dos recursos naturais e o caráter predatório do modo de produção capitalista, só muito recentemente esse fenômeno passou a ser considerado como um problema coletivo.

Lamentavelmente, as medidas eventualmente adotadas para enfrentar tal fenômeno contemporâneo são limitadas e não raro contraditórias, na medida em que expressam o nível de consciência da sociedade e a conveniência dos países de capitalismo avançado, especialmente os Estados Unidos da América.

O rebanho primitivo e mesmo as primeiras formas de organização social da humanidade não tinham naturalmente qualquer noção de preservação ou mesmo de conservação ambiental. Viviam exclusivamente da predação. Mesmo assim o impacto ambiental por eles provocado era mínimo, tanto pelo reduzido contingente populacional quanto pelo precário nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Nessa época não havia qualquer preocupação com eventuais práticas de manejo sustentável, termo que a rigor sequer existia. Predominava a concepção de que os recursos naturais eram infinitos e, no extremo, na hipótese de exaustão de algum desses recursos, que eles seriam substituídos por outro recurso igualmente abundante. E, assim, o ciclo produtivo se manteria sucessivamente.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da população, a pressão sobre os recursos naturais foi aumentando e se intensificando progressivamente. Assim, enquanto a parcela da sociedade detentora dos meios de produção, animada por uma concepção produtivista, acumulava mais e mais bens materiais, o estoque de recursos naturais desaparecia na mesma proporção.

O lançamento das bombas atômica americana sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki – a maior agressão ambiental contemporânea cometida contra o planeta Terra – fez uma parcela da sociedade perceber que havia alcançado um nível de desenvolvimento tecnológico com potencial para destruir todo o planeta.

O fim do planeta e de todo o sistema solar – e até mesmo de astros fora do sistema solar –, já previsto por Marx, parecia estar sendo perigosamente antecipado. Como sempre, numa sociedade dividida em classes e de interesses antagônicos, as soluções apresentadas

refletiram o nível de consciência científica e social de então, bem como os interesses específicos de cada uma dessas classes ou grupos sociais.

O impacto destruidor das bombas atômicas americana fez com que boa parte da humanidade percebesse a gravidade do momento e se mobilizasse para enfrentar esse novo desafio. A organização de uma conferência mundial para tratar da relação do “homem com o meio ambiente” foi a medida inicialmente proposta. Convocou-se, então, a conferência de Estocolmo. Assim, quando se instalou a 1ª Conferencia Mundial Ambiental, em 1972, esse conflito de interesses naturalmente se fez presente.

Parecia haver consenso de que os recursos naturais eram finitos e que o modo de produção social até então vigente apressaria a exaustão desses recursos. A solução proposta para enfrentar esse dilema, porém, era completamente distinta de acordo com os interesses dos grupos sociais presente em Estocolmo.

De um lado estavam os países ricos, sustentando a tese do *crecimento zero*, segundo a qual deveria haver uma moratória ambiental e restrição de uso de recursos naturais como forma de assegurar a existência da humanidade sobre a terra. Seus principais teóricos eram pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) que, em essência, procuravam recuperar a teoria malthusiana.

A reação dos países pobres e ou emergentes a essa tese foi imediata. Procuraram demonstrar que tal proposição até poderia ser praticada pelos países ricos, que já tinham alcançado um elevado padrão de desenvolvimento social, mas que seria impraticável para países que ainda se debatiam com a pobreza extrema. O eventual “congelamento” da atividade produtiva, diziam, condicionaria esses países e suas respectivas populações a permanecerem na pobreza sistêmica que predominava nas suas fronteiras. Defendiam, portanto, o uso dos recursos naturais dentro de determinados padrões.

Esse debate expressava a concepção das principais correntes ambientais, ou seja, os *produtivistas*, para quem o crescimento é tudo e a preservação nada; os *santuaristas* que, ao reverso, sustentam a intocabilidade dos recursos naturais e mesmo negam o crescimento econômico e os *sustentabilistas*, sugerindo que se deve continuar usando os recursos naturais para elevar o padrão social da humanidade, mas de tal forma que se possa fazer isso por um longo período através de manejos apropriados.

Na resolução da conferência predominou, formalmente, a tese dos países pobres e emergentes. Na prática prevaleceu a orientação dos países ricos. Assim, encerrada a conferência de Estocolmo, cada país procurou adotar o que lhe era mais conveniente,

inclusive criando mecanismos de pressão para obrigar os demais a adotarem políticas ambientais de acordo com os interesses desses grupos de pressão.

Nesse caso é emblemático a posição dos países de capitalismo avançado e defensores da política de *crecimento zero*, que embora não tendo obtido endosso formal da conferência às suas teses, criaram mecanismos para que predominasse as suas proposições. Na prática impuseram uma legislação ambiental extremamente restritiva aos países pobres ou emergentes – como a “reserva legal” de 80% da área amazônica no Brasil – que permanece até o presente.

As consequências dessa política criaram um cenário de estagnação econômica nas regiões que optaram ou puderam prescindir do uso de seus recursos naturais. Nas regiões que passaram a fazer uso desses recursos como alternativa econômica, o cenário foi de intensa conflagração, opondo órgãos ambientais a produtores rurais mobilizados para a região amazônica e de maneira geral assentados sem a necessária infraestrutura e regularização fundiária. A partir dos anos 90, com o predomínio da política neoliberal, essa situação se agravou, tanto pelo recrudescimento da política de “comando e controle” dos órgãos ambientais contra os produtores, quanto pela fragilidade dos demais entes públicos no aparelho de estado para buscar solução a essas demandas reprimidas. A consequência imediata foi o aumento das contradições entre as principais correntes ambientais quanto ao uso do espaço amazônico.

Não há acordo possível entre essas concepções porque suas divergências são de natureza ideológica e não técnica ou científica. Assim, as concepções produtivistas, santuaristas e sustentabilistas estiveram em campos opostos na 1ª Conferência Mundial de Estocolmo; permaneceram se contrapondo na 2ª Conferência Mundial do Rio de Janeiro – a Eco 92; e continuaram em antagonismo na 3ª Conferência Mundial do Rio de Janeiro – a Rio + 20 – realizada em 2012.

O desafio presente não é eliminar tais contradições, mas firmar científica e politicamente as bases de um modo de produção que seja capaz de usar os recursos naturais, conservar e até mesmo preservar parte desses recursos e assegurar a elevação do padrão de vida das populações tradicionais, libertando-as do perverso ciclo da produção de subsistência.

1. TUDO É FINITO

Nada pode originar-se do nada. Se assim fosse, tudo poderia ter origem em tudo, sem que para isso se necessitasse, pelo menos, de uma matéria criadora. E se aquilo que desaparece se dissolvesse no nada, então tudo que existe realmente já há muito se teria perdido, pois nada existira em que pudesse se dissolver.

(Epicuro, 341-270 a.C.)

Tudo que nasce deve morrer!

(palavras de Mefistófeles no Fausto de Goethe, 1808)

Nos idos de 1800 as pessoas imaginavam que as tartarugas jamais teriam fim!

Causa admiração o número destes animais, que ainda existe hoje, e deve-se dar crédito às tradições dos antigos índios ao dizerem que outrora o Solimões fervilhava de tartarugas, como de formigas os formigueiros. Aliás, não há dúvida de que o sistema atual as exterminará, não obstante toda a produtividade desses úteis animais. (Martius, em 1820, descrevendo a matança de tartarugas no Amazonas)

Não tinham presente o alerta que Marx & Engels fariam!

Talvez passem ainda milhões de anos, nasçam e baixem a sepultura centenas de milhares de gerações, mas se aproxima inflexivelmente o tempo em que o calor decrescente do Sol já não poderá derreter o gelo procedente dos polos; a humanidade, cada vez mais amontoada em torno do equador, não encontrará nem sequer ali o calor necessário para a vida; irá desaparecendo paulatinamente todo sinal de vida orgânica, e a Terra, morta, convertida numa esfera fria, como a lua, girará nas trevas mais profundas, seguindo órbitas mais e mais reduzidas em volta do Sol, também morto, e sobre o qual, por fim, cairá. Alguns planetas terão essa sorte antes da Terra, outros depois; e em lugar do luminoso e cálido sistema solar, com a harmoniosa disposição de seus componentes, restará tão só uma esfera fria e morta, que continuará ainda seu solitário caminho pelo espaço cósmico. Destino igual ao que aguarda o nosso sistema solar, será, antes ou depois, o de todos os demais sistemas de nossa ilha cósmica, inclusive aqueles cuja luz jamais alcançará a Terra enquanto restar um ser humano capaz de percebê-la. (Marx & Engels, 1876)

A exuberância da floresta amazônica causa a mesma impressão!



Figura 1 - Floresta amazônica, alto Solimões, Amazonas, Brasil (Eron Bezerra, 2013).

Olhando essa imagem nós podemos alimentar a ilusão de que essa exuberância de recursos jamais acabará. Infelizmente a floresta amazônica é finita e como qualquer outro recurso natural desaparecerá. A velocidade com que isso ocorrerá dependerá exclusivamente da nossa capacidade de manejar adequadamente tais recursos.

E a primeira providência é evitar esse tipo de irracionalidade (Fig. 2)



Figura 2 - Madeira comercializada em toras: irracionalidade econômica e ambiental

2. CARÁTER ESTRATÉGICO DA AMAZÔNIA E AS TÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

2.1 Caráter estratégico da Amazônia

Acuña (1994)

Acuña (1994) comparava o espaço amazônico a outros espaços geopolíticos como o vasto império da Etiópia de então, cujo território ocupava um espaço de 900 léguas; a China, que assombrava o mundo por encerrar em 2 mil léguas de fronteira, 15 diferentes reinos; e o Peru, com 1.500 léguas, que ia do Novo Reino de Granada até os confins do Chile e concluía que se esses impérios eram tão importantes, o que dizer do Amazonas, em cujo espaço de quase 4 mil léguas de contorno, possuía mais de 150 nações de línguas diferentes, cada uma delas suficiente, por si só, para formar um vasto reino e, todos juntos, um novo e poderoso império (p.37/38).

Analisando o clima Acuña (1994) conclui que “não há calor que aborreça nem frio que canse, nem variação que seja incômoda”. Ali, prossegue, verifica-se certa modalidade de inverno que decorre das inundações e prejudica por alguns meses as plantações e os frutos da terra: “se não houvesse a praga dos mosquitos, que abundam em muitas paragens, poder-se-ia dizer, a boca cheia, que se trata de um imenso paraíso” (p. 85). Esse era o “retrato” da Amazônia, em 1640, segundo Acuña.

Alfred Russel Wallace (2004) já tinha lançado o olhar não apenas nas belezas lúdicas da Amazônia, mas igualmente no seu enorme potencial, incluindo a planície mineral do Pará, como fica evidente nesse trecho de seu relato: “fiz um passeio ao longo da praia, para examinar as rochas, verificando serem elas efetivamente de origem vulcânica, tendo uma cor escura, muito áspera, como escórias de uma fornalha de fundição de ferro” (p.103), informando que “... dizem encontrar-se outro em ambos (os rios)”.

Assim como os demais naturalistas ele não esconde a sua intenção de internacionalizar a Amazônia, inclusive justificando tal disparate em função da passividade de seu povo. Diz literalmente: “a indolente disposição do povo e a falta de braços para a lavoura impedem o desenvolvimento e exploração de todas as possibilidades desta rica região, **enquanto não se estabelecer colônias de norte-americanos e de europeus**” (Wallace, 2004, p.119);

Dentre os naturalistas dessa época Agassiz (2000) talvez seja o que destilou maior carga de preconceitos contra os nativos. Em *Viagem ao Brasil 1865-1866*, defende abertamente a internacionalização da Amazônia e chega mesmo a defender a eugenia, que

mais tarde seria a base da teoria nazista. Defende a internacionalização da Amazônia sustentando que:

Duas coisas impressionam vivamente o viajante no Alto Amazonas. Logo à primeira vista se percebe quanto é urgente a necessidade duma população mais numerosa; em seguida se sente a necessidade duma mais alta moralidade por parte dos brancos. Enquanto tais condições não forem satisfeitas, será bem difícil desenvolver os recursos desta região. Para se chegar a esse resultado, é extremamente importante abolir todo entrave à livre navegação do Amazonas e seus tributários; é preciso abrir essas grandes vias fluviais à ambição e à concorrência de todos os povos (AGASSIZ, p. 237 e 239).

E “justifica” a sua teoria eugênica argumentando a superioridade da “raça branca” em relação aos nativos, razão pela qual defendia uma maior presença branca na região:

Não somente a população branca é muito escassa para suprir a tarefa que tem diante de si, como essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Ela apresenta o singular fenômeno duma raça superior recebendo o cunho duma raça inferior, duma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens. Nas povoações do Solimões, as pessoas que são consideradas como da aristocracia local, a aristocracia branca, exploram a ignorância do índio, ludibriam-no e embruteçam-no, mas tomam não obstante os seus hábitos e, como ele, sentam-se no chão e comem com as mãos (AGASSIZ, 2000, p. 239).

Era evidente que Agassiz (2000) tinha muito claro a importância estratégica da região, não apenas pelo que escreveu, mas principalmente, talvez, pelo que não destacou para não chamar atenção.

Ao chegar a Manaus ele pergunta: que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação (p.196).

E defende a internacionalização da Amazônia questionando:

Qual o interesse que deve prevalecer, o da navegação ou o da agricultura? Estas regiões são essencialmente terrestres ou aquáticas? Foram estes os problemas que se apresentaram no decorrer da discussão. Uma zona de terra que se estende de um extremo a outro dum continente e que, durante a metade do ano, desaparece debaixo d'água, onde, por conseguinte, não pode haver nem caminhos de ferro, nem grandes estradas, nem mesmo viagens a pé por extensões consideráveis, não pode ser considerada como terra firme. É verdade que neste oceano feito de rios, ao invés de a maré subir e descer cada dia é anual; a sua amplitude é mais lenta, mais durável, mais extensa; em lugar de ser regulada pela lua, o sol é que a regula (p.249).

Observando a solidão às margens do Rio Negro ele reforça a sua convicção.

Embora de vez em quando apareçam umas choças de índios ou uma povoação brasileira, cortando a distancia, só há um punhado de gente nesse território imenso. Chegará necessariamente à época em que a humanidade dele tomará posse, em que, nessas mesmas águas onde só cruzamos com três canoas em seis dias, os navios a vapor e embarcações de toda espécie subirão e descerão continuamente; em que a vida e o trabalho, enfim, animarão estas margens; mas esses dias ainda não chegaram... (p.325).

E faz então a defesa explícita da internacionalização da região em termos de questionamento: “Não deveria a emigração afluir em ondas para essa região tão favorecida pela natureza e tão vazia de homens!... Infelizmente, as coisas caminham muito lentamente nestas latitudes, e as grandes cidades não se improvisam em meio século, como entre nós” (p. 326).

Como se percebe, aqui está a base da teoria da transamazônica: uma estrada para levar homens sem terra a uma terra sem homens, como a ditadura apregoava; região que Agassiz (2000) sonhava ver internacionalizada pois como ele mesmo sustenta “um Império poderia considerar-se rico com a posse somente de uma dessas fontes de indústria que abundam no Vale do Amazonas!” (p.465). Aditava, porém, que “a livre concorrência é o complemento indispensável da liberdade concedida, e só é possível onde não exista monopólio” (p. 465).

Mas claro do que isso é impossível!

Os dados registrados por Agassiz (2000) são também autoexplicativos quanto a sua motivação, pela natureza estratégica da região que ele parecia compreender bem.

Quanto à diversidade mesma dos peixes de toda a bacia, as minhas previsões foram totalmente ultrapassadas. Antes de chegar a Manaus, já havia eu recolhido para mais de 300 espécies, isto é, o triplo das espécies conhecidas, pelo menos até agora. Perto da metade pôde ser aquarelada do natural pelo Sr. Burkhardt; de sorte que, se consigo publicar todos esses documentos, as informações que poderei proporcionar sobre o assunto excederão de muito tudo o que se tem até então publicado (p.205).

Aqui, prossegue Agassiz (2000), como em todo o rio Amazonas, “é incrível a variedade das espécies. As coleções já contam com mais de quatrocentos, incluindo as do Pará; além das novas espécies que se vão descobrindo cada dia, descobrem-se gêneros novos com frequência” (p.216).

Não se trata, portanto, diz ele, apenas de ter triplicado o número das espécies conhecidas, mas conto por dúzias os gêneros novos, e tenho cinco ou seis novas famílias para o Amazonas, e uma, vizinha dos Gobióides, inteiramente nova para a ictiologia (p.216 e 218).

E conclui afirmando que “os seus resultados elevam a mais de 600 o número de espécies encontradas nas águas do Amazonas, e cada dia mais claramente mostra quão bem definida é a localização dessas espécies. A imensa bacia se divide positivamente em

numerosas regiões zoológicas, tendo cada qual a sua combinação de peixes própria” (AGASSIZ, 2000, p.234).

E num aspecto, pelo menos, estamos de acordo com Agassiz: quando ele evidencia a importância do conhecimento, da ciência, para elucidar melhor a região. “Disseram-me que as melhores escolas, depois da de São Paulo, eram as da Bahia e Olinda. Não as visitei; faltou-me tempo para tanto; mas inclino-me a pensar que a existência de faculdades profissionais nessas duas cidades tende a realçar o caráter dos graus inferiores da educação” e arremata:

Por essa razão, e também devido à sua natural indolência, é que os brasileiros continuam estranhos aos estudos dessa natureza. Rodeados como estão por uma natureza rica, acima de qualquer comparação, os seus naturalistas fazem teoria e nenhuma prática; sabem muito mais da bibliografia científica estrangeira que da flora e da fauna maravilhosa que os cercam (p. 456).

3. O CARÁTER FINITO DOS RECURSOS NATURAIS E AS CORRENTES FILOSÓFICAS

Embora pensadores da envergadura de Epicuro (2005), Goethe (1956), Spix & Martius (1976) e Marx & Engels (1979 d) já tivessem demonstrado o caráter finito dos recursos naturais, à percepção coletiva desse risco é algo relativamente novo. Apesar dessas fundamentadas argumentações, num período que vai dos anos 270 a.C. ao século XIX, é somente a partir da explosão das bombas atômicas americanas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, no final da segunda guerra mundial (1945) que a humanidade parece ter concluído que tudo, absolutamente tudo, poderia ter seu fim antecipado por um simples artefato criado pela engenhosidade humana.

A interpretação dos fatos e a postura adotada a partir desse episódio ocorreu, como era previsível, de acordo com os interesses das distintas classes sociais, as quais podem ser agrupadas em três correntes básicas: *santuaristas*, *produtivistas* e *sustentabilistas* (BEZERRA, 2010; BEZERRA & FRAXE, 2012).

A polêmica foi inevitável. Os santuaristas, também conhecidos como neomalthusianos, argumentando que o planeta estava na iminência de um colapso e defendendo, portanto, uma moratória ambiental por tempo indefinido para evitar o caos. Em certa medida recuperavam a teoria de Malthus (1798) que em essência sustentava que a humanidade crescia em proporção geométrica enquanto os alimentos cresceriam apenas aritmeticamente, o que exigiria, segundo ele, um rigoroso controle de natalidade para evitar que os pobres tivessem muitos filhos e assim comprometessem ainda mais o já escasso

estoque de recursos naturais. Sua intenção era clara: bloquear os recursos para uso restrito das camadas socialmente mais abastadas.

Na contraposição a essa tese estavam os produtivistas, também conhecidos como cornucopianos, defendendo o uso intensivo desses recursos e relativizando a finitude dos recursos naturais sob o argumento de que em última análise eles poderiam ser substituídos por outros produtos similares. Faz parte dessa argumentação uma frase atribuída a um xeique árabe de que “a idade da pedra não acabou por falta de pedra e sim porque outros produtos superiores apareceram”!

As duas teses, por razões distintas, negam o caráter interdependente de todo e qualquer fenômeno natural e social e, conseqüentemente, a lei objetiva que faz com que tanto a natureza quanto a sociedade estejam em constante transformação e evolução, razão pela qual todo recurso naturalmente é finito e está permanentemente submetido a impactos, seja pela ação antrópica ou por fenômenos naturais.

Surge, então, a necessidade de se buscar uma explicação científica para esse fenômeno e ao mesmo tempo sugerir formas de uso adequado dos recursos naturais; formas que considerem tanto o caráter finito desses recursos quanto a importância estratégica do desenvolvimento social da humanidade e o aproveitamento das riquezas naturais para assegurar um padrão de renda socialmente justo. Essa, em essência, é a teoria dos sustentabilistas.

O caráter finito dos recursos naturais está, á luz da ciência, amplamente demonstrado, o que não significa dizer que haja concordância sobre isso por todas as correntes que polemizam a questão ambiental.

A forma de uso dos recursos naturais sempre ocupou, conscientemente ou não, a agenda dos investigadores científicos, dos governantes e dos parlamentares. Sendo a consciência produto da realidade material objetiva, em cada período histórico predominou uma determinada concepção.

Epicuro (2005) sustentava há mais de dois mil anos da era cristã que “nada pode originar-se do nada. Se assim fosse, tudo poderia ter origem em tudo, sem que para isso se necessitasse, pelo menos, de uma matéria criadora. E se aquilo que desaparece se dissolvesse no nada, então tudo que existe realmente já há muito se teria perdido, pois nada existiria em que pudesse se dissolver” (p.49).

Já o dramaturgo alemão Johann Wolfgang von Goethe (1956) dizia, através do personagem Mefistófeles de Fausto, que “tudo que nasce deve morrer”.

Enquanto Marx e Engels (1979 d), na *Introdução a dialética da natureza*, demonstraram, a partir da sistematização de dados científicos que “na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes” e, por isso mesmo concluíram que:

Talvez passem ainda milhões de anos, nasçam e baixem à sepultura centenas de milhares de gerações, mas se aproxima inflexivelmente o tempo em que o calor decrescente do Sol já não poderá derreter o gelo procedente dos polos; a humanidade, cada vez mais amontoada em torno do equador, não encontrará nem sequer ali o calor necessário para a vida; irá desaparecendo paulatinamente todo sinal de vida orgânica, e a Terra, morta, convertida numa esfera fria, como a lua, girará nas trevas mais profundas, seguindo órbitas mais e mais reduzidas em volta do Sol, também morto, e sobre o qual, por fim, cairá. Alguns planetas terão essa sorte antes da Terra, outros depois; e em lugar do luminoso e cálido sistema solar, com a harmoniosa disposição de seus componentes, restará tão só uma esfera fria e morta, que continuará ainda seu solitário caminho pelo espaço cósmico. Destino igual ao que aguarda o nosso sistema solar, será, antes ou depois, o de todos os demais sistemas de nossa ilha cósmica, inclusive aqueles cuja luz jamais alcançará a Terra enquanto restar um ser humano capaz de percebê-la (p.263).

A relação da humanidade com os recursos naturais acompanhou, naturalmente, o próprio nível de desenvolvimento das forças produtivas, seja na classificação proposta pelo antropólogo dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen (DIAKOV e KOVALEV, 1976) - que procurava explicar o desenvolvimento da humanidade através das idades (pedra, bronze e ferro) - ou do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan (2009) – que sistematizou essa evolução em estágios (selvageria, barbárie e civilização).

Pela classificação de Morgan (2009) a ideia de propriedade surge na *selvageria*, mas é no estágio da *civilização* que ela se torna preponderante, ou seja, se consolida como valor cultural, no sentido definido por Tylor (2009) onde “cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido do etnográfico é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” (p. 69-70).

E é a partir do predomínio da propriedade, como juízo de valor, especialmente dos meios de produção, que essa relação predatória das forças produtivas com os recursos naturais se intensifica.

Não por acaso Rousseau (1991) e Marx – em vários escritos – e em momentos distintos, colocaram em evidência o caráter nocivo da propriedade.

Em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* Jean Jacques Rousseau (1991) sustentava, literalmente, que:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso,

tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes de que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’ (ROUSSEAU, 1991, p.259-60).

Enquanto Karl Marx é ainda mais contundente ao afirmar que:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior [isto é, o socialismo], a propriedade privada individual da terra parecerá de tão mau gosto quanto a propriedade de um ser humano por outro. Nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra. São apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como bons pais de família, têm de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes (BOTTOMORE, 1988, p.115).

Por isso, enquanto predominou a concepção de que os recursos naturais eram infinitos e para a absoluta acumulação material indiscriminada de seus “proprietários”, as forças produtivas usaram esses recursos de forma extremamente predatória, caracterizada pela máxima de que o crescimento econômico é tudo e a preservação é nada, concepção que Bezerra (2010) define como produtivista.

Embora Marx e Engels considerassem a necessidade de desenvolvimento do sistema capitalista como condição necessária para a transição ao socialismo, eles procuraram por em evidência a sua violência destrutiva.

Na obra *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado originalmente em 1845, Engels (MARX & ENGELS, 1979 b) menciona os efeitos devastadores da expansão da indústria sobre o meio ambiente natural.

E Marx destaca tanto o caráter predatório quanto à irracionalidade do modo de produção capitalista salientando que:

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtém-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação de o processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, *O Capital*. Livro Primeiro, v. I, 29ª ed. 2011a, p.571).

E reitera, alertando que: “o desenvolvimento da cultura agrícola e da indústria se tem revelado tão eficaz na destruição das florestas que o que tem feito no sentido de conserva-las e regenerá-las não passa de uma grandeza que se desvanece inteiramente” (Marx, *O Capital*. Livro 2, v. 3, 2000, p. 277).

Quanto à irracionalidade do modo de produção capitalista, Marx alerta:

Com o modo capitalista de produção, desenvolve-se o aproveitamento dos resíduos da produção e do consumo. À primeira categoria pertencem os da indústria e agricultura,

e à segunda os resultantes do metabolismo natural do homem e a forma em que remanescem os objetos de consumo após o uso. São resíduos da produção, os subprodutos que, na indústria química, se perdem na produção em pequena escala; as limalhas que, na fabricação de máquinas, se desperdiçam e voltam à produção siderúrgica como matéria prima, etc. Resíduos de consumo são da maior importância para a agricultura, quanto à aplicação deles há um colossal desperdício na economia capitalista; em Londres, por exemplo, o melhor que sabe fazer com os excrementos de 4 ½ milhões de habitantes é utiliza-los, com enorme dispêndio, para infectar o Tâmesa (MARX, O Capital. Livro 3, v. IV, 2008 a, p.135).

Mas, ao mesmo tempo, recorrendo ao princípio dialético, Marx sustenta que é possível solucionar esses problemas utilizando métodos produtivos racionais. Alimenta especial expectativa com o desenvolvimento da ciência agrônômica.

O desenvolvimento das ciências naturais e da agronomia modifica a fertilidade do solo, ao proporcionar novos meios que possibilitam a exploração imediata dos elementos da terra. Assim, na França e nos condados orientais da Inglaterra, terras arenosas, antes reputadas inferiores, elevaram-se a primeira categoria (ver Passy). E terras consideradas ruins, não pela composição química, mas por oporem obstáculos mecânicos e físicos ao cultivo, convertem-se em boas logo que se descobrem os meios de dominá-los (MARX, O Capital. Livro terceiro, v. VI, 2008c, p.1018).

Por outro lado a preponderância da propriedade como juízo de valor, também se materializou na tentativa de restringir esses recursos a apenas uma parcela da população, expressa tanto na teoria de Malthus (1798) quanto na pregação do Clube de Roma defendendo o “crescimento zero”, o que era extremamente conveniente aos países ricos, que já tinham alcançado um elevado padrão de desenvolvimento socioeconômico.

O fato, porém, é que independente de teorias santuaristas ou produtivistas os recursos naturais precisam ser usados, especialmente para produzir alimentos, cuja demanda é crescente. Isso decorre não apenas pelo aumento geral da população, mas pela elevada concentração urbana e, felizmente, pela inclusão ao consumo de milhões de pessoas que antes viviam na extrema pobreza, o que exige uma produção crescente de alimentos capaz de atender, pelo menos, a ração básica diária.

Produzir esses alimentos em bases sustentáveis e, na fase da comercialização, verticalizar a produção e agregar valor a matéria prima para elevar o padrão de renda de trabalhadoras e trabalhadores do campo é o desafio contemporâneo, na medida em que não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento, como sustenta Bezerra (2010), procurando desmistificar a falsa contradição entre produção de alimentos e conservação ambiental. Ambas são objetivas: o mundo precisa de alimentos e os alimentos só podem continuar sendo produzidos se houver conservação dos recursos naturais, se o manejo desses recursos se prestar, a um só tempo, para assegurar a elevação do padrão socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e garantir a reprodução do ciclo produtivo.

Assim, desde que a humanidade dominou os fundamentos da agricultura ela se tornou sedentária e dependente de alimentos cultivados para sobreviver. Encontrar os meios técnicos e científicos que viabilizem tal objetivo é precisamente o desafio da produção sustentável. Preocupação, aliás, bastante antiga.

Na obra “Uma breve história do mundo”, Blainey (2010) afirma que por volta de 8000 anos a.C, já se cultivava trigo e cevada no vilarejo de Jericó. E que as evidências indicam que os primeiros animais também foram domesticados por essa época. Ovelhas nas fronteiras do que hoje seriam a Turquia e o Iraque, cabras nas montanhas do Irã e gado bovino no planalto da Anatólia¹².

Para Mazoyer e Roudart (2010) se o homem abandonasse todos os ecossistemas cultivados do planeta eles retornariam rapidamente a um estado de natureza próximo daquele que se encontrava há 10 mil anos. As plantas cultivadas e os animais domésticos seriam encobertos por uma vegetação e por uma fauna selvagem infinitamente mais poderosa do que a de hoje. Mas, nesse “jardim do Éden”, algo como nove décimos da população humana pereceria. A simples predação (caça, pesca e colheita) certamente não permitiria alimentar mais do que meio milhão de pessoas. Haveria escassez de alimentos porque a indústria ainda não dispõe de recursos tecnológicos para suprir a demanda com produtos sintéticos. Assim, para alimentar a humanidade, é preciso continuar cultivando o planeta, multiplicando as plantas e os animais domésticos, dominando a vegetação e a fauna selvagem e recorrendo à tecnologia para reduzir o impacto ambiental e otimizar a área cultivada.

O filósofo Epicuro (2005), que viveu entre 341-270 a.C., sustentava que o objetivo supremo do homem é o prazer e repetia: “meu corpo fica saturado de prazer quando tenho pão e água”, evidenciando que nem mesmo o filósofo da simplicidade podia prescindir de alimentos, por mais frugal que fosse, sendo a sua produção e a apropriação social o grande desafio da humanidade.

Nesse sentido ganha destaque a agricultura familiar, tanto porque causa menos impacto ao meio ambiente, como tem papel relevante no desenvolvimento sustentável, na geração de emprego e renda e na segurança alimentar, como sugere Gomes (2004).

Boa parte das restrições a produção de alimentos na Amazônia são de natureza ideológica, coerente com a teoria santuarista que defende restrições de toda ordem para uso do espaço amazônico.

¹² Região do extremo oeste da Ásia que corresponde hoje à porção asiática da Turquia.

Com o advento da teoria neoliberal (HAYEK, 1977) no Brasil, a partir dos anos 90, essa situação se agravou. Restrições ambientais, desmonte da infraestrutura, redução das linhas de financiamento e precarização do serviço de assistência técnica para o agricultor familiar estão entre as consequências diretas dessa política.

No setor primário, cuja natureza econômica é de risco, as consequências dessa política foram particularmente danosas. A escassez de recursos para financiar a atividade produtiva, associado a juro anual superior a 20%, a redução do serviço de assistência técnica e extensão rural, bem como dos meios para escoar, armazenar e beneficiar a produção rural representou um duro golpe na economia do setor primário.

Assim, no auge de sua aplicação, Bursztyn (1993) constata que, no Brasil, os instrumentos de promoção social do estado (educação, saúde, habitação, etc.) foram duramente atingidos. O estado “encolheu” drasticamente, reduzindo, conseqüentemente, o alcance de suas políticas sociais e econômicas, especialmente para as camadas mais pobres da população. Nesse período o único setor que não foi reduzido foi o setor ambiental. Ao contrário, foi consideravelmente ampliado.

O que poderia apressadamente ser visto como um paradoxo é, em verdade, a expressão do conteúdo da política de *crecimento zero* defendida pelo Clube de Roma, cuja sistematização foi feita por Donella Meadows (2007) em *Limites do Crescimento*.

4. A LUTA DE IDEIAS: O PAPEL DO ESTADO E AS CONCEPÇÕES AMBIENTAIS

Muitos autores têm procurado compreender e interpretar as particularidades amazônicas e, ao mesmo tempo, sugerir formas e processos de ocupação da mesma. Embora um novo conhecimento científico, uma nova informação, uma nova tecnologia nunca seja desnecessária, até mesmo porque os fenômenos são dinâmicos e o que hoje está respondido amanhã poderá exigir nova interpretação, podemos afirmar que há um razoável volume de informação sobre a Amazônia tratando de sua complexidade, cultura, processo histórico de ocupação e produtivo, a relação com o meio ambiente e a melhor alternativa para o desenvolvimento sustentado da região.

Mas, o que é sustentabilidade?

Trezentos anos antes da era cristã Epicuro de Samos (2005) já afirmava que o conhecimento era a única forma de libertar a humanidade da ignorância. Repetia que “não há felicidade possível para o homem enquanto está atormentado pelo medo da morte e pelo temor dos deuses; é preciso, portanto, libertá-lo desse medo, fazendo-lhe *conhecer as leis e os princípios da natureza*” (p.139).

Milhares de anos depois Marx e Engels (1979d) sistematizam a dialética, princípio filosófico que demonstra que na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes, de onde se conclui que se na natureza, como na sociedade, tudo se transforma e evolui permanentemente, não havendo possibilidade de uma ação, antrópica ou natural, não provocar impacto. Tsunamis, ventanias tropicais ou o fenômeno das “terras caídas” confirmam isso.

Tal pressuposto sugere que a necessidade de alimentos exige o desenvolvimento de técnicas que permitam o aumento da produção e da produtividade como forma de evitar o colapso dos recursos naturais, como os autores já advertiam.

Bursztyn (1993) lamenta que duas ciências (economia e ecologia) tão próximas nos seus objetivos tenham se distanciado tão notavelmente. A primeira, segundo o autor, caiu na armadilha do antropocentrismo, onde a natureza é um mero meio de produção, como instrumento gerador de riquezas; a segunda enveredou pelo descaminho do biocentrismo, esquecendo que o homem precisa de produção para sobreviver e que, como qualquer animal, preda recursos da natureza.

O impasse entre desenvolvimento e meio ambiente, prossegue Bursztyn (1993), reflete a distância que separa as lógicas em prática nas duas ciências gêmeas. É a clássica dicotomia mecânica de fenômenos sociais interdependentes. Não por acaso Marx & Engels (1979c) afirmavam que se contava nos dedos os cientistas capazes de pensar dialeticamente.

Bursztyn (1993) sustenta, também, que a produção do conceito de desenvolvimento sustentável representa uma alentadora tentativa de reconciliar a busca do bem estar presente com a segurança de condições de vida satisfatória no futuro. Por outro lado, há uma preocupante tendência a que se tornem mais uma panaceia salvacionista, que ilude os alarmados e inibe os alarmistas, sem necessariamente resolver os problemas que geraram o alarme. E conclui com uma preocupação ainda atual: o desafio da política de meio ambiente é se legitimar junto aos pares governamentais, os setores produtivos e o conjunto da população.

Morin (2002) opõe à ideia de teoria geral ou específica dos sistemas a ideia de um paradigma sistêmico que deveria estar presente em todas as teorias, sejam quais forem os seus campos de aplicação aos fenômenos. O holismo só abrange visão parcial, unidimensional, simplificadora do todo e, para Morin, é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes. É esse circuito ativo que constitui a descrição e a explicação. Ao mesmo tempo, a manutenção de uma certa oposição e de um certo jogo entre os dois processos de explicação, que segundo a lógica simplificadora, se excluem, não é viciosa, mas fecunda. Ao mesmo tempo, sustenta, devemos considerar o

sistema não só como unidade global (o que equivale pura e simplesmente a substituir a unidade elementar simples do reducionismo por uma macrounidade simples), mas como *unitas multiplex*; também aqui estão necessariamente associados termos antagônicos.

É em torno dessa base que Morin (2002) cria a teoria da complexidade, onde: diversidade organiza a unidade que organiza e onde o todo é mais do que a soma das partes; o todo é menos do que a soma das partes; e o todo é mais do que o todo. E, também: as partes são ao mesmo tempo menos e mais do que as partes; as partes são eventualmente mais do que o todo; o todo é menos do que o todo; o todo é insuficiente, o que decorre de tudo quanto precede; o todo é incerto e o todo é conflituoso.

No nível das sociedades humanas, há que se compreender sistemicamente as ideias de Montesquieu (1985) segundo a qual os conflitos sociais estiveram na origem da decadência e da grandeza romana e de Marx que liga a ideia de sociedade organizada em classes à de antagonismos entre as classes. Assim, devemos apoiar a ideia de sistema num conceito não totalitário e não hierárquico do todo, mas, pelo contrário, num conceito complexo da *unitas multiplex*, aberto as politotalidades, conceito que guarda coerência com a dialética, segundo a qual na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes; todos os fenômenos se transformam e evoluem permanentemente (MARX & ENGELS, 1979 d).

Na concepção de Capra (2006), quanto mais se estuda os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. Assim, do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções “sustentáveis”, tomando emprestada a definição de Lester Brown, do Worldwatch Institute, para quem “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

De acordo com Capra (2006) a ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de “uso” a natureza. A ecologia profunda não vê seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

E, por outro lado, Capra (2006) sustenta que o solo comum das várias escolas de ecologia social é o reconhecimento de que a natureza fundamentalmente antiecológica de muitas de nossas estruturas sociais e econômicas está arraigada naquilo que Riane Eisler chamou de “sistema dominador” de organização social. O patriarcado, o imperialismo, o capitalismo e o racismo são exemplos de dominação exploradora e antiecológica.

Para Sachs (2002) a onda de conscientização ambiental está relacionada a fenômenos como o lançamento da bomba atômica em Hiroshima e a aterrissagem na lua, o que levou a humanidade a constatar que havia alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda a vida do nosso planeta e a tomar consciência que os recursos naturais da *Espaçonave Terra* eram finitos, bem como dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito. A partir dessa constatação Ignacy Sachs (2002), sugere um modelo de sustentabilidade que contempla aspectos sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos e políticos.

Para Leff (2000), a acumulação capitalista é a causa fundamental de transformação das práticas de uso dos recursos nos trópicos, o que se agrava com a atual “colonização tecnológica” que induz a formas ecologicamente irracionais de exploração e aproveitamento dos recursos naturais. E alerta que a recuperação do potencial ecológico e ambiental não depende só da canalização de recursos para financiar um desenvolvimento agroindustrial fundado no manejo integrado dos recursos. O saber técnico e científico é um recurso raro, que deve criar-se e administrar-se para impulsionar o desenvolvimento da produção sustentável dos recursos tropicais.

Leff (2006), afirma que a descoberta da biologia molecular e da genética moderna permitiu combater o individualismo metodológico que teria surgido da noção de “adaptação do mais apto”. O estudo das práticas sociais e dos processos simbólicos que caracterizam a história não encontra um denominador comum no “comportamento social”, entendido como as operações adaptativas de um indivíduo ou de uma população biológica a seu meio ambiente.

E Gorz (2005) sustenta que a ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômica-chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia, pois, segundo o autor, o saber em princípio não aceita ser manipulado como mercadoria. Os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto em sua criação. Assim, segundo o citado autor, ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o

inventivo trabalho do saber começa, e onde termina. De igual forma, sustenta, é cada vez mais evidente que a multiplicação de dinheiro, nesse contexto, não cria riqueza; que o crescimento da economia, fundado na pilhagem do bem comum e no desmonte da coletividade, produz miséria em vez de prosperidade; que o conceito de riqueza deve ser desatrelado do conceito de valor mercantil e que a pergunta “o que é riqueza?” deve ser recolocada, pois o capitalismo moderno, centrado na valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”.

De acordo com Becker (2001), “em meio às políticas e posições conflitivas quanto à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, o desafio maior que se coloca é o de definir e implementar um novo padrão de desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida da população, de estancar o desflorestamento e utilizar o seu patrimônio natural com formas conservacionistas”. E debita, na economia, a “opção” que as distintas sociedades amazônicas fizeram de seu processo produtivo, no que converge com Bezerra (2010) para quem a razão pela qual o Amazonas tem 98% de sua área preservada não é por consciência ambiental e sim por não ter necessidade de explorar seus recursos naturais em função do modelo industrial, estruturado em torno da Zona Franca de Manaus, que lhe serve de base econômica.

Sugere que a floresta só deixará de ser destruída quando seu valor econômico competir com a madeira, a pecuária e a soja. Pois, apesar dos avanços na sua proteção, a manutenção sustentável da floresta ainda não foi solucionada (BECKER, 2005).

Para Abramovay (2010) desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas. Segundo o autor, embora de forma isolada vários componentes de uma estratégia de desenvolvimento sustentável estejam presentes nas políticas públicas, privadas e nas organizações da sociedade civil, lhes falta o alcance estratégico. Debita o declínio da devastação florestal em fatores como a ação vigorosa da Polícia Federal (PF) em sintonia com Ministério do Meio Ambiente (MMA); a regulamentação de orientações já previstas em lei há muito tempo e pelas quais os gerentes de agências bancárias passam a restringir empréstimos a quem estiver com áreas irregulares sob o ângulo ambiental ou não legalizadas; expansão dos parques nacionais e estaduais e demarcação de áreas indígenas e formação de instâncias de negociação de setores cruciais (soja, bicomustíveis, pecuária), baseadas muitas vezes na chantagem feita por ONGs como o boicote aos produtos de empresas que produzem carne e soja desmatando. Afirma que apesar das reservas e das concertações para evitar o

desmatamento ainda não se formou uma coalizão social capaz de transformar a biodiversidade e os demais recursos dos ecossistemas na grande fonte de renda, de ganhos econômicos. Ninguém sabe como fazer isso hoje!

Segundo Nascimento (2012), a noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, na **biologia**, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo, etc.) ou naturais (terremotos, tsunamis, fogo, etc.). A segunda, na **economia**, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo mundial, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar.

Assim, enfatiza, “o Desenvolvimento Sustentável (DS) se tornou um campo de disputa, no sentido utilizado por Bourdieu, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam” (NASCIMENTO, 2012, p.51).

É instigante analisar o questionamento feito por Nascimento (2012) para saber se nas dimensões do desenvolvimento sustentável as dimensões da sustentabilidade por ele elencadas (econômica, ambiental, social, cultural e política) são suficientes e qual o seu significado?

De fato não há consenso de como fazer, mas diversos autores têm sugerido alternativas buscando, a um só tempo, criar atividade econômica, conservar os recursos naturais e elevar o nível socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Bezerra (2011) sugere a agregação de valor à matéria prima regional, na tese em questão, a partir da verticalização da produção em agroindústrias e a transformação do pirarucu (*Arapaima gigas*) em “bacalhau da Amazônia”, como uma alternativa à produção de “subsistência” ou ao produtivismo que tem caracterizado o avanço do capitalismo na Amazônia.

5. A CONSCIÊNCIA COMO PRODUTO DA REALIDADE MATERIAL OBJETIVA E SEU REFLEXO NO USO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

Numa evidência inquestionável de que “a consciência é produto da realidade material objetiva”, como assevera a dialética sistematizada por Marx & Engels (1979 d), a maioria dos cronistas e naturalistas que resenharam a Amazônia relatam biopirataria, agressão de toda ordem aos nativos e aos recursos naturais, com absoluta naturalidade.

Essa é a saga de todo processo de ocupação da Amazônia, especialmente após o massacre imposto aos astecas e aos incas e a captura de tesouros magníficos arrebatados desses povos pelos saqueadores Hernán Cortez e Francisco Pizarro.

Do que pode se depreender do relatório de Carvajal (1992) é inegável que a conquista da América contou com o sustento da religião cristã para justificar o expansionismo ibérico. Os índios aparecem aos olhos europeus como bárbaros que deviam ser subjugados, como feras a serem domadas, como inumanos carentes da verdadeira religião que deveriam ser redimidos ou exterminados. O que lhes sobejava, era a idolatria, o canibalismo, a sodomia, preguiça, irracionalidade (p. 21).

Não foi naturalmente uma empreitada fácil da parte ibérica. Os registros indicam que antes de encontrar as riquezas os exploradores se enchem de choro e de pranto; e para algum que tenha voltado a Castilha com fortuna, deixaram aqui cem a pele e ainda ficaram, uns sepultados no mar e servindo de manjar aos peixes e animais marinhos; outros, nas areias e nas costas sem serem enterrados; e outros dentro da terra insepultos, transformados em comida para as aves e animais ferozes, ou comidos por índios caribes ou dragões e crocodilos (CARVAJAL, 1992, p. 23).

E assim lá estava um homem do clero, teoricamente dedicado à defesa de todos os seus semelhantes, a registrar sem qualquer constrangimento a matança de “índios” e a mais brutal predação.

O relatório de Carvajal (1992) é rico nesse aspecto. Num momento ele diz que “os índios serviram-nos muita comida feita de tartarugas e papagaios”; noutro informa que “os nativos com muita presteza, trouxeram, em abundância, o que achavam ser suficiente de carnes, perdizes, perus e peixes de várias qualidades”; ou ainda que o cacique “mandou que retirassem grande quantidade de comida das canoas tais como tartarugas, como peixe-boi e outros peixes, perdizes, gatos e macacos assados”; relata ainda que “quando já havia recolhido mais de mil tartarugas, os índios voltaram pela segunda vez, com uma grande quantidade pessoas e vieram determinados a matar-nos e atacar o posto onde estávamos com o capitão”; e agradece ao criador pela fartura de tartarugas, perus e papagaios em abundancia geral, bem como anota que “fomos caminhando tomando alimentos onde percebíamos que não podiam defender-se e ao final de quatro ou cinco dias, ocupamos uma aldeia, onde os índios não se defenderam”.

O relatório de Acuña (1994), outro religioso, não é diferente.

Como escrivão oficial da expedição de Pedro Teixeira ele pode compartilhar informações originais, dentre elas aquela que informa que o pagamento dado a Pedro Teixeira

pela expedição a Quito foram 300 casais de índios encomendados (sob sua guarda e não de sua propriedade) incluindo uma aldeia (p.18).

Acuña (1994) também pôde registrar que os nativos “do que mais se alimentam é de peixe, incrivelmente abundante neste rio, onde o pescam a mancheias” e complementa: “dentre todos os pescados, aquele que, como um rei, se assenhoreia do das amazonas, e o enche todos, desde seu começo até quando desagua no mar é o peixe-boi, que pelo sabor já justifica o nome, pois não há quem o coma que não o tenha por boa carne” (p.78); dispensa igual comentário a abundancia de tartarugas, anotando que “os índios as apanham em tão grande quantidade, que não há viveiro delas que não tenha de cem para cima, motivo pelo qual esses bárbaros nunca souberam o que seja fome, pois basta uma delas para satisfazer uma família, por numerosa que seja” (p.80).

E finalmente Acuña (1994) informa que a nação Tapajós, composta de “bárbaros com boa terra e abundantes mantimentos” (p. 157) lhes oferecerem galinhas, patos, redes, pescados, farinha, frutas e outras coisas mais e como pagamento receberam morte, estupro das filhas e mulheres e centenas de prisioneiros transformados em escravos que levaram para vender no Pará e Maranhão (p.158/9).

Se eventualmente alguém pode se chocar ao constatar que religiosos não só registraram, como participaram de crimes hoje considerados hediondos, o que dizer de cientistas que tinham dúvidas se índio era gente ou que, na melhor das hipóteses, pertenceriam a um ramo atrofiado da humanidade?

Essa era a impressão de La Condamine (2000) ao analisar os nativos da região. Diz ele: “a insensibilidade é o fundamental; fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez”. Adianta, inclusive, que não há diferença entre índios aldeados e “os selvagens que gozam de liberdade” afirmando que “não se pode vem sem humilhação o quanto o homem abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas” (p. 60).

A sua conclusão, após essa manifestação de preconceito, não poderia ser outra. Ele afirma que “não se trata por enquanto senão de fazer deles uns homens, o que não é pequeno trabalho” (LA CONDAMINE, 2000, p.73,74).

Mas La Condamine (2000) não estava só nessa cruzada. Opinião semelhante foi emitida por quase todos os cronistas e naturalistas que por aqui andaram, dentre os quais o padre João Daniel (2004) e um “monstro sagrado” da ciência de seu tempo, o naturalista bávaro Karl von Martius (1976).

Daniel (2004) afirma que os naturais do Amazonas “vivem em povos, e repúblicas mui numerosos, contudo em pouco se diferenciam dos bichos e feras do mato”; com exceção, afirma o sacerdote, “da nação inca do império do peru, que já vivia com economia e governo debaixo de uma só cabeça que os regia como lei *more monarchio* como adiante diremos em capitulo separado”. Todas as demais nações, embora tenham os seus chefes, “são criadas a lei da natureza” (p. 269).

Martius (1976) inicia constatando que o massacre contra os índios foi tão violento que só os fortes e mais agressivos sobreviveram e constata que quanto mais dóceis e amigáveis eram as tribos, mais facilmente elas foram extintas (p. 191), no que é seguido pelo Príncipe Adalberto da Prússia (2002), que assevera: “diante da perseguição e das caçadas de escravos dos portugueses, os índios têm-se afastado cada vez mais da costa para o interior e que, especialmente os últimos vestígios das tribos só se encontram muito profundamente no interior, nas margens do Amazonas” (p. 39).

Esse registro histórico do príncipe prussiano põe por terra o argumento que certos setores produtivistas levantam para estigmatizar as demarcações de terras indígenas, argumentando que “misteriosamente” eles estão sempre nas fronteiras, sugerindo um plano maquiavélico de povos que, como se percebe, fugiram e continuam fugindo tão e tão simplesmente para se defenderem, para sobreviverem.

Apesar desta constatação, Martius (1976) acaba revelando uma limitação científica ao afirmar que os índios eram um ramo atrofiado da humanidade, o que está em profunda contradição com qualquer teoria científica de desenvolvimento da sociedade, dentre as quais a teoria de Morgan (2009) e, principalmente, o princípio dialético sistematizado por Marx & Engels (1979 d).

Ele afirma literalmente: “Consideramos, por conseguinte, os homens vermelhos, um ramo atrofiado, no tronco da humanidade, destinado a apresentar apenas tipicamente quase uma forma física de certas propriedades que fazem parte do ciclo, ao qual o homem está sujeito como criatura natural, porém incapacitados de produzir as altas flores e frutos da humanidade” (p. 41).

Por outro lado a obra de Martius (1976) é muito rica de informações que nos permite compreender os limites da consciência humana e o quanto ela é determinada pela realidade material objetiva, em cada período histórico.

Sobre esse aspecto é particularmente ilustrativo o diálogo travado entre Martius e o chefe dos Miranhas – etnia do Japurá – sobre a antropofagia de seu povo, ao que ele pacientemente respondeu: “Os brancos não querem comer jacaré nem macaco, embora sejam

saborosos; se obtivessem menos tartarugas e porcos, bem os comeriam, pois a fome é penosa. É apenas questão de hábito. Depois de morto o inimigo, é muito melhor comê-lo do que deixá-lo apodrecer” (p.213).

E os registros de Spix & Martius (1976) sugerem que talvez a antropofagia estivesse associada a escassez de alimentos, na medida em que era muito mais frequente na bacia do rio Negro, reconhecidamente pobre em recursos piscosos e mesmo de caça.

5.1 A predação tratada com absoluta naturalidade

O que mais chama a atenção, todavia, é a naturalidade com que a predação dos recursos naturais é tratada, praticamente por todos esses homens de ciência.

Spix & Martius (1976), por exemplo, anotam como um registro a mais que:

- Ademais, o ano de 1819, como afirmam os nossos índios, foi muito desfavorável para a caçada de tartarugas, porque o rio, na época do mais baixo nível da água, isto é, nos meses de agosto e setembro se mantinha a uma altura excepcional (p.84);
- Em fazendas abastadas, o curral mantém, às vezes, cem ou mais tartarugas, das quais costumam matar diariamente, ou pelo menos nos dias santificados, para ser servida à mesa como carne fresca (83/84);
- Aí, pela primeira vez, deparou-se-nos o espetáculo da colheita dos ovos de tartaruga e o preparo deles em manteiga de tartaruga. Numa extremidade da ilha de areia havia os colhedores construindo umas palhoças de folhas de palmeiras; grandes montes de ovos desenterrados, canoas cheias de ovos já quebrados, soltando o conteúdo, panelas cheias de gordura a ferver, e cerca de 150 homens, índios, mulatos, negros e alguns brancos, ocupados nesses diversos trabalhos: tudo isso constituía espetáculo novo e alegre, em seguida à costumada solidão da viagem (p.147/148);
- Aliás, não há dúvida de que o sistema atual os exterminará, não obstante toda a produtividade desses úteis animais (p.150), afirmam os naturalistas, reconhecendo que esse sistema não era sustentável;
- Aproximamos na segunda ilha de tartaruga, a Praia das Onças, onde encontramos 350 homens ocupados com o preparo da manteiga, e tinham em diversas barracas vários artigos necessários expostos à venda (p.152);

- Na Jutica-Paraná, estava montada uma feitoria para pesca dos peixes-boi, que agora, com o crescimento das águas, devia ser equipada (p.160);
- Japurá/ Fonte Boa. Cheguei diante de uma cabana isolada na mata, onde estava estabelecida uma feitoria para o preparo e seca do aqui abundante pirarucu. O proprietário, um mulato, acompanhado de alguns índios e ainda maior número de índias, convidou-me a desembarcar; e alguns montes de milhares de tartarugas, que encontrei na margem, foram, de fato, um interessante espetáculo (p.176);
- Acima do canal que liga o Lago Amanã com o Japurá encontramos uma feitoria (Tiba) fundada para a pesca do peixe-boi e do pirarucu (p.186);
- Os habitantes do Rio Branco ainda se ocupavam, no momento, com o preparo da manteiga de tartaruga (p.241);
- O preparo do pirarucu. A cabeça, entranhas, espinha dorsal e escamas são lançadas à água; a carne é cortada dos ossos em grandes pedaços, salgada e posta a secar ao sol ou sobre o fogo (p.136);
- Depois da captura do jacaré, ainda nos faltava um terceiro habitante das águas, que obtivemos igualmente em Manaquiri, isto é, o lamantin ou manti (*Manatus americanus* Cuv.), na língua geral goaravá, guaraguá. Este cetáceo parece ter sido outrora mais abundante no Brasil do que atualmente (p.138/139);
- A carne muito branca, semelhante à do porco, intercalada de camadas de gordura, em particular no ventre, é excelente petisco. Não me lembro de haver saboreado no Brasil prato de carne mais delicioso (p.139);
- Na manhã de 17 dezembro atravessamos para a margem oriental, onde passamos pelas bocas do Tijuaca, um canal que liga o Lago Amana com o Japurá. Acima desse canal, encontramos no meio do rio, e à vista da foz do caudaloso Aranapu, uma feitoria (Tiba), fundada para a pesca do peixe-boi e do pirarucu (p.186).
- **E a predação era também de vidas humanas.** De muitas tribos citadas nas narrativas de Acuña, de raças poderosas ribeirinhas do Amazonas, e ainda de maior número de outras indicadas em mapas, não encontramos vestígio algum, ou apenas longínquas reminiscências de nomes semelhantes (p. 89).

Alfred Russel Wallace (2004) é ainda mais direto do que os bávaros. Descreve em *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, uma série de agressões ao meio ambiente sem esboçar

qualquer reação de protesto a esses fatos, ao tempo em que esboça sua carga de preconceitos em relação ao que encontrava no “novo mundo”.

Nessa obra, resultado de sua viagem em 1848, Wallace (2004) faz uma radiografia do cotidiano amazônico. Relata, ao lado de aspectos prosaicos, o modo de produção e a sua relação com os recursos naturais no período em que aqui esteve. Exemplos do que hoje seria biopirataria e crimes ambientais são relatados pelo naturalista sem qualquer ressalva.

E registra algo pouco conhecido na nossa história: o alistamento forçado dos índios, os quais sempre que desciam os rios para comercializar eram feitos prisioneiros e forçados a servir como soldados (p.83).

Embora fosse naturalista e conseqüentemente interessado em estudar os recursos naturais vivos, ele relata com absoluta naturalidade que:

- Um canadense de nome Leavens, dedicado à exploração de madeira, tinha muitos espécimes de tucanos e papagaios empalhados (p.62);
- Assim como registra a matança de macacos nos arredores de Belém (p.79) e a sua posterior conversão em refeição para ele próprio, como algo absolutamente normal e regular - o que efetivamente era nos idos de 1848 quando por aqui esteve;
- Não se furta em recomendar a derrubada da floresta como meio civilizatório afirmando que “durante séculos, o madeireiro, com seu machado, tem sido o pioneiro da civilização, nos sombrios recessos das florestas do Canadá, enquanto os tesouros desse grande e fértil país estão ainda intactos” (p. 83);
- Relatos semelhantes são corriqueiros, pois essa era uma prática recorrente por parte do cientista inglês em relação a macacos, papagaios, araras azuis, tartarugas, jabotis, dentre outros, não apenas nos arredores de Belém, mas em várias outras partes da Amazônia;

O que hoje seria um grave crime de biopirataria, ele aborda sem qualquer ressalva, destacando que em dois meses colherem 1.300 espécies de insetos, sendo 553 lepidópteros – dos quais 400 eram borboletas – 450 escaravelhos e 400 espécies de outras ordens (p.86).

Relatos como esse são impensáveis nos dias de hoje, mas era a realidade material objetiva nos tempos dos primeiros viajantes, quando a percepção de finitude dos recursos naturais só era percebida pelos gênios da envergadura de Epicuro, Marx, Engels, dentre os mais destacados.

Relata com absoluta naturalidade que os homens de apoio a sua expedição apanharam uma preguiça e que os índios prepararam-na para comer e, como consideram a sua carne um

delicado manjar, eu resolvi prova-la também, verificando que de fato era muito macia e saborosa (p.90).

E prossegue nos seus registros de predação, sem qualquer ressalva:

- Registra seu divertimento caçando pássaros e preparando-os para comer (p.92);
- Novamente, de forma absolutamente natural, relata a compra de uma pequena tartaruga que lhes deu um excelente jantar (p.95);
- Ou que “pela manhã, eu ia adiante, de montaria, com Alexandre, para atirmos alguns pássaros” (p.97);
- E volta ao seu esporte predileto: matar pássaros! “eu ali matei um jacamar (certamente jacamim), cinza-escuro, um papagaio de penas vermelhas na cabeça e alguns bonitos pombos” (p.98);
- “Em uma arvore, vimos então uma iguana, aqui chamada de camaleão, em que o Sr. Leavens atirou e matou, tendo os nossos homens preparado carne para o seu jantar”. Registra o seu encontro com os botos – que ele chamava de “porco-marinho” (p.101);
- “atirmos em alguns pássaros e achamos algumas conchas, nenhuma, porém, bonita ou grande, e raramente encontrávamos insetos” (p.102);
- “eu matei a tiros vários lindos pássaros, vendo ali, pela primeira vez, as belas araras azuis, as quais, antes, já nos haviam dito que haveríamos de encontrar, quando subíssemos o Tocantins” (p.103);
- “eu atirei num alcião” (p.107);
- “... a fim de matar patos em uma lagoa próxima” (107);
- “tivemos para o nosso jantar uma tartaruga terrestre (creio ser o Jaboti), cuja carne é tão boa como a da tartaruga dos rios” (p.109);
- “vimos na praia muitas penas das araras azuis. Com certeza, alguém havia tirado a carne para comer, ao passo que nós não havíamos conseguido obter nenhum espécime” (p.113);
- “para tentar matar uns bonitos verdelhões, de plumagem amarela. Tive a sorte de matar um deles. Porem ficou agarrado em um arvore muito emaranhada de cipós e de espinhos” (p.114);
- “tendo os nossos índios visto um lugar na praia, próprio para procurar ovos de tartaruga, foram à terra, de montaria, e tiveram sorte de encontrar 130 deles,

enterrados na areia. São oleosos e muito moles, como couro. Tivemos assim uma colossal ‘omelete’ para o jantar” (p.115);

- “atirei e matei um lindo gavião, mas pequeno, com plumagens de listras muito bonitas” (p.115);
- “tentei matar uma ave semelhante a um pelicano, não consegui, mas Alexandre teve a sorte de abater um deles” (p.117);
- “quando estávamos para chegar à praia, vimos uma enorme serpente, enrolada num galho, que estava mesmo sobre as nossas cabeças... recuamos um pouco a canoa e o Sr. Leavens a matou. Tinha cerca de 10 pés de comprimento...” (p.117);
- Um bando de aves semelhantes a pelicanos, de grandes bicos, em forma de fragata, estava pousado na praia (p.117);
- Fui de montaria, com Alexandre, para ver se os caçava, e, após alguns tiros, sem resultado, Alexandre teve a sorte de abater um deles (p.117);
- Prosseguindo a nossa viagem, encontramos muitos jacarés, de grande tamanho, que nadavam em todas as direções. Alvejamos alguns deles, porém só conseguimos fazê-los mergulhar rapidamente para o fundo (p.204);
- Saltando em terra, logo começaram a cavar e remover a areia, voltando dentro de pouco tempo com um chapéu cheio de ovos da pequena tartaruga chamada “tracajá” (p.203);
- Faz uma longa descrição anatômica do peixe boi e de suas propriedades, destacando a sua abundância nos lagos; anotando que “a carne é muito boa, sendo algum tanto parecida com a carne de vaca e com a carne de porco” e sugerindo o que ele entendia ser o seu principal uso: “cada animal fornece de 5 a 25 galões de óleo” (p.240,241);

E, novamente, a predação de Wallace (2004) sem constrangimento registra o banquete que ele fez a base de peixe-boi. “E este espécime, que foi capturado agora, forneceu-nos pratos variados e serviu para uma agradável mudança do nosso constante regime de peixe” (p. 241).

Nem mesmo quando Wallace relata as suas pescarias, a predação fica ausente, diz ele: “o luar estava lindíssimo; aportando ali, começaram, então, a procurar os ovos das pequenas tartarugas, das gaivotas e de outras aves aquáticas, que os põem em pequenos buracos, cavados na areia” (p. 245). E continua: “saltando em terra, logo começaram a cavar e remover

a areia, voltando dentro de pouco tempo com um chapéu cheio de ovos da pequena tartaruga chamada ‘tracajá’”.

Um cavalheiro, anota Wallace (2004), que fazia parte do nosso grupo, deu um tiro extraordinário com o seu rifle, pois conseguiu abater, a uma longa distância, com uma bala, um pato, que ia voando só, porém passando muito alto (p.246).

O **Príncipe Adalberto da Prússia (2002)** também registra, sem ressalvas, que “foi assim que o Conde Bismark conseguiu matar ainda um terceiro papagaio, que pudemos levar conosco” (p.123).

E Agassiz (2000) sem demora se juntou a essa cantilena predatória, mas, também de registros sobre a nossa consciência regional, anotando que:

- O homem, como todos os índios das margens do Amazonas, é pescador e, com exceção dos cuidados exigidos pela sua pequena plantação, tem como exclusiva preocupação a pesca. Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa, não carrega água, nem lenha, e não pega nem mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinadas estações do ano, ele gasta a seu bel-prazer a maior parte do seu tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e aquelas que temos diante dos nossos olhos justificam perfeitamente essa boa opinião (p.186);
- Ainda não chegou a época de desenterrar os ovos, de fazer a manteiga de tartaruga; mas se avistam com frequência, perto das margens, as choças construídas pelos índios ou os paus fincados no solo sobre os quais se estende e seca o peixe. O peixe seco é um dos grandes artigos do comércio local (p.203);
- Encontramos a princípio alguma dificuldade em conseguir empregados. É a estação da pesca; os homens vão para longe, para secar e salgar o peixe; além disso, não falta muito para a época de apanhar ovos e fabricar manteiga de tartaruga e, então, só as mulheres ficam nos povoados (p. 220);
- E os hábitos dos índios são tão pouco regulares, eles ligam tão pouca importância ao dinheiro, tendo meios para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um deles é mais do que provável que se suma no dia seguinte. Um homem dessa raça é muito mais sensível ao bom trato, à oferta dum bom copo de cachaça, que ao ordenado que se lhe ofereça e que não tem valor algum a seus olhos (p. 221);

- Esse sítio não passa de uma tosca cabana de índio situada na margem oposta dos Solimões, onde o nosso vizinho e sua família costumam ir fiscalizar a salga e a seca do peixe que constituem a grande indústria da região (p. 224);
- Muito cedo em atividade, já na pesca ou na caça desde muito antes do nascer do sol, o amazonense volta no meio do dia, deita-se em sua rede, fuma enquanto dura o calor, depois se levanta para cozinhar o peixe, e, a não ser que se sinta doente, não conhece apreensões nem necessidades (p. 229);

E naturalmente fala de biopirataria, predação, crimes ambientais de toda natureza sem qualquer constrangimento. Mais uma vez é importante destacar o papel da consciência como produto da realidade material objetiva, como demonstra a dialética.

Agassiz (2000) anota, no dia 21 de agosto, que ontem à noite atingimos a nossa primeira estação, a pequena Vila de Breves. A sua população, como a de todos os pequenos estabelecimentos do Amazonas inferior, é o produto da mistura das raças. Descreve rapidamente o biotipo dos nativos e passa aos registros de predação.

Depois de passar a vista por várias dessas cabanas, de comprar um ou dois macacos, alguns papagaios e alguns vasos - tão feios quanto curiosos, diga-se a verdade - penetramos na floresta e vagamos ao acaso colhendo plantas para nossos herbários. As palmeiras são mais abundantes, maiores e mais variadas que as que temos encontrado até então. Ao crepúsculo, voltamos para bordo, onde nos aguardava uma multidão de rapazes e alguns outros habitantes mais velhos do lugar. Trazem cobras, peixes, insetos, macacos, etc. Tendo-se espalhado a notícia de que o objeto da nossa visita ao povoado era apanhar "bixos" (sic), todos acorreram carregados de suas mercadorias vivas. Agassiz ficou encantado com essa primeira colheita, e adicionou um número considerável de espécies à sua coleção de peixes amazônicos feita na cidade do Pará, já tão rica e rara (p.166).

Falando de uma refeição em Manaus ele diz: “jantamos hoje um pouco mais cedo do que nos outros dias, e o prato principal que figurou sobre a mesa foi um guisado de papagaios e tucanos” (p.263).

E novamente o triste registro da predação humana. Em contraste com o relato de Carvajal (1992) e Acuña (1994), que registraram uma grande população nessa região, Agassiz (2000), assim como já fizera Spix & Martius (1976) e também Wallace (2004) anota que a população é rarefeita, expressão inconteste dos sucessivos massacres e da fuga para o interior, para as regiões ermas, fugindo dos massacres e perseguições, tanto das guerras de extermínio quanto dos descimentos promovidos pelos religiosos e escravocratas.

Quanto ao clima da região há concordância que ele não é tão inóspito quanto alguns relatos anteriores haviam sugerido e, tudo indica, há pequena variação desde então, aí incluído as enchentes e as eventuais estiagens, conhecidos na climatologia como veranico.

A temperatura do ar e da água tomada por Spix & Martius (1976), por exemplo, em distintos locais da Amazônia (1819) oferece dados intrigantes, dentre eles o que indica uma temperatura maior do que a atual. Eles usaram a escala de Reaumur. Sua conversão em grau Celsius, como estamos habituados, requer que o valor seja multiplicado por algo como 1,25.

Se os dados deles estiverem corretos e eventualmente o tradutor não cometeu imprecisões, eles encontraram temperatura do ar que oscilou entre uma mínima de 18°R (23° C) – após um temporal, à noite, próximo a Manaus (p.120) – e uma máxima de 43,5°R (54,4° C), das 2 as 4 horas da tarde, e à sombra 33,7°R (41,9° C) – na região de Itacoatiara (p.113).

A temperatura da água, igualmente anotada por Spix & Martius (1976) oscilou da mínima de 19,5° a 20°R (24,5° C), no rio negro (p.133), e uma máxima de 29°R (36° C), às 9 horas da manhã nas cercanias de Belém (p.45). A temperatura média das águas do Amazonas de 26°R (33° C) é bem superior a do rio Negro (p.133).

Mais acima, no rio, ouvimos contar os múltiplos prejuízos causados por essa cheia enorme, nas plantações de cacauzeiros, cana, arroz e café; e, à margem setentrional, entre Monte Alegre e Macapá, nos rebanhos. Foram esses prejuízos, desde a Vila de Faro até Santarém, avaliados em 60.000 cruzados. O gado, sitiado em ilhotas diariamente diminuídas no rio, entregue a si mesmo, exposto ao assalto de famintos jacarés e onças, sucumbia em massa (p.84).

Asseguram que as enchentes do Rio Negro sobem a 30 pés de altura. A sua profundidade mede entre Barra e Barcelos 18 e 19 braças (p.237).

Os dados compilados por Wallace (2004) sobre o nosso clima é ligeiramente distinto, embora sem grandes contradições. Sua escala era a Fahrenheit. Em valores aproximados ele destaca que a temperatura – em torno de 32°C - não era tão ardente como ele imaginara a partir do relato de outros naturalistas (p.38).

A elevação da cota d'água por ele identificada, na faixa de 20 a 30 pés (p.203), é semelhante a registrada por Spix & Martius (1976).

Noutra passagem Wallace (2004) descreve o clima como delicioso, onde a temperatura oscilava entre 74 e 87°F (23,3 a 30,5°C), com manhãs agradáveis e frescas e uma aprazível brisa à tarde (p.50).

Registra um claro episódio de veranico ao mencionar a preocupação de um nativo com a falta de chuva “ele disse que já fazia três meses que ali não chovia, e que as roças estavam, em consequência disso, ficando muito prejudicadas” (p.103).

Em vários momentos há evidências desse fenômeno:

- Raramente choveu ali, durante os meses de julho e agosto. As pastagens, próximas da cidade, estavam completamente ressequidas, tostadas pelo sol. As águas do rio estavam baixando rapidamente (p.244);
- Debaixo da tolda, durante o dia, o calor era bastante intenso, acusando o termômetro, geralmente, a temperatura de 95-100° F ou 35°-37,7°C (p.256);
- De manhã, a temperatura era de 75°; e a da água, na mesma ocasião, de 85°, percebendo-se que ela estava quente (23,8°C / 29,4°C) – p.256;
- A temperatura mais baixa, que eu observei, pouco antes do nascer do sol, foi de 70° (21,11° Celsius) (244);
- A temperatura mais alta, que eu registrei, foi de 96° (35,55° Celsius), à tarde (p.244);
- Debaixo da tolda, durante o dia, o calor era bastante intenso, acusando o termômetro, geralmente, a temperatura de 95° a 100° (35° C a 37,7°C). De manhã, a temperatura era de 75°; e a da água, na mesma ocasião, de 85°, percebendo-se que ela estava quente (23,8°C / 29,4°C).

Numa demonstração de extremo bom senso o naturalista britânico Wallace (2004) sugere a adaptação do horário de trabalho em decorrência do clima, no que nós temos absoluta concordância.

Com relação ao clima, diz Wallace (2004), eu já disse o bastante, mas repito: “Um homem pode trabalhar tão bem aqui, como nos ardentes meses de verão na Inglaterra; e, trabalhando três horas de manhã e outras tantas à tarde, poderá produzir muito mais todas as coisas necessárias à vida do que um bom trabalhador, em doze horas de trabalho, em nossa pátria” (p.119).

Euclides da Cunha (2006) pertence a categoria dos homens de ciência e da política que não tergiversaram sobre a amazonia. Tinha clareza da sua importância estratégica e fez, em momentos diversos, uma defesa apaixonada de sua gente, sejam os seringueiros, a quem ele chamou de “caboclos titânicos”, ou dos índios - que com ardor denunciou o massacre ao qual eles estavam sistematicamente submetidos.

Dentre essas denúncias está o relato que faz do episódio envolvendo os índios *Mashcos* e o explorador Carlos Fitz-Carral. Diante da recusa do líder dessa etnia em se tornar de sua expedição, Fitz-Carral simplesmente executou todo o contingente que com ele se encontrava, num episódio tão trágico que até hoje a praia onde se deu o massacre é conhecida como *Playamashcos*, numa alusão ao sanguinolento fato (p.60).

Mas, em que estágio se encontrava a Amazônia, quando da chegada dos europeus?

Segundo a teoria das três idades (pedra, bronze e ferro), desenvolvida por Thomsen (DIAKOV & KOVALEV, 1976) alguns grupos humanos nunca desenvolveram a tecnologia do metal fundido e, portanto, ficaram numa *idade de pedra* até se encontrarem com culturas tecnologicamente mais desenvolvidas. Em geral, acredita-se que este período começou na África faz 2,5 milhões de anos, com a aparição da primeira ferramenta humana (ou pré-humana). A este período seguiu-se o Calcolítico ou Idade do Cobre e, sobretudo, a Idade do Bronze, durante a qual as ferramentas desta liga chegaram a ser comuns; esta transição ocorreu entre 6000 a.C. e 2500 a.C.

Segundo a teoria dos três estágios (MORGAN, 2009), sistematizada em *A Sociedade Antiga*, sabe-se agora que a humanidade existiu na Europa durante o período glacial, e até mesmo antes de seu começo, havendo toda probabilidade de ter sido originada numa era geológica anterior. Sobreviveu a muitas raças de animais das quais foi contemporânea e, nos diversos ramos da família humana, passou por um processo de desenvolvimento tão notável nos caminhos seguidos quanto em seu progresso (p. 43).

A partir dessa teoria pode-se afirmar agora, com base em convincente evidência, que a selvageria precedeu a barbárie em todas as tribos da humanidade, assim como se sabe que a barbárie precedeu a civilização. A história da raça humana é uma só – na fonte, na experiência, no progresso (p.44).

As principais instituições da humanidade tiveram origem na selvageria, foram desenvolvidas na barbárie e estão amadurecendo na civilização. No mesmo período, por exemplo, a família avançou da consanguinidade para a monogamia, passando por formas intermediárias; e a ideia de propriedade passou por um crescimento e um desenvolvimento semelhante. Começando do zero, na selvageria, a paixão pela propriedade, como representando a subsistência acumulada, tornou-se agora dominante na mente humana nas raças civilizadas (p. 45).

A vida étnica das tribos indígenas está declinando sob a influência da civilização americana; suas artes e linguagens estão desaparecendo e suas instituições estão se

dissolvendo. Dentro de mais uns poucos anos, fatos que podem ser agora facilmente coletados serão impossíveis de descobrir (p. 46 e 47).

Como é inegável que partes da família humana tenham existido num estado de selvageria, outras partes num estado de barbárie e outras ainda num estado de civilização, parece também que essas três distintas condições estão conectadas umas às outras numa sequência de progresso que é tanto natural como necessária (p. 49).

A teoria da degradação humana para explicar a existência dos selvagens e dos bárbaros já não é mais sustentável. Ela apareceu como um corolário da cosmogonia mosaica e foi aceita a partir de uma suposta necessidade que já não existe. Como teoria, é não apenas incapaz de explicar a existência de selvagens como também não encontra suporte nos fatos da experiência humana (p. 54 e 55).

Pode ser observado, finalmente, que a experiência da humanidade tem seguido por canais quase uniformes; que as necessidades humanas, em condições similares, têm sido substancialmente as mesmas; e que as operações de princípio mental têm sido uniformes em virtude da identidade específica do cérebro em todas as raças da humanidade. Isso, no entanto, é apenas uma parte da explicação da uniformidade dos resultados. Os germes das principais instituições e artes da vida foram desenvolvidos enquanto o homem ainda era um selvagem (p.55).

Morgan (2009) pondera, todavia, que os termos “Idade da Pedra, Bronze e Ferro”, introduzidos por arqueólogos dinamarqueses, têm sido extremamente úteis para certos propósitos e continuarão a sê-lo para a classificação de objetos de arte antiga; mas o progresso do conhecimento tornou necessárias outras e diferentes subdivisões.

Não afeta o resultado principal o fato de que, num mesmo tempo, diferentes tribos e nações do mesmo continente, e até da mesma família linguística, estejam em diferentes condições, pois, para nosso propósito, a condição de cada uma é o fato material, o tempo sendo imaterial.

Algumas tribos e famílias foram deixadas em isolamento geográfico para resolver os problemas do progresso através de esforço mental original e, conseqüentemente, mantiveram suas artes e instituições puras e homogêneas, enquanto aquelas de outras tribos e nações foram adulteradas pela influencia externa. Assim, enquanto a África era e é um caos étnico de selvageria e barbárie, a Austrália e Polinésia estavam na selvageria pura e simples, com as artes e instituições, próprias daquela condição. Da mesma forma, a família indígena da América, diferente de qualquer outra existente, exemplificava a condição da humanidade em três períodos étnicos sucessivos (p. 61).

Os índios do extremo norte e algumas das tribos costeira da América do Norte e do Sul estavam no status superior de selvageria; os índios parcialmente aldeados, a leste do Mississipi, estavam no status inferior de barbárie, e os *pueblos* da América do Norte e do Sul estavam no status intermediário.

Também traz luz a esse debate o texto *A Ciência da Cultura* (TYLOR, 2009) no qual ele define “Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido do etnográfico é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” (p.69).

Além, naturalmente, de *O Escopo da Antropologia Social*, no qual Frazer (2009) sustenta que apesar de ser a Antropologia, ou a Ciência do Homem, a última a nascer na ampla e florescente família das ciências, ela tem como objetivo, assim como todas as outras ciências, descobrir as leis gerais às quais se possa presumir que os fatos particulares se conformam. Digo “que se possa presumir” porque, prossegue, em todos os departamentos, a pesquisa já tem mostrado a probabilidade de que, por toda parte, lei e ordem sejam prevaletentes – basta procurarmos diligentemente por ela - e que, correspondentemente, os negócios do homem, por mais complexos e incalculáveis que possam parecer, não são exceção à uniformidade da natureza (p.103, 104).

Como fica evidente, os erros, imprecisões e mesmo barbaridades cometidas por homens de ciência, não se deu apenas pelo conteúdo de classe – embora esse seja, a nosso ver, determinante; se deu, também, pela limitação científica.

O conhecimento científico de então, de fato, não lhes permitia compreender os diferentes estágios de desenvolvimento da humanidade, cujas luzes iniciais só aparecem alguns anos depois com os trabalhos do arqueólogo dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen que em 1836 propôs o sistema das três idades - pedra, bronze e ferro (DIAKOV & KOVALEV, 1976); os estudos do antropólogo americano Lewis Henry Morgan que em *Ancient Society* (1877) sugeriu a teoria dos três estágios (selvageria, barbárie e civilização) como forma de explicar os diferentes estágios de desenvolvimento da humanidade (MORGAN, 2009); e, principalmente, a formulação teórica de Friedrich Engels em *A Origem da família, da propriedade privada e do estado* (1884) e na *Introdução à dialética da natureza* (MARX & ENGELS, 1979a; 1979d) nos quais ele demonstrou tanto que a natureza como a sociedade se desenvolvem permanentemente, quanto que esse desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, retilíneo, mesmo em sociedades que vivem no mesmo espaço territorial.

Com base nessa premissa teórica fica evidente que para os “índios brasileiros” a ideia de propriedade ainda não tinha valor cultural, não era uma paixão, tampouco algo dominante em suas mentes. Viviam num estágio que se poderia definir como pré-capitalista, o que explica o desapego a dinheiro, posses e qualquer outro bem material que não lhe fosse necessariamente útil e objetivo.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar (MARX & ENGELS, 1979a, p.135/6).

6. AS CONSEQUÊNCIAS DA CONFERÊNCIA RIO + 20 NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

A 1ª Conferência sobre o Homem e o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) foi marcada pela contradição entre países ricos e pobres. Os primeiros, liderados pelos EUA e seu Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), defendendo o “crescimento zero”, como forma de reduzir o impacto ambiental; os segundos (Brasil incluído) sustentando a necessidade de crescer e se desenvolver para erradicar as mazelas sociais.

Quarenta anos depois será, no fundamental, essa mesma contradição que pautará (e pautou!) a Rio + 20, com um desafio adicional: transformar a retórica da sustentabilidade em ação prática concreta sustentável, na qual se insere a transformação de pirarucu (*Arapaima gigas*) em bacalhau da Amazônia, especialmente quando se sabe que esse pescado é oriundo de reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), com verticalização da produção, agregação de valor à matéria prima regional e elevação do padrão sócio cultural de trabalhadores e trabalhadoras de base familiar.

O empreendimento é uma iniciativa pública (federal/estadual) em decorrência da omissão ou descompromisso da iniciativa privada, do famoso “mercado”, numa clara demonstração dos limites da teoria da “mão invisível”, de Adam Smith, pela qual o mercado sempre se autorregula (SMITH, 2008). Nesse caso, tudo indica, se aplica melhor a teoria de outro economista clássico, N. Gregory Mankiw, para quem “às vezes o governo pode ajudar a melhorar o mercado” (MANKIW, 2001).

6.1 Breve Histórico do movimento ambiental

A percepção de que os recursos naturais são finitos e se transformam objetivamente não é um fenômeno novo. A intensidade e a velocidade com que esse fenômeno se processa, bem como a magnitude de seu impacto, porém, é diretamente proporcional ao modo de produção e ao conhecimento científico e tecnológico disponível numa determinada época, historicamente definida.

Mas a adoção de medidas práticas em relação à questão ambiental, bem como quanto ao uso racional dos recursos naturais é algo relativamente novo. Por paradoxal que possa parecer foi precisamente após o fim da 2ª guerra mundial, especialmente após o lançamento da bomba atômica americana sobre as indefesas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki que a humanidade passou a ter a clara percepção de que havia atingido um grau de desenvolvimento tecnológico capaz de destruir todo o planeta.

Até então predominava a concepção de que os recursos naturais eram infinitos, apesar de fundamentadas opiniões de pensadores demonstrando o contrário, especialmente Epicuro (2005), Goethe (1956), Marx & Engels (1979a; 1979d), dentre outros.

O filósofo Epicuro de Samos (2005), que viveu entre 341-270 a.C, já dizia que “nada pode originar-se do nada” e que o conhecimento era a única forma de libertar o homem da ignorância e do temor aos deuses, enquanto o poeta e dramaturgo alemão Goethe (1956) era igualmente taxativo ao afirmar por intermédio do personagem Mefistófeles, em Fausto, que “tudo que nasce deve morrer” (GOETHE, 1956), assim como Karl Marx e Friedrich Engels, mesmo sem dispor do conhecimento científico atualmente disponível, chegaram à conclusão que “todos os fenômenos da natureza e da sociedade estão interligados, interconectados e são interdependentes” (MARX e ENGELS, 1979d) assentando, assim, as bases da dialética e do materialismo histórico. Sugeriam, portanto, a interdependência dos fenômenos e a importância da ciência como instrumentos essenciais para explicar e compreender o desenvolvimento da natureza e da sociedade.

Na *Introdução à Dialética da Natureza*, Marx & Engels (1979d) demonstram que “na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e são interdependentes”, o que nos possibilita concluir que todos os fenômenos, sejam naturais ou sociais, se transformam e evoluem permanentemente, bem como que toda ação, seja antrópica ou natural, provoca impacto social, cultural e ou ambiental. A dialética nos ensina, ainda, que sendo a “consciência produto da realidade material objetiva”, a nossa atitude em relação aos fenômenos naturais e sociais expressam o limite de nosso conhecimento, organização social e tradições culturais e não uma eventual deformação de caráter. Isso nos ajuda a compreender,

por exemplo, que a forte tradição extrativista que predomina nas relações de produção de nossas populações tradicionais são a expressão dessa realidade material objetiva.

O caráter finito dos recursos naturais é assim expresso por esses dois pensadores:

talvez passem ainda milhões de anos, nasçam e baixem à sepultura centenas de milhares de gerações, mas se aproxima inflexivelmente o tempo em que o calor decrescente do Sol já não poderá derreter o gelo procedente dos polos; a humanidade, cada vez mais amontoada em torno do equador, não encontrará nem sequer ali o calor necessário para a vida; irá desaparecendo paulatinamente todo sinal de vida orgânica, e a Terra, morta, convertida numa esfera fria, como a lua, girará nas trevas mais profundas, seguindo órbitas mais e mais reduzidas em volta do Sol, também morto, e sobre o qual, por fim, cairá. Alguns planetas terão essa sorte antes da Terra, outros depois; e em lugar do luminoso e cálido sistema solar, com a harmoniosa disposição de seus componentes, restará tão só uma esfera fria e morta, que continuará ainda seu solitário caminho pelo espaço cósmico. Destino igual ao que aguarda o nosso sistema solar, será, antes ou depois, o de todos os demais sistemas de nossa ilha cósmica, inclusive aqueles cuja luz jamais alcançará a Terra enquanto restar um ser humano capaz de percebê-la (MARX & ENGELS, 1979d).

No clássico *Do Socialismo utópico ao Socialismo Científico*, Marx e Engels (1979c) novamente sublinham a sua preocupação com esse fenômeno, tanto quando afirmam que “a natureza é a pedra de toque da dialética, e as modernas ciências naturais nos oferecem para essa prova um acervo de dados extraordinariamente copiosos” (MARX E ENGELS, 1979c), quando alertam que “até hoje, porem, os naturalistas que souberam pensar dialeticamente podem ser contados com os dedos”, assim expresso:

(...) a natureza é a pedra de toque da dialética, e as modernas ciências naturais nos oferecem para essa prova um acervo de dados extraordinariamente copiosos e enriquecidos cada dia que passa, demonstrando com isso que a natureza se move, em última instancia, pelos caminhos dialéticos e não pelas veredas metafísicas, que não se move na eterna monotonia de um ciclo constantemente repetido, mas percorre uma verdadeira história. Aqui é necessário citar Darwin, em primeiro lugar, quem, com sua prova de que toda a natureza orgânica existente, plantas e animais, e entre eles, como é lógico, o homem, é o produto de um processo de desenvolvimento de milhões de anos, assestou na concepção metafísica da natureza o mais rude golpe. Até hoje, porem, os naturalistas que souberam pensar dialeticamente podem ser contados com os dedos, e esse conflito entre os resultados descobertos e o método discursivo tradicional põe a nu a ilimitada confusão que reina presentemente na teoria das ciências naturais e que constitui o desespero de mestres e discípulos, de autores e leitores (MARX E ENGELS, 1979c, p.316).

Em *A Questão Agrária*, Kautsky (1998), ao analisar a realidade do campo na Alemanha, por volta de 1898, conclui que a exaustão das florestas e rios, que antes serviam de fonte de alimentos para os camponeses, era uma das causas da miséria dos camponeses de sua terra.

O uso da terra e especialmente o caráter de sua posse sempre norteou a elaboração teórica dos pensadores progressistas. Em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* Rousseau (1991) sustenta que “o verdadeiro fundador da

sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo” (ROUSSEAU, 1991). Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes de que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”.

Embora Marx e Engels considerassem a necessidade de desenvolvimento do sistema capitalista como condição necessária para a transição ao socialismo, eles sempre procuraram por em evidência a sua violência destrutiva e, conseqüentemente, produziram vasta literatura assentando as bases do que hoje se poderia definir como desenvolvimento sustentável, como bem anota John Hanningan (2009), em *Sociologia Ambiental*, ao registrar que “apesar dos três maiores pioneiros da sociologia clássica – Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber – terem uma dimensão ambiental implícita em seus trabalhos, isto nunca ficou em evidência porque seus tradutores e intérpretes americanos favoreceram explicações de estrutura social em detrimento às físicas ou ambientais”.

Em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, Marx & Engels (1979b) menciona os efeitos devastadores da expansão da indústria sobre o meio ambiente natural. No *O Capital*, livro I, volume I, Marx (2011a) observa “que na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho” e sentencia: “todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade”. Assim, enfatiza, “quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição”, o que lhe leva a concluir que “a produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2011a, p.571).

E no livro Terceiro, do *Capital* Marx prossegue: “do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, isto é o socialismo, a propriedade privada individual da terra parecerá de tão mau gosto quanto à propriedade de um ser humano por outro” e sugere que “nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra”. Segundo Marx “são apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como um bom pai de família, tem de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes” (BOTTOMORE, 1988, p.115).

A preocupação de Marx já se estendia inclusive ao tratamento dos resíduos industriais e agrícolas, bem como aos resíduos orgânicos. Resíduos de consumo, dizia, “são da maior importância para a agricultura. Quanto à aplicação deles há um colossal desperdício na economia capitalista; em Londres, por exemplo, o melhor que sabe fazer com os excrementos de 4 ½ milhões de habitantes é utilizá-los, com enorme dispêndio, para infectar o Tâmesa” (MARX, 2008a, p.135).

Por outro lado Marx (2008a) acreditava que o desenvolvimento das ciências naturais e principalmente da Agronomia possibilitaria a recuperação da fertilidade do solo e a inclusão à atividade produtiva de outras tantas áreas consideradas ruins, tão logo a tecnologia pudesse recuperá-las.

Apesar de todo esse arsenal teórico, produzido por cientistas consagrados das mais distintas correntes ideológicas, o processo de desenvolvimento do capitalismo se deu sem qualquer atenção - e mesmo negando - o princípio dialético de interdependência dos fenômenos naturais e sociais. Florestas exuberantes desapareceram e rios piscosos se transformaram em leito de chão batido ou em esgotos putrefatos, como Marx (2011a) havia alertado.

Essa prática predatória é a característica do modo de produção capitalista e reflete, em certa medida, tanto a expressão de uma sociedade dividida em classes quanto os limites da própria ciência em cada momento histórico. Reflete, ainda, a concepção ideológica predominante no conjunto da academia num determinado período historicamente definido. Não por acaso Marx, em trabalhos diversos, já havia alertado para o caráter predatório desse modo de produção, bem como para a dificuldade que a maioria dos naturalistas de sua época tinha de pensar dialeticamente.

A maioria dos investigadores até se esforçam. Citam um punhado de autores, às vezes com o claro objetivo de parecerem cientificamente “largos”, o que me faz lembrar o célebre episódio “imposturas intelectuais”, patrocinado por Alan Sokal e Jean Bricmont e registrado em *O Capelão do Diabo* (DAWKINS, 2005) ou a crítica debochada de Cervantes (1978) em *Don Quixote de La Mancha*, ironizando o rebuscado literário que os escritores de sua época faziam para tratar de um assunto simples que eram as histórias dos cavaleiros andantes.

Na obra *Teoria do Conhecimento*, Johannes Hessen (1999) se propõe a definir, do ponto de vista filosófico, a teoria do conhecimento. Depois de registrar a dificuldade, fruto das concepções filosóficas distintas, opta por estruturar sua concepção a partir do que considera a essência da filosofia: os sistemas de Platão, Aristóteles, Descartes e Leibniz, Kant e Hegel. Pronto. E Marx e Engels, que sistematizaram a dialética, a essência do materialismo

histórico? Nada, nenhuma referência. O conceito definido por Hessen (1999), a partir dos sistemas anunciados, contempla o caráter universal, o caráter racional e cognoscitivo dessa atitude. Não compromete, mas não considera o aspecto mais importante de todo e qualquer sistema filosófico, ou seja, o fato de que “na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes”, como sustenta o materialismo histórico, a dialética (MARX & ENGELS, 1979d).

Assim, na ausência de uma concepção dialética (MARX, 1979d) ou sistêmica (MORIN, 2002) que servisse de referencial teórico, as políticas públicas foram erráticas e a produção acadêmica oscilou entre formulações teóricas densas e certo catastrofismo panfletário. Do ponto de vista econômico prevaleceu a concepção antropocentrista, cornucopiana ou produtivista, segundo a definição de Bursztyn (1993), Sachs (2004) e Bezerra (2010), respectivamente.

Esse cenário conturbado exigia medidas urgentes. Mas, como era previsível, ele foi interpretado de forma distinta pelos diversos atores sociais, segundo seus interesses econômicos e de classe, razão pela qual não há e jamais haverá consenso sobre esse tema, na medida em que os cientistas se orientam por ideologias distintas e não raro antagônicas.

Uma parcela sustenta que os recursos ou são infinitos ou serão substituídos por outro tipo de recurso natural ou sintético; outros sustentam que o planeta chegou ao limite e se aproxima perigosamente do colapso, em decorrência da exaustão iminente dos recursos naturais; e há os que acreditam que é possível, a um só tempo, usar, conservar e preservar os recursos naturais, desde que manejados em bases sustentáveis.

O grupo mais ativo foi, sem dúvidas, os defensores da tese do colapso ambiental. Dentre os seus atos de maior relevo estão: A publicação do livro *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1962); a fundação do *Clube de Roma* em 1968; e a publicação do livro *Limites do Crescimento*, sob a coordenação de Donella Meadows (2007) do MIT.

No livro *Primavera Silenciosa* (1962), Rachel Carson faz uma defesa apaixonada do fim do uso dos agrotóxicos e de um mundo voltado para a defesa da natureza. A morte prematura da autora, por câncer, aumentou ainda mais a procura pelo livro e conseqüentemente pelas teses da pesquisadora. Muitos consideram essa obra a precursora do movimento ambiental mundial contemporâneo.

O *Clube de Roma* (1968) foi idealizado em 1966 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e o cientista escocês Alexander King, com o apoio material da FIAT, Olivetti, Volkswagen e Ford, dentre outros. Após sua fundação em 1968 encomendou um estudo do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) para justificar sua tese do fim das atividades

industriais e do “crescimento zero”. Dentre os seus membros honorários figuram personagens associados a movimentos de traição nacional e de servilismo incontestes aos (des) mandos do chamado consenso de Washington e da pregação neoliberal de Friedrich Hayek, entre os quais se pode enumerar Belisario Betancur (Colômbia), Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Mikhail Gorbachev (Rússia) e o rei Juan Carlos I (Espanha), o “ecologista” que foi flagrado matando elefantes na Botswana. Precisa dizer mais?

A publicação de *Limites do Crescimento* (2007), coordenado por Donella Meadows (MIT), foi à resposta “científica” à encomenda do Clube de Roma, na busca de base teórica à sua pregação ideológica. Assim, a principal conclusão dos pesquisadores americanos foi que “para atingir a estabilidade econômica e respeitar a finitude dos recursos naturais é necessário congelar o crescimento da população global e do capital industrial”. Os maiores problemas, segundo eles, decorriam da pressão da população sobre o ambiente, traduzidos na industrialização acelerada, rápido crescimento demográfico, escassez de alimentos, esgotamento de recursos não renováveis e deterioração do meio ambiente. Não eram sequer originais. Reeditavam as velhas teorias malthusianas, razão pela qual também são conhecidos como “neomalthusianos”.

Thomas Robert Malthus (1766-1834) sustentava que “a pobreza e o sofrimento eram o destino para a grande maioria das pessoas”. Suas ideias centrais estão expostas em dois livros conhecidos como *Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento futuro da sociedade, com notas sobre as especulações de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros escritores* (1798) e *Um ensaio sobre o princípio da população ou uma visão de seus efeitos passados e presentes na felicidade humana, com uma investigação das nossas expectativas quanto à remoção ou mitigação futura dos males que ocasiona* (1803), cuja síntese, segundo o autor, é que os alimentos não seriam suficientes para alimentar a população e, portanto, exigiria um rigoroso controle de natalidade. O que pouca gente percebeu é que Malthus defendia o controle de natalidade apenas para os pobres, procurando assegurar que os alimentos disponíveis ou que surgissem, ficassem restritos aos ricos, ou seja, aos seus pares. Não é coincidência, é a mesma teoria.

E foi exatamente com esse capital teórico que o Clube de Roma aportou na 1ª Conferência Mundial sobre Clima (Estocolmo, 1972), juntamente com 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não governamentais, para sustentar a sua pregação de “crescimento zero”.

Para os países ricos essa tese era extremamente conveniente. Não alterava seu padrão de vida e garantia o bloqueio e o uso exclusivo dos recursos por eles. Para os pobres ou

emergentes representava uma tragédia. Sem industrialização e crescimento o tão almejado desenvolvimento econômico e social nada mais seria do que uma quimera. Era a decretação da eterna pobreza e das mazelas social decorrentes. A repulsa a tese dos países ricos, da qual fez parte ativamente o Brasil, não se fez esperar. A Conferência não endossou a tese de “crescimento zero” e sim o crescimento com respeito ao meio ambiente. Mas os ricos disseminaram que os países pobres defendiam o *desenvolvimento a qualquer custo*, como pretexto para ignorar as resoluções e intensificar a pregação de congelamento dos recursos naturais.

Faltava, porém, respostas a uma inquietação básica: como elevar o padrão socioeconômico da população e, a um só tempo, conservar e preservar parte dos recursos naturais. A luta de ideias faz surgir, regularmente, novas interpretações ou ressignificações de conceitos já estabelecidos. Dentro dessa lógica é que o surge à definição de sustentabilidade como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades”, preconizada por Brundtland (2001) em *Nosso Futuro Comum*.

Mais uma vez um conceito seria interpretado à luz da própria conveniência das distintas correntes ideológicas. Os *produtivistas* se apropriaram apenas da “capacidade de usar os recursos naturais” para justificar o crescimento a qualquer custo; os *santuaristas* interpretaram o alerta de “não comprometer a sobrevivência das gerações futuras” como uma expressa recomendação para evitar todo e qualquer uso de recurso natural; e os *sustentabilistas* leram tal preceito como uma evidência de que é possível usar e preservar os recursos naturais, sem comprometer o futuro na medida em que “não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento”, como afirma Bezerra (2010) em *Amazônia, esse mundo a parte*.

E foi assim, cada um com a sua “verdade”, que os 10 mil participantes, dentre os quais 116 chefes de estado, 1.400 organizações não governamentais e 9.000 jornalistas, representando 172 países, chegaram à 2ª Conferência Mundial Ambiental, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O que se debateu ou deliberou pouco importa, cada um tinha a sua própria convicção ideológica, embora claramente predominasse o viés santuarista.

A 3ª Conferência Mundial Ambiental, denominada Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, expressou no fundamental as mesmas certezas, contradições e convicções. Mas, assim como o produtivismo saiu isolado da Eco 92, a tendência é que o santuarismo, pela sua incoseqüência, comece a repetir a trajetória descendente do produtivismo para que, enfim, o sustentabilismo se consolide como uma concepção socioeconômica predominante.

6.2 O caráter estratégico da Amazônia e as táticas de internacionalização

A Amazônia se estende por 9 países num vasto território de 7,8 milhões de km², dos quais 5,5 milhões (65%) estão no Brasil. É rica em água, calor e espaço, essenciais a reprodução da vida. Detém as maiores reservas florestal e mineral do planeta e uma extraordinária biodiversidade, o que lhe confere caráter estratégico e explica a histórica tentativa do imperialismo de internacionalizá-la. As principais táticas utilizadas foram a militar, quando o império inglês tentou, em 1835, aliciar o governador cabano Eduardo Angelim para separar a Amazônia do Brasil; a teoria do arrendamento, especialmente a tentativa de arrendar o estado do Acre através do Bolivian Syndicate; o recurso à ciência, através da tentativa de criar o instituto da hileia para pesquisar e gerir a Amazônia; a teoria dos grandes lagos, que visava inundar a região sob o pretexto de aumentar o calado do Amazonas; as missões religiosas; a defesa dos povos oprimidos e, especialmente, a tática do recurso ambiental e a teoria do bloqueio.

A teoria do bloqueio é a tática atual do imperialismo. Partem de uma bandeira justa - a preocupação ambiental – para perseguir o objetivo estratégico de sempre: internacionalizar a Amazônia, evidenciando que muda o tempo e a tática, jamais o objetivo. É uma postura ideológica. Isso explica, aliás, porque não há possibilidade de “acordo” entre *produtivistas*, *santuaristas* e *sustentabilistas*: são concepções antagônicas, de difícil reconciliação.

6.3 As principais correntes ambientais e suas concepções ideológicas

Para os *produtivistas*, ou cornucopianos, os recursos são infinitos e, no extremo, poderão ser substituídos por recursos similares ou sintéticos. A natureza sempre ofertaria recursos na proporção exigida pela humanidade, tal quais os cornos da cabra mitológica de onde saía alimentos em profusão, daí o termo cornucopianos. Sob o argumento de que o “homo” é tudo e o ambiente é nada, acabam criando uma falsa dicotomia produção x preservação, sem compreender que esses fenômenos são indissociáveis.

Por sua vez os *santuaristas*, ou neomalthusianos, secundarizam o “homo”, a sociedade e absolutizam a natureza. Argumentam que os recursos naturais estão no limite e não suportam mais qualquer novo uso potencial. Repetem a velha cantilena de Malthus e sua defesa extremada do controle da natalidade. O que muitos desconhecem é que Malthus defendia controle de natalidade apenas para os pobres, numa clara tentativa de restringir os alimentos existentes aos ricos. Apoiam-se, igualmente, nos fundamentos do *Clube de Roma*, sintetizados no livro *Limites do Crescimento* (MEADOWS, 2007). Não lutam para disciplinar, mas sim para impedir o uso dos recursos naturais, razão pela qual a legislação

ambiental se orienta pelo princípio do comando & controle (multa, repressão, cadeia, etc.) esquecendo que os produtores rurais são provedores de alimento e não bandoleiros. Defendem a Amazônia como patrimônio da humanidade sob o tosco argumento de que nós não sabemos cuidar da região. Repetem acriticamente a pregação dos países imperialistas.

Os **Sustentabilistas** ou eco-desenvolvimentistas sustentam que é perfeitamente possível conciliar produção e preservação, na medida em que “homo” e natureza são partes do mesmo ambiente. Partem da premissa de que os recursos são finitos e que não há ação antrópica ou natural que não provoque impacto. Isso é da essência da natureza e da sociedade, uma vez que tudo está interligado, interconectado e interdependente, bem como em constante movimento, transformação e evolução. O debate, portanto, é como reduzir esse impacto e conciliar a ação com o interesse popular, tendo presente à necessidade de alongar o uso dos recursos naturais.

6.4 Premissa zero: soberania sobre a Amazônia

O fato de termos presente que a questão ambiental é, lamentavelmente, usada como instrumento geopolítico e não de real preocupação com a defesa dos recursos naturais, não nos autoriza a estimular o desmatamento irracional ou defender outras aberrações similares sob o argumento de que os imperialistas já destruíram todos os seus recursos e agora querem preservar os nossos. Ao contrário. Devemos tirar proveito dessa questão, inclusive preservando grandes áreas como recurso estratégico que somente nós podemos dispor. O que não é discutível é o princípio da soberania nacional sobre a Amazônia.

E soberania também não pode ser vista de forma retórica. A “mão invisível” de Adam Smith e o “deus mercado” tão propalado pela iniciativa privada não resolveu os problemas fundamentais da Amazônia, especialmente de infraestrutura. Os anos de política neoliberal, especialmente no período de FHC (1995-2002), desmontaram o Estado nacional, restringiram a pesquisa na região, liquidaram com a pouca infraestrutura existente, contiveram a oferta de vagas universitárias e sucatearam os serviços sociais de atenção básica à população, o que fez com que os serviços de saúde às populações indígenas, por exemplo, bem como o financiamento de várias atividades na Amazônia fossem custeadas por ONGs estrangeiras. Com a derrota dessa política o poder público, embora de forma ainda tímida, começa a assumir o papel que até mesmo economistas capitalistas como Mankiw lhe atribui, de ser o agente que “às vezes pode ajudar a melhorar o mercado”.

6.5 A busca de alternativas sustentáveis

Por tudo isso ninguém pode ser indiferente às principais resoluções da Conferência Rio + 20. Mesmo tendo como premissa a intransigente defesa de nossa soberania e, portanto, repudiando qualquer tese de internacionalização da Amazônia, que geralmente é apresentada sob o manto da “gestão compartilhada”, as resoluções da Rio + 20 poderão facilitar ou dificultar o desenvolvimento de um projeto sustentável para a região, tanto por normas legais quanto por pressão externa.

7. CONCLUSÕES - CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

A nossa meta deve ser assentar as bases do desenvolvimento sustentável, visando elevar o padrão sócioeconômico de nossa população, o que exige, de forma sintética, as seguintes medidas:

1. Aumentar a presença do poder público na região, como forma de cumprir o seu papel legal e desestimular a pretensão de organismos internacionais de ocuparem esse papel;
2. Mudar a concepção da legislação ambiental nacional, que deve disciplinar e não impedir o uso dos recursos naturais;
3. Estruturar um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia que tenha como premissa, dentre outros, as seguintes medidas:
 - a) Respeito às tradições culturais e ao modo de vida das distintas etnias que habitam secularmente a região, garantindo-lhes a terra para usufruto, bem como a necessária assistência social e produtiva. Não apenas para mero usufruto, mas para uso integral e pleno, assegurando as condições reais para o seu desenvolvimento.
 - b) Assegurar a preservação de áreas, como reserva estratégica, e conservação de outras para manejo adequado de nosso potencial florestal e piscoso, por exemplo.
 - c) Legalizar e assegurar a posse de milhares de produtores rurais que hoje vivem em situação precária em decorrência da absoluta ausência do estado;
 - d) Aprofundar o conhecimento científico e tecnológico sobre a região, fortalecendo as universidades e os institutos de pesquisa já existentes na região;

- e) Dotar a região de infraestrutura produtiva e meios para interligar a região entre si e ao restante do país, tanto com energia, comunicação, habitação, quanto com uma logística de portos, hidrovias, ferrovias, rodovias, aeroportos, que possibilite o escoamento de nossos produtos;
- f) Desenvolver a indústria siderúrgica e petroquímica, a partir de nossas reservas de nióbio, ferro, alumínio, bauxita, petróleo, gás e silvinita, dentre outras, como forma de verticalizar a produção e evitar a exportação da matéria prima bruta como geralmente ocorre;
- g) De igual forma explorar, em base sustentável, os recursos da biodiversidade, com métodos produtivos que verticalize a produção e agregue valor à matéria prima regional, aprofundando e dinamizando experiências como a 1ª Indústria de Bacalhau da Amazônia, feito a partir de pirarucu (*Arapaima gigas*);

CAPÍTULO 3

A BUSCA DE ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DA FÁBRICA DE “BACALHAU DA AMAZÔNIA” EM MARAÃ, AMAZONAS.

Incrível é a quantidade desse peixe, que anualmente é salgado nos pesqueiros do governo ou de particulares. Ele aqui substitui em absoluto o bacalhau, e constitui o principal alimento da classe trabalhadora (Martius, 1819).

Resumo

Diferente do que se pode imaginar o estado do Amazonas tem uma relativa experiência com agroindústrias. Há registros de beneficiamento rudimentar já nos escritos de Carvajal e Acuña, nos idos de 1539 e 1640. E nos anos 1700, tanto em La Condamine quanto em Padre João Daniel, já há registros de agroindústrias mais complexas, incluindo as de pescado. No governo colonial de Lobo d'Almada (1788-1799) houve um grande incremento de agroindústrias nos mais diversos ramos de atividade. Essas experiências, algumas de grande êxito, sempre contaram com o efetivo concurso do governo. Todavia a participação ativa do estado na economia nunca foi algo pacífico o que faz com que essas iniciativas oscilem de acordo com a orientação ideológica do momento. Assim, a partir dos anos 90, com a avalanche neoliberal essas experiências foram duramente golpeadas. Contribuiu, igualmente, para arrefecer essas iniciativas a alternativa de experiências como a “Zona Franca” - voltada para a industrialização de matéria prima alheia à nossa realidade – e, também, o predomínio da concepção ideológica santuarista que passou a orientar a ocupação do espaço amazônico a partir dos anos 80, que deliberadamente confunde agroindústria com agronegócios. A Fábrica de “Bacalhau da Amazônia” procura demonstrar que é possível e viável a atividade econômica de base familiar, desde que se verticalize a produção e se agregue valor à matéria prima regional. É a busca de alternativas efetivamente sustentáveis.

Palavras chaves: agroindústrias, estado, sustentabilidade.

Abstract

Unlike what could be imagined, the state of Amazonas has a certain degree of experience with agro industries. There are records of rudimentary forms of it in the writings of Carvajal and Acuña, between 1539 and 1640. During the 1700s, in La Condamine as well as in Padre João Daniel, there are records of more complex agro industries, such as the fishing industry. In the colonial government of Lobo d'Almada (1788-1799) there was a large increase of agro industries in several branches of activity. These experiences, some extremely successful, always counted with full governmental backing. However, the state's active participation in the economy was never something peaceful, making these initiatives vary according to the ideological bents of the moment. Therefore, starting in the early 90s, with neoliberal policies taking over, these initiatives took a harsh blow. Another contributing factor to the weakening of the agro industrial initiatives were alternative experiences like that of "Zona Franca" (Free Zone) - dedicated to the industrialization of feedstock removed from our reality - and also, the predominance of the ultra conservationist ideologies that were geared towards the Amazon Rain Forest starting in the early 80s, which deliberately mixes up agro industries with agribusiness. The "Cod of the Amazon" factory seeks to demonstrate that family based economy is possible and viable, as long as there is a verticalization of production and added value to the regional feedstock. It is the search for effectively sustainable alternatives.

Key words: agro industries, state, sustainability.

INTRODUÇÃO

A estrutura clássica de um sistema produtivo pressupõe a produção, o escoamento e a comercialização dessa produção. Entre essas três grandes etapas há várias etapas intermediárias do sistema produtivo, dentre as quais a que cuida do beneficiamento da matéria prima e assegura, conseqüentemente, a verticalização da produção e agregação de valor a essa matéria prima.

Em se tratando de setor primário esse beneficiamento é feito através de uma agroindústria. Pode ser feito de diferentes formas e com variados níveis de intensidade. Uma simples casa de farinha, assim como uma indústria de sucos, uma usina de álcool ou uma fábrica de beneficiamento de pescado são, todas, a rigor, uma agroindústria. O que as diferencia é a complexidade do processo de beneficiamento e a escala produtiva.

Sem o concurso desse mecanismo os produtos serão comercializados in natura, geralmente com preços aviltados e premidos pela urgência de comercialização e uso, sob risco de inevitáveis desperdícios e grandes prejuízos aos produtores, especialmente aos de base familiar. E essa lamentável realidade ainda é recorrente em todo o país.

No estado do Amazonas, então, apesar de experiências exitosas do passado e iniciativas promissoras do presente, a situação é certamente ainda mais grave porque, nessa seara, o estado tem experimentado fluxos e refluxos, o que faz com que, em momentos inversos, se alimente expectativas e frustrações com a mesma intensidade.

Várias etnias que aqui viviam quando da chegada dos europeus já faziam beneficiamentos rudimentares, como consta nos registros de Frei Gaspar de Carvajal e Cristobal d'Acuña. Nos idos de 1788 a 1799 o então governador colonial Lobo d'Almada criou várias agroindústrias como forma de dinamizar a economia da região, as quais embora tenham tido grande êxito não receberam o necessário apoio de seus sucessores e acabaram sendo abandonadas e posteriormente fechadas. Uma nova tentativa nesse sentido só vai ser experimentada pelo programa de desenvolvimento rural integrado (PDRI), no final do governo de José Lindoso (1979-1982), que naturalmente não logrou êxito. No presente, se procura estimular iniciativas privada combinada com experiências fomentadas pelo poder público através da Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), dentre as quais a construção da primeira fábrica de bacalhau do país.

O fomento às agroindústrias sempre contou com uma intensa participação do estado, seja no financiamento ou na gestão do empreendimento. O elevado volume de recursos

necessários à sua instalação, bem como a fragilidade de organização social dos trabalhadores de base familiar determinam esse papel, coerente com o que preconiza tanto Marx, no *Dezoito Brumário*, quanto Hobsbawm em *Os camponeses e a política*, quando sustentam que “os camponeses precisam ser representados”.

Assim, sempre que o estado refluiu as dificuldades se ampliaram, razão pela qual não se pode ser indiferente ao tipo de governo que se escolhe e muito menos à concepção filosófica e ideológica pela qual se orienta; porque elas demandarão atitudes e práticas cujas consequências se refletirão diretamente no conjunto da sociedade, com intensidade ainda maior para os trabalhadores de base familiar.

A partir dessa constatação é fácil compreender as causas da atitude pendular dos governos em relação ao setor primários, particularmente no que diz respeito à política de beneficiamento da matéria prima oriunda do setor primário. Essa atitude decorre fundamentalmente da influência ideológica – especialmente da avalanche neoliberal a partir dos anos 90 -, da qual nenhum governo é infenso, e da ilusão de fausto – drogas do sertão, borracha, e agora a Zona Franca de Manaus (ZFM) - que tem alimentado em cada momento, com as exceções de praxe, as ilusões e expectativas dos governantes do Amazonas, alguns chegando mesmo ao delírio de afirmar que jamais a borracha oriunda de cultivo poderia suplantará a borracha natural.

Acontece que a ZFM, apesar da sua importância econômica e mesmo geopolítica para o Amazonas e para o Brasil, é um projeto com grande dependência política, econômica e cultural, fazendo com que a sua vulnerabilidade aumente ou diminua não em decorrência de seus êxitos locais - que não são pequenos – mas sim diante da alteração do governo central e de sua respectiva ideologia, como já testemunhamos.

Definitivamente é preciso compreender que o estado não pode depender exclusivamente do modelo ZFM e tampouco alimentar ilusões de que a sua defesa consequente possa ser feito sem o desenvolvimento de outra matriz econômica. Assim, tirando consequências práticas, é imprescindível que se desenvolva uma nova matriz baseada no enorme potencial que o estado dispõe de recursos naturais, os quais corretamente manejados pode produzir, de forma sustentável, um volume de riquezas superior ao atual PIB do estado do Amazonas, contribuindo para gerar economia, postos de trabalhos, tributos e, principalmente, contribuir para diminuir a vulnerabilidade do modelo Zona Franca. Persistir no atual caminho é reconhecer que se está inebriado por um novo fausto, por um novo surto ilusório.

Aos que eventualmente se levantarem ponderando que essa estratégia implica em risco de impacto ambiental é bom ter presente que todo recurso natural é finito e que não existe ação que não provoque impacto ambiental, seja essa ação antrópica ou natural. Isso é uma lei objetiva da natureza, razão pela qual o que a ciência deve se preocupar é em desenvolver meios apropriados para manejar tais recursos de tal sorte que a um só tempo eles sirvam à geração de riqueza e bem estar social da humanidade, da sociedade, especialmente das populações tradicionais.

Sustentabilidade, portanto, não é sinônimo de pura e simples preservação como o senso comum passou a reproduzir a partir da pregação santuarista. Sustentabilidade é o desenvolvimento social que, baseado na interdependência política, econômica e cultural, sem jamais aceitar a dependência de qualquer um desses fenômenos, tem presente que não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento.

A análise da experiência de transformação do pirarucu (*Arapaima gigas*) em “bacalhau da Amazônia”, processado na Fábrica de Bacalhau da Amazônia, em Marauá, Amazonas, está precisamente dentro dessa perspectiva. Visa analisar como a construção dessa fábrica ajudou a equacionar o impasse criado a partir do manejo de pirarucu na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Marimaruá. Impasse, aliás, que caminhava para o estrangulamento.

Esse impasse decorria, por paradoxal que possa parecer do próprio sucesso do manejo. Com a gradativa recuperação de estoques de pirarucu – outrora ameaçado de extinção – a oferta de matéria prima cresceu consideravelmente, o preço naturalmente desabou e a dificuldade de comercialização e logística se ampliou em todos os sentidos.

A instalação da fábrica, cuja capacidade industrial instalada é muito superior ao estoque manejado e com garantia de compra de toda a despesa efetuada nas áreas manejadas, possibilitou que se prosseguisse e até ampliasse o manejo sem que isso aprofundasse o múltiplo impasse até então criado pelo relativo sucesso do projeto: aumento de oferta; redução de preço; dificuldade de comercialização; e ausência de logística para escoar a produção além dos limites da RDS, o que permitiria aos pescadores fugirem desse perverso monopólio.

A Fábrica de Bacalhau da Amazônia é um projeto cujas decisões políticas são de âmbito estritamente regional; processa matéria prima local e conta com o concurso de uma população com inquestionável cultura pesqueira o que lhe assegura, sem dúvidas, os pressupostos de um projeto efetivamente sustentável.

É, ademais, uma resposta ao desafio estratégico de se buscar alternativas para além do ilusório fausto da Zona Franca, tendo presente que nenhum país do mundo conseguiu se

desenvolver adequadamente sem estruturar um forte setor primário, não apenas na produção de alimentos in natura como no beneficiamento de toda a cadeia produtiva do setor, sem o que não haverá verticalização da produção, agregação de valor e tampouco elevação do padrão de vida das pessoas.

1. REGISTROS HISTÓRICOS: EXPERIÊNCIAS DE AGROINDÚSTRIAS NO AMAZONAS

Não é necessariamente novidade o fato de que a muito se polemiza qual é o papel do estado e seus respectivos instrumentos (legislativo, executivo, judiciário, meios de comunicação, etc.) em relação ao conjunto da sociedade no que diz respeito ao ordenamento legal, social ou econômico.

As três principais matrizes de pensamento sobre o papel do estado foram formuladas por Thomas Hobbes (1979) ainda em 1651; por Charles de Montesquieu (1995) por volta de 1848 e por Karl Marx & Friedrich Engels (1979a) nos idos de 1884.

Em *O Leviatã* Hobbes (1979) justifica a defesa de um estado opressor sob o argumento de que sendo a humanidade eminentemente má, egoísta e perversa ela só poderia viver em sociedade controlada por um imperador com poderes absoluto.

Montesquieu (1995), em *Do espírito das Leis*, sustentava que o papel do estado seria mediar os conflitos entre as diversas classes sociais. Sugere, portanto, um estado estruturado em torno do poder legislativo, executivo e judiciário (que a rigor pertencia ao executivo), com atribuições específicas e bem definidas. Na sua idealização Montesquieu acreditava num estado neutro, desprovido de conteúdo de classe.

É precisamente na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* que Marx & Engels (1979a) demonstram que o estado nada mais é do que um instrumento de dominação da classe dominante sobre as demais classes sociais. Na concepção marxista, portanto, o estado não apenas tem caráter histórico, ou seja, nem sempre existiu e tampouco existirá eternamente, como é dividido em classes, muita das quais com interesses antagônicos, o que, em última análise, determina o desenvolvimento permanente da sociedade.

Assim, numa sociedade capitalista como a nossa, a classe dominante é composta pelos donos dos meios de produção, ou seja, pela burguesia que, naturalmente, procura impor os seus interesses as demais classes sociais e para tanto se vale de todos os recursos possíveis, inclusive acadêmicos.

Nesse sentido a burguesia vê com extrema simpatia as teorias acadêmicas que condenam a participação do estado na economia e até mesmo justificam a redução de serviços

sociais, de direitos trabalhistas e de gastos na infraestrutura pública sob o argumento de que isso deve ser provido pela iniciativa privada, o que corresponde inteiramente aos seus interesses de classe. Dentre os mais destacados defensores dessa teoria classista estão Adam Smith (2008) e Friedrich Hayek (1977).

Smith (2008) em *A riqueza das nações* condena abertamente toda e qualquer intervenção do estado na economia sob o argumento de que esse tipo de ação além de nocivo é desnecessário, pois, segundo a sua lógica, o mercado seria capaz de autorregular-se através da famosa “mão invisível”.

Hayek (1977) em *O Caminho da Servidão*, publicada originalmente em 1944, assentou as bases do que ficou conhecido como política neoliberal. Defendia, em síntese, a supressão do estado de bem estar social (tão caro aos europeus) e dos direitos sociais e trabalhistas; restauração da taxa “natural” de desemprego com a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos; redução dos gastos sociais e de investimentos; restrição à intervenção do estado na economia; rigorosa estabilidade monetária e o mantra das reformas. E como tese principal, o golpe mortal: privatização dos bens públicos – bancos, rodovias, portos, aeroportos, empresas de energia, petróleo, água e telecomunicações, etc. – que deveriam ser repassados à iniciativa privada.

Para viabilizar seu ideário Hayek, citado, convidou os que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na estação suíça de Mont Pèlerin. Acorreram ferrenhos adversários do *estado de bem estar social europeu* e do *New Deal* norte-americano, dentre os quais Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, que ali fundaram a sociedade Mont Pèlerin, a maçonaria neoliberal (ANDERSON, 1995).

No Brasil, especialmente no período Fernando Henrique Cardoso (FHC), essa política foi rigorosamente aplicada. A supressão de direitos sociais e trabalhistas, intransigência com o movimento paredista, privatizações, redução de investimentos sob a rubrica de recursos públicos, bem como dos serviços públicos de maneira geral e a precarização da infraestrutura (aeroportos, portos, rodovias, vicinais, armazéns, etc.) estão entre os exemplos mais notáveis – mas não os únicos - dessa política.

No Amazonas, em 1995, o então governador Amazonino Mendes, do Partido da Frente Liberal (PFL) e adepto dessa concepção, extinguiu, por lei, a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), a Empresa Amazonense de Assistência Técnica (EMATER), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODEAGRO) e todos os demais órgãos

ligados ao setor primário (BEZERRA, 2010). Apenas três Deputados¹³ votaram contra essa pretensão do executivo estadual.

A partir de 2003, com a posse de Luís Inácio LULA da Silva na presidência da república, essa política vem sendo reorientada sem, contudo, ter sido inteiramente abandonada, até por conta da correlação de forças no Congresso Nacional, no comando dos estados, da pressão que a classe dominante exerce através de todos os seus instrumentos - aí incluído os meios de comunicação - e o próprio cenário internacional.

O papel do estado enquanto indutor da economia sempre opôs distintas correntes de pensamento, seja de pesquisadores e ou de gestores públicos ao longo dos tempos. Arthur Cezar Ferreira Reis, prefaciando a obra de Cosme Ferreira Filho *Amazônia em novas Dimensões* (1961), estabelece de pronto o seu antagonismo com o autor ao sustentar que “para Cosme Ferreira, o complexo amazônico deve ser decifrado pela ação da iniciativa privada, comparecendo o estado supletivamente ou solidariamente sem, todavia, o sentido de comando que vem assumindo” sem levar em conta que esse comando decorre da própria incapacidade da iniciativa privada para realizar a integração da região, um fenômeno dos nossos dias, pois só após a abertura de mercados mundiais para os produtos amazônicos, o que hoje está ocorrendo, os interesses da Amazônia passou a entrosar-se nos interesses do país.

No setor primário, cuja natureza econômica é de risco, as consequências dessa política foram particularmente danosas. A escassez de recursos para financiar a atividade produtiva, associado a juro anual superior a 20%, a redução do serviço de assistência técnica e extensão rural, bem como dos meios para escoar, armazenar e beneficiar a produção rural representou um duro golpe na economia do setor primário.

Tais concepções não levavam em conta nem mesmo as ponderações de outros economistas burgueses, como Mankiw (2001), que em *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia* relativizava o peso da “mão invisível” de Adam Smith ao defender que às vezes o governo pode ajudar a melhorar o próprio mercado.

Segundo a teoria de Mankiw, citado, o mercado só se estabelece quando alguém quer e pode comprar e outro quer e tem o que vender. Assim, é fácil depreender, que Mankiw (2001) via nos governos, também, um agente estimulador do próprio mercado. E esse papel governamental será tanto maior quanto mais frágil for a base econômica de uma determinada região, como é o caso da Amazônia e do Amazonas em particular.

¹³ Os Deputados que votaram contra a extinção da SEPROR, em 1995, foram: Eron Bezerra, Miguel Biango e Valdenor Cardoso.

Não por acaso a maioria das experiências de agroindústrias, de infraestrutura e mesmo de experiências como a Zona Franca de Manaus (ZFM), no Amazonas, foram todas de iniciativa do governo, do período colonial até o presente, como bem registra La Condamine (2000), Daniel (2004), Spix & Martius (1976), Wallace (2004), Agassiz (2000) e Arthur Cezar Ferreira Reis (1998).

Aliás, o padre João Daniel (2004) já chamava atenção para esse fato nos idos de 1750. Destacava que os engenhos de açúcar e aguardentes são as atividades mais lucrativas, mas como exige grandes investimentos para serem instaladas, acaba ficando restrito apenas a quem tem grande capacidade financeira.

La Condamine (2000) observa que uma das primeiras experiências de agroindústria na Amazônia, foi construída por Godin des Odonais (integrante de sua expedição). Segundo La Condamine a justa ambição do expedicionário de enriquecer no Eldorado sul-americano levou-o a montar em Caiena, na Guiana Francesa, por volta de 1750, uma fábrica para a pesca e exploração do peixe-boi. Este mamífero, que hoje se sabe ser o *Trichechus inunguis*, no período colonial figurou em nossas pautas de exportação, como um produto semelhante ao bacalhau (p. 19 e 20).

Spix e Martius (1976) destacam que o então governador Lobo D'Almada (1788 a 1799) fez um grande esforço para melhorar as finanças da província recorrendo precisamente à fundação de fábricas, nas quais os índios trabalhavam, a minguido salário (p. 128). Por época da expedição dos naturalistas essas fábricas (01 fiação de algodão com tecelagem e 01 fábrica de potes de barro) ainda existiam. A olaria emprega uma argila esbranquiçada e uma avermelhada, que jazem em consideráveis camadas na margem meridional do rio. É usada, na maior parte, só para louça não vidrada, particularmente os potes para manteiga de ovos de tartaruga, e telhas (p. 128).

Na bacia superior do Rio Negro e no Rio Branco, prosseguem Spix & Martius (1976), o governo tem outros estabelecimentos. Os mais rendosos são as fábricas de cabos e cordoalha de piaçaba, que são preferidas às melhores cordas de cânhamo da Rússia, e que geralmente se empregam no Arsenal do Pará, exportando-se também dali para ilhas da Índia Ocidental. Os pedidos são tantos, que o governo poderia vender anualmente cerca de 10:000\$000; mas, como emprega pouca mão de obra nesse mister, monta a produção anual, quando muito, a 2:000\$000 ou 3:000\$000 (p.128,129).

Lobo d'Almada também criou, segundo Spix & Martius (1976), diversas fábricas de anil, mas por época da visita dos naturalistas já estavam em decadência e com um anil de péssima qualidade. Também mantinha uma quantidade considerável de gago bovino nos

campos as margens do rio Branco, destinados a todos os lugarejos do rio Negro, os quais eram cuidados por uma parte da guarnição aquartelada na região (p. 128, 129, 130).

Durante o período em que passaram na Amazônia Spix & Martius (1776) também descreveram o preparo rudimentar e predatório da salga do pirarucu e da fabricação da manteiga de ovos de tartarugas, processadas nos pesqueiros do governo ou de particulares, nos seguintes termos:

Estes pesqueiros são particularmente destinados a apanhar pirarucus, porque esse peixe grande, muitas vezes de 50 a 60 libras de peso, é o que mais se presta para a salga e a seca. A cabeça, entranhas, espinha dorsal e escamas são lançadas à água; a carne é cortada dos ossos em grandes pedaços, salgada e posta a secar ao sol ou sobre o fogo. Incrível é a quantidade desse peixe, que anualmente é salgado nos pesqueiros do governo ou de particulares. **Ele aqui substitui em absoluto o bacalhau**, e constitui o principal alimento da classe trabalhadora (p.136).

O preparo da manteiga de ovos de tartaruga seguia a mesma lógica: rudimentar e predatório, como se pode constatar da descrição minuciosa que Spix & Martius fazem.

Aí, pela primeira vez, deparou-se nos espetáculo da colheita dos ovos de tartaruga e o preparo deles em manteiga de tartaruga. Numa extremidade da ilha de areia havia os colhedores construindo umas palhoças de folhas de palmeiras; grandes montes de ovos desenterrados, canoas cheias de ovos já quebrados, soltando o conteúdo, panelas cheias de gordura a ferver, e cerca de 150 homens, índios, mulatos, negros e alguns brancos, ocupados nesses diversos trabalhos: tudo isso constituía espetáculo novo e alegre, em seguida à costumada solidão da viagem. O número de potes de manteiga, anualmente preparados nas Ilhas do Solimões, monta a mais de 8.000, e os de toda a província a 15.000 (p.147, 148,149).

Apesar dos fatos demonstrarem de forma inequívoca o papel preponderante do estado enquanto indutor da atividade econômica esse debate persiste porque ele é de natureza ideológica. Evitar que o estado estimule ou fomenta agroindústrias, que se constituem nas atividades mais rendosas do setor primário, corresponde aos interesses da classe dominante, da burguesia, que pretende ter o monopólio dessa atividade, enquanto reserva ao produtor de base familiar o papel de mero fornecedor de matéria prima barata, sem qualquer valor agregado.

Reis (1998) sublinha o papel do governo tanto quando analisa as agroindústrias criadas pelo então governador colonial Lobo D'Almada (1788-1799), como quando polemiza com Cosme Ferreira (1961), crítico da intervenção econômica do estado e ardoroso defensor da iniciativa privada. De forma didática Reis (1998) demonstra que a construção das usinas de eletricidade de Belém (Pa) e Manaus (Am), por exemplo, tiveram que ser custeadas pelo poder público pela ausência de interesse ou capacidade financeira da iniciativa privada para suportar tal magnitude de investimentos.

Não há evidências de que Reis (1998) ou Cosme Ferreira (1961) conhecessem as teses de Friedrich Hayek (1977), que acabara de ser sistematizada em 1944. Acho pouco provável.

Mas enquanto Cosme Ferreira faz a defesa dos fundamentos gerais dessa que viria ser a base teórica do “consenso de Washington”, Reis faz uma defesa serena do contraponto à irracionalidade dessa política, cujas consequências só agora estamos conhecendo inteiramente.

No auge da aplicação dessa política no Brasil, Bursztyn (1993) constata que os instrumentos de promoção social do estado (educação, saúde, habitação, etc.) foram drasticamente reduzidos, com exceção do setor ambiental que foi ampliado. O que poderia apressadamente ser visto como um paradoxo é, em verdade, a expressão do conteúdo da política de crescimento zero defendida pelo Clube de Roma, cuja sistematização foi feita por Donella Meadows (2007) em *Limites do Crescimento*.

Em *Amazônia esse mundo a parte* Bezerra (2010) sugere a agregação de valor à matéria prima regional, a partir da verticalização da produção em agroindústrias destinadas ao beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, como uma alternativa econômica à produção de “subsistência” apregoada pelos adeptos da concepção *santuarista* e à produção predatória que tanto empolga os adeptos da concepção *produtivista*, que tem caracterizado o avanço do capitalismo no planeta e, obviamente, também na Amazônia. E sugere a construção de uma agroindústria destinada a transformar pirarucu (*Arapaima gigas*) em “bacalhau da Amazônia”.

Mas essa mudança de paradigma não tem sido uma tarefa fácil. Em boa medida ela se explica pelo debate surdo em torno do conflito distributivo de renda pelo qual as classes sociais disputam entre si a parcela da riqueza material que julgam ser merecedoras, o que condiciona o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Assim, quanto mais primário e elementar for à tecnologia aplicada a um determinado processo produtivo, menor será a quantidade de recursos financeiros que caberá ao produtor originário e maior será a parcela apropriada pelo produtor secundário, ou seja, pelo detentor da verticalização da produção e da agregação de valor à matéria prima originalmente processada.

A defesa teórica ou política da perpetuação desse cenário é extremamente conveniente, por razões diversas, tanto à burguesia industrial – que deseja ter exclusividade da atividade - quanto aos defensores da concepção *santuarista* – que alimentam a expectativa de uma grande moratória ambiental.

Eis porque, no geral, o processo de manufatura, de beneficiamento, é feito quase que exclusivamente pela burguesia – a classe social que, no capitalismo, detém os meios de produção – enquanto ao proletariado urbano ou rural, bem como as classes sociais em

transição, como o campesinato, cabe o mero papel de fornecedor de matéria prima barata ou da própria força de trabalho por valor igualmente aviltado. Quebrar esse monopólio e desenvolver mecanismos de beneficiamento da matéria prima regional, sob controle dos próprios trabalhadores ou mesmo do poder público, é o desafio que se impõe a um processo de desenvolvimento efetivamente sustentável.

É fácil concluir, portanto, que não é ingenuidade e tampouco uma pregação desprovida de conteúdo de classe a defesa recorrente de *santuaristas* e *produtivistas* no sentido de evitar que os trabalhadores organizem as suas próprias agroindústrias. Os *santuaristas* confundem deliberadamente agroindústria com agronegócio – ao qual emprestam um conteúdo altamente negativo - e apresentam restrições a essa atividade sob o argumento que elas teriam um grande impacto ambiental; os *produtivistas*, mais sutis, justificam sua posição baseados na “mística” de que os trabalhadores não estão aptos a desenvolver esse papel, mesmo associados, devendo deixar que tal processo seja executado pela “eficiente” iniciativa privada.

2. ANÁLISE CRÍTICA DE EXPERIÊNCIAS COMO A ZONA FRANCA DE MANAUS (ZFM)

Embora o estado do Amazonas possua uma exuberância de produtos regionais que uma vez beneficiados poderiam fornecer uma extraordinária base econômica sustentável à economia regional, ele nunca se dedicou a tal fim, salvo experiências esporádicas, como as iniciadas pelo governador colonial Lobo D’Almada (REIS, 1998) e as iniciativas pontuais do presente, como a construção da Fábrica de “Bacalhau da Amazônia” por iniciativa da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), que ainda não representa uma política de governo quanto mais de estado, como é desejável.

Assim, durante os governos militares e em consonância com a doutrina de segurança nacional que lastreava a filosofia da ditadura de então, os generais presidentes tomaram algumas medidas para aumentar a economia da região, bem como para adensar a sua população, como forma de reduzir a histórica pressão das potências estrangeiras pela internacionalização dessa estratégica região.

Visando dar consequência prática a essa teoria, estradas foram abertas para “levar homens sem terra a uma terra sem homens”, como sustentava o governo de plantão numa alusão aos nordestinos sem terra e o grande vazio amazônico; aeroportos foram construídos; hidrelétricas foram surgindo, apesar dos protestos e dos inevitáveis conflitos com as populações tradicionais; deu-se impulso a exploração das jazidas minerais de ferro e ouro no Pará; criou-se a Zona Franca de Manaus (ZFM); inicia-se a retomada da Universidade Federal

do Amazonas e a instalação do Comando Militar da Amazônia com sede em Manaus, com o consequente deslocamento de grandes contingentes militares para a região, dentre outros grandes projetos.

A concepção estratégica dos militares, é oportuno que se reconheça, não era delírio e tampouco baseado em mero xenofobismo. Tinha base objetiva na realidade, expressa na histórica defesa de internacionalização da região, como se pode mensurar a partir da opinião de cronistas como o jesuíta Acuña (1994) e naturalistas como Wallace (2004) e Agassiz (2000), dentre outros, que ao identificarem o caráter estratégico da região defenderam abertamente a sua internacionalização.

Acuña (1994) comparava o espaço amazônico a outros espaços geopolíticos como o vasto império da Etiópia de então, cujo território ocupava um espaço de 900 léguas; a China, que assombrava o mundo por encerrar em 2 mil léguas de fronteira, 15 diferentes reinos; e o Peru, com 1.500 léguas, que ia do Novo Reino de Granada até os confins do Chile e concluía que se esses impérios eram tão importantes, o que dizer do Amazonas, em cujo espaço de quase 4 mil léguas de contorno, possuía mais de 150 nações de línguas diferentes, cada uma delas suficiente, por si só, para formar um vasto reino e, todos juntos, um novo e poderoso império (p. 37/38).

Wallace (2004) entendia que “não há no mundo nenhuma outra região com capacidade para produzir tão abundante e tão variadamente tudo que se queira, como aqui” e sustentava, portanto, que isso só não ocorria porque “a indolente disposição do povo e a falta de braços para a lavoura impedem o desenvolvimento e exploração de todas as possibilidades desta rica região, **enquanto não se estabelecer colônias de norte-americanos e de europeus**” (p. 119).

E Agassiz (2000) é ainda mais contundente. Ao observar o que ele considerava um imenso vazio demográfico argumenta que “chegará necessariamente a época em que a humanidade dela tomará posse” (p.325) e questiona porque “não deveria a emigração afluir em ondas para essa região tão favorecida pela natureza e tão vazia de homens” (p. 326), expondo, como se percebe o que viria a ser a base teórica da transamazônica: uma estrada para levar homens sem terra a uma terra sem homens! Agassiz, citado, entendia que “um império poderia considerar-se rico com a posse somente de uma dessas fontes de indústria que abundam no Vale do Amazonas” (p.465), o que explica a sua pregação.

De acordo com os preceitos da teoria econômica clássica (SMITH, 2008) e especialmente a sua vertente neoliberal (HAYEK, 1977) um projeto como a Zona Franca de Manaus (ZFM) jamais seria concebido, quanto mais executado, na medida em que lhe faltava os pressupostos básicos de uma economia de mercado. A construção de qualquer projeto

econômico numa região como a Amazônia exige um grande aporte de recursos em infraestrutura, na formação de capital humano e na motivação dos autores sociais, sejam públicos ou privados, os quais geralmente só se motivam a partir de generosas concessões, sejam de terrenos subvencionados e/ou de incentivos fiscais.

Mas, como “a mão invisível” de Adam Smith e o “deus mercado” de Friedrich Hayek não apareceram, restou ao poder público se encarregar de ocupar economicamente a região, em consonância com a economia política marxista e mesmo de economistas liberais. Foi nesse cenário que surgiu a ZFM, projeto de natureza econômica e principalmente geopolítica, que se revelou num dos mais bem sucedidos exemplos de intervenção do estado na economia, numa clara demonstração de que “os governos, às vezes, podem ajudar a melhorar o próprio mercado” (MANKIWI, 2001) e expôs os limites teóricos da “mão invisível do mercado” de Adam Smith (2008) e principalmente da teoria neoliberal de Friedrich Hayek (1977).

Por sua natureza geopolítica o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) tinha como objetivo central o adensamento populacional de uma região rica em recursos naturais e secularmente ambicionada por todas as potências estrangeiras e, do ponto de vista econômico, desenvolver três objetivos específicos: instalar um polo industrial, uma área de livre comércio e um distrito agropecuário.

A base legal do projeto está assentada na Lei Nº 3.173/1957, alterada pelos Decretos-Leis 288/1967; 356/68 e 1.435/75, em cujo conteúdo consta o seu inequívoco objetivo: “A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia, um **centro industrial, comercial e agropecuário** dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos”.

Baseado numa política de incentivos fiscais o projeto tornou-se, a um só tempo, no mais dinâmico pólo eletroeletrônico do país, quiçá da América do Sul, e num forte mecanismo de “esvaziamento do campo” amazonense, tanto do ponto de vista econômico quanto populacional. Adicionalmente contribuiu para criar um falso sentimento de prosperidade que levou os gestores regionais a uma profunda letargia, na qual nem mesmo o excedente de recursos oriundos do faturamento do polo industrial foi usado no incremento de outras plantas econômicas.

Desnecessário lembrar que dos três objetivos do projeto, apenas o polo industrial persiste, embora dependendo crescentemente da boa vontade política do governo central, uma vez que inteiramente estruturado em torno de benefícios fiscais; a área de livre comércio foi

drasticamente reduzida diante do crescente desequilíbrio da balança comercial; e o distrito agropecuário, após experiências malogradas, foi literalmente abandonado. Hoje figura como mero adereço no organograma da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e tem sido a causa central das críticas mais ácidas ao modelo, especialmente por não ter “desenvolvido o interior do estado”.

Muitos, apressadamente, procuram explicar o malogro do distrito agropecuário pelas dificuldades inerentes ao solo e até mesmo a aspectos históricos e culturais, aí incluídos uma hipotética falta de tradição agrícola de nossa população, como a mencionada pelo Padre Joao Daniel (2004) em *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, considerada uma das fontes mais importante de informação sobre a região no período colonial, ao sugerir que nos idos de 1741 a 1757 havia “tanta terra que não há disputas e cada um escolhe, sem contestação, a área que melhor lhe agrada para fazer o seu roçado” (p. 14) ou ainda que um dos hábitos mais comum dos índios era “caçar, engordar e comer outros humanos” (p. 26).

É uma explicação simplista, na medida em que mesmo que fosse inteiramente verdadeira essa falta de tradição agrícola, “uma das características mais notáveis das populações humanas é que elas são admiravelmente adaptáveis” (MORAN, 1994), uma vez que “na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes” (MARX & ENGELS, 1979 d).

Se é verdade que há registros de tribos, como os Purus, que não dominavam a agricultura, também é verdade que a maioria dos naturalistas que por aqui passaram, dentre os quais Spix & Martius (1976), indicam uma atividade agrícola regular na maioria dos povos que aqui moravam quando da invasão europeia. Sem mencionar os registros de experiências agrícolas exitosas no Amazonas, inclusive de agroindústrias, no período em que Lobo D’Almada foi governador colonial (REIS, 1998).

Talvez a crença na “mão invisível”, no “deus mercado”, a submissão à pressão santuarista ambiental a partir dos anos 80, o desenvolvimento de um sentimento de prosperidade eterna e a conseqüente falta de investimentos públicos nesse arranjo explique melhor o fracasso do distrito agropecuário. Ademais, o polo industrial da Zona Franca de Manaus não processa matéria prima regional, logo prescinde de qualquer esforço central voltado para resolver essa demanda. Seu esforço nesse sentido é literalmente marginal, buscando responder pontualmente a eventuais pressões sazonais.

Nesse sentido a retomada do terceiro objetivo do projeto – o desenvolvimento da agropecuária, no sentido amplo da palavra – se impõe objetivamente, na medida em que nenhuma economia do mundo pode prescindir de um forte setor primário, tanto para o

fornecimento da matéria prima industrial como para a produção de alimentos. Assim é a China, Estados Unidos e Brasil, dentre outros gigantes econômicos.

2.1 Avanços e Limites da Zona Franca de Manaus

Um projeto como a Zona Franca de Manaus (ZFM) tem avanços e conquistas, geralmente postos em evidência com grande ênfase. A direção da SUFRAMA informa que o faturamento de 2013, das empresas instaladas no pólo industrial da ZFM, foi da ordem de 81 bilhões de reais.

Rivas et al (2009), analisando dados relativos a 2003-2007, constata que o PIM é responsável por mais de 500 mil empregos diretos e indiretos, por mais de 12 bilhões de reais em arrecadação de tributos e taxas federais e de algo como 60% dos tributos que a União arrecada na região Norte, exceto Tocantins.

Essa exuberância decorre de razões bem objetivas. As empresas contam com um conjunto razoável de incentivos (isenção ou redução) para se instalarem em Manaus, enquanto não há qualquer incentivo financeiro ou social para alguém produzir no interior. Segundo Mankiw (2001) as pessoas fazem escolhas (tradeoffs) em torno de opções que lhe pareça mais vantajosa (pensam na margem); e pessoas respondem a incentivos. Por outro lado os empresários de maneira geral não dispõem de informação suficiente sobre a viabilidade da economia ligada ao setor primário (informação imperfeita), o que segundo o autor é uma das causas de fracasso do mercado.

Assim, se é compreensível que o polo industrial de Manaus exiba uma grande vitalidade econômica, em absoluto contraste com o esvaziamento da economia do interior, não é razoável que assistamos a isso passivamente, especialmente quando se tem presente os limites do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM).

Sim, porque o projeto ZFM tem, também, naturalmente, muitos limites e mesmo limitações insanáveis, o que lhe restringe o alcance de um projeto sustentável, na medida em que a sustentabilidade recomenda a interdependência, jamais a dependência absoluta como o modelo ostenta no aspecto político, econômico e mesmo cultural.

A dependência política do projeto decorre do fato de que todas as suas decisões, seja da prorrogação de seu período de vigência, dos limites de sua área de abrangência e até mesmo as simples reuniões de seu conselho para deliberar sobre novos projetos, depende de decisão política alheia a qualquer esfera regional, seja do legislativo, executivo, judiciário e mesmo do movimento social.

No aspecto econômico a dependência se agrava porque o modelo não beneficia, não processa matéria prima regional. Isso faz com que a opção por instalar uma planta industrial em Manaus decorra exclusivamente da motivação fiscal e não da necessidade de agregar valor e verticalizar a produção de algum produto regional. Por essa lógica uma vez cessada a oferta fiscal, o interesse industrial desaparece na mesma proporção e migrará em busca de outra oferta fiscal igualmente atrativa.

A dependência cultural existe, mas é a menor de todas, pelo menos no sentido definido por Tylor para quem “cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido do etnográfico é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” (MORGAN; TYLOR; & FRASER, 2009).

E tanto isso é verdadeiro que o operário amazonense, muitos dos quais migrados do campo diretamente para a linha de montagem do polo industrial da ZFM, hoje ostenta níveis de produtividade superior aos seus equivalentes mundiais, segundo os próprios executivos das indústrias instaladas em Manaus.

Mas a lógica sob a qual está estruturada a economia do Amazonas, onde os incentivos fiscais, no fundamental, são restritos aos que se estabelecem no polo industrial de Manaus, não estimula investimentos privados fora dos limites da Zona Franca de Manaus. Resta, portanto, ao poder público criar mecanismos que desenvolva a atividade econômica nessas regiões onde a “mão invisível” de Adam Smith (2008) e o “deus” mercado de Hayek (1977) teimam em não chegar.

Essa lógica, associada ao fato de que o modelo ZFM prescinde de matéria prima regional, acabou contribuindo para esvaziar o campo, o que nos impõe o desafio de desenvolver projetos que não neguem e sim complementem o modelo; projetos que diversifique a economia e torne o modelo menos vulnerável. Esse é o desafio de caráter estratégico na superação dessa dicotomia entre uma Manaus rica e um interior pobre.

Dentre os projetos que podem ajudar a superar essa dicotomia destacamos: buscar a autossuficiência em alimentos; dinamizar o manejo e a piscicultura de espécies de alto valor comercial; fazer manejo florestal de nossos 100 milhões de hectares de floresta, os quais devidamente manejados podem ser regenerados a cada 20 anos e representam um faturamento bruto de dois trilhões de reais ou algo como 100 bilhões de reais por ano; ampliar a rede de agroindústrias (madeiras, frutas, laticínios, fécula, pescados); desenvolver a indústria de biocosmético; o polo petroquímico e a indústria de fertilizantes a partir de nossa silvinita (BEZERRA, 2010, 2011).

Atualmente a nossa matéria prima abundante, especialmente o pescado, é comercializada praticamente *in natura*, com baixo valor agregado, aumentando ainda mais o fosso da renda *per capita* que existe entre Manaus e o interior. Se fosse processada através de agroindústrias verticalizaria a produção, agregaria valor aos produtos do setor primário e certamente dinamizaria a economia do interior. Criaria milhares de oportunidades de trabalho, elevaria o padrão de vida das populações locais e desestimularia o êxodo rural.

A indústria de “Bacalhau da Amazônia”, única do gênero no Brasil, busca exatamente esse objetivo, tendo presente que “o padrão de vida de um povo depende de sua capacidade de produzir bens e serviços” (MANKIW, 2001) e em consonância com o objetivo geral da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) de “elevar o padrão de vida de homens e mulheres do campo” (SEPROR, 2007). É uma resposta a esse desafio, especialmente diante de um mercado sequioso, o que não deixa dúvidas quanto ao potencial do produto no mercado.

Em 2009, por exemplo, o Ministério da Pesca e Aquicultura (2009) informa que o Brasil importou em torno de 35.165 toneladas dos diversos tipos de bacalhau. Vieram 28.208 toneladas da Noruega; 5.029 de Portugal e 1.929 de outros países. O custo total foi da ordem de US\$ 200.600.606 (duzentos milhões seiscentos mil e seiscentos e seis) dólares americanos (337 milhões de Reais ao câmbio de 1,68 em 12.09.2011).

Visando superar ou atenuar essa dependência é que o Governo do Estado do Amazonas, através da SEPROR, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, construíram duas plantas industriais para transformar pirarucu (*Arapaima gigas*) em bacalhau e, também, beneficiar outros pescados. O investimento nas duas plantas foi da ordem de 3,5 milhões para criar uma capacidade industrial instalada de 5 mil toneladas. Esse arranjo tem um potencial de faturamento superior a 100 milhões de reais e pode gerar mais de 5 mil postos de trabalho direto e indireto, quando estiver operando com pelo menos 80% de sua capacidade industrial instalada.

Iniciativas como essa expressa a decisão política de se ampliar as alternativas econômicas do estado. Mas ainda é uma medida pontual, restrita a esfera de uma Secretaria de Estado; não expressa uma concepção de governo e muito menos de estado visando eliminar o enorme fosso que há entre Manaus e o interior, especialmente no que diz respeito à atividade econômica.

3. ACABAR COM A ILUSÃO DO FAUSTO. BUSCAR ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS

A ocupação da Amazônia, assim com das demais regiões do planeta, foi feita de forma politicamente violenta, economicamente predatória e culturalmente impositiva. Os povos que aqui viviam quando da chegada dos europeus experimentaram da pior maneira possível essa assertiva.

Esses povos estavam distribuídos em centenas de etnias e diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico. Segundo Spix & Martius (1976) aqui havia desde etnias que dominavam os fundamentos da matemática, como os Uerequenas, até aqueles que sequer praticavam agricultura, como os Purus, embora esse fenômeno já fosse conhecido a quase 10 mil anos (BLAINEY, 2010; MAZOYER & ROUDART, 2010).

A imensa maioria dessas etnias viviam em grandes aglomerações de até 5 léguas de extensão (± 25 km), como anota Carvajal (1992) e Acuña (1994) que tiveram o privilégio de documentar, respectivamente, a expedição do espanhol Francisco de Orellana (1539) e do português Pedro Teixeira (1640).

Contrariando o senso comum esses povos praticavam agricultura – alguns exclusivamente nas várzeas – e tinham domesticado animais, o que sinaliza sedentarização já por um longo período; faziam beneficiamentos primários; conheciam técnicas de silagem; conheciam e utilizavam o potencial farmacológico da floresta para a cura de seus males; e, naturalmente, eram exímios pescadores e caçadores.

Alguns eram antropófagos e tinham na guerra um objetivo em si mesmo, como os gigantes Mundurucus, a quem Martius chamava de os “espartanos do Norte” (SPIX & MARTIUS, 1976); outros se beijavam numa demonstração de afeto; havia etnias que faziam circuncisão nos homens e nas mulheres; e havia, ainda, etnias que praticavam o *jus primae noctis* (a noite da pernada), numa incontestável evidência do caldeirão cultural da Amazônia de então.

Tudo isso foi destruído sem que se colocasse nada compatível em seu lugar. E desmentindo a historiografia oficial que procura justificar a violência europeia como um recurso necessário para se contrapor a agressividade dos nativos, todos os naturalistas são unânimes em afirmar que os índios respondiam muito melhor ao bom tratamento que eventualmente lhes fosse dispensado do que a qualquer compensação material que, a rigor, não necessitavam para manter o seu padrão de vida. Spix e Martius (1976) chega mesmo a afirmar que quanto mais pacíficos e dóceis mais facilmente esses povos foram destruídos ou

convertidos em escravos e constata, em tom de desabafo, que os índios estão sendo destruídos pela civilização de quem esperavam benefícios.

Esse processo, violento em todos os sentidos, está registrado desde os primeiros relatórios de Frei Gaspar de Carvajal (1992) e Cristobal de Acuña (1994) e se estende pelos registros de Padre João Daniel (2004), Charles-Marie de La Condamine (2000), Alexandre Rodrigues Ferreira (2008), Johann Baptist von Spix & Karl Friedrich Philipp von Martius (1976), Alfred Russel Wallace (2004), Agassiz (2000), Euclides da Cunha (2006) e Arthur Cezar Ferreira Reis (1998), dentre os mais detalhados e abrangentes.

Nos primeiros 150 anos os contatos foram basicamente de observação, embora os massacres e agressões já estivessem presentes. Esse relativo desinteresse da coroa espanhola e portuguesa em relação a uma região de caráter tão estratégica – como todos os naturalistas sempre fizeram questão de salientar - é algo que só se explica pelo fetiche que o ouro exercia nessa época e pelos limites dos impérios de então.

E a razão é precisamente essa: não havia ouro na Amazônia, pelo menos na proporção que Hernán Cortez havia encontrado no México após a derrota do império Azteca – mesmo à custa do sacrifício de milhares de vida e de “queimar as caravelas” – e da abundância do tesouro dos Incas no Peru, saqueado por Francisco Pizarro, com não menos violência, após a captura do imperador Atahualpa. Na Amazônia, como se sabe, só no início dos anos 80, já no final do século XX, apareceria o ouro de serra pelada, no Pará, que por um curto período alimentou outra expectativa de fausto.

Mas, a par da frustração aurífera, a ocupação da Amazônia sempre esteve associada à concepção de fausto, da ideia de que seus recursos são inesgotáveis e precisavam ser utilizados para aumentar a riqueza dos colonizadores, sem que isso representasse necessariamente a estruturação de sua economia e a elevação do padrão de vida de sua gente. E assim tem sido desde sempre, desde a expedição Orellana.

O propósito dessa expedição era precisamente esse: encontrar o “eldorado” – uma mitológica região onde brotava ouro – e o “país das canelas” onde havia, segundo a lenda, uma grande abundância dessa especiaria de grande valor comercial. O eldorado nunca foi encontrado e o país das canelas, apesar de localizado, não tinha, pelo menos a juízo dos exploradores espanhóis, uma densidade que justificasse a sua exploração comercial. Simplesmente “esqueceram” a região, sem dar qualquer atenção a exuberante riqueza inteiramente exposta: água, floresta, peixes, especiarias diversas incluindo as medicinais e mesmo as evidências minerais.

A ciência nessa época, naturalmente, não tinha condições de compreender o caráter finito dos recursos naturais e o valor estratégico desse enorme patrimônio biológico e natural que Carvajal (1992), desde 1539, já havia registrado em diversas passagens de seu relatório.

A segunda expedição oficial, dessa feita sob o comando de Pedro Teixeira, tem nos registros do jesuíta Cristobal de Acuña (1994) uma abordagem mais detalhada das riquezas amazônicas, a começar pela assertiva do jesuíta de que “se não houvesse a praga dos mosquitos, que abundam em muitas paragens, poder-se-ia dizer, a boca cheia, que se trata de um imenso paraíso” (p. 85).

O relato de Acuña foi interditado pelo rei da Espanha (Filipe IV) por razões óbvias: o jesuíta chamava a atenção para o caráter estratégico do Rio Amazonas. Nesse período (1580-1640), os dois reinados estavam em trégua e se dedicaram a instalar engenhos de açúcar no recôncavo baiano e no litoral de Pernambuco e da Paraíba. Combinavam igualmente seus esforços para moverem ferozes guerras de extermínio contra as populações indígenas. Só após a ocupação do Nordeste pelos holandeses os portugueses se voltaram para a bacia amazônica na tentativa de compensar a perda do fornecimento de açúcar e buscar a exploração dos demais produtos da região.

Esse episódio histórico fortuito foi o que assegurou que a Amazônia, ao fim do regime colonial (1822), já não fosse mais “um mundo em estado de natureza”. Havia 80 núcleos coloniais e 21 estabelecimentos militares em toda a Amazônia (p.19).

Acuña (1994) já havia destacado que impérios como a Etiópia (900 léguas); a China (2 mil léguas de fronteira e 15 diferentes reinos); e o Peru (1.500 léguas) que então impactavam o mundo, não eram nada diante do Amazonas, em cujo espaço de quase 4 mil léguas de contorno, habitavam mais de 150 nações de línguas diferentes, cada uma delas suficiente, por si só, para formar um vasto reino e, todos juntos, um novo e poderoso império (p. 37/38).

Nessa imensa região, insistia Acuña (1994), havia riqueza de toda ordem, como frutas, palmeiras, raízes, castanhas, madeira, cacau, tabaco, cana de açúcar, algodão, urucum, açafreão, canfístula, salsaparrilha, óleos (que competem com os melhores bálsamos para a cura de feridas), gomas e resinas perfumadas, a pita (da qual se obtém uma fibra de excelente qualidade), uma enorme variedade de peixes, quelônios e caça (anta, porco-montês, veado, paca, cutia, iguana, patos), perdizes e galinhas, além de “mil espécies de outras ervas e árvores de particularíssimas utilidades e outras tantas por descobrir”, as quais ocasionalmente eram afetadas pelas grandes enchentes que, ao que tudo indica, já eram recorrentes na região, como igualmente será observada por Spix & Martius (1976) nos idos de 1819, ou seja, quase 200 anos após a visita de Acuña.

Afirma que “os índios apanham as tartarugas em tão grande quantidade, que não há viveiro delas que não tenha de cem para cima, motivo pelo qual esses bárbaros nunca souberam o que seja fome, pois basta uma delas para satisfazer uma família, por numerosa que seja” (p. 80/1).

E relata a covardia com que a expedição de Pedro Teixeira, sob o comando de Bento Maciel, tratou os Tapajós após estes lhes oferecerem galinhas, patos, redes, pescados, farinha, frutas e outras coisas mais. Como pagamento os índios receberam morte, estupro das filhas e mulheres e centenas de prisioneiros transformados em escravos que levaram para vender no Pará e Maranhão (158/9).

Quando finalmente as observações passam a ter caráter mais investigatório essa exuberância de recursos naturais se torna ainda mais evidente, como se pode depreender dos registros, dentre outros, de La Condamine (2000), Daniel (2004), Ferreira (2008), Spix & Martius (1976), Wallace (2004), Agassiz (2000), Cunha (2006) e Reis (1998), e, de igual forma, os relatos de violência.

La Condamine (2000), após ponderar que talvez a ignorância e o preconceito tenham exagerado nas virtudes das plantas amazônicas, é enfático ao afirmar que a grande utilidade conhecida e comprovada da “quinina”, “ipecacuanha”, “simaruba”, “salsaparrilha”, “guáiacó”, “cacau”, e a “baunilha”, já justificariam novas pesquisas mesmo que essas plantas fossem as únicas úteis que a América encerrasse, uma vez que é previsível se calcular a abundância e variedade das plantas em uma zona em que a umidade e o calor contribuem para tornar fértil. E relaciona alguns exemplos dessa abundância: “as gomas, as resinas, os bálsamos, todos os sucos que derivam de diversas incisões de árvores, assim como os diferentes óleos que delas se tiram, são coisas sem conto; o azeite que se extrai do fruto de uma palmeira chamada ‘ungurave’ é, ao que dizem, tão doce e tão saboroso quanto o da azeitona”.

A violência contra os nativos foi de toda ordem.

La Condamine (2000) anota que ao chegar à missão de São Joaquim encontrou índios trazidos de várias partes, incluindo os outrora poderosos Omáguas, todos convertidos a religião cristã pelo padre Samuel Fritz e agrupados em 30 aldeamentos distintos, cuja eficácia ele questiona afirmando que “os índios das missões e os selvagens que gozam de liberdade são tão limitados por não dizer tão estúpidos quanto os outros, e não se pode ver sem humilhação o quanto o homem abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas” (p.60) para em seguida concluir que “não se trata por enquanto senão de fazer deles uns homens, o que não é pequeno trabalho” (p.73,74), ou seja, para La Condamine índio sequer era gente!

Daniel (2004) igualmente registra a exuberância de recursos naturais, dentre os quais o peixe, que se encontra em abundância em todos os rios e lagos. E anota que as tradições que os índios mais conservam são das suas guerras e batalhas travadas com os seus inimigos e nações contrárias.

Ferreira (2008) informa que diante da perseguição e das caçadas de escravos levadas a efeito pelos portugueses, os índios têm-se afastado cada vez mais da costa para o interior, cujos últimos vestígios das tribos só se encontram muito profundamente no interior, nas margens do Amazonas (p. 39).

Spix & Martius (1976) afirmam que apesar desses povos não terem produzido monumento histórico algum, se deveria observar como eles interagiram com os produtos da natureza, o que pode servir como medidores do tempo. Entre estas estão, em primeiro lugar, as plantas cultivadas: o milho (*Zea mais*), *Musa paradisíaca*, o aipim (*Manihol aipi Pohl.*), a mandioca (*M. utilíssima Pohl.*), o pimentão (*Capsicum manuum*) e a palmeira pupunha (*Guilielma speciosa*), as quais sinalizam um longo cultivo, pois se não existem em muitas variedades, os seus frutos vão perdendo as sementes (99).

Talvez seja desses naturalistas a mais detalhada descrição dessa ideia de fausto que tem caracterizado a ocupação da Amazônia. Os produtos naturais (salsaparrilha, cacau, piaçaba, manteiga de ovos de tartaruga, óleos, etc.) sempre estão entre os itens mais destacados de comércio da região. Os índios de outras áreas já tinham apreendido com os Omaguas a utilizar a borracha na fabricação de produtos que trocavam entre si ou comercializavam.

Mas Spix & Martius (1976) ficaram também bastante intrigado com a grande quantidade de galinhas domésticas que encontraram nas tribos mais remotas do rio Apaporis e do rio dos Enganos, ambos afluentes setentrionais do rio Japurá.

De igual forma se impressionam com a abundância e a forma predatória no uso das tartarugas. Segundo eles causa admiração o número destes animais, que ainda existe hoje, e deve-se dar crédito às tradições dos antigos índios ao dizerem que outrora o Solimões fervilhava de tartarugas, como de formigas os formigueiros. E são enfáticos em afirmarem que não há dúvida de que o sistema atual as exterminará, não obstante toda a produtividade desses úteis animais (p.150), assim descrito.

Aí, pela primeira vez, deparou-se nos espetáculo da colheita dos ovos de tartaruga e o preparo deles em manteiga de tartaruga. Numa extremidade da ilha de areia haviam os colhedores construídos, umas palhoças de folhas de palmeiras; grandes montes de ovos desenterrados, canoas cheias de ovos já quebrados, soltando o conteúdo, panelas cheias de gordura a ferver, e cerca de 150 homens, índios, mulatos, negros e alguns

brancos, ocupados nesses diversos trabalhos: tudo isso constituía espetáculo novo e alegre, em seguida à costumada solidão da viagem (p.147/148).

A esse modo de produção econômica altamente predatória se somava uma relação ainda mais agressiva contra os índios, que sob a ótica do europeu deveria ser escravizado ou eliminado.

Sempre que os índios reagiam à opressão dos colonos ou a devastação causada pelas doenças (bexigas, sarampo) e a imprudência do missionário, eram perseguidos com guerra de extermínio, prisão ou transporte a lugares remotos, razão pela qual Spix & Martius (1976) opinam que “nada mais doloroso para o filantropo do que verificar quão profundamente estão arraigados na alma dos índios essa inimizade nacional e fúria de perseguição” (91).

E esse ódio manifesto dos nativos não era sem razão. Inúmeras etnias que Acuña (1994) registra como numerosas em 1640 os naturalistas bávaros não encontraram qualquer vestígio 200 anos depois, o que lhes leva a constatar a “triste prerrogativa das mais nobres entre as tribos do Brasil, que quanto mais facilmente se domiciliaram entre as populações civilizadas, tanto mais cedo se extinguíram” (191) e, conseqüentemente, concluírem que só as etnias mais fortes e mais agressivas sobreviveram.

A opinião deles é bastante pessimista, tanto quando observam que “a conclusão triste que se deve usar é que o índio, em vez de ser despertado e formado pela civilização europeia ao contrário sofre dela como de veneno lento que acabará por dissolvê-lo e destruí-lo totalmente” (p.22), como quando questionam “que meios estão ainda hoje à disposição do Estado, para melhorar a sorte dos desgraçados filhos de uma terra que, até aqui, em vez de benefícios só recebeu da Europa cristã, guerra e devastação?” (p.40).

Mas, pelos seus limites teóricos e também pelo convencimento de que estavam diante de uma “raça inferior”, afirmam que “os homens vermelhos eram um ramo atrofiado no tronco da humanidade” (p.40/41), o que evidentemente está em desacordo com a teoria de Morgan (2009), que nega qualquer forma de atrofiamento na evolução da espécie humana e sim estágios diferentes dentro do desenvolvimento permanente, mas não retilíneo da humanidade.

Wallace (2004) inicia afirmando que “não há no mundo nenhuma outra região com capacidade para produzir tão abundante e tão variadamente tudo que se queira, como aqui” (p.119) e informa que os índios “aprendem prontamente, e bem, vários ofícios, sendo, em geral, pacíficos, inofensivos e de bom natural” (p.576).

E passa a relatar, tal quais os demais naturalistas, a abundância de produtos da região: castanhas, salsaparrilha (que é a melhor do Amazonas), farinha, peixe salgado, Pirarucu, peixe boi, tartarugas, dentre outros.

Agassiz (2000) sustentava que apenas as madeiras da bacia amazônica já se constituíam numa riqueza inestimável e estranhava que ainda não se tivesse iniciado o desenvolvimento desse ramo de produção, especialmente porque os rios que cortam a região pareciam traçados, segundo ele, para servir de força motriz para as serrarias e de meio de transporte para o produto resultante das mesmas. E isso, insistia, sem mencionar os frutos, as resinas, óleos, matérias corantes e fibras têxteis, que se pode facilmente conseguir na Amazônia.

Mas Agassiz, citado, já fazia abertamente a defesa da internacionalização da Amazônia, sustentando que a “emigração deveria afluir em ondas para essa região tão favorecida pela natureza e tão vazia de homens!” (p.326), pois um império poderia considerar-se rico com a posse somente de uma dessas fontes de indústria que abundam no vale do Amazonas! E, no entanto, a maior parte dessas maravilhosas riquezas apodrece no solo, vão formar um pouco do húmus ou tingir as águas a cujas margens esses produtos sem conta se perdem e decompõem!

Cunha (2006), já no início de 1900, traça o perfil da sociedade amazonense de então, especialmente aquela composta por seringalistas, seringueiros e caucheiros. Nesse perfil aparecem os caboclos titânicos que estão construindo um território para onde foram enviados para desaparecer e, teimosamente, não desapareceram. Relata as relações trabalhistas entre seringalistas e seringueiros como o ressuscitar de um “feudalismo bronco” e acanhado, onde o seringueiro trabalha para escravizar-se. E anota a violência e as artimanhas que os exploradores de toda ordem usavam contra os seringueiros e os índios no sentido de se assenhorearem de seus espaços, incluindo massacres como os levados a efeito pelo explorador alemão Carlos Fitz-Carral.

Era a época do fausto da borracha, onde toda a sociedade vivia em torno do chamado “ouro branco” que fez a fortuna de poucos e a miséria de muitos, alimentando, mais uma vez, a expectativa de fausto e riqueza inesgotável que tem caracterizado a ocupação da Amazônia. Soma-se a esse fato o esgotamento dos estoques de “drogas do sertão” e dos cardumes de pescado e quelônios, bem como a dilapidação das reservas minerais da *serra do navio* (Amapá), da planície aurífera de *serra pelada* (Pará) e a exportação in natura, sem qualquer valor agregado, das gigantescas reservas minerais da *serra dos Carajás*, também no Pará.

Reis (1998) não foge a regra. Seu relato é baseado em informações secundárias e mais contemporâneo. Mas é igualmente denso, tanto no que diz respeito às riquezas e oportunidades que a região oferecia quanto nos sistemáticos massacres perpetrados contra os índios pelos mais simplórios motivos e mesmo por descaradas artimanhas.

Na obra *Evolucionismo cultural* os pesquisadores Morgan, Tylor e Frazer (2009) resumem parte de sua obra, especialmente a famosa obra de Morgan *A Sociedade Antiga*, que viria servir de base para o desenvolvimento do materialismo histórico sistematizado por Marx & Engels e que nos ajuda a compreender em que estágio da evolução social se encontrava os povos que habitavam o Amazonas.

Morgan (2009) estudou os estágios de progresso da sociedade humana através da análise de cinco casos exemplares: os aborígenes australianos, os índios iroqueses, os aztecas, os gregos e os romanos. Segundo a sua lógica o desenvolvimento da ideia de propriedade teria sido o processo decisivo para o surgimento da civilização (p.13).

A teoria de Morgan, citado, indica a formação gradual e o desenvolvimento subsequente de certas ideias, paixões e aspirações às quais, além das invenções e descobertas, estão a subsistência, governo, linguagem, família, religião, vida doméstica e arquitetura, propriedade.

Em seguida chama a atenção para o fato de que a vida étnica das tribos indígenas está declinando sob a influência da civilização americana; suas artes e linguagens estão desaparecendo e suas instituições estão se dissolvendo. Dentro de mais uns poucos anos, fatos que podem ser agora facilmente coletados serão impossíveis de descobrir.

Sustentando que a humanidade passou necessariamente pela selvageria, barbárie e civilização Morgan (2009) demonstra que isso não ocorreu de forma retilínea e que algumas tribos ficaram pelo caminho sem nunca terem alcançado um estágio superior. Assegura, portanto, que a teoria da degradação humana para explicar a existência dos selvagens e dos bárbaros já não é mais sustentável. Segundo ele coube aos gregos e romanos, após terem alcançado a civilização, usando suas capacidades até o limite, inventar a vila e o distrito e, assim, inaugurar o segundo grande plano de governo, que permanece até o presente entre as nações civilizadas (p. 54).

Para Morgan (2009) enquanto a África era e é um caos étnico de selvageria e barbárie, a Austrália e Polinésia estavam na selvageria pura e simples, com as artes e instituições, próprias daquela condição. A família indígena da América, diferente de qualquer outra existente, exemplificava a condição da humanidade em três períodos étnicos sucessivos (p. 61). Os índios do extremo norte e algumas das tribos costeiras da América do Norte e do Sul

estavam no status superior de selvageria; os índios parcialmente aldeados, a leste do Mississipi, estavam no status inferior de barbárie, e os *pueblos* da América do Norte e do Sul estavam no status intermediário.

E Tylor, na mesma obra, nos ajuda a compreender que cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido do etnográfico é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade.

São argumentos suficientes para que se abandone, em definitivo, ideias absurdas e anticientíficas de indolência, deformação e/ou ramo atrofiado da humanidade como já se tentou classificar os nativos da Amazônia, que igualmente eram muito distintos entre si. Explica, também, o histórico de guerras e contendas entre as diversas tribos e o fato de que alguns conheciam a matemática enquanto outros sequer praticavam a agricultura.

Passemos, então, a discutir a busca de alternativas.

Definitivamente não é possível se viver eternamente na expectativa de um novo fausto, como agora, ao que tudo indica, se debita em torno da Zona Franca de Manaus (ZFM). Já demonstramos anteriormente os limites desse projeto e seu alcance limitado em termos de sustentabilidade, em decorrência de sua absoluta dependência política, econômica e até mesmo cultural.

E o ataque sistemático que a ZFM sofre por parte dos defensores da política neoliberal (HAYEK, 1977) e seus discípulos no campo teórico decorre precisamente dessa fragilidade.

A defesa consequente dessa alternativa econômica exige mais do que falsas bravatas e declarações de amor não correspondido. Exige compromisso real com o povo amazonense, certa compreensão geopolítica, algum conhecimento técnico e capacidade administrativa, em todos os sentidos, para utilizar o excedente de recursos que o modelo proporciona no sentido de adensar a economia do estado, verticalizando e agregando valor aos seus abundantes recursos naturais.

Dentre esses recursos destacamos, sem qualquer valor hierárquico, a piscicultura e o manejo dos recursos pesqueiros; o manejo florestal madeireiro e não madeireiro (borracha, castanha, fibras vegetais e óleos essenciais); o manejo de sua biodiversidade, especialmente voltada para os fármacos e biocosméticos; a consolidação do polo naval de escala; o aproveitamento racional de suas reservas minerais (gás, petróleo, silvinita, etc.) visando estruturar um polo petroquímico; e a busca da autossuficiência alimentar.

Em caráter meramente didático analisaremos aqui apenas três exemplos dessas alternativas sugeridas: piscicultura e manejo de recursos pesqueiros; manejo florestal madeireiro e auto-suficiência alimentar.

Recursos pesqueiros. Considerando apenas 1% do lago artificial produzido com a construção da hidroelétrica de Balbina, no município de Presidente Figueiredo (AM), é possível utilizar uma área equivalente a 2.300 hectares para desenvolver piscicultura.

Experimentos práticos já realizados pela Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas (Sepror) nesta área obtiveram uma produtividade superior a 30 quilos por m³, indicando ser possível uma produção da ordem de 300 toneladas no equivalente a 01 hectare de lamina d'água em tanque rede. E há produtividade ainda maior!

Na área total seria possível produzir algo como 690 mil toneladas de tambaqui (*Colossoma macropomum*) ou matrinxã (*Brycon cephalus*). Estimando o valor da tonelada de tambaqui ou matrinxã em 6 mil reais, sem qualquer beneficiamento, é fácil concluir que se poderá obter um faturamento da ordem de 4,14 bilhões de reais ao ano. Sem mencionar os milhares de postos de trabalho na atividade fim e na indústria de ração que seria demandada.

As duas plantas industriais construídas no alto Solimões para a transformação do pirarucu em “bacalhau da Amazônia” tem uma capacidade industrial instalada de 5 mil toneladas. Tão logo se intensifique o manejo do pirarucu nos lagos da região e se recorra à piscicultura para assegurar o fornecimento de matéria prima as duas plantas industriais, será possível obter um faturamento da ordem de 125 milhões de reais, considerando a tonelada de “bacalhau da Amazônia” a 25 mil reais.

Recursos madeireiros. Todos os naturalistas que resenharam a Amazônia destacaram o seu grande potencial madeireiro, que até hoje permanece sem exploração ou explorada de forma irracional, seja pela derrubada sem planos de manejo ou pela comercialização em toras, como se pode ver na figura abaixo (Fig. 3), o que se constitui numa dupla estupidez: dilapida-se o patrimônio natural e continua miserável.



Figura 3 - Irracionalidade econômica e ambiental: madeira comercializada em toras (Jímy, 2007).

Mas é possível não apenas manejar tais recursos adequadamente como agregar valor, verticalizar a produção e elevar o padrão de renda de nossa população tradicional. A isso nós denominamos de desenvolvimento sustentável.

E o potencial madeireiro da região, de fato, é algo inquestionável. Um inventário florestal prospectivo ($DAP \geq 50$ cm) realizado na bacia do rio Ituxi, município de Lábrea, indica um volume médio total de madeira da ordem de 64 m³/ha, sendo 20 m³/ha o volume estimado para madeira comercial (THAINES et al. 2010).

Considerando esse valor modesto de 20 m³/ha e estimando um potencial de 100 milhões de hectares de floresta no Amazonas chegaríamos fácil a um estoque de 2.000.000.000 (dois bilhões de m³) de madeira.

Um m³ (metro cúbico) de madeira bruta no Amazonas é comercializado por algo como R\$ 200,00 (duzentos reais). Esse mesmo m³ pode chegar a R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) transformado em carteira escolar o que, reconhecamos, é ainda um beneficiamento primário.

Assim, com um simples beneficiamento, teríamos um valor global da ordem de R\$ 4.800.000.000.000 (quatro trilhões e oitocentos bilhões de reais). Isso mesmo, uma cifra estonteante, que justifica e fundamenta a tese que sustentamos do beneficiamento!

Os dados técnicos para manejo florestal indicam que uma área pode ser regenerada em até 20 anos. Mas, adotando um rigor exagerado, se poderia projetar um manejo para 50 anos. Assim, manejando apenas 2% de nosso estoque madeireiro ao ano e mantendo esse padrão de

simples beneficiamento primário, teríamos um faturamento anual da ordem de R\$ 96.000.000.000 (noventa e seis bilhões de reais), o que representa algo como 150% do atual PIB (produto interno bruto) do estado do Amazonas, estimado em 64,5 bilhões de reais, segundo IBGE (2011).

Autossuficiência alimentar. É necessário, ademais, persistir estrategicamente na busca da autossuficiência alimentar aos quase 4 milhões de habitantes do estado, especialmente de produtos básicos, tanto para evitar sangria de recursos quanto por razões de segurança alimentar.

Quatro milhões de pessoas consomem, anualmente, algo como 1,46 milhões de toneladas de alimento, cujo valor fica em torno de 2,92 bilhões de reais. Esse alimento pode ser produzido em 730 mil hectares ou 0,46% do território amazonense.

Segundo dados do IBGE (2010) o setor primário representa 276 mil postos de trabalho, contra 206 mil do comércio e 130 mil da indústria de transformação. Já é o setor mais expansivo da economia amazonense. Mas, apesar dos avanços, se estima que algo próximo de 50% desses alimentos ainda sejam importados.

4. A EXPERIÊNCIA DA FÁBRICA DE “BACALHAU DA AMAZÔNIA” EM MARAÃ

A 1ª unidade fabril dessa iniciativa pioneira foi instalada em Maraã no dia 25 de agosto de 2011 e a 2ª planta foi instalada em Fonte Boa, ambas no Amazonas. Destinam-se a produzir o “Bacalhau da Amazônia”, feito a partir do pirarucu¹⁴ (*Arapaima gigas*), oriundos do manejo de lagos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá, que abrange municípios do médio e alto rio Solimões, no estado do Amazonas, Brasil. O Brasil até então não produzia bacalhau, embora seja um grande consumidor e conseqüentemente um grande importador do produto.

A capacidade instalada das duas unidades é de 5 mil toneladas/ano ou 100 mil pirarucu (média de 50 kg). O faturamento potencial é superior a 100 milhões de reais, gerando ocupação para algo como 5 mil pessoas, entre operários e pescadores.

É um projeto que atende, no essencial, as premissas de um projeto sustentável, na medida em que não tem qualquer dependência política, econômica ou cultural. Todas as suas decisões são regionais; processa matéria prima local manejada, criando milhares de oportunidades de trabalho, verticalizando a produção, agregando valor à matéria prima

¹⁴ Pirarucu, peixe vermelho em tupi-guarani, descrito originalmente por Cuvier, em 1829.

regional e conservando os recursos naturais; além do fato de que a população local tem uma larga experiência, uma grande cultura pesqueira. Satisfaz, portanto, “as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades”, em consonância com o que preconiza Brundtland (1987), e está estruturado dentro da lógica de que “não há desenvolvimento sem sustentabilidade e nem sustentabilidade sem desenvolvimento”, como sustenta Bezerra (2010; 2011).

4.1 Mas, afinal, bacalhau é um peixe ou um produto industrial?

Preliminarmente é preciso responder a esse questionamento. Bacalhau não é um peixe e sim um produto industrial, processado a partir do beneficiamento de alguns tipos de pescado, os quais são comercializados com esse nome de fantasia. A resposta irrefutável está no simples fato de que se faz bacalhau de mais de um tipo de pescado. No início o bacalhau era feito de forma rudimentar e se constituiu na principal fonte de proteína dos navegantes europeus, dentre os quais os portugueses.

Uma descrição básica, bem como a foto desses pescados, pode ser obtida no sítio www.bacalhaudanoruega.com.br/Escola-do-Bacalhau/Espécies/Gadus-Morhua-Bacalhau. ou em qualquer outro sítio do gênero.

Dentre as espécies mais conhecidas e usualmente transformadas em bacalhau estão o Cod (*Gadus morhua*), o Cod Pacific (*Gadus macrocephalus*), o Ling (*Molva molva*), o Zarbo (*Brosmius brosme*) e o Saithe (*Pollachius virens*) – Figuras 4 a 8. Também se encontra bacalhau de Merluza (**Merluccius sp**) em alguns estabelecimentos menos cuidadosos.



Figura 4 - O Cod (*Gadus morhua*) é encontrado no atlântico norte, podendo alcançar um tamanho e peso máximo de até 1,50 m e 50 kg, respectivamente.

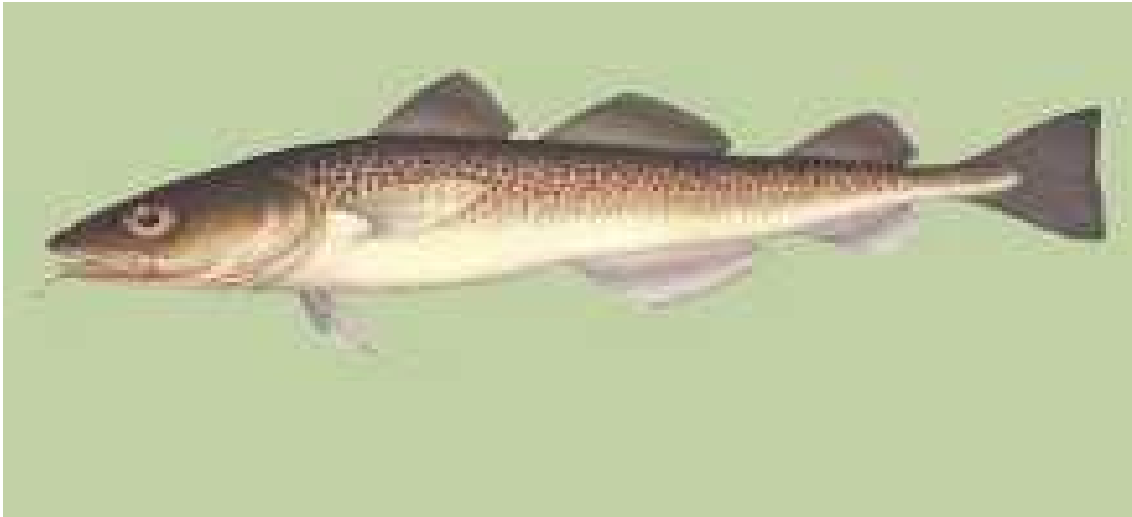


Figura 5 - O Pacific cod (*Gadus macrocephalus*) é típico do pacífico.



Figura 6 - O Ling (*Molva molva*) pode alcançar até 1,80 m e 35 kg de peso.



Figura 7 - O Zarbo (*Brosmius brosme*) pode atingir até 1,10 m e 15 kg.



Figura 8 - O Saithe (*Pollachius virens*). Pode chegar a 1,20 m e 20 kg de peso.

O processo industrial do bacalhau pode ser feito por secagem natural ou secagem artificial (DUARTE, 2002). Na planta industrial de Maraã é utilizado a secagem artificial. A secagem é, genericamente, a série de operações necessárias para extrair uma grande parte de água da constituição dos tecidos, num nível que a salga ainda não conseguiu, aumentando por isso a conservação do produto. A desidratação do pescado, tão rápida quanto possível, é o aspecto fundamental a ser conseguido, fato para o qual se utiliza em primeiro lugar a salga. O pirarucu quando fresco tem cerca de 80 a 83% de água. Esse percentual fica em torno de 45% após a secagem, com um teor de sal até 20%. A secagem natural, após a salga, é um dos mais “primitivos” processos tecnológicos de preservação dos alimentos. Desde a exposição do peixe ao ar, depositado sobre o solo pedregoso ou com coberto vegetal rasteiro, à exposição solar sobre tabuleiros ou sobre estacaria de madeira, várias foram as opções para idênticos resultados. A secagem artificial é o recurso tecnológico ao qual se recorre para acelerar o processo de secagem e, principalmente, para assegurar um padrão de qualidade que dificilmente o processo tradicional de secagem natural, primitivo e moroso conseguiria atingir, especialmente na Amazônia onde a umidade relativa é superior a 85%.

A técnica de processamento do bacalhau da Amazônia obedece essencialmente às seguintes etapas: tratamento sanitário apropriado, evisceramento do pescado, salmouramento e desidratação mecânica, de tal maneira que o produto industrial não ostente mais do que 45% de umidade relativa ao final do processo (Fig. 9, 10, 11).



Figura 9 - Tratamento sanitário inicial do pirarucu ao entrar na fábrica. (Jimy, 2011).



Figura 11. Início do salmouramento. (Jimy, 2011)



Figura 10. Evisceramento, preparo inicial (Jimy, 2011)

Um bom bacalhau exige um peixe de posta grossa e é nesse particular que o pirarucu se torna imbatível. Enquanto seus “concorrentes” direto (Gadus, Ling, Zarbo e Saithe) ostentam peso e tamanho que oscila entre 15 a 50 kg e no máximo 1,50 metro, o pirarucu pode chegar até 200 kg de peso e 3 metros de comprimento.

É fato que alguns, por pura esperteza, procuram se apropriar com exclusividade da marca comercial “bacalhau”, confundindo propositadamente processo industrial com nome de fantasia de uma determinada marca comercial, o que nos remete à célebre manifestação do pensador francês Jean Jacques Rousseau acerca da propriedade.

Em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* Rousseau (1991) protesta afirmando que o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (p. 259).

Aliás, sobre esse assunto, Marx é igualmente contundente ao afirmar que:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior [isto é, o socialismo], a propriedade privada individual da terra parecerá de tão mau gosto quanto a propriedade de um ser humano por outro. Nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra. São apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como bons pais de família, têm de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes (BOTTOMORE, 1988, p. 115).

Assim, não há qualquer novidade quanto ao fato de que por simples ignorância, interesse científico ou esperteza comercial, muitos procurem estabelecer essa confusão.

Aliás, tanto o pirarucu (*Arapaima gigas*) quanto o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), cuja abundância está registrada na narrativa e nos escritos de todos os viajantes e naturalistas que por aqui passaram, sempre foi visto por eles como uma alternativa ao produto que eles conheciam como *bacalhau*.

4.2 A pioneira iniciativa de produção de bacalhau no Brasil.

Nada mais nada menos que La Condamine (2000), Padre João Daniel (2004), Alexandre Rodrigues Ferreira (2008), Spix & Martius (1976) e Agassiz (2000),

relacionam o *pirarucu* (Figura 12) e mesmo o peixe boi como *similar ou superior ao bacalhau* produzido na velha Europa.



Figura 12 – Pirarucu (*Arapaima gigas*) manejado na RDS de Mamirauá (Jimmy, 2011)

Já no relatório do Frei Gaspar de Carvajal (1992), escrito nos idos de 1540, está registrado o diálogo entre um chefe local e o capitão Orelhana, no qual este informa que necessitava de comida, sendo prontamente atendido com abundância de carnes, perdizes, perus e *peixes de várias qualidades* (p. 39); noutro trecho informa que o chefe indígena “mandou que retirassem grande quantidade de comida das canoas, tanto tartarugas, como *peixe-boi e outros peixes*, perdizes, gatos e macacos assados” (p. 47) para presenteá-los, evidenciando a recorrente abundância de pescado. “Os índios colocaram esses peixes para secar, leva-los para dentro da terra e vendê-los; vendo todos os companheiros que a aldeia era pequena, rogaram ao capitão que descansassem ali, uma vez que era véspera de tão grande festividade” (p.73).

A mesma constatação é feita pelo padre jesuíta Cristóbal de Acuña (1994), em *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*, quando de sua viagem como escrivão da expedição Pedro Teixeira nos idos de 1640. Informa que “do que mais se alimentam é de peixe, incrivelmente abundante neste rio, onde o pescam a mancheias. Porem, dentre todos os pescados, aquele que, como um rei, se assenhoreia do das Amazonas, e o enche todos, desde seu começo até quando deságua no mar é o peixe-boi” (p. 78) o qual, segundo informa, “preparam a carne em postas que duram mais de um

mês. Não chegam a defumar a carne para todo o ano por não contarem com sal em abundância. Fazem sal das cinzas de certo gênero de palmeira, que contem mais salitre do que sal” (p. 79), indicando que os “índios” já processavam o pescado.

Na obra *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*, de Charles-Marie de La Condamine (2000), que liderou uma expedição a Amazônia entre 1743/44, está registrado que um dos integrantes de sua expedição - Godin des Odonais – depois de terminado os trabalhos da missão técnica a que pertencia, continuou por algum tempo no altiplano andino e posteriormente se fixou em 1750 na Guiana Francesa (Caiena), onde montou uma fábrica para a pesca e exploração do peixe-boi (*Trichechus manatus*)¹⁵. Este mamífero (chamado guaraba ou guaraguá, iuaraná, e manai ou manatim, nos dialetos amazônicos), pertencentes à ordem dos sirênios e à família dos manatídeos, é o mesmo lamantim (“amantino da América”, Lineu) ou manatim, que no período colonial figurou nas pautas de exportação como um **produto semelhante ao bacalhau** (p. 20), não deixando dúvidas quanto ao **produto bacalhau** e não a **espécie bacalhau**, como erroneamente alguns até hoje insistem em apresentar.

Em São Paulo de Omáguas, prossegue La Condamine (2000), “desenhei, do natural, o maior dos peixes de água doce conhecidos, a que os espanhóis e portugueses deram o nome de ‘vaca-marinha’, ou de ‘peixe-boi’” (p. 103).

E La Condamine, citado, após destilar preconceito contra os índios, insinuando que “a natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios, e ter ultrapassado suas necessidades”, pois, constata, “os lagos e os mangues que se encontram a cada passo nas proximidades do Amazonas, e não raro bem no interior das terras, são enchidos de peixes de todas as qualidades, nos tempos do extravasamento; e quando as águas baixam, ai eles ficam encerrados como em tanques ou reservatórios naturais, e onde se pescam com a maior facilidade” (p. 105).

Por seu lado, o Padre João Daniel (2004), em *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*, já chamava atenção para a importância das agroindústrias por serem as atividades mais rendosas do setor primário, embora necessitem de grandes cabedais e gastos para a sua ereção e conservação (p. 37, vol. 2).

¹⁵ O nome correto é peixe-boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*). É o menor dos peixes-bois existentes no mundo. Alcança 2,8 a 3,0 metros de comprimento e pode pesar até 450 kg.

E Daniel, citado, prossegue afirmando que “o peixe pirarucu também é de boa grandeza, e posto que não chega à da piraíba, contudo é um dos maiores do Amazonas; é de escamas, que para se lhe tirarem requer-se um machado. Há duas espécies: uma tem a escama com alguma pinta de vermelho, que lhe dá sua galantaria”. E afirma, literalmente, que se costuma cozinhar-lo como badejo e que o pirarucu “*é muito alvo, e de melhor gosto que o bacalhau*”. Há abundância dele em todos os rios, e lagos; os filhos acompanham os pais: pescam-se à fisga, e também com linha” (p. 138, vol. 1).

Na mesma linha vai Alexandre Rodrigues Ferreira (2008) em sua *Viagem Filosófica*, na qual faz uma minuciosa descrição do pirarucu, informando que “há pirarucus que dão duas arrobas¹⁶ de peso quando salgados e uma arroba quando secos”, concluindo que “*o pirarucu bem salgado e seco é o bacalhau do Pará*” (p. 94).

Segundo Ferreira, citado, “os índios das duas capitanias do Estado de Grão-Pará denominam este peixe de pirá-urucu, devido à cor que possuem as membranas das margens exteriores de suas escamas significando, entre nós, peixe pintado e urucu”; “os nativos, quanto à cor interna, depois do peixe esfolado, distinguem-nas em cores branca e amarela” (p. 92) e informa que em ambas as Capitanias do Pará e do Rio Negro é tal a quantidade de pirarucu, que dele fazem provisões, de peixe seco e peixe na salmoura, o primeiro para o alimento dos índios remadores das canoas, o segundo para as mesas particulares, quando não há peixe fresco. Em todo tempo se pesca, porém no verão é a época melhor, pois o pirarucu é retido nos lagos e nesse período a carne salgada seca melhor ao sol (p. 93). Assegura, ainda, que o pirarucu é um dos maiores peixes do Estado, chegando a três varas de comprimento por uma vara e dois palmos de grossura¹⁷ (3,30 x 1,54 m). Ele descreveu a espécie como *Paraensibus pirarucu*, mas não registrou e perdeu a primazia taxonômica para Cuvier que o registrou como *Arapaima gigas*.

Assim também resenhou o príncipe Adalberto da Prússia (2002), em *Amazônia-Xingu*, nos seguintes termos: “para a tripulação havia, além disto, farinha de mandioca, pirarucu (peixe seco que na Província do Pará substitui a carne-seca), mel, melão e cachaça” (p. 223).

Os naturalistas bávaros Spix & Martius (1976) em *Viagem pelo Brasil: 1817–1820*, também anotam que “o mais importante de todos os peixes aqui é, também, o

¹⁶ Uma arroba equivale a mais ou menos 14,655 kg.

¹⁷ Uma vara (antiga medida de comprimento) corresponde a 1,10 metros; 1 palmo = 0,22 m.

pirarucu, que pesa de 60 a 80 libras” (p. 51), observando que muitos índios eram empregados como hábeis pescadores, “pois todas as fazendas, nestas regiões, são organizadas para a pesca e dela dependem” (p. 136).

Em seguida descrevem a pesca e o processamento do produto nos pesqueiros:

Estes pesqueiros são particularmente destinados a apanhar pirarucus, porque esse peixe grande, muitas vezes de 50 a 60 libras de peso, é o que mais se presta para a salga e a seca. São mortos a arpão ou a flechadas; mais raramente são apanhados em redes. O preparo no pesqueiro é simples e rápido. A cabeça, entranhas, espinha dorsal e escamas são lançadas à água; a carne é cortada dos ossos em grandes pedaços, salgada e posta a secar ao sol ou sobre o fogo. Incrível é a quantidade desse peixe, que anualmente é salgado nos pesqueiros do governo ou de particulares. *Ele aqui substitui em absoluto o bacalhau*, e constitui o principal alimento da classe trabalhadora. Aqui, no Rio Negro, pobre de homens, custa a arroba do peixe seco apenas 500 réis¹⁸ (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 136).

Aqui (Manacapuru) mantém o governo um destacamento de soldados, para abastecer com a fartura do pescado, particularmente de pirarucus, a Vila da Barra e os postos de fronteira, Marabitanas e Tabatinga. Dizem que as remessas para Barra, de 15 em 15 dias, montam a 800 (algo como 12 mil kg) arrobas anuais (p. 146).

A abundância de pirarucu no Amazonas foi igualmente percebida por Alfred Russel Wallace (2004), em *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, quando destaca que “dos peixes, os principais são os pirarucus, que se encontra em todos os lagos e dão bastante ocupação aos índios, na estação da seca, para pescá-los” (p. 190).

O casal Agassiz (2000), em *Viagem ao Brasil 1865-1866*, igualmente não foi indiferente a essa exuberância piscosa, chegando inclusive a questionar se a Amazônia deveria ser utilizada para navegação ou agricultura. O legislador deve encarar esta região como um mar ou como um continente? Perguntam, quase afirmando.

O homem, como todos os índios das margens do Amazonas, é pescador e, com exceção dos cuidados exigidos pela sua pequena plantação, tem como exclusiva preocupação a pesca. Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa, não carrega água, nem lenha, e não pega nem mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinadas estações do ano, ele gasta a seu bel-prazer a maior parte do seu tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e aquelas que temos diante dos nossos olhos justificam perfeitamente essa boa opinião. (AGASSIZ, 2000, p. 186)

¹⁸ Uma arroba equivale a 14,65 kg.

Adiante destacam: “ainda não chegou a época de desenterrar os ovos, de fazer a manteiga de tartaruga, etc., mas se avistam com frequência, perto das margens, as choças construídas pelos índios ou os paus fincados no solo sobre os quais se estende e seca o peixe. O peixe seco é um dos grandes artigos do comércio local” (p. 203).

Agassiz (2000) se impressiona com a diversidade de peixes da bacia amazônica, constatando que “as minhas previsões foram totalmente ultrapassadas. Antes de chegar a Manaus, já havia eu recolhido para mais de 300 espécies, isto é, o triplo das espécies conhecidas, pelo menos até agora” e adianta que se ele conseguisse “publicar todos esses documentos, as informações que poderei proporcionar sobre o assunto excederão de muito tudo o que se tem até então publicado” (p. 205).

Em seguida Agassiz (2000) registra que “aqui, como em todo o Rio Amazonas, é incrível a variedade das espécies. As coleções já contam com mais de quatrocentos, incluindo as do Pará; além das novas espécies que se vão descobrindo cada dia, descobrem-se gêneros novos com frequência” (p. 216); anota, ainda, que “não se trata apenas de ter triplicado o número das espécies conhecidas, mas conto por dúzias os gêneros novos, e tenho cinco ou seis novas famílias para o Amazonas, e uma, vizinha dos Gobióides, inteiramente nova para a ictiologia” (p. 216 e 218); e enfatiza: “os seus resultados elevam a mais de 600 o número de espécies encontradas nas águas do Amazonas, e cada dia mais claramente mostra quão bem definida é a localização dessas espécies. A imensa bacia se divide positivamente em numerosas regiões zoológicas, tendo cada qual a sua combinação de peixes própria” (p. 234).

Diante dessa exuberância de pescados era natural, segundo Agassiz, citado, que a salga e a seca do peixe que se constituíssem na grande indústria da região (p. 224), razão pela qual ele não compreendia como os amazonenses, vivendo às margens de um rio em que abundava a pesca faziam uso do bacalhau salgado importado do estrangeiro (p. 465), ao invés de usarem os seus próprios recursos naturais.

Creio não restar dúvidas quanto ao fato de que bacalhau é um processo industrial, uma marca comercial, e não um pescado como o senso comum estabeleceu. E se é razoável e até compreensível que essa “crença” esteja estabelecida no conjunto da sociedade, não é razoável que a academia reproduza, acriticamente, tais concepções. Sua responsabilidade social exige que, partindo do conhecimento popular empírico, se estabeleça bases científicas para ajudar a sociedade a compreender os fenômenos sociais a que está submetida. Jamais reproduzir o senso comum mecanicamente.

Esta explicação, como dito anteriormente, é para dirimir dúvidas acerca da tecnologia que transforma alguns tipos de pescado em “bacalhau”. No entanto, esta tese não é sobre bacalhau e sim a sobre a busca de experiências sustentáveis, do ponto de vista político, econômico e cultural.

4.3 A experiência da Fábrica de “Bacalhau da Amazônia” em Marã.

Embora Marx e Engels considerassem a necessidade de desenvolvimento do sistema capitalista como condição necessária para a transição ao socialismo, eles procuraram por em evidência a sua violência destrutiva.

Em *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* (MARX & ENGELS, 1979b), Engels menciona os efeitos devastadores da expansão da indústria sobre o meio ambiente natural nos idos de 1845 e Marx (2000), após alertar que “o desenvolvimento da cultura agrícola e da indústria se tem revelado tão eficaz na destruição das florestas que o que tem feito no sentido de conservá-las e regenerá-las não passa de uma grandeza que se desvanece inteiramente” (p. 277), prossegue sustentando que:

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2011a, p. 571).

A força dessa referência teórica e a sua atualidade pode perfeitamente ser mensurada nos dias atuais a partir da constatação de que vários desses recursos naturais estão seriamente comprometidos pela lógica do modo de produção capitalista, como é o caso dos recursos pesqueiros, cuja pesca predatória do pirarucu (*Arapaima gigas*) no estado do Amazonas, fez com que o estoque oscilasse entre a exuberância do passado, o risco de extinção e os acordos de pesca visando o manejo e a recuperação do estoque.

Reis (1998) identifica a mexira¹⁹ e o óleo de tartaruga como os produtos mais exportados desse período, revelando que o “custo de alguma coisa é o que você desiste para obtê-la”, ou seja, na ausência de alternativa os recursos naturais foram usados de

¹⁹ Iguaria feita de peixe-boi, espécie atualmente em extinção e sob rigoroso controle ambiental.

acordo com o conhecimento científico existente. Uma eventual “informação imperfeita” não impede que o mercado aja, apenas indica que nem sempre essa opção será racional, como sugere Mankiw (2001) nos princípios de economia.

Todos os observadores e naturalistas atentos que por aqui passaram entre os anos 1700 a 1870 anotaram e registraram uma grande abundância de pirarucus. Assim está escrito, como visto, nos relatos de Frei Gaspar de Carvajal (1992); do jesuíta Cristóbal de Acuña (1994); em La Condamine (2000); Padre João Daniel (2004); Alexandre Rodrigues Ferreira (2008); Príncipe Adalberto da Prússia (2002); Johann Baptist von Spix & Karl Friedrich Philipp von Martius (1976); Alfred Russel Wallace (2004) e Jean Louis Rodolph Agassiz & Elizabeth Cary Agassiz (2000), dentre outros.

Toda essa abundância, todavia, não resistiu à violência destrutiva do sistema produtivo capitalista baseado na lógica de que os recursos naturais são infinitos. E assim, mesmo antes de terminar o século XX, como os fatos demonstraram, o pirarucu outrora abundante entrava na lista das espécies em extinção.

Mas, coerente com o princípio de que a humanidade não se põe problema que não possa resolver, tal qual Marx (2008c) sustentara ao afirmar que “o desenvolvimento das ciências e da agronomia modifica a fertilidade do solo, ao proporcionar novos meios que possibilitam a exploração imediata dos elementos da terra” (p. 1018), iniciou-se por esse período os chamados acordos de pesca visando, através do manejo de lagos, recuperar os estoques de pirarucu, especialmente na região do médio e alto Solimões.

De acordo com informações do Instituto Mamirauá²⁰, após 15 anos de fundação (1998-2013), o Programa de Manejo de Pesca do Instituto conseguiu aumentar em aproximadamente 447% o estoque natural de pirarucu em áreas manejadas.

E aí, novamente, numa evidência de que “na natureza como na sociedade todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes”, como nos ensina a dialética sistematizada por Marx & Engels (1979 d), ocorreu exatamente o contrário: o aumento do estoque ampliou a oferta de pescado no mercado e o preço do pirarucu eviscerado passou a oscilar, para o pescador, na faixa de três reais por quilo.

²⁰ O Instituto Mamirauá, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), é um dos principais articuladores da política de manejo de lagos nessa região.

Além do preço aviltado o pescador se deparava com a escassez de compradores, sugerindo que o manejo chegara a um impasse: quanto mais aumentasse o estoque de pescado mais o preço cairia e mais se agravaria a dificuldade de comercialização.

Com a instalação de uma fábrica de beneficiamento de pescado no município de Maraã (Fig. 1 e 14), em plena RDS de Mamirauá, cujo objetivo é produzir “bacalhau da Amazônia” a partir do pirarucu e beneficiar outros tipos de pescado, esse impasse foi resolvido tanto no que diz respeito ao preço quanto à comercialização.

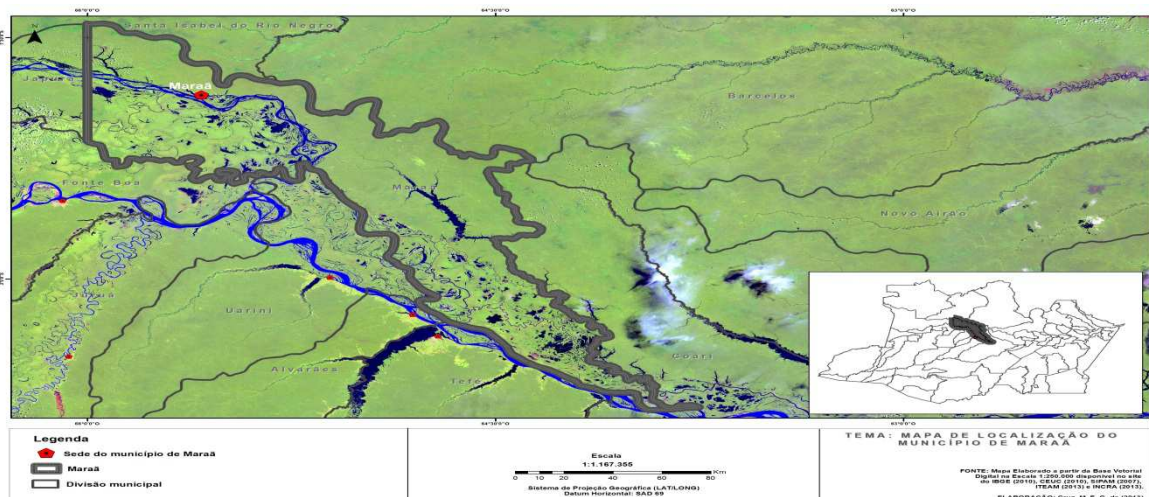


Figura 13 - Imagem aérea de Maraã, Amazonas.

Maraã está situada na coordenada geográfica $1^{\circ}51'4.85''S$ $65^{\circ}35'27.40''W$, às margens do rio Japurá (no triângulo Jutaí/Solimões/Juruá) e cercada de lagos apropriados ao manejo, como bem demonstra a Figura 8. Fica a 892 km (linha reta) e 920 km (via fluvial) da Capital do Estado (Manaus). Seu território de 16.910 km² faz fronteira com os municípios de Tefé, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro, Coari, Barcelos, Alvarães, Uarini e Fonte Boa. Sua população é de 17.079 habitantes, sendo 4.521 na zona urbana e 12.558 na zona rural (IBGE, 2013).

A decisão de instalar uma indústria de pescado em Maraã – região com uma logística bastante precária, onde não há sequer aeroporto e conseqüentemente vôos regulares – parece, a primeira vista, bastante irracional do ponto de vista econômico. Essa dificuldade, todavia, é apenas de comodidade, na medida em que a exuberância da bacia hidrográfica do Amazonas permite que todo o pescado capturado nos lagos manejado seja levado até a fábrica por via fluvial e, posteriormente, seu produto industrial processado seja igualmente enviado para Manaus, ou qualquer outro destino, também por via fluvial, que é precisamente o modal de transporte mais econômico.



Figura 14 - Imagem aérea de Maraã, Amazonas.

Quando se sabe que é nesse município que se encontra o maior volume de pirarucu (*Arapaima gigas*) manejado de todo o estado do Amazonas e particularmente do médio e alto Solimões, a aparente “irracionalidade” se transforma em absoluta coerência, dentro da concepção sustentada por Bezerra (2010, 2011, 2012, 2013) de que o desenvolvimento sustentável só será possível com verticalização da produção e agregação de valor à matéria prima regional, sem o que a economia dos municípios amazonenses, excetuando-se Manaus cuja base econômica é ancorada no polo industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM), continuará a reproduzir o perverso ciclo vicioso de mera subsistência e a expectativas de faustos temporários.

A planta industrial (Fig. 15) construída em Maraã pode produzir até 1.500 toneladas / ano de “bacalhau da Amazônia”. Foi construída pela Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), do governo do Amazonas, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coerente com o princípio de que às vezes o governo pode ajudar a melhorar o próprio mercado, como sustenta Mankiw (2001). É a primeira do gênero em todo o Brasil.



Figura 15 - Fábrica de "Bacalhau da Amazônia", em Marã, Amazonas, Brasil (FELIX, 2013)

Com a instalação da fábrica, os pescadores tiveram uma sensível melhora nos seus rendimentos e o município ganhou algo como 1.000 postos de trabalho direto e indireto, vinculados a pesca e o beneficiamento do pescado. O quilo do pirarucu que antes era comprado por R\$ 3,00 (três reais) já eviscerado, passou a ser comprado por R\$ 6,00 (seis reais) bruto - equivalente a R\$ (nove reais) quando eviscerado, o que representou um acréscimo de 200% na renda dos quase 1.000 pescadores envolvidos no projeto, como ilustra a figura abaixo (Fig. 16).



Figura 16 - Despesca do pirarucu em novembro (Felix, 2013)

Em 2013 a unidade fabril de Maraã adquiriu desses pescadores algo como sete mil unidades de pirarucu manejado nos municípios de Maraã e Fonte Boa. Essas dez mil unidades de pirarucu adquirido pela fábrica equivale a 385 (trezentas e oitenta e cinco) toneladas de matéria prima bruta, considerando um peso médio de 55 kg por unidade de pirarucu manejado. Esse volume de pescado corresponde a 54% de todo o estoque de pirarucu manejado na área, mas representa apenas 1/4 (um quarto) da capacidade industrial instalada da fábrica de “bacalhau da Amazônia” de Maraã, cujo produto final se vê na embalagem (Figura 17).

E com a instalação da 2ª unidade fabril em Fonte Boa²¹, com capacidade industrial instalada de 3.500 toneladas/ano, pode-se concluir que é perfeitamente viável se intensificar o manejo de pirarucu e até mesmo desenvolver a piscicultura da espécie sem que se coloque em risco a renda dos pescadores, como já ocorrera em passado recente, em decorrência do excesso de matéria prima no mercado, o que produziu um fenômeno duplamente nocivo: preço baixo e dificuldade de comercialização. Isso é possível porque a instalação da fábrica de “bacalhau da Amazônia” possibilitou a verticalização da produção, agregou valor a matéria prima regional, elevou a renda dos

²¹ Fonte Boa está situada na coordenada geográfica 2°31'50.92"S 66°5'2.36"W, às margens do rio Solimões, também na RDS de Mamirauá.

pescadores e gerou milhares de postos de trabalho. Em outras palavras, assentou as bases de um projeto social e economicamente sustentável.



Figura 17 - Embalagem do "Bacalhau da Amazônia" processado em Marã, Amazonas.

4.4 Mas por que não se construiu antes essa fábrica de beneficiamento?

A “demora” para que uma solução estruturante fosse encontrada em benefício desses trabalhadores extrativistas tem causas objetivas e subjetivas.

A primeira delas está relacionada à baixa capacidade de mobilização e organização dos pescadores, guardando enorme semelhança com o que sugere Karl Marx acerca dos camponeses. No *Dezoto Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011b) afirma que os camponeses têm uma precária consciência de classe, ou seja, são uma classe em si, mas não uma classe para si, o que faz com que eles precisem ser representados. Na obra *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jaz*, especialmente no capítulo *Os camponeses e a política*, Hobsbawn (1998) é igualmente enfático quanto a esse precário caráter de classe campesino, sugerindo que os camponeses tem um sentimento constante e em geral bastante realista de sua fraqueza e inferioridade. Ademais, completa, “as relações de compadrio, parentesco, clientelismo, inibem uma consciência de classe permanente”, fazendo com que só raramente os governantes dispensem alguma atenção ao mundo rural, seja ele uma aldeia campesina da Europa tradicional ou uma comunidade rural agroextrativista da Amazônia.

Os exemplos quanto a essa “pouca atenção” dispensada aos trabalhadores rurais são abundantes, tanto no Brasil quanto no estado do Amazonas especificamente. Em nível de Brasil, após 191 anos de independência e 124 de república, a estrutura fundiária do país continua, no fundamental, a mesma capitania hereditária, fazendo com que centenas de brasileiros reguem com o próprio sangue o chão que lutam para obter enquanto esperam por uma reforma agrária que nunca se transformou em realidade. No caso específico do Amazonas o histórico dos orçamentos destinados ao setor primário, invariavelmente abaixo da risível cifra de 1 (hum) %, somados ao fato de que a própria secretaria de produção rural foi extinta, por lei de iniciativa do então governador Amazonino Mendes (PFL), falam por si mesmo (SEPROR, 2007).

A segunda causa está relacionada à concepção econômica predominante das sociedades capitalistas, com ênfase na teoria da mão invisível de Adam Smith (2008), sistematizada em *A riqueza das nações*, e no postulado neoliberal de Friedrich Hayek (1977), conhecido como a teoria do estado mínimo, em *O Caminho da Servidão*.

Segundo a teoria de Smith (2008) até mesmo a desigualdade era positiva, na medida em que criaria um estímulo ao trabalho e ao enriquecimento. Rechaçava, assim, qualquer forma de intervencionismo do estado porque, segundo a sua crença, o mercado era capaz de autorregular-se e criar os seus próprios mecanismos de desenvolvimento através da “mão invisível”.

A teoria neoliberal de Hayek (1977) reduzia o papel do estado a mero gerente de negócios das grandes corporações capitalistas, advogando inclusive a criação de um exército de reserva como forma de reduzir a pressão dos trabalhadores sindicalizados. E onde, eventualmente, o governo já tinha avançado deveria imediatamente devolver a gestão para a iniciativa privada, através das privatizações tão conhecidas nos governos de Fernando Collor de Melo (PRN, 1990-91) e Fernando Henrique Cardoso (1995-02, PSDB). E ainda não inteiramente interrompidas nos governos de Lula e Dilma (PT).

Ambas as teorias não consideravam que até mesmo economistas burgueses, como Gregory Mankiw (2001), reconhecem que às vezes o governo pode ajudar a melhorar o próprio mercado. É o caso concreto da unidade fabril de Marãã.

Para uma compreensão mais adequada desse fenômeno é fundamental saber que as experiências agroindustriais exitosas no estado do Amazonas, ocorridas no período colonial e pós-colonial eram, essencialmente, iniciativas do próprio governo, como bem

registra Arthur Cezar Ferreira Reis (1989), em *História do Amazonas*, e especialmente os naturalistas Spix & Martius (1976), em *Viagem pelo Brasil*.

E há ainda duas questões subjetivas de certa relevância, relacionadas tanto à capacidade de gestão dos agroextrativistas, quanto à própria natureza das agroindústrias, erroneamente confundidas com agronegócio de escala empresarial. É bom ter presente que nem sempre essa “confusão” é por ignorância teórica e sim pela opção ideológica de restringir esse tipo de atividade – a mais rentável na atividade do setor primário – aos grandes capitalistas do setor, ou ainda por uma deformação que associa trabalhador agroextrativista a um padrão econômico de miséria. Toda e qualquer transformação de recursos naturais é, em essência, uma agroindústria. E o objetivo de qualquer programa socioeconômico sustentável, consistente, é precisamente elevar o padrão de vida, sob todos os aspectos, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Desnecessário se faz demonstrar que essas concepções estão subordinadas ao papel que os distintos grupos sociais atribuem ao estado, seja na visão de Hobbes (1979), Montesquieu (1995), ou Marx & Engels (1979a).

Hobbes (1979), no *Leviatã*, defende um estado comandado por uma monarquia absolutista, sob o argumento de que a humanidade era eminentemente mau, egoísta e perversa e, portanto, só poderia viver em sociedade sob o domínio de um monarca com poderes absolutos; Montesquieu (1995), todavia, em *Do Espírito das Leis*, idealizava o estado como um instrumento de mediação dos interesses das distintas classes sociais; enquanto Marx & Engels (1979a), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, demonstraram que o estado nada mais era do que um instrumento de dominação da classe dominante.

Se compreendermos adequadamente o papel do estado, o seu caráter de classe, facilmente compreenderemos a sua paralisia em relação às causas e ações que tenham repercussão direta na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

4.5 Limites e dificuldades da fábrica de bacalhau da Amazônia.

Em qualquer projeto social há desafios de várias ordens a serem superados. No caso específico da produção de bacalhau a partir do beneficiamento do pirarucu os desafios são ainda maiores por se tratar de um projeto inédito. Nunca é demais realçar que essa é a 1ª experiência do gênero em todo o Brasil.

Assim, os desafios foram do ceticismo aos que atualmente trabalham para sabotar o projeto, passando pelas limitações organizacionais e gerenciais dos próprios pescadores, dificuldades gerenciais também da Sepror e matéria prima insuficiente para assegurar o funcionamento da fábrica com um mínimo de capacidade industrial ociosa.

Os céticos se distribuíaam entre os que, como um mantra, repetiam que bacalhau é um peixe e, portanto, impossível de ser produzido com pirarucu; e uma outra parcela que tinha dúvidas sinceras se era possível e viável um empreendimento dessa natureza.

Entre os que trabalhavam e trabalham para sabotar o projeto estão aqueles cuja motivação é econômica - perderem a capacidade de manobrar os pescadores e o mercado do pirarucu de acordo com os seus interesses – e outra parcela, ainda mais perniciososa, cuja motivação é de natureza politqueira, ideológica: lutam para inviabilizar e desacreditar qualquer projeto que alimente a possibilidade das populações tradicionais buscarem alternativas fora do manual da eterna dependência que lhes é imposto.

As dificuldades organizacionais e gerenciais, tanto dos pescadores quanto da própria Sepror, decorrente da falta de experiência e de exercício recorrente, é natural e esperada. Só pode ser corrigida pela prática, persistência e com os necessários ajustes. É de natureza estritamente conjuntural.

O mais grave dos problemas é, sem dúvidas, a escassez de matéria prima. Atualmente isso não é um problema insanável porque o projeto está se consolidando, mas passará a ser tão logo se expanda no mercado. As três maiores emissoras de televisão do país, bem como os principais veículos de comunicação do estado já fizeram reportagens destacando a importância e o ineditismo desse projeto. O “bacalhau da Amazônia” já foi apresentado no Fórum Social Temático de Porto Alegre em 2102, na 3ª Conferência Mundial Ambiental (a Rio + 20) e no circuito gastronômico de São Paulo e Rio de Janeiro (Fig. 18, 19, 20). Tudo indica, portanto, que em médio prazo a demanda pelo produto será bem maior do que a sua produção atual, limitada exclusivamente pela escassez de matéria prima e não de capacidade industrial instalada.



Figura 18 - Lançamento do bacalhau da Amazônia no Rio de Janeiro (Jimy, 2012).



Figura19 - Lançamento no Rio de Janeiro (Jimy, 2012).



Figura 20 - Lançamento em São Paulo (Luzimar Bessa, 2012).

Para funcionar com plena capacidade industrial instalada as fábricas instaladas precisam de algo como 100 mil pirarucus, mas o estoque atual em toda área de manejo não chega a 15 mil unidades. A Sepror apresentou ao Fundo Amazônia-BNDES uma proposta de consolidação desse projeto que inclui a expansão do manejo e a produção de pirarucu em tanques redes nos lagos da região. A proposta se encontra em análise e se receber o parecer positivo do Fundo Amazônia será uma garantia fundamental para assegurar, ainda mais, a viabilidade social e econômica do projeto.

5. CONCLUSÕES - CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

Uma observação mais cuidadosa da experiência histórica de agroindústrias no Amazonas; de experiências como o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM); e da própria fábrica de “bacalhau da Amazônia”, que compõem este capítulo, nos permite compreender melhor os nossos limites, mas, também, as nossas potencialidades.

E se há um fato - dentro desses limites e possibilidade - sobre o qual restam poucas dúvidas é de que os recursos naturais são finitos, embora defensores do produtivismo teimem em afirmar o contrário, sustentando que, no limite, esses recursos poderão ser substituídos por outros similares. A ciência diz outra coisa!

Já na introdução à dialética da natureza, Marx e Engels (1979, d) sugerem a finitude de toda forma de vida, alertando que se aproxima inflexivelmente o tempo em que o calor decrescente do Sol já não poderá derreter o gelo procedente dos polos e a humanidade, cada vez mais amontoada em torno do equador, não encontrará nem sequer ali o calor necessário para a vida. Num determinado tempo desaparecerá toda vida orgânica, assim como a terra, a lua, o próprio sol e todos os demais planetas.

A finitude dos recursos naturais decorre do fato de que na natureza, como na sociedade, todos os fenômenos estão interligados, interconectados e interdependentes, o que faz com que tanto a natureza quanto a sociedade estejam em constante movimento, transformação e evolução, não sendo possível uma ação que não provoque impacto ambiental. Isso é um fenômeno objetivo, provocado tanto pela ação antrópica quanto por fenômenos naturais (glaciações, explosão solar, tsunamis, terremotos, epidemias, ou mesmo a simples predação natural).

O desafio contemporâneo da ciência, portanto, não é meramente preservar os recursos naturais, mas sim desenvolver outro padrão de desenvolvimento social, no qual a concepção dialética de interdependência esteja sempre presente e, por outro lado, aprofundar o conhecimento científico e tecnológico para, através de manejo apropriado, otimizar e racionalizar o uso desses recursos em benefício coletivo da humanidade; desafio, aliás, que vem sendo perseguido ao longo dos tempos de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e seu respectivo nível de consciência.

Entre o século XVI e o XIX há vários registros de **experiências agroindustriais** na Amazônia e no Amazonas em particular, anotado especialmente pelo Padre João Daniel, La Condamine, Spix & Martius, Wallace, Agassiz e Reis. Essas agroindústrias se destinavam ao beneficiamento de pescado; fabricação de manteiga a partir de ovos de tartaruga; fiação de algodão com tecelagem destinada à fabricação de redes e tecidos; cerâmicas e olarias que produziam de simples tijolos a potes de barros, telhas e ladrilhos; fábricas de velas; indústria de madeira e construção de embarcações; alambiques que produziam cachaça e aguardentes de boa qualidade; fábricas de anil e fábricas de cabos e cordoalha de piaçaba, etc.

A maioria desses empreendimentos era uma iniciativa do poder público, do governo, especialmente no período de Lobo d'Almada (1781 a 1788), em decorrência

da escassez de recursos da província e da necessidade de se criar atividades produtivas. A presença do governo se estendia, também, em fazendas de criação de animais, especialmente bois, e mesmo de produção agrícola, como fazendas de café.

Infelizmente, a atitude dos governos em relação a sua própria participação nas atividades econômicas oscila de acordo com a concepção ideológica de estado que orienta esses governos, razão pela qual é fundamental que se compreenda as principais concepções teóricas sobre o estado.

As três principais matrizes de pensamento sobre o papel do estado foram formuladas por Thomas Hobbes (1979) ainda em 1651; por Charles de Montesquieu (1995) por volta de 1848 e por Karl Marx & Friedrich Engels (1979a) nos idos de 1884. Hobbes defendia o absolutismo, por acreditar que a humanidade era eminentemente má, egoísta e perversa e, assim, só poderia viver em sociedade sob a guarda de um rei com poderes absolutos; Montesquieu idealizava o estado como um instrumento de mediação entre os interesses das distintas classes sociais; e Marx & Engels demonstraram que o estado nada mais era do que um instrumento de dominação da classe dominante.

A concepção contemporânea de Hobbes é sustentada por gente como Adam Smith, defensor da “mão invisível”; e principalmente pela chamada política neoliberal preconizada por Friedrich Hayek, adepto do “deus mercado”, e ferrenho defensor do estado mínimo e da supressão de direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores.

No Brasil, a partir dos anos 90 essa política foi intensamente aplicada, sendo paulatinamente desaquecida a partir dos anos 2000 com a eleição de Lula. Foram anos de desmonte da máquina pública e condenação expressa de qualquer iniciativa governamental relacionada à economia. As consequências para a atividade produtiva, especialmente no campo, foram simplesmente desastrosas, tanto pela falta de investimentos em infraestrutura quanto pela escassez de recursos para financiar os produtores e beneficiar os seus produtos.

Assim, numa sociedade capitalista como a nossa, a classe dominante é composta pelos donos dos meios de produção, ou seja, pela burguesia que, naturalmente, procura impor os seus interesses as demais classes sociais e para tanto se vale de todos os recursos possíveis, inclusive acadêmicos.

Nesse sentido a burguesia vê com extrema simpatia as teorias acadêmicas que condenam a participação do estado na economia e até mesmo justificam a redução de serviços sociais, de direitos trabalhistas e de gastos na infraestrutura pública sob o

argumento de que isso deve ser provido pela iniciativa privada, o que corresponde inteiramente aos seus interesses de classe. Dentre os mais destacados defensores dessa teoria classista estão Adam Smith (2008) e Friedrich Hayek (1977).

Para viabilizar seu ideário Hayek, citado, convidou os que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na estação suíça de Mont Pèlerin. Acorreram ferrenhos adversários do *estado de bem estar social europeu* e do *New Deal* norte-americano, dentre os quais Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, que ali fundaram a sociedade Mont Pèlerin, a maçonaria neoliberal (ANDERSON, 1995).

Tais concepções não levavam em conta nem mesmo as ponderações de outros economistas burgueses, como Mankiw (2001), que em *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia* relativizava o peso da “mão invisível” de Adam Smith ao defender que às vezes o governo pode ajudar a melhorar o próprio mercado.

Segundo a teoria de Mankiw, citado, o mercado só se estabelece quando alguém quer e pode comprar e outro quer e tem o que vender. Assim, é fácil depreender, que Mankiw (2001) via nos governos, também, um agente estimulador do próprio mercado. E esse papel governamental será tanto maior quanto mais frágil for a base econômica de uma determinada região, como é o caso da Amazônia e do Amazonas em particular.

Não por acaso a maioria das experiências de agroindústrias, de infraestrutura e mesmo de experiências como a Zona Franca de Manaus (ZFM), no Amazonas, foram todas de iniciativa do governo, do período colonial até o presente, como bem registra o Padre João Daniel, La Condamine, Spix & Martius, Wallace, Agassiz e Reis.

Em *Amazônia esse mundo a parte* Bezerra (2010) sugere a agregação de valor à matéria prima regional, a partir da verticalização da produção em agroindústrias destinadas ao beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, como uma alternativa econômica à produção de “subsistência” apregoada pelos adeptos da concepção *santuarista* e à produção predatória que tanto empolga os adeptos da concepção *produtivista*, que tem caracterizado o avanço do capitalismo no planeta e, obviamente, também na Amazônia. E sugere a construção de uma agroindústria destinada a transformar pirarucu (*Arapaima gigas*) em “bacalhau da Amazônia”.

Mas essa mudança de paradigma não tem sido uma tarefa fácil. Em boa medida ela se explica pelo debate surdo em torno do conflito distributivo de renda pelo qual as

classes sociais disputam entre si a parcela da riqueza material que julgam ser merecedoras, o que condiciona o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

É fácil concluir, portanto, que não é ingenuidade e tampouco uma pregação desprovida de conteúdo de classe a defesa recorrente de *santuaristas* e *produtivistas* no sentido de evitar que os trabalhadores organizem as suas próprias agroindústrias. Os *santuaristas* confundem deliberadamente agroindústria com agronegócio – ao qual emprestam um conteúdo altamente negativo - e apresentam restrições a essa atividade sob o argumento que elas teriam um grande impacto ambiental; os *produtivistas*, mais sutis, justificam sua posição baseados na “mística” de que os trabalhadores, mesmo associados, não estão aptos a desempenhar esse papel – o que conjunturalmente é verdade, mas passível de alteração pela prática - devendo deixar que tal processo seja executado exclusivamente pela “eficiente” iniciativa privada.

A história do desenvolvimento econômico não deixa dúvidas quanto ao papel do estado e seus respectivos governos, seja para estimular ou para conter a atividade produtiva. Experiências como a Zona Franca de Manaus (ZFM) reforça a convicção de que o estado tem papel preponderante como indutor da economia e jamais seriam executados dentro de uma concepção liberal ou neoliberal.

De acordo com os preceitos da teoria econômica clássica (SMITH, 2008) e especialmente a sua vertente neoliberal (HAYEK, 1977) projetos como a Zona Franca jamais seria concebido, quanto mais executado, na medida em que lhe faltava os pressupostos básicos de uma economia de mercado. A construção de qualquer projeto econômico numa região como a Amazônia exige um grande aporte de recursos em infraestrutura, na formação de capital humano e na motivação dos autores sociais, sejam públicos ou privados, os quais geralmente só se motivam a partir de generosas concessões, sejam de terrenos subvencionados e/ou de incentivos fiscais.

Por sua natureza geopolítica o projeto **Zona Franca de Manaus (ZFM)** tinha como objetivo central o adensamento populacional de uma região rica em recursos naturais e secularmente ambicionada por todas as potências estrangeiras e, do ponto de vista econômico, desenvolver três objetivos específicos: instalar um pólo industrial, uma área de livre comércio e um distrito agropecuário.

Muitos, apressadamente, procuram explicar o malogro do distrito agropecuário pelas dificuldades inerentes ao solo e até mesmo a aspectos históricos e culturais, aí incluídos uma hipotética falta de tradição agrícola de nossa população, embora os

registros históricos demonstrem que a maioria dos índios praticava agricultura regular, o que elimina essa externalidade e sugere que fator determinante do fracasso do distrito agropecuário está relacionado à clássica opção que o governo fez de comprar produtos agrícolas com os fartos recursos que o projeto proporcionava ao invés de produzi-los.

Assim, se é compreensível que o pólo industrial de Manaus exiba uma grande vitalidade econômica, em absoluto contraste com o esvaziamento da economia do interior, não é razoável que assistamos a isso passivamente, especialmente quando se tem presente os limites do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM).

Sim, porque o projeto ZFM tem, também, naturalmente, muitos limites e mesmo limitações insanáveis, o que lhe restringe o alcance de um projeto sustentável, na medida em que a sustentabilidade recomenda a interdependência, jamais a dependência absoluta como o modelo ostenta no aspecto político, econômico e mesmo cultural.

A dependência política do projeto decorre do fato de que todas as suas decisões, seja da prorrogação de seu período de vigência, dos limites de sua área de abrangência e até mesmo as simples reuniões de seu conselho para deliberar sobre novos projetos, depende de decisão política alheia a qualquer esfera regional, seja do legislativo, executivo, judiciário e mesmo do movimento social.

No aspecto econômico a dependência se agrava porque o modelo não beneficia, não processa matéria prima regional. Isso faz com que a opção por instalar uma planta industrial em Manaus decorra exclusivamente da motivação fiscal e não da necessidade de agregar valor e verticalizar a produção de algum produto regional. Por essa lógica uma vez cessada a oferta fiscal, o interesse industrial desaparece na mesma proporção e migrará em busca de outra oferta fiscal igualmente atrativa.

O aspecto cultural, pelo menos no sentido definido por Tylor como sendo “o conjunto das experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida”, tem peso relativo, tanto porque a humanidade tem uma extraordinária capacidade de adaptação, como fica evidente na transformação de agroextrativistas em eficientes operários fabris no parque industrial de Manaus, quanto porque elimina a hipótese de que as nossas dificuldades produtivas estivessem relacionadas a falta de tradição agrícola. Isso se aprende, se adquire. Não é uma capacidade inata.

Mas a lógica sob a qual está estruturada a economia do Amazonas, onde os incentivos fiscais, no fundamental, são restritos aos que se estabelecem no pólo industrial de Manaus, não estimula investimentos privados fora dos limites da Zona

Franca de Manaus. Resta, portanto, ao poder público criar mecanismos que desenvolva a atividade econômica nessas regiões onde a “mão invisível” de Adam Smith (2008) e o “deus mercado” de Hayek (1977) teimam em não chegar.

Essa lógica, associada ao fato de que o modelo ZFM prescinde de matéria prima regional, acabou contribuindo para esvaziar o campo, o que nos impõe o desafio de desenvolver projetos que não neguem e sim complementem o modelo; projetos que diversifique a economia e torne o modelo menos vulnerável. Esse é o desafio de caráter estratégico na superação dessa dicotomia entre uma Manaus rica e um interior pobre.

Dentre os projetos que podem ajudar a superar essa dicotomia destacamos: buscar a autossuficiência em alimentos; dinamizar o manejo e a piscicultura de espécies de alto valor comercial; fazer manejo florestal de nossos 100 milhões de hectares de floresta, os quais devidamente manejados podem ser regenerados a cada 20 anos e representam um faturamento bruto de dois trilhões de reais ou algo como 100 bilhões de reais por ano; ampliar a rede de agroindústrias (madeiras, frutas, laticínios, fécula, pescados); desenvolver a indústria de biocosmético; o polo petroquímico e a indústria de fertilizantes a partir de nossa silvinita (BEZERRA, 2010, 2011).

A fábrica de “bacalhau da Amazônia” é uma resposta a esse desafio, tanto para verticalizar a produção e agregar valor à matéria prima regional quanto para atender a demanda nacional de importação de bacalhau, da ordem de 35 mil toneladas / ano. Em absoluta coerência com o princípio dialético da interdependência dos fenômenos, todos os naturalistas e cronistas que visitaram o Amazonas entre os séculos XVI a XIX são unânimes em afirmar que aqui havia uma extraordinária abundância de quelônios e pescado, com destaque para o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o peixe-boi (*Trichetus inunguis*). Mas, como se sabe, o peixe-boi desapareceu e o pirarucu entrou na lista das espécies em extinção.

Mas, como a humanidade não se põe problema que não possa resolver, a ciência recorreu ao manejo para impedir o colapso total das espécies e mesmo para recuperar estoques, como ocorreu com o manejo de pirarucu na RDS de Mamirauá, baseado nos acordos de pesca, cuja experiência hoje se estende por quase todo o alto Solimões. Os acordos de pesca são, em síntese, uma moratória temporal de pesca em determinados lagos, nos quais posteriormente se faz a despesca de no máximo 30% do estoque, mediante autorização dos órgãos ambientais e cota específica por pescador. É uma ação de correção parcial da concepção ambiental produtivista. Obteve relativo sucesso.

O sucesso do manejo e a conseqüente recuperação dos estoques de pescado aumentou consideravelmente a oferta de pirarucu in natura, acarretando dois grandes problemas aos pescadores envolvidos no projeto: baixo preço e dificuldade de comercialização, revelando os limites do projeto quanto a sua unilateralidade e ausência de uma concepção sistêmica, dialética, sustentável.

É desnecessário sublinhar que a manutenção ou agravamento desse cenário inviabilizaria completamente o manejo, na medida em que quanto mais se elevasse o estoque de pirarucu mais se reduziria o preço e a renda dos pescadores, bem como se agravaria a comercialização e os problemas de pagamento já então presente.

Esse era exatamente o retrato exposto na “rodada de negócios” de Tefé (AM), em julho de 2011, onde os manejadores se reuniram para analisar os problemas e soluções do manejo bem como para negociar a venda do pirarucu aos potenciais compradores. Também reclamavam da burocracia, de problemas de pagamento, falta de assistência técnica e logística, do isolamento geográfico e infraestrutura para armazenar e transportar os estoques de pirarucu, fazendo com que 93% da produção fosse comercializada no mercado regional.

Por outro lado o balanço realizado na “rodada de negócios” constatou que 91% da cota autorizada foi efetivamente capturada e que há uma crescente disponibilidade do recurso nas áreas manejadas, com uma cota média anual entre 7 e 5 peixes por pescador. A partir desse diagnóstico sugeriram algumas medidas para aprimorar o manejo, tais como: diversificar os compradores, pagamento à vista, adiantamento de 30% do valor final e maior participação dos pescadores nas negociações.

Como “a consciência é produto da realidade material objetiva” nem sequer figurava entre suas reivindicações a possibilidade de obterem uma agroindústria que pudesse processar o pirarucu, agregar valor, verticalizar a produção e conseqüentemente armazenar o produto industrializado, o que contribuiria decisivamente para reduzir externalidades como redução de preço, comercialização e pagamento.

É dentro desse contexto, portanto, que surge o projeto de construção da 1ª indústria de bacalhau do Brasil, através da Fábrica de “Bacalhau da Amazônia” instalada em plena selva amazônica, mais precisamente no município de Maraã (AM), onde há 10 anos se iniciou o manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) em lagos da região.

O processo industrial é por *secagem artificial* que consiste, sinteticamente, nas seguintes etapas: tratamento sanitário apropriado, evisceração, corte, salmouramento, secagem artificial até 45% de umidade relativa e embalagem industrial.

Até então o Brasil não produzia nenhum grama de bacalhau, embora seja um grande consumidor e, portanto, importador de mais de 35 mil toneladas/ano do produto. Essa limitação começou a ser superada a partir da instalação dessa planta industrial, construída pela Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), do governo do Amazonas, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep-MCT).

O faturamento potencial dessa planta industrial é da ordem de 17 milhões de reais por safra, apenas com a produção de bacalhau, se a indústria operar com a sua plena capacidade industrial instalada.

A semelhança do pirarucu (*Arapaima gigas*) e do peixe-boi (**Trichechus inunguis**), com o produto conhecido como bacalhau, bem como a sua transformação neste produto industrial, já havia sido constatado e sugerido por diversos cronistas e naturalistas que visitaram o Amazonas entre os séculos XVI a XIX, dentre os quais os jesuítas Cristóval d'Acuña e João Daniel, assim como os naturalistas La Condamine, Alexandre Rodrigues Ferreira, Spix & Martius, Alfred Russel Wallace e Agassiz.

Cristóval d'Acuña registra que os índios já preparavam o peixe-boi em postas que mais de um mês; o padre João Daniel destaca que “o pirarucu é muito alvo, e de melhor gosto que o **bacalhau**”; La Condamine informa que um membro de sua expedição montou uma fábrica em Caiena para a exploração do peixe-boi (*Trichechus sp*), produto que no período colonial figurou em nossas pautas de exportação, como um produto semelhante ao **bacalhau**; Alexandre Rodrigues Ferreira anota que “o pirarucu bem salgado e seco é o **bacalhau do Pará**”; Spix & Martius, após se impactarem com a abundância de pirarucu, afirmam que ele aqui substitui em absoluto o **bacalhau**; também Wallace indica que “dos peixes, os principais são os pirarucus”; e Agassiz já questionava porque os amazonenses com tanta fartura de peixes faziam tão grande uso do **bacalhau** salgado importado do estrangeiro.

Esse conjunto de informações nos permite compreender que bacalhau não é um peixe e sim um produto industrial processado a partir de alguns tipos de pescado, assim como que sustentabilidade não é sinônimo de preservação ambiental e sim um processo

produtivo e social integrado, interdependente, no qual se busca eliminar toda e qualquer forma de dependência, seja de natureza política, econômica ou cultural.

Hoje, no mundo, se faz bacalhau basicamente de Cod (*Gadus morhua*), Cod Pacific (*Gadus macrocephalus*), Ling (*Molva molva*), Zarbo (*Brosmius brosme*) e Saithe (*Pollachius virens*). E a partir de 25.08.2011 de pirarucu (*Arapaima gigas*), oriundo do manejo de lagos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá e processado na fábrica de “bacalhau da Amazônia” – única do gênero em todo o país - instalada no município de Marã, Amazonas.

Esse projeto tem como objetivo, dentre outros, enfrentar a crise econômica do interior do estado, que vive numa situação crítica apesar da exuberância de recursos naturais que possui; beneficiar nossos recursos naturais verticalizando a produção e agregando valor a matéria prima regional; criar alternativas econômicas sustentáveis que adense as economias municipais e eleve o padrão de renda das populações tradicionais, contribuindo para superar a crônica atividade produtiva de subsistência que tem caracterizado a economia dessas comunidades, evidenciada tanto por Cunha (2006) quando afirma que “o seringueiro é homem que trabalha para escravizar-se”, quanto por Fraxe (2000) que sustenta que “o camponês trabalha para sobreviver”; e contribuir para evitar o colapso do próprio manejo de pirarucu, em decorrência da crescente oferta e das recorrentes dificuldades de comercialização e preço.

A primeira consequência da inauguração da planta industrial de Marã foi a imediata elevação do preço do pescado. Até então os pescadores/manejadores recebiam em torno de R\$ 3,00 (três reais) por quilo de pirarucu eviscerado; a fábrica paga R\$ 6,00 (seis reais) por quilo bruto, o que equivale a R\$ 9,00 (nove reais) por quilo eviscerado e representa um acréscimo de 200% em relação ao preço que era praticado pelo mercado.

A garantia de compra pela indústria de toda a produção de pirarucu da região eliminou o poder de barganha do atravessador, assegurou certa estabilidade ao mercado e reduziu uma das principais externalidades negativas do manejo do pirarucu: a dificuldade de comercialização.

Mas a capacidade instalada da planta industrial de Marã – da ordem de 1.500 toneladas/ano - é muito superior às cotas de pirarucu autorizadas para despesca em todo o alto e médio Solimões (algo como 13 mil peixes ou 715 toneladas), invertendo a

externalidade anterior que era de excesso de matéria prima e dificuldade de comercialização para o desafio de aumentar o estoque de pirarucu e, assim, evitar eventuais especulações com o preço e não inviabilizar a indústria, o que pode acontecer se ela operar por um longo período com sua capacidade industrial instalada ociosa. Essa limitação poderá ser enfrentada com a abertura de novas áreas para manejo e, também, o incremento da piscicultura em tanque rede nos incontáveis lagos da região.

A simples instalação de uma unidade fabril ou qualquer outro instrumento de promoção econômica e social não implica, necessariamente, na elevação do padrão de vida desses trabalhadores e nem mesmo na consolidação de uma alternativa econômica. Não é menos importante saber a que tipo de controle esse instrumento está subordinado, bem como por qual concepção ele se orienta.

Foi longo o caminho percorrido entre o período da pesca predatória do pirarucu – que a rigor se inicia por volta do século e a sua transformação em “bacalhau da Amazônia”, como atualmente é feito na unidade fabril de Maraã. Não menos longo e contraditório foi a polemica entre as distintas correntes ideológicas sobre a maneira mais adequada de como usar os recursos naturais da Amazônia como um todo e do Amazonas em particular, com destaque para a pesca do pirarucu, cuja prática tem oscilado entre o Produtivismo – predação irracional até a exaustão dos estoques com concentração de renda para alguns e miséria para as populações tradicionais – e o Santuarismo, caracterizado pela restrição de acesso aos recursos naturais e a manutenção de um ciclo vicioso igualmente miserável para a população nativa. O desafio é tornar esses processos sustentáveis.

A formação de cientistas em “ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia” pode se constituir numa excelente oportunidade para diminuir esse fosso anticientífico, na medida em que tanto as concepções produtivistas ou Santuaristas expressam uma visão limitada do todo. São concepções unilaterais, não sistêmicas, não dialéticas, sem compreensão da interdependência de todos os fenômenos.

Assim, cientistas com formação multidisciplinar, capazes de interpretar dialeticamente os fenômenos naturais e sociais da sociedade contemporânea, certamente representam uma importante contribuição na busca do desenvolvimento sustentável, tão preconizado e tão pouco praticado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento sustentável**: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos*, 87, julho de 2010.

ACUÑA, C. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Tradução de Helena Ferreira; revisão técnica de Moacir Werneck de Castro; revisão de José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil**: Amazônia–Xingu. Tradução de Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

AGASSIZ, J. L. R. & AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AMAZONAS/SEPROR. **Relatório da Fábrica de bacalhau sobre a aquisição de 2013**.

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTONACCIO, G. L. P. **Amazonas: A Outra Parte da História**. 2.^a ed., Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2001.

_____. **Antologia Amazônica**. (Coord.) – Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2010.

BACHELARD, G. **A Filosofia do não**. 6.^a ed. Tradução Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

BATISTA, D. O cultivo da terra como fator primário na solução do problema alimentar: a criação de uma consciência agrícola. In: **Raízes da Amazônia**, Ano I, v.1, n. 1, Manaus: INPA, 2005.

_____. **Amazônia: Cultura e Sociedade**. 3.^a edição. Manaus: Editora Valer, 2006.

_____. **O complexo da Amazônia**: Análise do processo de desenvolvimento. 2.^a edição, Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia- lições do passado e desafios do presente. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.

BENCHIMOL, S. **Romanceiro da batalha da borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BEZERRA, E. **Amazônia**: esse mundo à parte. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

_____. O desafio de produzir com sustentabilidade na Amazônia. In: **Políticas públicas para um novo projeto nacional de desenvolvimento** – A experiência dos comunistas. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2011.

_____. BEZERRA, E. A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado. In: **Antologia Amazônica**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 2010.

_____. BEZERRA, E. O desafio de produzir com sustentabilidade na Amazônia. In: **Diversidade Vegetal Brasileira. Resumos do LXI Congresso Nacional de Botânica**. Manaus: Editora INPA, 2010.

BEZERRA, E. e FRAXE, T. J. P. Consequências da Rio + 20 no desenvolvimento sustentável da Amazônia. São Paulo: **Revista Princípios** 118 (14:19), 2012.

_____. Avanços e limites do projeto Zona Franca de Manaus. In: **A nova conjuntura nacional, regional e internacional: desafios para o modelo Zona Franca de Manaus**. Manaus: Associação PANAMAZÔNIA, 2012.

BITTENCOURT, A. U. **Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento Regional**. 2ª ed. Manaus: Valer e Governo do Amazonas, 2001.

BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

BOTTOMORE, T. et al. **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRASIL. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Intercambio Comercial do Agronegócio: principais mercados de destino**. Brasília: MAPA/ACS, 2012.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BURSZTYN, M. **Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais**. In “Para pensar o desenvolvimento sustentável”. Brasília: IBAMA-ENAP; Brasiliense, 1993.

CABALLERO, J. La dimensión culturelle de la diversité végétale au México. **Journal d’Agriculture Traditionel et de Botanique Appliqué**. 36: 145-158. 1994.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Traduzido por Claudia Sant'Anna Martins. 1ª ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVAJAL, F. G. **Relatório escrito pelo Frei Gaspar de Carvajal**, da ordem de Santo Domingo de Guzman, sobre o novo descobrimento do famoso Rio Grande, descoberto por graça divina, desde a sua nascente até à sua foz, pelo capitão de Orelhana e pelos cinquenta e sete homens que partiram com ele e se lançaram à aventura pelo rio, que em honra do capitão que o descobriu, foi batizado o Rio de Orelhana. Introdução e notas de Guilherme Giucci. Tradução de Adja Balbino Barbieri Durão e Maria Salete Cicaroni. São Paulo: [Brasília, DF]: Consejería de Educación de la Embajada de España, 1992.

CASTRO, F. **A Selva**. 37 ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.

CERVANTES DE SAAVEDRA, M. **Dom Quixote de la Mancha**; tradução dos Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial**. Série Euclides da Cunha, v. XIII. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.

COSME, F. F. **Amazônia em novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora, 1961.

CUNHA, E. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas**, v.1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DAWKINS, R. **O capelão do diabo**: ensaios escolhidos. Organização Latha Menon; tradução Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecologia. São Paulo: Nobel, 1989.

DIAKOV, V. e KOVALEV, S. **História da Antiguidade**. A sociedade Primitiva. O Oriente. v.I. 2ª ed. Trad. Martim Velho Sottomayor. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

_____. **Historia da Antiguidade**. A Grécia. v.II. Tradução de Martim Velho Sottomayor. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

_____. **Historia da Antiguidade**. Roma. v.III. Tradução de Martim Velho Sottomayor. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

DUARTE, F. C. A indústria do bacalhau no início do século XXI. **Revista Tecnipeixe** nº 7, Janeiro/Fevereiro de 2002. Disponível em: www.aldraba.org.pt. Acessado em: [20/02/2012](http://www.aldraba.org.pt).

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

EPICURO DE SAMOS. **Pensamentos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

Espécies de bacalhau. Disponível em: <http://www.bacalhaudanoruega.com.br/Escola-do-Bacalhau/Espécies/Gadus-Morhua-Bacalhau>. Acessado em: 28.05.2013.

FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método**. Tradução Cezar Augusto Mortari. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FONTANA, R. A. **Amazônia de Ermanno Stradelli**. Brasília: Gov. do Amazonas, 2006.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2011.

FRAXE, T. J. P.; MEDEIROS, C. M. (Orgs.). **Agroecologia, extensão rural e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2008.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**; tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **As Consequências da Modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOETHE, J. W. Von. Fausto. Tradução de Antonio Feliciano de Castilho. Versão para eBook. Fontes digitais www.dlc.ua.pt/castilho/UniversidadedeAveiros, 1956.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. v. 5. n. 1. 2004.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

HANNINGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162 (1243:1248). December, 1968.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Tradução Leonel Vallandro. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1977.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HIGUCHI, Niro; SANTOS, Joaquim dos; LIMA, Adriano José Nogueira. **Apostila sobre Biometria Florestal**. Laboratório de Manejo Florestal (LMF) do Instituto Nacional de Pesquisas do Amazonas. Manaus: INPA, 2008.

HOBBS, T. **O Leviatã**. 2ª edição. São Paulo. Abril Cultural (Os pensadores), 1979.

HOBBS, T. **Os camponeses e a política**. 2ª ed. In *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jaz*; tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: meio ambiente, tecnologia agrícola e segurança alimentar. Manaus: **Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC**, 2009.

_____. **Extratativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia**. Brasília: Embrapa, 2008.

IBGE. **Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Contas Regionais do Brasil**, 2011.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha gráfica Editora, 1998.

LA CONDAMINE, C-M de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**, 24ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. Da FURB, 2000.

_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na Época Imperial**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

MAIAKÓVSKI, Vladimir. **Poemas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1989.

MALTHUS, T. **Ensaio sobre a população**. Disponível em: <http://www.geomundo.com.br/geografia-30186.htm>, 1798. Acesso em 13 de dezembro de 2011.

MANKIOW, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Tradução da 2ª ed. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MAPA. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. Livro 1, v.1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011 a.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O processo de circulação do Capital. Livro 2, v. 3. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 9ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O processo global de produção capitalista. Livro 3, v. 4. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 a.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política O processo global de produção capitalista. Livro 3, v. 5. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 b.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O processo global de produção capitalista. Livro 3, v. 6. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 c.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011 b.

MARX, K. & ENGELS, F. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: **Obras escolhidas**, v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979 a.

_____. A Situação da Classe Operária na Inglaterra. In: **Obras escolhidas**, v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979 b.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: **Obras Escolhidas**. v.2. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979 c.

_____. Introdução à dialética da natureza. In: **Obras Escolhidas**, v. 2. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979 d.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras Escolhidas**. v. 1. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979 e.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2010.

MEADOWS, D. H; RANDERS, J. MEADOWS, D. L. **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

- MENDES, J. A. **A crise amazônica e a borracha**. Manaus: Editora Valer, 2004.
- MF. **Ministério da Fazenda**. Repasse aos municípios em 2010. Disponível em: www.stn.fazenda.gov.br. Acesso em 11 de julho de 2011.
- MONTESQUIEU, C. L. **Do espírito das leis**. Brasília: Editora da UNB, 1995.
- MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana**: Uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- MORGAN, L. H.; TYLOR, E. B. & FRASER, J. G. **Evolucionismo cultural**. Textos selecionados. Apresentação e revisão: Celso Castro; tradução: Maria Lúcia de Oliveira – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. Balança Comercial do Pescado. Coordenação-Geral de Comercialização e Promoção Comercial, 2009. Disponível em: www.mpa.gov.br. Acesso em 03 de abril de 2011.
- NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados** 26(74), 2012.
- PEREIRA, H. S. **A floresta em jogo**. O extrativismo na Amazônia Central, São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- POPPER, K. **A lógica de pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007.
- RATZEL, F. Antropogeografia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Ratzel, Acesso em março de 2013.
- REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1998.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- RIVAS, A. et al. **Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia**: a experiência do polo industrial de Manaus. Curitiba: Editora CRV, 2009. Co-Editora: PIATAM.
- ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social e Discurso sobre a Economia Política**. Tradução Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus Editora, 1981.
- _____. **Do Contrato Social**: Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução de Lourdes Santos Machado; introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural (Os pensadores; 6), 1991.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002; São Paulo: Prentice Hall, 2004.

_____. **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALLES, W. B. **O Amazonas**: o meio físico e suas riquezas naturais. 5ª edição. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1985.

SEPROR. **Nota técnica da Secretaria Adjunta de Pesca**. Manaus: Secretaria de Estado da Produção Rural. 2011.

SEPROR. **Sistema Sepror**. Manaus: Secretaria de Estado da Produção Rural. 2007.

SILVA, L. (2009). Disponível em:
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf. Acesso em 12 de maio de 2010.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 3ª ed. Tradução Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, 2008.

SPIX, J. B. & MARTIUS, K. F. P. **Viagem pelo Brasil**: 1817–1820. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, revista por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães, que a anotou. Revista por Ernst Winkler. Em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3ª ed. v. III. São Paulo: Melhoramento; Brasília: INL, 1976.

THAINES, F.; BRAZ, E. M.; MATTOS, P. P. de; THAINES, A. A. R. Equações para estimativa de volume de madeira para a região da bacia do rio Ituxi, Lábrea, AM. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo, v. 30, n. 64, p. 283-289, Nov./dez. 2010.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VISSER, W. **Os 50 + importantes livros em sustentabilidade**. Tradução Francisca Aguiar. São Paulo: Peirópolis, 2012.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. v. 17. Brasília: Senado Federal. Edições do Senado Federal, 2004.

WEHLING, A. (Org.). Carta de Pero Vaz de Caminha. In **Documentos Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar / Lacerda Editores, 1999.